UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PSICOLOGIA SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO

NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS NOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Cibele Soares da Silva Costa

João Pessoa/PB

2021

Cibele Soares da Silva Costa

CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS NOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Psicologia Social do Desenvolvimento, sob orientação da Profª Drª Maria de Fatima Pereira Alberto, para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

João Pessoa/PB

2021

C837c Costa, Cibele Soares da Silva.
Contextos de desenvolvimento e projetos de vida de jovens nos programas de acompanhamento aos egressos de medida socioeducativa de internação / Cibele Soares da Silva Costa. - João Pessoa, 2021.
333 f. : il.

Orientação: Maria de Fatima Pereira Alberto.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Medidas socioeducativas - jovens. 3. Programa de egresso - jovens. 4. Projeto de vida - jovens. 5. Políticas sociais. I. Alberto, Maria de Fatima Pereira. II. Título.

UFPB/BC CDU 316.6(043)

CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS NOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Banca avaliadora:

Maria de Fatima Pereira Alberto

Profª. Drª. Maria de Fatima Pereira Alberto
(Universidade Federal da Paraíba – orientadora)

Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo
(Universidade Federal da Paraíba – membro interno)

Profª. Drª. Ilana Lemos de Paiva
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte – membro externo)

Profª. Drª. Vanessa Andrade de Barros
(Universidade Federal de Minas Gerais - membro externo)

Profª. Drª Tâmara Ramalho de Sousa Amorim
(Universidade Federal da Paraíba – membro externo ao programa)

Dedico esta tese aos jovens que cumprem e cumpriram medidas socioeducativas e aos profissionais da política socioeducação que atuam na defesa e garantia dos direitos.

AGRADECIMENTOS

Uma tese nunca se constrói sozinha. Em uma jornada de quatro anos, por vezes encarados como longos ou curtos, a elaboração desse trabalho foi realizada com a presença de muitos. Tomo emprestadas as palavras de Milton Nascimento para dizer que esses encontros traziam a força do “nada a temer senão o correr da luta, nada a fazer senão enfrentar o medo".

Agradeço aos meus pais, Mazinha e Ivanildo, pelo apoio às minhas escolhas, pela paciência, incentivo, dedicação e torcida a cada passo dessa jornada.

Aos companheiros do Nupedia, estudantes e professores, que nesses 11 anos compartilharam os aprendizados, as dificuldades e reflexões do fazer pesquisa, aos momentos de discussão e construção de intervenções para o desenvolvimento de uma psicologia comprometida e fundamentada na transformação da sociedade. Em especial à Erlayne, Aíla, Daniel, Mayara, Flávia, Letícia, Hana, Rebeca, Fernanda, Tâmara, Manu e Denise pela parceria nesses anos.

Aos jovens, gestores e profissionais participantes dessa pesquisa, pela disponibilidade e confiança em compartilhar suas histórias de vida, suas reflexões sobre a socioeducação, estratégias de trabalho, e pela acolhida que tiveram nos estados que visitei, desde os primerios contatos à elaboração do meu itinerário de pesquisa.

A minha orientadora, professora Fatima Pereira, profi, que me acolheu no Nupedia em 2009 e que desde então tem sido a referência nas várias etapas e momentos da minha formação, enquanto psicóloga, pesquisadora e futura professora.

Aos professores Anísio, Vanessa, Ilana e Tâmara pela disponibilidade em participar da minha banca de defesa e pelas contribuições na leitura e avaliação deste trabalho.

As amigas Ananda, Cristiane, Karinne e Zoraia, pelas risadas, carinho e pelo apoio.

À Capes e a Fapesq/PB, que através do financiamento de uma bolsa de estudo, tornou possível a realização do doutorado.

Quero a utopia, quero tudo e mais

Quero a felicidade dos olhos de um pai

Quero a alegria muita gente feliz

Quero que a justiça reine em meu país

Quero a liberdade, quero o vinho e o pão

Quero ser amizade, quero amor, prazer

Quero nossa cidade sempre ensolarada

Os meninos e o povo no poder,

eu quero ver

São José da Costa Rica, coração civil

Me inspire no meu sonho de amor Brasil

Se o poeta é o que sonha o que vai ser real

Bom sonhar coisas boas que o homem faz

E esperar pelos frutos no quintal

Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?

Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que sabe ter

Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida

Eu viver bem melhor

Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar

CORAÇÃO CIVIL

Milton Nacimento e Fernando Brant

RESUMO

O objetivo geral desta tese é: analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação para a construção e efetivação do projeto de vida. Os objetivos específicos são: Identificar os princípios e diretrizes que norteiam o acompanhamento dos programas de jovens egressos de MSEI; Identificar os objetivos do acompanhamento ofertado nos programas de jovens egressos de MSEI; Caracterizar o jovem acompanhado nos programas de egresso de MSEI; Caracterizar as ações oferecidas nos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI; Analisar a trajetória de acesso e permanência do jovem nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI; Analisar quais atividades são ofertadas nos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI e se estas possibilitam o desenvolvimento e efetivação dos projetos de vida. Defende-se a tese que, a implementação dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativa, se caracteriza enquanto ações fragmentadas e compensatórias na política de socioeducação, não visando o desenvolvimento omnilateral do jovem, mas por exercer uma função mediadora e da articulação das políticas sociais, pode contribuir na garantia dos direitos sociais e fornecer algumas atividades para a efetivação dos projetos de vida dos jovens. Os referenciais teóricos que nortearam a análise são a perspectiva crítico-dialética das Políticas Sociais e a Psicologia histórico-cultural. A pesquisa de campo foi realizada com programas em três estados brasileiros – Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul, realizando-se dois estudos empíricos: Estudo I - Caracterização dos programas de acompanhamento aos jovens egressos da medida socioeducativa de internação, realizado em duas etapas, intituladas: Etapa I – Análise documental: bases dos programas de acompanhamento aos egressos de medida socioeducativa de internação, e Etapa II – Os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI na perspectiva dos atores. Na primeira etapa realizou-se uma pesquisa documental, analisando-se as leis, documentos orientadores, cartilhas e instrumentais técnicos e na segunda etapa realizou-se entrevistas semiestruturadas com 10 profissionais das equipes técnicas de referência e 4 membros da coordenação e gestão nos três programas. No Estudo II foram realizadas entrevistas abertas individuais com 9 jovens egressos de MSEI, acompanhados pelos programas. Os dados dos dois estudos foram analisados utilizando-se a Análise Temática de Conteúdo e na pesquisa documental utilizou-se o *software* MaxQDA. A análise possibilitou identificar que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI necessitam de maiores investimentos, que assegurem a permanência da oferta, a partir do estabelecimento de um serviço de caráter continuado na política de socioeducação; que as ações realizadas nos programas estão guiadas pela articulação com as políticas sociais correspondentes aos eixos pedagógicos do atendimento socioeducativo; que os jovens acompanhados, necessitam e reconhecem a intervenção dos programas no auxílio da construção e efetivação do projeto de vida; para que a construção do projeto de vida seja efetivo, os programas necessitam ofertar condições de acesso e permanência; a construção e efetivação dos projetos de vida auxiliado pelos programas ocorre na medida em que são realizados o planejamento e disponibilizados as atividades principais e codeterminantes para o desenvolvimento dos jovens. Diante disso, conclui-se que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI podem funcionar como contextos de desenvolvimentos dos projetos de vida dos jovens, na medida em que, ao realizar a mediação com a políticas sociais, fornecem os elementos e atividades fundamentais para a construção de novos interesses, proporcionando novas situações sociais de desenvolvimento.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; jovem; programa de egresso; projeto de vida, políticas sociais.

ABSTRACT

The main goal of the present thesis is to analyze the development contexts provided by follow-up programs for young egresses of socio-educational measures in a closed regime (SEMCL) for the development and implementation of life projects. The specific goals are: to identify the principles and guidelines that direct follow-up programs for young egresses of SEMCL; to identify the goals of counseling sessions offered in the follow-up programs for young egresses of SEMCL; to characterize the profile of young people that are monitored by these programs; to characterize the offered initiatives in these programs; to analyze the trajectory and permanence of young people in the programs; to analyze all activities offered and whether these allow for the development and implementation of life projects. We argue that the implementation of follow-up programs for young egresses of socio-educational measures is characterized as fragmented and compensatory actions in socio-educational policy that don't seek the omnilateral development of the young. But, by exerting a mediating function and articulation of social policies, the programs can guarantee social rights and provide activities for the implementation of life projects of the young. The theoretical references that led the analysis are the critical-dialectical perspective of Social Policies and Historical-Cultural psychology. The field research was carried out in programs from three Brazilian states - Bahia, Paraíba, and Rio Grande do Sul, conducting two empirical studies: Study I - characterization of the follow-up programs for young egresses of SEMCL, performed in two stages, namely: Stage I - documental analysis of the guidelines of the follow-up programs for SEMCL egresses and Stage II - the analysis of the follow-up programs in the egresses' perspective. In the first stage, documental research was carried out, analyzing laws, guidelines, booklets, and technical notes and in the second stage, semistructured interviews were conducted with 10 professionals from the technical reference teams and 4 members from coordination and management from the three programs. In Study II, individual, open interviews were performed with 9 egresses from SEMCL accompanied by the programs. The data from both studies were analyzed based on Thematic Content Analysis, and the MaxQDA *software* was used in documental research. The analysis made it possible to identify that the follow-up programs for SEMCL egresses require greater investments, which ensure a continuous offer of the service; that the actions carried out in the programs are guided and articulated with the pedagogical axes of socio-educational care; that the young people that are accompanied by these services need and recognize the intervention of the follow-up programs in helping the development and implementation of a life project; for the monitoring and construction of the life project to be effective, the programs need to offer conditions of access and permanence; the development and implementation of life projects of the young assisted by the programs occur to the extent that planning and distribution of main and co-determinant activities are carried out for the development of the young. Therefore, it is concluded that the follow-up programs to SEMCL egresses can work as guides for the development of the life projects of the young, to the extent that, when performing mediation with social policies, they provide the elements and activities fundamental to the creation of new interests, arranging new social situations of development.

Keywords: socio-educational measures; young; follow-up programs; life project; social policies.

RESUMEN

El objetivo general de esta tesis es: analizar los contextos de desarrollo ofrecidos por programas de acompañamiento para jóvenes egresados de una medida de internamiento socioeducativo para la construcción y realización del proyecto de vida. Los objetivos específicos son: Identificar los principios y diretrices que orientan el acompañamiento de los programas para jóvenes egresados de la MSEI; Identificar los objetivos del acompañamiento ofrecido en los programas de jóvenes egresados de la MSEI; Caracterizar al joven acompañado en los programas de egreso del MSEI; Caracterizar las acciones ofrecidas en los programas de acompañamiento a jóvenes egresados de la MSEI; Analizar la trayectoria de acceso y permanencia de los jóvenes en los programas de acompañamiento para egresados de la MSEI; Analizar qué actividades se ofrecen en los programas de acompañamiento para jóvenes egresados del MSEI y si posibilitan el desarrollo e efectuación de proyectos de vida. La tesis defendida es que, la implementación de los programas de acompañamiento a los jóvenes egresados de medidas socioeducativas se caracteriza por acciones fragmentadas y compensatorias en la política socioeducativa, no apuntando al desarrollo omnilateral del joven, sino ejerciendo una función mediadora y articuladora de políticas sociales, pueden contribuir a la garantía de los derechos sociales y proporcionar algunas actividades para la efectuación de proyectos de vida de los jóvenes. Los referentes teóricos son la perspectiva crítico-dialéctica de las Políticas Sociales y la Psicología histórico-cultural. La investigación de campo se realizó con programas en tres estados brasileños - Bahía, Paraíba y Rio Grande do Sul, realizando dos estudios empíricos: Estudio I - Caracterización de los programas de acompañamiento de jóvenes egresados de la medida socioeducativa de internación, realizado en dos etapas, titulada: Etapa I - Análisis documental: bases de los programas de acompañamiento a los egresados de la medida socioeducativa de internamiento, y Etapa II - Los programas de acompañamiento a los egresados del MSEI en la perspectiva de los actores. En la primera etapa se realizó una investigación documental, analizando las leyes, documentos de orientación, folletos e instrumentos técnicos, y en la segunda etapa se realizaron entrevistas semiestructuradas con 10 profesionales de los equipos técnicos de referencia y 4 integrantes de la coordinación y gestión en los tres programas. En el Estudio II se realizaron entrevistas abiertas individuales a 9 jóvenes egresados del MSEI, acompañados de los programas. Los datos de los dos estudios se analizaron mediante el análisis de contenido temático y la investigación documental utilizó el *software* MaxQDA. El análisis permitió identificar que los programas de acompañamiento a egresados del MSEI necesitan mayores inversiones, que aseguren la permanencia de la oferta, a partir del establecimiento de un servicio de carácter continuo en la política socioeducativa; que las acciones desarrolladas en los programas están orientadas por la articulación con las políticas sociales correspondientes a los ejes pedagógicos de la política socioeducativa; que los jóvenes necesitan y reconocen la intervención de los programas para ayudar a construir y realizar el proyecto de vida; para que la construcción del proyecto de vida sea efectivo, los programas deben ofrecer condiciones de acceso y permanencia; la construcción y efectuación de los proyectos de vida a los que contribuyen los programas se producena medida que se realiza la planificación y se ponen a disposición las actividades principales y codeterminantes para el desarrollo de los jóvenes. Se concluye que los programas de seguimiento a egresados de la MSEI pueden funcionar como contextos para el desarrollo de proyectos de vida de los jóvenes, al realizar la mediación con políticas sociales, al ofrecer los elementos y actividades para la construcción de nuevos intereses y nuevas situaciones sociales de desarrollo.

Palabras clave: medidas socioeducativas; joven; programa de egresos; proyecto de vida, políticas sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tipos de documentos dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI 164
Figura 2. Lista de códigos e categorias..... 165
Figura 3. Classes temáticas do Estudo I, Etapa I..... 178
Figura 4. Classes temáticas do Estudo II 212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização dos jovens acompanhados nos programas de egressos de MSEI 213

LISTA DE SIGLAS

Cejuvente – Comissão Especial de Políticas para a Juventude

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Conjuve – Conselho Nacional de Juventude

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FONACRIAD – Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

FUNDAC/BA – Fundação de Atendimento a Criança e ao Adolescente da Bahia

FUNDAC/PB – Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolecente Alice de Almeida

JR – Justiça Restaurativa

LGBT – Lésbicas, Gays, Bi, Trans,

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

MSE – Medida socioeducativa

MSEI – Medida socioeducativa de internação

OBJ – Organização Brasileira de Juventude

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organizações da Sociedade civil de Interesse Público

PIA – Plano Individual de Atendimento

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos

Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SDSTJDH/RS – Departamento de Justiça da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

STF – Supremo Tribunal Federal

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....17
CAPÍTULO I – POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO PARA A JUVENTUDE32
Juventudes: a pluralidade do conceito.....33
Do conceito às políticas de juventude.....43
CAPÍTULO II – POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO E O ATENDIMENTO AOS JOVENS: DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AO ACOMPANHANHAMENTO AOS EGRESSOS.....63
Sistema socioeducativo: caracterização das medidas socioeducativas de meio fechado e meio aberto.....69
Política de socioeducação e os aspectos pedagógicos norteadores do atendimento.....81
O acompanhamento aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação: desafios à política de socioeducação..... 100
CAPÍTULO III – PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL..... 112
Políticas sociais na perspectiva crítico-dialética..... 114
Psicologia histórico-cultural e o desenvolvimento de projetos de vida na juventude.... 131
CAPÍTULO IV – MÉTODO: OS MÚLTIPLOS CAMINHOS DA PESQUISA..... 146
Lócus da Pesquisa..... 150
Participantes..... 151
Técnicas e instrumentos..... 152
Procedimentos..... 154
Procedimentos éticos..... 154
Procedimentos de coleta de dados..... 155
Análise dos dados..... 155
CAPÍTULO V – RESULTADOS: A COMPLEXIDADE DOS DIVERSOS CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO NOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO A EGRESSOS DE MSEI..... 159
Estudo I – Caracterização do acompanhamento aos jovens egressos da medida socioeducativa de internação..... 161
Etapa I – Análise documental: bases dos programas de acompanhamento aos egressos de medida socioeducativa de internação......162
Etapa II – Os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI na perspectiva dos atores.....177
Estudo II – Desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens nos programas de acompanhamento a egressos de medida socioeducativa de internação.....209
CAPÍTULO VI - DISCUSSÃO: CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO PROPORCIONADOS PELOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO A EGRESSOS DE MSEI PARA A CONSTRUÇÃO E EFETIVAÇÃO DO PROJETO DE VIDA.....222

Estudo I - Caracterização dos programas de acompanhamento aos jovens egressos da medida socioeducativa de internação: o que os programas podem oferecer aos jovens egressos de MSEI 223
Objetivos, princípios e diretrizes dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI 223
Ações oferecidas nos programas de acompanhamento ao jovem egresso de MSEI 257
Estudo II - Desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens nos programas de acompanhamento a egressos de medida socioeducativa de internação 267
Caracterização dos jovens acompanhados nos programas de egresso 267
Trajetória de acesso e permanência dos jovens nos programas de acompanhamento ao egresso de MSEI 271
Desenvolvimento e efetivação dos projetos de vida a partir dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI 275
CONSIDERAÇÕES FINAIS 287
REFERÊNCIAS 294
APÊNDICES 320
APÊNDICE I 321
APÊNDICE II 322
APÊNDICE III 323
APÊNDICE IV 324
APÊNDICE V 326
APÊNDICE VI 328
APÊNDICE VII 330
ANEXOS 332
ANEXO I 333

INTRODUÇÃO

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a promulgação da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), o adolescente que pratica ato infracional passa a ser responsabilizado por meio da aplicação de medidas socioeducativas (MSE), sendo estas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional. A internação se caracteriza por uma MSE privativa de liberdade que de acordo com o ECA, deve ser aplicada e executada observando-se os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não podendo exceder período máximo de três anos e devendo ser reavaliada a cada seis meses por uma equipe multiprofissional e autoridade competente.

A execução das MSE instituídas no ECA foram regulamentas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), inicialmente por meio da Resolução n.º 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e de uma norma de referência contendo orientações sobre as MSE no meio aberto e fechado, em seus aspectos pedagógicos e arquitetônicos, contendo diretrizes específicas sobre o seu funcionamento. Posteriormente, a execução das MSE passou a ser regulamentada por meio da Lei Nº 12.594, sancionada em 18 de janeiro de 2012. O Sinase constitui-se de

> “um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público” (Sinase, 2006, p. 22).

O Estatuto da Criança e do Adolescente[1] determina em seu artigo 94, inciso XVIII, que as entidades que desenvolvem programas de internação, no âmbito estadual, têm por obrigação manter programas destinados ao apoio e ao acompanhamento de egressos[2]. As entidades de atendimento são definidas na norma de referência do Sinase como aquelas que desempenham uma função eminentemente pública, responsável pela manutenção das unidades, composição do quadro de recursos humanos e materiais e insumos necessários ao funcionamento dos programas e desenvolvimento das ações, podendo ser estaduais (nas MSE de meio fechado: internação e semiliberdade), municipais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) (nas MSE de meio aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase, 2006).

A norma de referência do Sinase também afirma a previsão de programas de acompanhamento ao egresso enquanto ação obrigatória para as entidades que executam a medida socioeducativa de internação, oferecendo atendimento estruturado e qualificado aos jovens que tiveram o processo extinto e concluíram o cumprimento dessa medida socioeducativa e que optem por ser acompanhados. Tem como objetivo, auxiliar o jovem na transição da vivência da privação de liberdade e no retorno ao território, considerando a garantia da convivência familiar e comunitária e na articulação com as políticas sociais., facilitando o acesso e ofertando acompanhamento técnico regular, incluindo atendimento

[1] Os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI previstos no ECA, oferecem acompanhamento aos adolescentes e jovens que tiveram sua medida extinta, na faixa etária correspondente dos 12 aos 21 anos. Nesta tese, será utilizado o termo jovem, a partir da perspectiva histórico-cultural, considerando-se os aspectos das vivências e do desenvolvimento desses sujeitos, que tem como atividade principal à construção do projeto de vida na juventude.

[2] Nesta tese utilizamos o termo egresso, de acordo com a terminologia utilizada no ECA e no Sinase, ao considerar o jovem que cumpriu a medida socioeducativa de internação. Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça tem adotado o termo ‘Pós-cumprimento de medida socioeducativa’, no entanto, considerando que os programas existentes realizam o acompanhamento de jovens que receberam a substituição da MSEI por uma medida em meio aberto, analisamos que esse termo não abrange a realidade da execução do acompanhamento dos programas.

psicossocial individual ou em grupo, acompanhamento familiar, assistência jurídica no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), como parte da política de socioeducação. As entidades que executam a MSEI também são responsáveis por monitorar e avaliar o funcionamento dos programas de acompanhamentos aos egressos (Sinase, 2006).

De acordo com os dados do Panorama Nacional da Execução das Medidas Socioeducativas de Internação (Conselho Nacional de Justiça, 2012), referentes aos dados de acompanhamento de egressos, em 2012, verificou-se que um percentual de apenas 18,44% de entidades que executam programas de internação destina-se a essa atividade. E no que se refere à distribuição nos estados brasileiros, os dados revelam uma concentração nos estados do Sul com 46% das atividades; o Sudeste com 20%; enquanto no Norte e Nordeste, os percentuais são de respectivamente, 9% e 6%. Já no Centro-oeste, não há registros sobre a existência de atividades relacionadas ao acompanhamento de egressos. Apesar da obrigatoriedade da criação de programas e da oferta de atendimento, o baixo índice identificado no Panorama Nacional da Execução das Medidas Socioeducativas de Internação (CNJ, 2012), de programas de acompanhamento ao egresso vai contra ao previsto no ECA e no Sinase.

Diante do reconhecimento da insuficiência de programas de acompanhamento a egressos, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Secretaria de Direitos Humanos, 2013), documento que define as expectativas e estratégias a curto, médio e longo prazos, distribuídas em ciclos por um período de dez anos para o aprimoramento do Sistema Socioeducativo, elencou as seguintes diretrizes e metas: garantir o direito à educação aos egressos de MSEI, tomando a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo; garantir a oferta Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, reconhecendo os egressos como grupo prioritário; garantir o acompanhamento da trajetória escolar dos egressos; inserir os egressos em cursos de educação profissional e tecnológica; e

orientar os profissionais do SUAS na garantia do acompanhamento dos familiares dos egressos.

Em 2013, foi publicado o relatório “Um Olhar mais Atento às Unidades de Internação e Semiliberdade”, analisando a oferta de apoio e acompanhamento a egressos nas unidades de MSE de meio fechado. A inspeção foi realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, com base na Resolução n.º 67/2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público. De acordo com os dados analisados, mais de 80% das entidades que executam programas de MSE de internação não ofertam atendimento aos jovens egressos. A inspeção, realizada em 2013 nas cinco regiões, revelou que no Norte, 73% das unidades de internação não oferecem acompanhamento aos egressos; na região Sudeste, 81,3% não oferta acompanhamento; no Sul, 80% das unidades não dispõem de atendimento ao egresso; nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, das unidades visitadas não há acompanhamento multidisciplinar ao egresso em 84,6% e 89,6% das unidades, respectivamente. Já em relação às unidades de semiliberdade, verificou-se que 69,5% das unidades não oferecem apoio e acompanhamento a egressos (Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, 2013).

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, divulga Levantamentos Nacionais do Atendimento Socioeducativo, realizados anualmente, desde 2009 sobre a situação dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Verificou-se que nestes levantamentos não estão incluídos dados sobre programas e iniciativas de acompanhamento ao egresso ou sobre a situação desses jovens após o cumprimento da medida socioeducativa (Levantamento Anual Sinase, 2017; 2019).

Soma-se a isso uma certa imprecisão nos marcos legais sobre como se deve estruturar o acompanhamento aos egressos de MSEI. Apesar do ECA e da norma de referência do

Sinase estabelecerem a definição de programa de atendimento, verifica-se nos dados do Panorama que o acompanhamento pode receber outras nomenclaturas. Apenas em 2020, o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Programa Fazendo Justiça[3], publicou o Guia para programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade (internação e semiliberdade), contendo parâmetros conceituais sobre a metodologia de atendimento e estratégias para o acompanhamento nesses programas (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 2020).

O guia foi formulado com base nas normativas legais de direitos das crianças e adolescentes (ECA, Sinase, Resolução n.º 113 do Conanda, que estabelece o SGD) a partir da análise dos programas existentes ou em construção, localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins, apresentando a partir das experiências analisadas, diretrizes contendo a finalidade, o público-alvo, as especificidades de raça/classe/gênero e orientação sexual, a fase conclusiva da medida socioeducativa como transição para o acompanhamento, a implementação, os eixos do programa, a territorialidade e monitoramento e a avaliação (CNJ, 2020). Ressalta-se que o guia foi elaborado organizado em três cadernos temáticos, sendo que apenas o primeiro foi publicado no ano de 2020, com base reconhecimento de que nos marcos legais nacionais, apesar de estabelecer a obrigatoriedade da criação e manutenção dos programas, não estabeleceu orientações específicas que pudessem nortear o acompanhamento a ser prestado aos egressos de MSEI.

A baixa incidência de programas de acompanhamento a egressos de MSEI pode refletir na escassez de pesquisas sobre o funcionamento dos programas existentes. A partir do

[3] O programa Fazendo Justiça teve início em setembro de 2020 e corresponde a uma nova fase da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, objetivando qualificar as discussões permanentes sobre os desafios históricos que caracterizam a privação de liberdade no Brasil.

levantamento realizado nesta tese, verificou-se três estudos analisando o funcionamento desses programas (Foppa, 2011; Cardoso & Oliveira, 2017; Rolim, Braga & Winkelmann, 2017) e demais pesquisas analisando a situação do adolescente ou jovem egresso no período pós-medida socioeducativa, identificando-se dificuldades no acesso às políticas sociais (Araújo 2017; Baquero, Lemes & Santos; 2011; Brum, 2012; Barbosa & Resende, 2014; Nardi & Dell'Aglio, 2014; Prado; 2014),

Em razão dessa indefinição de orientações que pudessem guiar o funcionamento dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, verifica-se, a partir da busca junto às entidades que executam as medidas socioeducativas de internação que oferecem acompanhamento aos egressos de MSEI, que estas baseiam a oferta do acompanhamento de acordo com a estrutura da Política de Assistência Social. Assim, a organização dos programas, em estrutura e funcionamento, tem se materializado, tomando como base a rede socioassistencial e a proteção social instituída a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), promulgada com a Lei n.º 8.742/1993 (Miranda, Aguinsky, Costa, Avila, Silva & Marques, 2014). Em razão da multiplicidade de formas como o acompanhamento aos egressos de MSEI tem sido realizada, nesta tese, parte-se da definição tratada no ECA e na norma de referência do Sinase, que define o termo programa para o conjunto de ações direcionadas aos egressos de MSEI efetivadas pelas entidades de execução de medidas socioeducativas.

De acordo com a norma de referência do Sinase, o sistema socioeducativo ou política de socioeducação é operacionalizada por entidades e programas de atendimento, sendo as medidas socioeducativas e os programas de acompanhamento aos egressos de MSE de internação, orientandos pelos princípios do atendimento socioeducativo: Respeito aos direitos humanos; Responsabilidade solidária da Família; Sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes; Adolescente como pessoa em situação

peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades; Prioridade absoluta para a criança e o adolescente; Legalidade; Respeito ao devido processo legal; Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; Incolumidade, integridade física e segurança; Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes; Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência; Municipalização do atendimento; Descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos; Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; Co-responsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas; e Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade (Sinase, 2006).

A partir desses princípios, os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI têm como objetivo realizar a articulação com as políticas sociais, observando à incompletude institucional, que se caracteriza pela utilização máxima de serviços e programas existentes no território e na responsabilização compartilhada das políticas setoriais de saúde, trabalho e profissionalização, educação etc. no atendimento aos jovens, objetivando a proteção integral (Sinase, 2006). Como a operacionalização dessa rede integrada de atendimento não ocorre de forma espontânea justifica-se a necessidade dos programas de acompanhamento a egressos de MSE e de profissionais que atuem de modo a garantir o acionamento e a efetividade no acompanhamento por parte da rede.

Dentre as políticas setoriais que podem compor essa rede de atendimento, estão os serviços e programas do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que determinou por meio da Resolução n.º 109/2009 o atendimento prioritário e acompanhamento particularizado de jovens egressos de medidas socioeducativas e seus familiares no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) a ser realizado nos Centros de Referência da Assistência Social (MDS, 2012).

A implementação e manutenção dos programas de acompanhamento aos egressos se justifica em razão das implicações que se apresentam na vida dos jovens egressos de MSEI, relacionados à falta de articulação entre os serviços na comunidade que formem uma rede de apoio para o retorno deste jovem e para sua inserção nos espaços educacionais, no acesso às políticas sociais e de inserção em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho e de convivência comunitária (Araújo, 2017; Barbosa & Resende, 2014; Ferraz, 2013; Nardi & Dell'Aglio, 2014; Prado, 2014; Sehn, Porta & Siqueira, 2015; Silveira, Machado, Zappe & Dias, 2015). A ausência ou ineficácia da proteção social e de políticas promotoras do desenvolvimento estiveram presentes na trajetória de vida desses jovens, não impedindo o envolvimento com os atos infracionais e o consequente cumprimento de medidas socioeducativas (Silva, 2017). Como a medida socioeducativa de internação, caracteriza-se pela total privação de liberdade do jovem, que pode ter a duração de até três anos, soma-se a essas implicações os estigmas produzidos pela própria MSE, que podem comprometer o retorno do jovem a sua comunidade de origem, e, portanto, o acompanhamento dos programas de egressos pode minimizar essas dificuldades.

Além desses aspectos que dificultam a trajetória de vida dos jovens após o cumprimento da MSE de internação, estão os dados relacionados às mortes de jovens egressos de MSE. Em um estudo sobre a mortalidade de jovens egressos de medida

socioeducativa de internação, Silva (2016) analisou a taxa de óbitos no período entre 2002 e 2012, no estado do Rio Grande do Sul. Do total de 8.290 egressos analisados, o autor identificou registros de óbitos de 784 jovens, sendo 601 decorrentes de violência por arma de fogo.

Nessa direção, outro fator emerge relacionado à existência de programas de acompanhamento aos egressos, como a possibilidade de exercer a função de uma política de proteção à vida. Em um estudo sobre a avaliação do impacto de um programa de acompanhamento aos egressos no estado do Rio Grande do Sul realizado por um período de cinco anos, identificou-se que, em relação à mortalidade de egressos da internação, ao comparar dois grupos de jovens – participantes do programa e não participantes – a possibilidade de óbito é de 41,3% menor entre os participantes do programa, ou seja, a possibilidade de óbito entre os não participantes é 2,42 vezes maior do que os que participam (SPGG/SDSTJDH, 2018).

Analisou-se também a relação da inserção no mercado de trabalho formal, verificando-se uma taxa 42% menor de inserção entre os jovens não participantes quando comparado com os participantes do programa de acompanhamento a egresso. Já em relação à possibilidade de reincidência entre os dois grupos, identificou-se uma chance de reincidência 53,2% menor entre participantes do programa, comparando com não participantes. Na análise da reincidência foi considerado o reingresso em unidades de MSE internação e em presídios adultos (SPGG/SDSTJDH, 2018). Não se constituiu como objetivo deste estudo analisar outros indicadores que podem estar relacionados com a desvinculação da trajetória infracional. De acordo com Silva e Rosseti-Ferreira (2002) a análise sobre as possibilidades de continuidade ou descontinuidade da prática de atos infracionais, deve ser fundamentada em uma perspectiva desenvolvimental, pois fatores considerados de risco ou proteção constituem-se em aspectos isolados que não são suficientes para explicar a persistência da

trajetória infracional ou seu rompimento, sendo necessário considerar as mediações entre os diferentes elementos que estão relacionados no desenvolvimento das trajetórias individuais e coletivas e que contribuem para a manutenção ou mudança de percurso e na forma como os sujeitos significam e internalizam esses elementos.

Ainda segundo as autoras, a continuidade/descontinuidade com a trajetória infracional está relacionada a uma rede de significações, nas quais devem ser analisadas os contextos diversos de envolvimento com os atos infracionais, a relação com o gênero e raça, a maneira como a sociedade e Estado tratam dessa questão e as possibilidades de incorporação de uma nova rede de relacionamentos que possibilitem a mobilidade dos sujeitos (Silva & Rosseti-Ferreira, 2002). Considera-se aqui que a existência de programas de acompanhamento a egressos pode significar a introdução de uma rede de relacionamentos e de acesso aos direitos, por meio das políticas sociais setoriais, que possibilite aos jovens novos contextos de desenvolvimento e significações da sua trajetória de vida.

O interesse por essa temática está relacionado à trajetória acadêmica da pesquisadora, através de diversas atividades realizadas no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (Nupedia). As primeiras atividades realizadas foram através do Projeto de Extensão Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Ações de Potencialização de Crianças e Adolescentes Atendidas nas Ações Socioeducativas de Convivência, desenvolvidas durante três anos, com crianças e adolescentes atendidos, familiares e o conjunto de instituições da rede de garantia de direitos. Posteriormente com o estágio de conclusão do curso de Psicologia, através de ações realizadas com crianças e adolescentes que acompanhavam suas mães, estas vítimas de violência doméstica, que buscavam o atendimento no Centro de Referência da Mulher.

Enquanto profissional, atuei como psicóloga em uma casa de acolhida para crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar que receberam a medida protetiva de acolhimento

institucional, por terem vivenciado alguma situação de violação de direitos. Neste espaço, pude trabalhar na mediação dos projetos de vida dos acolhidos, além de identificar as dificuldades e desafios institucionais de realização da atividade de auxiliar na construção e efetivação dos projetos de vida das crianças e adolescentes acolhidos.

Retornei a trajetória acadêmica com a realização do mestrado em Psicologia Social, no qual foi produzida a dissertação intitulada “Vivências e projetos de vida de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas”, cujo objetivo foi analisar as implicações das vivências de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas para a construção do projeto de vida. Através deste estudo identifiquei que as vivências nas medidas socioeducativas não têm contribuído para a construção do projeto de vida dos jovens, por que estas não têm garantido e ofertado as condições necessárias para que os jovens possam construir outros projetos de vida desvinculados dos atos infracionais e porque tais MSEs têm mantido um caráter punitivo na sua aplicação (Costa, 2017). Dessa forma, compreende-se que as medidas socioeducativas não têm possibilitado o acesso aos elementos para a construção dos projetos de vida dos jovens, e que o acompanhamento de outras instituições após a extinção da MSEI pode contribuir para a mediação desse contexto de desenvolvimento. Paralelamente a realização do mestrado e a construção da dissertação, participei como colaboradora em um projeto de extensão desenvolvido pelo Nupedia, intitulado “Implantação da Justiça Restaurativa na Paraíba: Responsabilização e Protagonismo”, com ações voltadas a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e cursos de formação destinados aos profissionais que atuam no sistema socioeducativo e Sistema de Garantia de Direitos. Na realização desses cursos tomei conhecimento sobre a existência de programas voltados ao acompanhamento de egressos de MSEI e as atividades neles desenvolvidas.

A partir disso, desenvolveram-se os seguintes problemas de pesquisa: Como se caracterizam os programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI? Quais

concepções embasam o acompanhamento nesses programas? De que modo estes trazem contribuições para os projetos de vida dos jovens?

Com base nisso, o objetivo geral desta tese é: Analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação para a construção e efetivação do projeto de vida. Para isso, têm-se como objetivos específicos:

- Identificar:
  - Os princípios e diretrizes que norteiam o acompanhamento dos programas de jovens egressos de MSEI;
  - Os objetivos do acompanhamento ofertado nos programas de jovens egressos de MSEI;
- Caracterizar:
  - O jovem acompanhado nos programas de egresso de MSEI;
  - As ações oferecidas nos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI;
- Analisar:
  - A trajetória de acesso e permanência do jovem nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI;
  - Quais atividades são ofertadas nos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI e se estas possibilitam o desenvolvimento e efetivação dos projetos de vida.

Tem-se como pressupostos que:

- Os programas de acompanhamento aos egressos de medidas socioeducativas de internação têm se baseado na perspectiva da prevenção ao risco e do controle à reincidência do ato infracional;
- Os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI não garantem a formação omnilateral do jovem, visando sua autonomia;
- A implementação dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, vinculada à política de socioeducação, é insuficiente e não tem ocorrido de forma universal no formato de uma política de Estado, a partir do estabelecimento de um serviço de caráter continuado, com princípios, diretrizes e objetivos em âmbito nacional.
- Os programas de acompanhamento a egressos de MSEI têm funcionado a partir do caráter compensatório na política de socioeducação, pois as medidas socioeducativas não fornecem condições para a construção dos projetos de vida dos jovens;
- Os programas de acompanhamento a egressos de MSEI, por não se guiarem por um caráter sancionatório, podem oportunizar contextos de desenvolvimento ao auxiliar na construção de projetos de vida a partir de uma perspectiva pedagógica.

A partir desses pressupostos, tem-se como tese que, a implementação dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativa, se caracteriza enquanto ações fragmentadas e compensatórias na política de socioeducação, não visando o desenvolvimento omnilateral do jovem, mas por exercer uma função mediadora e da articulação das políticas sociais, pode contribuir na garantia dos direitos sociais e fornecer algumas atividades para a efetivação dos projetos de vida dos jovens.

Para responder a esses objetivos, a tese está organizada em seis capítulos. O primeiro trata sobre as políticas de atendimento e as diversas concepções sobre a juventude. O segundo

capítulo aborda a política de socioeducação e os aspectos do atendimento nas medidas socioeducativas e nos programas de acompanhamento a egressos de MSEI e apresenta a revisão bibliográfica de pesquisas sobre as condições de vida dos egressos no período pós-medida. O capítulo três trata das perspectivas teóricas que fundamentam a análise desta tese: perspectiva crítico-dialética das políticas sociais e psicologia histórico-cultural.

O quarto capítulo apresenta o método utilizado na pesquisa de campo, locais, participantes, procedimentos, instrumentos e análise adotada. No quinto capítulo são apresentados os resultados dos estudos realizados sobre a caracterização dos programas de egressos de MSEI e o desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens. No sexto capítulo são analisados os resultados à luz das perspectivas teóricas adotadas e da revisão de literatura explorada. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa realizada, destacando-se as contribuições desta tese.

CAPÍTULO I – POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO PARA A JUVENTUDE

Neste capítulo, objetiva-se apresentar uma contextualização sobre as políticas voltadas para a juventude, abordando os aspectos históricos e teóricos que atravessam o conceito de juventude e as implicações para o desenvolvimento e execução dessas políticas.

Juventudes: a pluralidade do conceito

A juventude tem se configurado como amplo tema de estudos, tanto no meio acadêmico, como relacionado ao desenvolvimento de políticas públicas. Nesse processo, diferentes concepções coexistem, implicando em abordagens, expectativas e tratamentos diferenciados para esse segmento. A complexidade do conceito de juventude está relacionada às transformações da realidade social, que se traduz em significações diferenciadas na contemporaneidade, modificando a maneira de se olhar para o desenvolvimento humano, considerando os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais (Trancoso & Oliveira, 2014).

Trancoso e Oliveira (2014) ao analisar a produção científica sobre o conceito de juventude identificaram algumas perspectivas teórico-metodológicas principais: a) juventude enquanto etapa do ciclo vital, com ênfase nos processos de socialização que preparam o sujeito para a etapa posterior – a fase adulta, relacionando-se fortemente com a construção das políticas públicas de educação e trabalho; b) enquanto condição independente da idade, compreendida como um valor a ser alcançado, processo identificado como juvenilização da sociedade; c) ênfase nas características sociais atribuídas, com foco no sentimento de pertença a um determinado grupo social e dos sujeitos como elementos responsáveis pela mudança social, exemplo dos conceitos de protagonismo juvenil.

Em relação à juventude como etapa do ciclo vital, nas diferentes definições identifica-se a referência à juventude como um processo de transição entre uma fase anterior – a infância, e a posterior – idade adulta, com características próprias que a diferencia das demais. Nessa transição, o jovem teria o tempo para experienciar a moratória social, período em que se prepara para vivenciar as demandas e características da etapa posterior (Trancoso & Oliveira, 2014). Um dos elementos que constituem essa definição deposita grande valor na vida adulta, como objetivo final, o que acaba corroborando para minimizar a importância da vivência da juventude. Além disso, omite o fato que os jovens experienciam em suas trajetórias diferentes acessos aos bens produzidos socialmente, relacionadas às diversas condições de vida que se colocam para as diferentes classes sociais, de modo que nem todos podem usufruir da moratória social, tendo que assumir precocemente responsabilidades atribuídas à vida adulta (Margulis & Urresti, 2008).

Outro aspecto referente à conceituação da juventude como etapa do ciclo vital está relacionado à diferenciação ou a aproximação com o conceito de adolescência. No âmbito teórico, alguns autores enfatizam a diferença entre os dois, relacionando a adolescência às mudanças biológicas e psicológicas e como etapa de estudos da Psicologia, e a juventude com as mudanças no lugar social, ênfase nas experiências e na cultura, e da preparação para a vida adulta. Verifica-se que o conceito de adolescência foi muito mais abordado pelas ciências médicas e psicopedagógicas, dentre as quais estão as teorias psicológicas, com ênfase no desenvolvimento da personalidade, na experiência subjetiva e nas aquisições cognitivas ao longo da vida. Já o conceito juventude foi mais abordado nas teorias sociológicas, privilegiando os aspectos coletivos e o processo de socialização derivados das relações sociais, institucionais e geracionais (Silva & Lopes, 2009).

No Brasil, os termos adolescência e juventude são constantemente usados ora como sinônimos, ora como conceitos distintos, o que pode representar uma disputa tanto no que se

refere as abordagens, como a destinação de recursos para os segmentos. Observa-se então a justaposição entre as faixas etárias do final da adolescência e início da juventude – a faixa compreendida entre os 15 e 18 anos – que inclusive é coberta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Estatuto da Juventude (Zanella, Groff, Silva, Mattos, Furtado & Assis, 2013; Francisco & Groppo, 2016).

Em relação ao processo de juvenilização, vem ganhando espaço a identificação da juventude enquanto status social – a juvenilização da sociedade, em que ser jovem corresponde a uma maneira de estar no mundo, um estilo de vida que se escolhe e que nada tem a ver com a delimitação etária, pois o que sobressai é apenas o signo, a aparência. Nessa perspectiva, os elementos que são considerados como fazendo parte de um determinado "universo jovem", seus valores, podem ser facilmente consumidos por quem desejar sentir-se jovem. Associa-se a juventude os valores de aventura, prazer e vigor físico, beleza e poder (Groppo, 2015). A juventude tem sido considerada como valor positivo, sendo caracterizada pela idealização de determinados comportamentos, associados a beleza, no qual são comercializados atributos que tentam maquiar o envelhecimento da população (Abramovay & Castro, 2015).

Nessa relação de consumo, a juventude passa a ser vivenciada por um tempo ilimitado possibilitando a existência de "jovens não juvenis". Esse processo traz repercussões aos demais ciclos de vida, implicando em cobranças aos sujeitos da idade adulta e velhice em consumir os signos juvenis e assim, que negam o envelhecimento e as experiências reais das diferentes etapas da vida e podem traduzir-se em cobranças aos que não cedem a esse processo (Groppo, 2015).

Souza & Paiva (2012) alertam para mais uma implicação do processo de juvenilização da sociedade. Por se tratar de uma relação de consumo de determinados signos, a juvenilização somente se torna possível para os que podem acessar e adquirir os elementos

que movimentam esse mercado. Nesse sentido, observa-se uma falsa possibilidade de escolha, pois o consumo se restringe a uma determinada classe social, além de demandar tempo para essa composição (Groppo, 2015).

Em relação à análise da juventude com destaque para as características sociais, como foco na pertença a um grupo social e como ator social responsável pela mudança social, parte dos estudos se concentra na definição da juventude enquanto condição juvenil ou categoria social, em que os elementos sociais, culturais e econômicos vão delinear o que é ser jovem em uma determinada sociedade (Dornelles, Reis & Panozzo, 2016). Nessa perspectiva associa-se a ideia do jovem enquanto ator que questiona o *status quo* e tem potencial para modificar os valores e costumes da sociedade (Silva & Lopes, 2009).

Segundo Abramovay e Castro (2015), a juventude enquanto categoria social possibilita a compreensão da existência de diversas juventudes. O olhar para as juventudes no plural não corresponde a "estados de espírito" que quaisquer sujeitos podem assumir, o que reflete a uma perspectiva fracionada e que não compartilha referências comuns, mas a um segmento que experiencia oportunidades e dificuldades diferenciadas na sociedade, e que vem se desenvolvendo a partir de contextos diversos. Esses autores compreendem a juventude como uma construção social, produzida por uma determinada sociedade a partir dos elementos históricos e culturais, atravessadas por aspectos de gênero, classe, etnia etc. e que guardam entre si elementos similares que podem definir a juventude.

Apesar desses aspectos Trancoso e Oliveira (2014) identificaram nas produções sobre juventude, que os autores discutem elementos comuns na definição deste conceito. Analisam a juventude como um conceito que está em movimento, mas que exige uma definição que possa guiar as pesquisas científicas e a execução das políticas públicas. Compreendem que a amplitude do conceito e as demarcações biológicas, psicológicas e culturais produzem padrões de desenvolvimento que conferem homogeneidade a juventude de acordo com cada

perspectiva; identificam que a família, a escola e demais espaços de políticas públicas exercem importantes funções socializadoras, embora tenham menos força do que na infância. Desse modo, as concepções sobre a juventude conferem grande relevância aos pares, sendo que o fortalecimento do grupo juvenil amplia as diferenças entre as gerações (Trancoso & Oliveira, 2014).

A importância do debate em torno da definição que os conceitos têm sobre a formulação das políticas públicas se deve à maneira pelas quais essas trazem implicações para o desenvolvimento dos jovens, ao modo como a sociedade trata esse segmento, direcionando direitos e deveres. No entanto, a definição de juventude é ainda controversa, destacando diferentes elementos para a conceituação nas abordagens teóricas, que por vezes se associam ou se distanciam entre si, na definição para os órgãos nacionais e internacionais. Essas diferentes concepções atravessam a formulação das políticas públicas nos diversos órgãos governamentais e não governamentais. A juventude tem se revelado como um grupo estratégico na destinação das políticas públicas, considerando o contingente populacional inscrito na faixa etária considerada nos marcos legais. Observa-se que para os órgãos governamentais, a juventude é referenciada como um ciclo vital, demarcada por uma faixa etária, mesmo que divergentes entre as políticas, enquanto nas ONGs, identifica-se a presença do conceito de juventude permeado pelo foco no protagonismo juvenil, compreendendo o jovem como ator social (Trancoso & Oliveira, 2014).

Para citar como exemplo, a Unesco destaca os seguintes elementos: a emancipação e autonomia na trajetória de desenvolvimento; a condição adulta enquanto meta; a construção da identidade; as relações entre as gerações anteriores e posteriores; e a relação como os pares como central para a socialização e afirmação da identidade (Abramovay & Castro, 2015). Percebe-se que essa definição acaba fortalecendo a perspectiva da juventude enquanto uma etapa de transição.

De acordo com Silva e Lopes (2009), nessa perspectiva, a definição etária é considerada insuficiente para definir a adolescência e juventude, pois se apresenta como uma ideia fixa entre os períodos, demarcando limites que não compreendem a diversidade das experiências dos sujeitos. Apesar disso, se constitui como um norte que guia os demais elementos que concorrem na sua compreensão, tais como a ideia de fase ou etapa da vida, período de transição entre a infância e adultez, etc. Ainda segundo esses autores, as políticas públicas fazem referência a diferentes faixas etárias, mostrando a dificuldade de definição mesmo em relação a um recorte objetivo.

Nesse sentido, as diferentes abordagens incitaram a necessidade de se construir uma concepção que compreendesse a pluralidade de sentidos que as juventudes assumem na contemporaneidade por meio dos coletivos sociais. A pluralidade deriva do entendimento de que a juventude é uma construção social, resultado dos aspectos econômicos, culturais e relacionais que modificam os significados atribuídos aos ciclos de vida (Silva & Lopes, 2009). De acordo com Margulis e Urresti (2008), a juventude corresponde a uma condição social em que estão presentes os seguintes aspectos: a idade, pertencimento a uma determinada classe social, relações construídas entre os gêneros, diferenças geracionais e condições, e organizações familiares.

Nesta tese, considera-se a juventude a partir da perspectiva da psicologia histórico-cultural. Essa teoria não define etapas biológicas e universais, mas considera que a cultura organiza determinados aspectos que caracterizam períodos diferentes do desenvolvimento. A cultura é a responsável por determinar as modificações nas funções psíquicas superiores, sendo que as mudanças no processo de desenvolvimento se caracterizam por uma neoformação central e por atividades dominantes que qualificam a forma como os sujeitos se relacionam com o meio e a sua personalidade (Pasqualini, 2016). A atividade dominante ou atividade guia que direciona o desenvolvimento da juventude engendrada nessa sociedade

está relacionada com a atividade de formação profissional, ofertada nas instituições educativas e/ou de trabalho e se vincula à busca pela autonomia e pelo exercício de uma atividade socialmente produtiva e à construção de um projeto de vida (Abrantes & Bulhões, 2016).

A juventude tratada nesta tese é compreendida como aquela que se relaciona e se constitui nas condições sociais circunscritas pelas desigualdades em uma sociedade de classes. Desse modo a atividade dominante da juventude se diferencia a partir das relações de pertencimento a uma determinada classe social e das condições que foram oferecidas na trajetória de desenvolvimento dos sujeitos, sendo que para as classes trabalhadoras, a atividade dominante se caracteriza pela atividade de estudo profissionalizante e pela atividade de trabalho (Abrantes & Bulhões, 2016). Nesta pesquisa, a juventude acessada é aquela que cumpriu uma medida socioeducativa de internação, e em específico, a que participa de programas de acompanhamento ao jovem egresso de MSEI, sendo esta caracterizada majoritariamente como jovens negros e moradores das periferias. De acordo com dados publicados no Levantamento Anual do Sinase (2019), a partir da coleta de informações nos estados, 40% dos adolescentes e jovens no sistema socioeducativo foram considerados de cor parda/preta, 23% de cor branca, 0,8% de cor amarela e 0,2% da raça indígena, enquanto 36% dos registros não indicavam a cor ou raça dos jovens.

No que se refere a caracterização dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, alguns aspectos se destacam. Dentre esses, a maior parte dos jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação são do gênero masculino (96%), enquanto 4% são do gênero feminino (Levantamento Anual do Sinase, 2019). Essa característica se mantém sem grandes alterações no período analisado entre 2013 a 2017 e divulgados nos Levantamentos Anuais do Sinase.

Estudos que analisam as trajetórias de jovens que cumprem medidas socioeducativas, a partir de uma perspectiva de gênero reportam que existem diferenciações quanto ao envolvimento de meninas e meninos nos atos infracionais, em que o imaginário social construiu a ideia de que a participação das meninas se daria de modo complementar à participação dos meninos, reafirmando os estereótipos de passividade, figura de cuidado e de amor. A partir dessa ideia, o envolvimento das meninas em atos infracionais ocorreria como forma de auxiliar seus parceiros afetivos, ou seja, ocupando um papel secundário (Muniz, 2018). No entanto, essa autora identificou que essa é apenas uma das formas em que a inserção feminina pode ocorrer nos atos infracionais, identificando outras formas de tomada de decisão para esse envolvimento, relacionadas às condições objetivas nas suas trajetórias de vida, como rompimento com situações de violência e ausência de ações protetivas, o que fez com elas assumissem relativa responsabilidade, dentro de escolhas limitadas diante do cenário de vulnerabilidade que vivenciaram.

Situação semelhante foi identificada por Almeida (2019) ao analisar o envolvimento em atos infracionais a partir do gênero, identificando que dentre as motivações para essa inserção, havia em comum entre meninos e meninas, motivações de ordem econômica, seja para o próprio sustento ou manutenção de suas famílias, assim como a possibilidade de conquistar a autonomia. No entanto, em relação às diferenças, a autora identificou que, no processo de autonomia, para as meninas havia uma busca pelo rompimento com os familiares, relacionada a alguma situação de violência.

São jovens que nas suas trajetórias de vida vivenciaram a ineficácia das políticas sociais de proteção, possuem baixos índices de escolaridade (Jimenez & Frasseto, 2015; Paula, Carvalho, Croque & Souza, 2017), devido a expulsões, evasões e falta de apoio das escolas para lidar com as demandas dessas crianças e adolescentes (Pessoa & Coimbra, 2016), foram trabalhadores precoces, incluindo o trabalho realizado nas piores formas, como

o tráfico de drogas, e sendo por ele responsabilizados (Almeida, 2019; Alberto, Pessoa, Malaquias, & Costa, 2020) e que vivenciaram diferentes formas de violência (Carvalho, 2017). Esses jovens pertecem às famílias da classe trabalhadora que percebem baixos salários ou sobrevivem do trabalho informal, ou ainda, possuindo como única fonte de renda o Programa Bolsa Família (Araújo, 2015).

Os jovens que cumpriram medidas socioeducativas e passam a ser acompanhados nos programas de egressos de MSEI, fazem parte da classe trabalhadora, ou nos termos de Antunes (2009), da classe-que-vive-do-trabalho, ou seja, a totalidade dos homens e mulheres, que desprovidos dos meios de produção, vendem a sua força de trabalho, incluindo-se os trabalhadores produtivos, improdutivos e desempregados. A escolha por essa categoria teórica classe-que-vive-do trabalho (Antunes (2009), se justifica pela análise das condições de vida desses jovens, que no período anterior ao cumprimento da MSEI, vivenciaram, em grande parte, o trabalho precoce (Alberto et al., 2020). Mesmo, pertencentes à classe trabalhadora, há diferenças entre as juventudes, de modo que as atividades dominantes se expressam de forma diversa, principalmente na relação de pertencimento com as classes sociais.

Nessa direção, Leal & Mascagna (2016) diferenciam na classe trabalhadora, a juventude que conta com maior apoio econômico e pode adiar a entrada no mercado de trabalho e usufruir de um tempo maior de preparação profissional, e a juventude que, devido às necessidades imediatas de sobrevivência, realiza atividades de trabalho muito mais cedo, podendo realizar essa atividade de forma paralela aos estudos ou mesmo afastando-se da escola antes de concluí-la para atender a jornada de trabalho.

O processo de escolha da profissão que representa a característica desse período do desenvolvimento psicológico fica limitado para uma parcela da juventude que diante das necessidades de manutenção da sobrevivência adentra o mundo do trabalho precocemente,

realizando atividades muitas vezes precarizadas. Segundo Tolstij (1989, citado por Leal & Mascagna, 2016), esse processo de entrada no mundo do trabalho pelos jovens implica em um percurso abreviado da maturação cultural, ou seja, ao assumir precocemente as responsabilidades do adulto, a juventude estaria impedida de se manifestar ou ocorreria de forma abreviada. Dessa forma, a atividade de estudo é substituída pela atividade de trabalho, direcionando o desenvolvimento dos jovens para uma adultização, o que por sua vez se expressa em mudanças na forma como este passa a se relacionar consigo e com os outros (Leal & Mascagna, 2016).

Para Tolstij (1989, citado por Leal & Mascagna, 2016), as mudanças da personalidade na juventude, a depender de cada situação social de desenvolvimento, se direcionam para uma neoformação psicológica correspondente a um "sentimento de adultez" em que são incorporados as normas, valores e condutas do mundo adulto e suas respectivas relações. Nessa neoformação, a transição para a vida adulta se caracteriza pela elaboração de um plano ideal, que no campo da imaginação permite ao jovem esboçar diferentes caminhos e escolhas. No entanto, as diferentes condições objetivas de vida e as situações sociais de desenvolvimento diversas que se colocam na sociedade capitalista limitam as possibilidades de escolha para o jovem e a formação de planos, o que faz com que o "sentimento de adultez" seja substituído pela adultez precoce. Como analisado por alguns autores (Jimenez & Frasseto, 2015; Paula, Carvalho, Croque & Souza, 2017) as condições objetivas de vida dos jovens que praticaram atos infracionais e cumpriram MSE, restringiram as possilidades de escolha e formação de planos desses jovens, o que fez com que estes exercessem outras atividades que foram responsáveis por guiar o seu desenvolvimento, antecipando as responsabilidades do período adulto, como o trabalho precoce, principalmente realizado em suas piores formas, como o tráfico de drogas, nas diversas atividades que envolvem a sua

dinâmica de produção, distribuição e comercialização (Alberto et al., 2020; Bortolozzi, 2014; Carvalho, 2017; Feffermann, 2017).

Nesse sentido, considerando os aspectos levantados a partir da psicologia histórico-cultural, pretende-se discutir se o atendimento ofertado a partir dos programas de acompanhamento a jovens egressos de MSEI têm contribuído na mediação do desenvolvimento dos jovens; sua relação com as demais políticas sociais de proteção integral e políticas de juventude, com suas diferentes perspectivas e objetivos; e se têm ofertado os elementos e condições necessárias para a construção e efetivação dos projetos de vida, considerando as atividades guia ou dominantes a partir dos interesses e necessidades dos jovens, relacionados às atividades de formação profissional, sejam estas educativas ou profissionais, que proporcionem mudanças nas funções psicológicas superiores como o desenvolvimento da consciência e da personalidade e da autonomia dos jovens.

Do conceito às políticas de juventude

Entende-se que a análise dos conceitos sobre a juventude fornece elementos para a compreensão da elaboração das políticas públicas para a juventude, bem como o impacto que essas ações têm sobre esse público. Para compreender como se estruturam e organizam as políticas públicas para a juventude, inicialmente se faz necessário discutir sobre as concepções que embasam as construções, que por sua vez são fruto de um longo processo histórico, marcado por questões sociais, econômicas e políticas (Silva & Silva, 2011).

Dentre essas, estão as concepções sistematizadas por Krauskopf (2003): A juventude como período preparatório, em quem as políticas são organizadas em função da preparação dos jovens para a vida adulta, sendo a juventude compreendida como etapa de transição e de moratória social. Nessas políticas há centralidade no investimento da educação e formação profissional. Trata-se de uma concepção que desconsidera a diversidade dos contextos de

desenvolvimento, homogeneizando a juventude e dessa forma, não garantindo o acesso e permanência de todos a essas políticas, pois não focaliza os jovens como sujeitos do presente e nem a promoção das neoformações das funções psicológicas superiores fundamentais para o desenvolvimento dos jovens, mas apenas o resultado que poderão ter no futuro, ou seja, objetivo é a fase adulta.

Em outro plano, a juventude como etapa problemática, sendo as políticas voltadas para os jovens compreendidos como problema social, que ameaçam a ordem ou apresentem algum risco. Essas políticas são organizadas principalmente a partir dos eixos da saúde, da educação e da justiça e tem como enfrentamento as questões relacionadas à violência, ao uso de drogas, a gravidez na adolescência, etc. Mas esse foco, nem sempre está de modo claro, podendo atravessar as ações de outras políticas para a juventude, como forma de prevenção da violência, numa clara associação entre juventude e criminalidade (Krauskopf, 2003). Como implicações, as ações dessas políticas se relacionam com práticas repressivas contra a juventude, como o aumento e a seletividade do encarceramento juvenil, que responsabilizam unicamente os jovens pela violência, sem enfrentar os determinantes dessa expressão da questão social. Acrescenta-se a isso, que as políticas que consideram a juventude como etapa problemática, não realizam ações que contribuam para a formação integral dos jovens, ofertando atividades guias que direcionem o curso do seu desenvolvimento, tampouco ofertam elementos que se relacionem com os interesses apresentados pelos jovens.

Emergem ainda as políticas que compreendem o jovem como ator social e estratégico, em que as ações direcionadas incentivam os jovens a combater a exclusão social, sob o lema do protagonismo juvenil e do voluntariado, na resolução dos problemas da juventude. A limitação desse foco é a ausência de reconhecimento em relação ao caráter explorador do modelo de desenvolvimento econômico e político, estimulando muito mais uma adaptação ao sistema do que estimular a compreensão e as estratégias para o enfrentamento das

desigualdades (Krauskopf, 2003). Desse modo, as políticas que objetivam a formação do jovem como ator social não têm como foco principal o desenvolvimento da autonomia, da emancipação e da consciência dos jovens, mas instrumentalizá-los na lógica do capitalismo e responsabilizá-los pelas ações realizadas com os demais jovens a partir do conceito do jovem como multiplicador.

Para Abramovay e Castro (2015), as políticas públicas de juventude alternam-se principalmente em dois papeis distintos, ora de problema social, ora de jovem-solução. Enquanto as primeiras se caracterizam por ações nas quais os jovens estariam protegidos dos fatores de risco diante da ausência ou ineficiência das políticas de saúde, educação, segurança pública e trabalho, o conceito de protagonismo juvenil relaciona-se com a valorização e reconhecimento do jovem enquanto autor de sua própria história, sendo este um ator estratégico na construção de políticas para a juventude (Souza, Paiva & Oliveira, 2013).

Nessa direção ganha espaço o conceito de protagonismo juvenil, envolvendo a capacidade e responsabilização dos jovens na resolução de problemas da sua comunidade, estimulando a solidariedade e o compromisso com as chamadas causas sociais, através da inserção e elaboração de projetos sociais. No entanto, Goulart e Santos (2014), discutem que a ideia de protagonismo foi captada nas políticas mais recentes como forma de direcionar a possibilidade de questionamento e transformação atribuída à juventude para o papel de solucionador dos problemas sociais que atingem a juventude e que tais projetos acabam por produzir uma espécie de mercado do trabalho social, em que a inserção e atuação dos jovens se tornam lema de instituições governamentais e não governamentais.

Há que se considerar que essa definição não garante que os programas e projetos em prol do protagonismo juvenil exerçam de fato essa função, visto que tal concepção permanece apenas no discurso de algumas ações realizadas, não estimulando a participação crítica e ativa

dos jovens, e restringindo-se a poucos benefícios aos jovens que acessam determinados programas e serviços. Trata-se de uma autonomia tutelada pelo Estado (Souza et al., 2013).

Endossam essa perspectiva as pesquisas acadêmicas, que ao problematizarem a quantidade de produções sobre a juventude como problema social, reforçam os estudos sobre os processos de organização e ocupação dos espaços públicos pelos jovens. Ganham espaços as publicações sobre arte e cultura enquanto forma de resistência a violência. A ênfase nas expressões culturais dos jovens passou a substituir o espaço que os projetos voltados para formação profissional tinham anteriormente (Souza et al., 2013).

Essa instrumentalização das expressões culturais juvenis nas políticas brasileiras corresponde a uma forma de controlar e gerir a população jovem, utilizando a arte como forma de prevenção e combate à violência, especialmente ao possível envolvimento com o narcotráfico, mas que pouco ou nada se relacionam com uma perspectiva que direcionada a emancipação dos jovens e a busca pela igualdade social. O risco que se corre com essa captura é de incrementar o mercado cultural que reproduz a mesma estrutura de desigualdade, através da lógica do empreendedorismo individual que gera competição entre os jovens que precisam cada vez mais aprimorar seus talentos (Tommasi, 2013).

O incentivo às expressões artísticas e culturais acaba por se restringir a um processo individual, em que o jovem e/ou seu grupo se torna responsável pela sua comunidade, podendo ter ou não o apoio de algum projeto social de curta duração, o que também mostra a desresponsabilização do Estado (Goulart & Santos, 2014). É nesse sentido que competição e individualismo fortalecem a fragmentação do segmento juvenil a partir de identidades culturais distintas, que passam a concorrer entre si pelos recursos dos projetos apresentados e por maior reconhecimento. A cultura se reduz a objeto de exploração econômica. Nessa disputa, entram em jogo quem apresentar maior vulnerabilidade e desempenho na solução dos problemas, não sendo visualizadas ações visando à redistribuição (Tommasi, 2014). De

jovem como alvo de intervenção a jovem como responsável pela mudança social, essas políticas não têm como objetivo principal fornecer os elementos e mediações necessárias para provocar mudanças significativas no desenvolvimento psicológico, tais como a consciência e da autonomia dos jovens, considerando uma formação integral, mas ações parcializadas que trazem implicações para as vivências dos jovens.

Outra perspectiva, representada pela ideia do jovem enquanto sujeito de direitos, ganhou espaço após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a concepção do desenvolvimento integral e se expandiu incitando a promulgação do Estatuto da Juventude (Krauskopf, 2003). No Brasil, a agenda de políticas para a juventude se deu de modo tardio, sendo que somente na segunda metade da década de 1990 que a juventude passou a ser tratada como questão social. Com a abertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a preocupação era a de estabelecer os direitos fundamentais para toda a população de forma geral (Souza et al., 2013). Nesse período, destaca-se a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069) em 1990, fruto da ampla organização dos movimentos sociais em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O ECA representa uma conquista para as crianças e adolescentes, afirmando a proteção integral que assegure os direitos fundamentais que proporcionem o desenvolvimento desses sujeitos (Severo, 2014).

O ECA dispõe da proteção integral a crianças e adolescentes, até os dezoito anos de idade, abrindo-se uma exceção em casos específicos para o atendimento aos jovens entre dezoito e vinte e um anos de idade. Essa exceção refere-se à idade máxima para o cumprimento da medida socioeducativa de internação, que foi aplicada anteriormente ao adolescente. Sobre esse ponto, Souza et al., (2013) discutem embora o ECA não tenha contemplado os direitos dos jovens, este estabelece sanções a esse público, como a

continuidade da aplicação da MSEI, destacando o uso do caráter repressivo do Estado e negligenciando a perspectiva da proteção integral para a juventude.

Tommasi (2014) aponta uma questão importante sobre a relação das políticas da juventude com as políticas voltadas para crianças e adolescentes que tem como base o ECA. Discute que a proteção integral prevista no ECA se encerra nos 18 anos, sendo que os jovens acabam sendo obrigados a deixar os programas e projetos dos quais participavam, incluindo aquelas que fornecem formação profissional, bolsas, e que realizam articulações com instituições de primeiro emprego. Dessa forma, os jovens ficam sem a cobertura de tais programas. Tommasi (2014) aponta ainda que essa situação é mais grave quando se trata de jovens que cumpriram medidas socioeducativas privativas de liberdade, devido a ineficácia das políticas sociais em promover a proteção desse segmento juvenil, inviabilizando a construção e efetivação de seus projetos e direitos.

Silva e Lopes (2009) apontam ainda a necessidade de criação das políticas públicas para a juventude diante da falta de acesso desse público aos direitos e bens sociais, relacionados principalmente a educação, trabalho, assistência, cultura e lazer, e das questões relativas à juventude, como a construção da independência econômica, familiar e vida profissional que deixaram de ser pontos de decisão no âmbito privado para depender de acesso à educação e da formação profissional.

Em se tratando da agenda brasileira das políticas públicas para a juventude, observa-se que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) criaram-se algumas ações direcionadas a esse público, que, no entanto, não chegaram a constituir uma política de juventude. Nesse mesmo período, verifica-se o surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) executando ações para os jovens a partir do enfoque do “risco social”. O atendimento nessa perspectiva corrobora a concepção de que a juventude é uma etapa problemática da vida ou uma condição vulnerável, que coloca os jovens em uma

situação de risco e suscetíveis a vivenciar contextos de violência, tanto como autores, como vítimas desta (Souza et al., 2013).

As políticas públicas apresentam características diferentes no seu processo de desenvolvimento no contexto latino-americano, sendo que no período entre 1950 e 1970 as ações destinavam-se as políticas de educação; entre 1970 e 1985 o foco passou para o controle dos jovens que participavam dos movimentos estudantis e contra as ditaduras latino-americanas; entre os anos de 1985 e 1990, as políticas tinham como perfil o enfrentamento da pobreza e a prevenção a criminalidade; a partir dos anos 1990 e início dos anos 2000 as políticas de trabalho passaram a focalizar a formação profissional e inserção no trabalho prioritariamente para o grupo de jovens considerado em situação vulnerabilidade (Abramovay & Castro, 2015). A partir desse período, observa-se a intensa organização e debates para a formulação de uma Política Nacional de Juventude, a partir do diagnóstico dos diversos programas federais destinados à juventude nos períodos anteriores, e a construção e instituição do Estatuto da Juventude em 2013 (Cardoso, Espinhoza & Pedro, 2017).

Na história da construção das políticas para juventude têm-se em especial o marco do Ano Internacional da Juventude, declarado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1985. Como resultado da Conferência Mundial, cujo tema era Participação, Desenvolvimento e Paz, foi publicado o documento contendo as *Diretrizes para a promoção do planejamento e acompanhamento adequados no campo da juventude***,** contendo orientações para a construção da política de juventude para os países integrantes (Dornelles, Reis & Panozzo, 2016). Ainda no âmbito internacional, destaca-se a realização do Fórum Mundial de Juventude das Nações Unidas, em 1998, resultando no Plano de Ação de Braga. Neste plano, observa-se o enfoque da juventude a partir de uma concepção positiva, destacando as potencialidades dos jovens e não apenas as questões problemáticas que

marcavam e ainda marcam a tônica dos planos e programas de ação para a juventude (Souza et al. 2013).

Na década de 1990, as políticas para juventude se caracterizaram por ações de caráter fragmentado, uns voltados para a assistência e inclusão de jovens, outros com caráter preventivo da violência. Tais ações, muitas vezes concorrentes entre si e abarcando faixas etárias diversas – crianças, adolescentes e jovens, não contemplavam uma perspectiva de desenvolvimento integral da juventude, o que por sua vez provocava pouco impacto nas necessidades reais dos jovens nos seus diversos contextos de vida. Ainda de acordo com Souza, Paiva & Oliveira (2013) esse fracionamento das políticas com objetivos distantes e desarticulados entre si, longe de contemplar a diversidade das juventudes, revela a fragilidade teórica do governo em estabelecer uma política de juventude estrutural.

De acordo com Silva e Lopes (2009), as políticas sociais, no Estado capitalista, correspondem ao conjunto de respostas às expressões da questão social, na qual constantemente são produzidos e reproduzidos os acordos entre o capital e o Estado. No caso do Brasil, as políticas sociais construídas após a Constituição Federal de 1988, em meio ao contexto neoliberal, se traduzem na afirmação dos direitos sociais. No entanto, a garantia da cidadania está condicionada a manutenção e reprodução do capital. Como consequência de um Estado que minimiza os gastos com os direitos sociais e prioriza os investimentos econômicos, observa-se que a área social é receptora apenas de gastos residuais que resultam em políticas pontuais e segmentadas, a exemplo das políticas para juventude. Disso resulta também a realização de parcerias do Estado com organizações não-governamentais, através da transferência de recursos e da execução dos programas, que podem ser acompanhadas ou não de fiscalização. Se as políticas para a juventude se caracterizam pela pontualidade e fragmentação, tal situação se agrava nos programas e ações realizados pelas ONG’s, tendo em vista que estes dependem de financiamentos descontínuos e de curta duração.

A partir dos anos 2000 verifica-se uma mudança na organização das políticas para a juventude, que parecem ampliar as estratégias para além do foco no jovem como problema social ou como jovem-solução, observando-se uma maior participação dos jovens nos movimentos sociais e demais órgãos da sociedade civil, que passaram a cobrar mudanças nas políticas que fossem além do foco do risco social e da sua responsabilização, e cobrando uma agenda de ações que considerasse as necessidades reais dos jovens a partir da sua participação ativa. A Organização Brasileira de Juventude (OBJ), a UNESCO e a Ordem dos Advogados do Brasil, e os movimentos sociais e movimentos de jovens organizados, redigiram a Agenda Jovem 2002, contendo reivindicações direcionadas ao governo, específicas para a juventude (Barreiro & Malfitano, 2014), resultando na inclusão das propostas nos planos de governo. Abramovay e Castro (2015) situam que nos últimos anos, as políticas de juventude têm mostrado avanços em relação à concepção dos jovens enquanto sujeitos de direitos na formulação das políticas, mas que estas ainda não têm contemplado a real participação dos jovens na elaboração, avaliação e crítica das ações realizadas.

No ano de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada então a Comissão Especial de Políticas para a Juventude (Cejuvente) e no ano de 2004 foi realizada a Primeira Conferência de Juventude. Como resultado das discussões, foi criado o Projeto de Emenda Constitucional PEC nºº 394/2005 cuja proposta era alterar o texto da Constituição Federal Brasileira, com a inclusão do termo jovem em alguns artigos (Barreiro & Malfitano, 2014) o que representou o início da construção de uma Política Nacional de Juventude (Novaes, Cara, Silva & Papa).

Com o objetivo de articular e centralizar as ações fragmentadas das políticas de juventude, no ano de 2005 foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). A SNJ tem como objetivo realizar a articulação intersetorial e a supervisão das ações,

construir uma agenda pública nacional de juventude, contemplando a garantia dos direitos fundamentais e estratégias de enfrentamento à violência (Barreiro & Malfitano, 2014).

A partir da criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), a população jovem passa a ser a compreendida dos 15 aos 29 anos. Segundo Abramovay e Castro (2015), para definir essa faixa etária, foram considerados a extensão do tempo destinado à formação escolar e profissional, o prolongamento da permanência com as famílias de origem; dificuldades na inserção no mercado trabalho; e maior vulnerabilidade, o que demandaria por uma maior proteção do Estado e a criação de políticas específicas.

O Conselho Nacional de Juventude foi criado com a função de formular diretrizes relacionadas à promoção de políticas públicas para os jovens, estimular pesquisas e estudos sobre a realidade socioeconômica desse segmento, e ainda promover o diálogo entre os Poderes executivo e legislativo e a sociedade civil. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e por 2/3 da sociedade civil, totalizando 60 membros (Barreiro & Malfitano, 2014). O Conjuve foi responsável por elaborar um quadro de referência das políticas relacionadas a três Câmaras Temáticas (CT): a CT 1 – Desenvolvimento Integral, relacionada à integração das políticas de educação, trabalho, cultura, tecnologia no século XXI; a CT 2 – Qualidade de Vida, referente ao acesso qualificado dos jovens as políticas de saúde, esporte, lazer; e a CT 3 – Vida Segura, tratando da universalização dos direitos humanos, valorização da diversidade e enfrentamento da violência contra a juventude (Souza, Paiva & Oliveira, 2013).

Em relação à violência, o Conjuve assinalou três linhas de ações a serem desenvolvidas pelo Estado, de forma integrada, sendo estas: a ampliação das políticas universais; o desenvolvimento de políticas públicas específicas no âmbito da prevenção e

enfrentamento da violência; e a criação de um órgão responsável pelo diagnóstico e análise das ações de prevenção e enfrentamento (Souza, Paiva & Oliveira, 2013).

No que diz respeito aos jovens egressos de medidas socioeducativas, o Conjuve reconhecendo a necessidade de ações direcionadas a esse público-alvo, divulgou em 2018, o documento “Pacto pela juventude” no qual afirma a necessidade de consolidação da Política de Juventude e a efetividade do Estatuto da Juventude, apontando ações de caráter prioritário e atenção especial para jovens egressos de MSE, sendo estas: a garantia do cumprimento efetivo dos direitos iguais no mundo do trabalho, como acesso, salários, carga horária e formação; existência de programas de inclusão dos jovens egressos de medidas socioeducativas; e a Garantia de políticas de inclusão de jovens egressos de medidas socioeducativas no mercado de trabalho formal (Pacto pela juventude, 2018).

Dentre as políticas de juventude, ao lado das ações da SNJ e do Conjuve, o Projovem caracteriza-se por um programa cujo objetivo é ampliar o atendimento aos jovens que estão excluídos da escola e da formação profissional, atendendo a um segmento jovem bastante amplo, através de quatro modalidades: Projovem Urbano; Projovem Campo; Projovem Trabalhador; e Projovem Adolescente, sendo estes vinculados a diferentes ministérios, mas tendo como característica comum a aceleração da escolaridade, a formação profissional articulada a ações socioeducativas e comunitárias, e a transferência de auxílio financeiro em 3 modalidades (Barreiro & Malfitano, 2014).

O governo Lula foi responsável por inaugurar um novo marco para as políticas de juventude, institucionalizando espaços e programas que ampliaram os direitos dos jovens, principalmente daquele segmento que vivencia as expressões da desigualdade social. Nessa direção, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por essa população, amplia-se a faixa etária de atendimento de algumas políticas, compreendendo a necessidade de ofertar políticas

de maior qualificação profissional associada a promessa da empregabilidae (Magalhães, 2016).

Durante o governo de Dilma Rousseff, observou-se processos de continuidades e descontinuidades em relação as políticas do governo anterior. Dentre essas, destaca-se a nomeação de uma jovem para o cargo da Secretária Nacional de Juventude e de outro lado a extinção do Programa ProJovem Integrado, que unificava o Projovem Adolescente, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Urbano. Ao extinguir o Projovem Campo, o governo transferiu as ações para o jovem do campo paraa responsabilidade Ministério da Educação e as demais permaneceram sem maior integração, em uma disputa de interesses e recursos (Almeida & Nascimento, 2011).

Para Silva e Silva (2011), a Política Nacional de Juventude deve realizar investimentos econômicos, sociais, educacionais, políticos e culturais, considerando a realidade e suas múltiplas determinações, e assim ser capaz de efetivar uma política que tenha como objetivo a emancipação e autonomia dos jovens. A Política Nacional de Juventude (PNJ) define a faixa etária compreendida entre os 15 e 29 anos, sendo que este período é dividido em três subgrupos: os jovens-adolescentes (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos) (Novaes et al., 2006).

No entanto, apesar da maior participação dos jovens na construção da agenda de ações e da criação de uma Política Nacional de Juventude, com ampliação do foco das intervenções, de acordo com Barreiro e Malfitano (2014), a política de juventude sofreu uma inversão, realizando políticas fragmentadas e centradas no combate a violência, para somente depois criar uma legislação específica como o Estatuto da Juventude que foi promulgado apenas em 2013, após nove anos de intensa discussão. O processo de construção do Estatuto da Juventude foi permeado por disputas ideológicas e retrocessos nas discussões, de modo que o texto final não deixou claro a responsabilidade do Estado e a participação da família e da

sociedade em garantir os direitos dos jovens. De acordo com Severo (2014), o Estatuto da Juventude apenas reafirmava os direitos civis já expressos na Constituição Federal de 1988. Ao contrário do ECA, o Estatuto da Juventude não preconiza a proteção integral dos jovens e a garantia de todos os seus direitos, omitindo questões importantes que envolvem os contextos de desenvolvimento dos jovens, tais como emprego, sexualidade, homicídios/genocídio de jovens e as políticas voltadas para jovens que cumpriram medidas socioeducativas, com a justificativa de não criar um conflito com o ECA (Severo, 2014). Da mesma forma, não há menção no Estatuto da Juventude aos jovens egressos de MSE, apenas aos jovens egressos do sistema prisional, o que implica na invisibilidade desse público na política de juventude e fragilização da política de socioeducação.

Na contramão de uma política garantidora de direitos, em 2019, o presidente publicou o Decreto nº 9.759, 11 de abril, extinguindo e estabelecendo limitações a colegiados da administração pública, dentre estes, conselhos, comitês, grupos, junta, fóruns, etc. As repercussões desse decreto envolvem a redução de cerca de 700 conselhos existentes para menos de 50, anteriormente previstos na Política Nacional de Participação Social (PNPS), revogando o Decreto n.º 8.243, de 23 de maio de 2014 e a limitação de recursos aos conselhos que irão permanecer. Como implicações, esse decreto restringia a participação e controle da sociedade civil nos processos decisórios de formulação e implantação das políticas, o que reforça a existência de políticas de caráter repressor que consideram o jovem como problema social. Após pressão dos movimentos sociais, Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu os mandatos dos conselheiros vinculados ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

De acordo com Silva e Silva (2011) a juventude corresponde a um segmento populacional que é atingido pelas manifestações da questão social, fazendo com que vários jovens não consigam desfrutar da condição juvenil, assumindo determinadas funções

atribuídas a idade adulta, a exemplo do trabalho precoce. Como consequência do contexto neoliberal, tem-se um Estado mínimo que investe pouco em políticas estruturais básicas, prevalecendo a existência de programas desestruturados, com baixo impacto na vida das pessoas, e que não é capaz de reduzir a desigualdade social. Desse modo, o Estado não garante os direitos desse segmento da população e não fornece as condições fundamentais para o pleno desenvolvimento dos jovens (Paiva & Oliveira, 2015).

Sendo assim, as ações destinadas aos jovens, tratavam de ações fragmentadas e pontuais, focadas principalmente na profissionalização dos chamados jovens "excluídos". Muito longe de oferecer uma formação profissional integral que garantisse a qualificação técnica e a inserção no mercado de trabalho, essas ações, de caráter compensatório, visavam apenas combater o ócio e prevenir comportamentos de risco. Cabe ressaltar que essas ações paliativas, exerciam a função de maquiar a problemática social em relação aos altos índices de desemprego juvenil, associando-se principalmente a falta de qualificação profissional (Tommasi, 2014).

Apesar das mudanças ocorridas nas políticas, estas ainda carregam um caráter compensatório, principalmente das que tratam da qualificação profissional e da aceleração da escolaridade para aqueles que se encontram com distorção idade/ano, sendo necessário o enfrentamento de vários desafios para a consolidação de uma Política de juventude. Para isso, é indispensável a integração entre as políticas estruturais e específicas; redefinir a faixa etária entre os programas unificando o atendimento; fortalecer as intervenções do Estado e a destinação dos recursos para as políticas (Souza, Paiva & Oliveira, 2013).

A permanência do foco no combate a ociosidade nas políticas de formação profissional está associada a outra forma de intervenção do Estado, a partir das políticas de segurança pública realizadas por meio do policiamento ostensivo e da repressão aos jovens. No caso dos jovens, a política de segurança pública, é em muitos casos a primeira ou a forma

mais recorrente de contato que os jovens têm com o Estado, na qual se tem utilizado de práticas abusivas e arbitrárias, como ameaças, apreensões e execuções. Compreende-se a importância do debate em relação à política de segurança pública no campo das políticas de juventude, as quais tem se caracterizado pela contenção violenta dos jovens (Souza, Paiva & Oliveira, 2013).

Ainda sobre essa temática, Novaes et al. (2006) apontam para a necessidade de que as políticas de enfrentamento à violência estejam situadas a partir da perspectiva da prevenção e proteção, ou seja, devem estar articuladas com a promoção dos direitos básicos e universais e garantir condições plenas de acesso às políticas de educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte etc. Discutem que essa articulação deve se dar de forma prioritária para os jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas e para aqueles que são egressos do sistema socioeducativo de modo a garantir-lhes condições de vida digna. Para tal, sinalizam a responsabilidade da SNJ em conjunto com os órgãos municipais e estaduais, na implementação dessas políticas, considerando a diversidade de experiências desse ciclo vital e estimulando a criação de programas específicos de qualificação profissional, conclusão da Educação Básica e inserção no mercado formal de trabalho (Novaes et al., 2006), que possam ir além da concepção de juventude enquanto etapa preparatória ou como fase problemática, mas considerando esses aspectos enquanto direitos fundamentais e elementos propulsores do desenvolvimento dos jovens.

Em relação às formas como se estruturam às políticas de juventude, Novaes et al. (2006), identificaram que as políticas assumem três níveis de atividade: políticas estruturais, programas e ações. As políticas estruturais correspondem a ações continuadas que visam assegurar os direitos fundamentais dos jovens. Os programas têm objetivos específicos e prazos determinados, e podem estar subordinados ou não às políticas estruturais. Em relação

às ações, essas se caracterizam por atividades de curto prazo, tendo um público-alvo determinado, articulando-se ainda aos programas e políticas.

No que se refere à juventude analisada nesta tese, que cumpriu medidas socioeducativas, observa-se que política de socioeducação se efetiva a partir de um Sistema que compreende um conjunto de outras políticas sociais, como a de saúde, educação, profissionalização, lazer, cultura, esporte, segurança e sistema de justiça, que atuam com base no princípio da incompletude institucional. Em relação aos egressos de MSEI, verifica-se que o acompanhamento estabelecido pela lei e que tem sido ofertado nos estados a partir das entidades de execução das MSE de meio fechado, se dá no formato de programa subordinado à política de socioeducação, com objetivos específicos voltados ao público-alvo determinado de egressos de MSEI e com a função de articular as demais políticas, programas e ações que garantam direitos aos jovens.

Nesse sentido, dentre os desafios e possibilidades que permeiam as políticas para jovens estão a própria concepção de juventude, sendo que os jovens não têm sido tratados como um segmento com características, necessidades e potencialidades próprias, mas sempre em comparação com adultos ou crianças; a necessidade de considerar a pluralidade das juventudes a partir das suas condições objetivas de vida e dos contextos que proporcionam desenvolvimentos diferenciados; o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos e a garantia dos direitos fundamentais para o seu desenvolvimento integral, assim como a escuta e participação destes. Soma-se a este, os desafios relacionados ao enfrentamento da violência que atinge os jovens, comprometendo sua integridade física e psicológica, e ainda a necessidade do combate a naturalização da violência como forma de resolução dos conflitos e a responsabilidade do Estado nesse processo (Abramovay & Castro, 2015).

A juventude analisada nesta tese é a juventude pertencente à classe trabalhadora, ou classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009), que vivenciou em suas trajetórias uma série de

violações de direitos e a ineficácia e insuficiência das políticas de proteção social, decorrentes da desigualdade social provocada pela organização do sistema capitalista, e que em suas trajetórias de vida realizaram atividades que guiaram seu desenvolvimento na direção de uma abreviação da infância e da juventude (Tosltij, 1989, citado Leal & Mascagna, 2016), que repercutiram no processo de adultização precoce. A política de socioeducação voltada a este segmento, caracterizada como resposta do Estado a prática dos atos infracionais, por meio das medidas socioeducativas, tem se configurado como uma forma de controle sócio penal juvenil (Silva, 2010), pois compreende a juventude como etapa problemática, responsabilizando unicamente o jovem pela prática do ato infracional e desconsiderando-o como uma expressão da questão social. Como consequência da individualização da responsabilização, observa-se o foco na punição dos jovens. Ou seja, a MSE de internação estabelecida pelo ECA, que é executada como um programa de privação de liberdade, tem como implicações, a privação de demais direitos, como a convivência familiar e comunitária.

No que se refere aos programas de acompanhamento aos egressos de MSE de internação, à indefinição sobre a sua concepção de forma universal abre espaço para a imprecisão quanto ao objetivo da política, registrando-se na execução, o foco do acompanhamento em perspectivas da ressocialização e prevenção à reincidência do ato infracional e da violência (Foppa, 2011), que acompanha a compreensão da juventude como etapa problemática e não como segmento cujas ações devem voltar-se para a promoção do desenvolvimento a partir das suas necessidades e interesses. Destaca-se que o ideal de "ressocialização" se trata de um conceito esvaziado de sentido e por sua vez inalcançável, pois culpabiliza o jovem, retirando qualquer a análise sobre a estrutura da sociedade e objetivando apenas a adaptação dos sujeitos a ordem social vigente. Apesar de problemático enquanto objetivo e método, o ideal da "ressocialização" acompanha as políticas voltadas para a responsabilização dos jovens a quem se atribui a autoria dos atos infracionais em suas

diversas formas na legislação e tratamento ao longo da história brasileira, apesar dos seus reconhecidos avanços (Marinho & Galinkin, 2017).

Para Abramovay e Castro (2015) as políticas destinadas à juventude devem incorporar as preposições De/Para/Com, sendo que as políticas de juventude devem tratar do reconhecimento dos direitos e da diversidade, da autonomia juvenil e do papel estratégico desses atores; as políticas para a juventude devem abordar a responsabilidades do Estado na garantia desses direitos; e as políticas com a juventude devem abarcar a participação ativa dos jovens na elaboração e avaliação das políticas.

Nesse sentido, Souza, Paiva e Oliveira (2013) apontam que, no caso dos jovens, as políticas de educação e trabalho, ao lado das de cultura e lazer, deveriam constituir-se em políticas estruturais que garantissem os direitos fundamentais e o pleno desenvolvimento desses sujeitos. Porém, o que tem ocorrido são formações profissionais com baixas qualificações sendo que grande parte dos jovens que realizam essa formação não conseguem acessar essas vagas no mercado formal, contribuindo assim para reforçar a manutenção do "exército de reserva", essencial ao modelo de produção capitalista e, mesmo os que conseguem, assumem postos de trabalho precarizados. Nesse contexto, o desafio é de articular as políticas sociais de caráter universal com as políticas focalizadas, e que constituam um sistema de proteção social amplo (Silva & Lopes, 2009).

De acordo com Silva e Lopes (2009), as diversas políticas públicas de juventude, além de concorrerem entre si por recursos, podem se apresentar de modo distinto quanto aos modelos de organização: enquanto umas priorizam a participação dos jovens, outras se caracterizam pela repressão e controle, mostrando que o Estado concebe atendimentos diferenciados para as juventudes. Essa pluralidade repercute na execução dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI em razão da imprecisão do objetivo e concepções desse atendimento específico na política de socioeducação.

Dessa forma, defende-se a importância de que a qualificação profissional esteja vinculada a uma política de geração de emprego, e que considere as reais necessidades e interesses dos jovens, proporcionando uma formação integral e não apenas como instrumento para ocupar o tempo ocioso e para prevenir uma suposta criminalidade. Compreende-se que, no contexto do capitalismo, tais políticas não serão responsáveis por modificar a estrutura social, mas devem ir além do foco na prevenção "a criminalidade" e garantir os aspectos para o desenvolvimento dos jovens, favorecendo espaço de crescimento pessoal, considerando as diversas juventudes (Souza, Paiva & Oliveira, 2013).

Desse modo, considerando-se que nesta tese, a juventude analisada é aquela que pertence à classe trabalhadora ou à classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009), e que vivenciou em suas trajetórias uma série de violações de direitos decorrentes das desigualdades produzidas na sociedade classes, que incidiram no cumprimento da medida socioeducativa de internação. Tomando como base a psicologia histórico-cultural, compreende-se que o desenvolvimento da juventude se dá a partir dos diversos contextos sociais que ofertam condições objetivas de vida diferenciadas, caracterizadas pela presença de atividades dominantes distintas que modificam a maneira pela qual as funções psicológicas superiores são desenvolvidas. As políticas sociais e políticas de juventude, com suas perspectivas e objetivos divergentes, ora pautadas no combate ao risco, ora em ações que consideram o jovem como ator de mudanças, proporcionam situações sociais de desenvolvimento variadas, que, no entanto, não visam a formação integral e o desenvolvimento da consciência, da autonomia e de sua emancipação, posto que não dispõem e ofertam atividades dominantes responsáveis por guiar essas transformações qualitativas.

Ressalta-se que, na sociedade capitalista, a emancipação tem sido reduzida ao processo de inserção limitados a alguns poucos direitos civis, políticos e sociais, que são ofertados de modo precário e desigual. Destaca-se que esse acesso, ainda que realizado de

modo organizado ou pautado em uma dimensão educativa, possibilita apenas atingir a emancipação política, visto que esta é a única forma de emancipação possível no modo de produção capitalista (Prates, 2016). Compreende-se que a emancipação política é necessária, pois representa conquitas para a classe trabalhadora no acesso aos direitos, mas está inscrita na lógica que estrutura e mantem a sociedade capitalista, baseada na exploração e desigualdade, portanto, não possibilita a emancipação humana, que corresponde a eliminação da desigualdade, dominação e exploração (Montaño, 2016).

Nesse sentido, tomando como base a perspectiva do desenvolvimento da juventude, a partir psicologia histórico-cultural e a pespectiva crítica das políticas sociais, e considerando os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI na sua relação com as demais políticas sociais e políticas de juventude, busca-se compreender os princípios e diretrizes que tem norteado a execução desses programas as implicações de tais concepções na promoção dos contextos de desenvolvimento para esses jovens.

CAPÍTULO II – POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO E O ATENDIMENTO AOS JOVENS: DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AO ACOMPANHANHAMENTO AOS EGRESSOS

Neste capítulo objetiva-se apresentar uma discussão acerca dos aspectos presentes na política de socioeducação e em seus programas de atendimento, destacando-se os elementos pedagógicos que norteiam o atendimento conforme determina o Sinase e a relação destes com o atendimento aos jovens egressos de medidas socioeducativas de internação MSEI a partir da oferta de programas de acompanhamento aos egressos de MSEI.

O estabelecimento de programas de acompanhamento a egressos de MSEI está definido no Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 94, inciso XVIII, o qual determina que as entidades responsáveis por desenvolver programas de internação têm a obrigação de oferecer e manter programas destinados ao apoio e acompanhamento aos jovens egressos de MSEI (ECA, 1990). A existência desses programas é também destacada na norma de referência do Sinase (2006) a partir da indicação de ações de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI nos programas de meio fechado executados pelos Estados, destacando-se a oferta de atendimento qualificado e estruturado para os jovens que tiveram a MSEI extinta. A finalidade dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI é auxiliar o jovem egresso na transição entre a privação de liberdade e o retorno a vida na comunidade (Sinase, 2006; Foppa, 2011; Araújo, 2017), a partir da garantia da convivência familiar e comunitária e da realização de articulações com as políticas sociais, de modo a garantir e efetivar os direitos sociais.

Ressalta-se que a lei n.º 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e passou a regulamentar a execução das medidas socioeducativas não faz menção a existência ou funcionamento de programas de acompanhamento aos egressos de MSEI. As orientações em relação ao atendimento oferecido pelos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI são indicadas na norma de referência do Sinase, que afirma que as entidades de meio fechado devem oferecer atendimento estruturado e qualificado aos jovens egressos de MSEI. Desse modo, a

qualificação do atendimento aos egressos de MSEI se dá observando a metodologia da política de socioeducação, orientada pelos princípios do atendimento socioeducativo e eixos pedagógicos apresentados na norma de referência do Sinase (2006).

Dentre os princípios que orientam o atendimento socioeducativo, seja este na execução das medidas socioeducativas ou nos programas de acompanhamento aos egressos, está a referência à incompletude institucional, como parâmetro que corresponde a utilização máxima de equipamentos, serviços, programas e projetos existentes fora dos equipamentos executores das MSEs de modo a efetivar a corresponsabilidade das políticas de educação, saúde, formação profissional e inserção no trabalho a partir da perspectiva da proteção integral. No que se refere às MSE, as ações conjuntas dessas políticas estão estabelecidas de modo obrigatório na composição do Sinase. Em relação aos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, o atendimento se caracteriza pelo acionamento e articulação dessas políticas para garantir o acompanhamento dos jovens que não ocorre de forma espontânea na rede, justificando sua criação e manutenção. Outro princípio que caracteriza os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI é a adesão voluntária do jovem, diferenciando-se da medida socioeducativa que é imposta como uma sanção. Desse modo, apenas os aspectos pedagógicos e não sancionatórios devem guiar as ações dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI.

As políticas sociais e a política de socioeducação seguem o princípio do trabalho em rede. O surgimento dessa modalidade de intervenção ocorreu relacionado às características das políticas sociais no capitalismo. Diante do seu caráter segmentado, setorizado e especializado emergiu o reconhecimento da necessidade de outras estratégias frente ao grau de complexidade das demandas apresentadas e vivenciadas pela população, decorrentes da estrutura da sociedade, que repercutem nas condições de vida e na perda dos direitos em face da crise do Estado (Mioto, 2002). A não consolidação de um Estado de Bem-estar e a

implantação de políticas no contexto neoliberal implicou na contração da função do Estado na garantia da proteção social em face da redução de recursos para a garantia de direitos (Mioto, 2002).

Em relação à rede de proteção as crianças e adolescentes, o Conanda criou o Sistema de Garantia de Direitos, que é uma rede responsável pela articulação e integração de entidades públicas e da sociedade civil organizada, e que atua na promoção, defesa e controle social dos direitos e na formulação de normativas para garantir esses direitos. No caso de casos e adolescentes, a rede é fundamental para ampliar o alcance da proteção integral determinada no ECA e objetivando atender situações violadoras de direitos (Silva & Alberto, 2019).

Em relação à garantia da proteção integral as crianças e adolescentes e, em especial, da política de socioeducação, a intervenção em rede é fundamental para o cumprimento do princípio da incompletude institucional que norteia a execução das medidas socioeducativas. Esse princípio pressupõe que as unidades socioeducativas não atendem por si sós, a todas as necessidades dos jovens, exigindo a articulação permanente e orgânica entre todas as políticas setoriais, de modo a oferecer e garantir os direitos à saúde, educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer, segurança pública e justiça. Mais que apenas articular, o princípio da incompletude institucional trata da corresponsabilidade das políticas setoriais em assegurar os direitos dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas (Motti, 2015). No caso das medidas em meio fechado, e principalmente na MSEI, a incompletude institucional é fundamental para garantir os direitos dos jovens em privação de liberdade, e na busca de romper com práticas institucionais totalitárias. Inclui-se nesse processo a previsão e realização de atividades externas às unidades de internação, minimizando os impactos da institucionalização (Assis, 2016).

A intervenção em rede parte também do reconhecimento das transformações que se deram nas relações sociais, em que o sentido comunitário se enfraqueceu, ampliando o aumento das respostas institucionais frente as demandas. O fortalecimento do trabalho em redes está relacionado à utilização dos recursos disponíveis no território, seja de pessoas, instituições ou serviços, objetivando a requalificação das intervenções localizadas nesses espaços. Nas definições das políticas e serviços, o trabalho em rede passou a ser referido como prática cotidiana nas instituições, em parte pelo reconhecimento dos limites institucionais diante das demandas e, por outro lado, pela potencialidade que a intervenção pode assumir ao somar ações de diversos atores e serviços (Mioto, 2002).

O trabalho em rede demanda uma requalificação das intervenções a partir da análise permanente dos recursos disponíveis e a qualidade de sua organização depende de algumas características; não ser aleatória ou espontaneísta, ou seja, o trabalho em rede exige intencionalidade, planejamento e organização; possuir especificidade, objetividade e foco para atender as demandas de forma diretiva e não genérica; necessita de vários níveis de complexidade dos serviços existentes; ser especializada, necessitando habilidades técnico-profissionais diante da complexidade das demandas; estabelecer pactos a serem cumpridos e avaliados (Mioto, 2002; Gonçalves e Guará, 2010). Fundamental para a formação e manutenção da rede é a sua dinamicidade, ou seja, para seu funcionamento a rede não pode estar fixada, cristalizada, mas aberta a entrada e saída de instituições e negociações de foco (Silva & Alberto, 2019).

Embora o trabalho em rede seja uma orientação definida nas normativas das políticas sociais, a estrutura dos serviços ainda mantém uma estruturação verticalizada e burocratizada, que torna a execução da rede um trabalho difícil, já que para sua ocorrência, necessita de relações horizontalizadas e permanente articulação, para garantir a participação efetiva das políticas sociais, sociedade e famílias. Uma das características das políticas setorializadas é

que estas, apesar de possuir especificidades, acabam realizando a sobreposição de ações em caráter descoordenado, o que reflete em uma cobertura parcial da proteção. Assim, o trabalho em rede, emerge com a função de direcionar as iniciativas, diminuindo entraves. Diante da natureza diversa dos serviços, o trabalho em rede tem a função organizativa de mediar tempos e consensos frente as demandas. O trabalho em rede pressupõe o princípio de complementariedade das ações, e a necessidade de horizontalidade, socialização de informações e pactuações. Sendo assim, a comunicação é um princípio que sustenta e organiza o trabalho em rede (Gonçalves e Guará, 2010). No processo de formação da rede, uma das primeiras etapas reconhecidas é a sensibilização, que corresponde a realização de ações voltadas a promoção da conscientização da sociedade e dos entes públicos sobre determinada situação ou violação de direitos, que impulsionem estratégias de enfrentamento e proteção (Moreira & Custódio, 2019).

Embora esteja definida como orientação na maioria das políticas sociais, a simples afirmação dessa estratégia não garante a sua existência, o que exige a mobilização permanente, assim como uma equipe de suporte que exerça a função de articulação e mediação entre os demais serviços, pautas e agendas, o estabelecimento de uma agenda formal que evite a adesão informal ou sem definição de responsabilidades; o acompanhamento e a formação de um sentimento de pertença e pertencimento a rede (Gonçalves e Guará, 2010).

Nos tópicos a seguir serão discutidos de forma detalhadas os eixos de atendimento do Sinase e sua relação com os programas de acompanhamentos aos egressos de MSEI. Posteriormente será apresentado a forma como o atendimento ao egresso tem se efetivado a partir da literatura sobre o acompanhamento aos egressos de MSEI.

Sistema socioeducativo: caracterização das medidas socioeducativas de meio fechado e meio aberto

A partir da promulgação da Lei n.º 8.069/1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o atendimento a jovens a quem se atribui a prática de atos infracionais passa a ser determinado a partir da perspectiva da proteção integral. O ECA foi promulgado após um ano da publicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da qual o Brasil é signatário e que estabelece que o atendimento aos adolescentes que praticaram atos infracionais deve seguir os princípios dos direitos humanos, coibindo qualquer forma de atendimento degradante, humilhante ou que utilize de violência ou instrumentos de coerção (Alencar, 2014).

Dentre as medidas socioeducativas estabelecidas no ECA, a internação caracteriza-se como medida de maior gravidade em relação às demais, devendo ser aplicada por um prazo máximo de três anos e subordinada aos princípios da brevidade do tempo, excepcionalidade da aplicação e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, por se tratar de uma MSE de privação de liberdade (ECA, 1990).

No entanto, por se tratar de uma lei geral, o ECA não estabeleceu de que forma o atendimento socioeducativo deva ocorrer nas instituições executoras, ou mesmo do que significa a socioeducação (Oliveira, 2014). Assim, em 2006, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, publicou um documento guia, contendo as diretrizes e parâmetros do atendimento socioeducativo para as instituições de execução das medidas socioeducativas, sendo que em 2012, a partir da Lei federal n.º 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, regulamentou a execução das MSE no âmbito municipal, estadual e federal (Pinto & Silva, 2014).

Apesar de tratar da regulamentação, este documento não trouxe uma definição teórica do termo socioeducação, deixando lacunas quanto à compreensão das intervenções a serem

realizadas e que pudessem se materializar em ações promotoras do desenvolvimento (Bisinoto, Oliva, Arraes, Galli, Amorim & Stemler, 2015).

No entanto, como nos marcos legais e normas de orientação, inexiste a menção sobre a base teórica que fundamenta o conceito de socioeducação, aponta para a ausência da intencionalidade das medidas socioeducativas, o que impede que ela seja executada em seu pleno objetivo de ação pedagógica, e para uma fragilidade que abre espaço para a manutenção de ações punitivas e disciplinarizadoras ou a utilização de concepções e práticas de caráter pessoal, baseada nas experiências dos atores (Zanella, 2011).

A norma de referência do Sinase trata do atendimento socioeducativo a partir dos princípios pedagógicos e eixos norteadores de ação, sem, no entanto, trazer uma definição conceitual e teórica. O conceito de socioeducação aproxima-se do termo educação social, o qual se refere a uma pedagogia voltada para o desenvolvimento da autonomia e emancipação dos sujeitos, consciência crítica e efetivação dos direitos humanos (Bisinoto et al., 2015). Segundo Cunha & Dazzani (2018) a socioeducação é um tipo de educação social, no entanto, enquanto a segunda se refere a contextos amplos e variados, a primeira se direciona especificamente aos adolescentes e jovens em cumprimento de MSE, sendo executada entre as searas da educação e jurídica.

De acordo com Cunha & Dazzani (2018), a socioeducação é o conjunto de processos educativos, que, ao ser teórica e metodologicamente fundamentados e sistematizados, e por meio de uma ação educativa tem por objetivo promover mudanças na vida dos adolescentes e jovens que praticaram atos infracionais. No entanto, esses autores apontam que a ação educativa não é suficiente para viabilizar essas mudanças, portanto a política de socioeducação necessita de outros elementos para se efetivar o atendimento socioeducativo por meio das políticas e serviços que compõem o sistema socioeducativo. Para isso, Zanella (2011; 2018) aponta que, para que a política de socioeducação se materialize nas unidades de

cumprimento de MSE, faz-se necessária uma base teórica que constitua o elemento central de sustentação e uma metodologia do atendimento socioeducativo operacionalize a intencionalidade da ação socioeducativa no seu objetivo pedagógico.

Segundo Bisinoto et al., (2015), o termo socioeducação foi adicionado às medidas, em sua forma adjetivada: socioeducativa/socioeducativo, com a implementação do ECA, e que se apoia na dimensão pedagógica, deve guiar-se por ações promotoras de saltos qualitativos no desenvolvimento a partir de ações intencionalizadas, assim como defendem a socioeducação enquanto política pública específica e estruturada para os adolescentes e jovens responsabilizados por medidas socioeducativas. Nesse sentido, a política de socioeducação se refere ao conjunto de serviços, programas e ações articuladas, objetivando a promoção do desenvolvimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, e que a partir de uma intencionalidade e planejamento pedagógicos, seja capaz de impulsionar as potencialidades, a autonomia e emancipação desses sujeitos (Bisinoto et al., 2015).

A socioeducação corresponde a um tipo de educação sistemática, realizada no interior de uma instituição, ligada a execução das medidas socioeducativas, que ao utilizar a metodologia do atendimento socioeducativo, pressupõe o desenvolvimento integral e, portanto, necessita das demais políticas (Zanella, 2018). A intencionalidade pedagógica articula, ações educativas voltadas para a formação da cidadania e a escolarização formal, enquanto ações complementares baseadas em uma concepção crítica e emancipatória capazes de promover as potencialidades e o desenvolvimento dos sujeitos e que combata com a manutenção e reprodução dos paradigmas vigentes (Bisinoto et al., 2015). Esses autores enfatizam que a educação social não pode ser reduzida à inserção no mercado de trabalho ou em políticas e programas de lazer, cultura e esporte, posto que esses são produzidos e reproduzem o modelo de sociedade capitalista e liberal.

Nesse sentido, as medidas socioeducativas são executadas a partir do Sistema Socioeducativo, que compreende o conjunto de políticas que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos e destinam ações para os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. São estruturadas na política de socioeducação, que corresponde a estruturação dos programas de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado e dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI.

A Lei do Sinase determina como objetivos das medidas socioeducativas: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (Brasil, 2012, Art. 1º § 2º). Dessa forma, o Sinase afirma sua natureza sancionatória e pedagógica, destacando-se o caráter duplo de sua execução (Costa, 2015).

Apesar deste duplo caráter, na execução das MSE devem ser priorizadas as ações pedagógicas, na qual a responsabilização do jovem ocorra com a oferta de atividades socioeducativas que ofereçam ao jovem, novas possibilidades. No caso da MSE de internação, esta deve ser avaliada a cada seis meses, sendo extinta, prorrogada ou substituída por outra MSE, de acordo com a avaliação da equipe técnica de referência da instituição e do sistema de justiça sobre o desenvolvimento pessoal e social a partir do que é ofertado ao jovem durante o cumprimento da MSE (Costa, 2015). Konzen (2005) questiona a implementação do princípio pedagógico na MSE de internação, em razão da sua característica repressiva e privativa de liberdade, restrição de direitos, sobressaindo o caráter sancionatório.

A compreensão de que o ato infracional se constitui de um fenômeno multifacetado e complexo foi incorporada no Sinase a partir da atuação de diferentes atores sociais e da

interlocução de diversas políticas públicas. Para tanto, afirma o princípio da incompletude institucional, que corresponde a articulação entre as políticas setoriais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, internos ou externos à instituição de MSE (Pinto & Silva, 2014).

Para tanto, o Sinase (2006) prevê a composição de equipe multiprofissional para realização do atendimento socioeducativo. Um dos profissionais que compõe a equipe técnica multiprofissional na execução das MSE e nos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI e o assistente social. As diversas manifestações da questão social no Brasil exigiam um outro tipo de intervenção profissional para atender a essas demandas e a reformulação da sua missão. O projeto ético-político do serviço social foi construído e busca se consolidar por meio de organização coletiva de seus profissionais, buscando romper com práticas assistencialistas que marcaram a história da profissão e que ainda se refletem em ações nos mais diversos campos de políticas sociais. Fundamenta-se em teorias e práticas que possam assegurar a garantia dos direitos universais e a emancipação dos sujeitos (Gonçalves & Almeida, 2019). A inserção da psicologia nas políticas sociais tem sido um processo crescente e sua análise tem sido acompanhada e referenciada a partir da defesa do *compromisso social* da profissão na tentativa de demarcar uma atuação pautada na defesa e garantia dos direitos sociais, a partir dos referenciais da Psicologia Social e que pudesse romper com a tradição elitista da psicologia. A partir da definição desse referencial, busca-se construir e uma atuação pautada na defesa dos direitos humanos e ampliar o campo das políticas sociais como espaço de trabalho do psicólogo (Miron & Guareschi, 2017).

O Sinase determina a priorização das medidas em meio aberto em detrimento às medidas privativas ou restritivas de liberdade, como forma de minimizar os altos índices de internação dos jovens. As medidas em meio aberto são executadas nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), na Política de Assistência Social. Apesar das medidas em meio

fechado serem executadas como um sistema e não diretamente ligado à PNAS, as duas formas de aplicação das MSE e a política de socioeducação apresenta similaridades com a estruturação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), incluindo nessa relação a execução das medidas socioeducativas em meio aberto nos CREAS por meio do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

A aproximação entre a política de socioeducação segue a estruturação da PNAS, tendo como base a rede socioassistencial e proteção social estabelecida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei n.º 8.742/1993 (Miranda, Aguinsky, Costa, Avila, Silva & Marques, 2014). De acordo com a LOAS, a rede socioassistencial é caracterizada pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios que podem ser eventuais ou continuados. Os serviços são ações de caráter continuado, com a definição de critérios a serem seguidos, usuários específicos e seu objetivo é a melhoria da vida dessa população atendida e acompanhada. Os programas são criados para qualificar os serviços socioassistenciais e correspondem ações integradas e complementares, com objetivos, períodos e áreas de abrangência delimitados. Os projetos são ações que se ligam a serviços ou programas, de caráter específico e voltados a determinados grupos, cujos objetivos são a melhoria das condições de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida e a organização social. Os benefícios, eventuais e continuados, correspondem a provimentos prestados aos cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 1993).

As medidas socioeducativas em meio aberto são consideradas a partir do seu potencial pedagógico sobre o sancionatório por não privar o jovem de sua liberdade, nem o retirar do convívio familiar e comunitário. Os CREAS, equipamentos responsáveis pela execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de

Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), tem a função de realizar o acompanhamento dos jovens e mediar o acesso às demais políticas sociais do território de modo assegurar os direitos desses jovens, de acordo com os eixos pedagógicos do Sinase e respeitando o princípio da incompletude institucional.

No entanto, como aponta Araújo (2017), o Sinase enfrenta desafios na implementação do acompanhamento em meio aberto vinculado à Política de Assistência Social. Dentre esses, destacam-se a falta de articulação entre o serviço executor e as demais políticas setoriais, ou seja, o princípio da incompletude institucional não é assegurado; falta de compreensão entre a aplicação de medidas protetivas e medidas socioeducativas, posto que o CREAS é um equipamento que possui outros serviços relacionados ao atendimento de situações de violações de direitos; falta de qualificação dos municípios que executam o serviço; insuficiência de recursos financeiros destinados à Política de Assistência Social; recursos humanos e infraestrutura insuficientes para atendimento das demandas; uso inadequado do Plano Individual de Atendimento.

As equipes dos CREAS são responsáveis por executar outros serviços além do acompanhamento aos jovens em cumprimento de MSE, como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI) que inclui as seguintes violações de direitos: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; entre outras e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (Brasil, 2009).

Ao lado dos desafios da diversidade e quantidade de demandas e da insuficiência de recursos para atendê-las, resultantes da precarização da Política de Assistência Social, soma-

se alguns aspectos específicos que tem acompanhado a execução das MSE em meio aberto, como queixas em relação à Liberdade Assistida e a ausência de atividades ou encaminhamentos propostos juntamente a essa medida, reduzindo-a a assinatura de uma frequência. Por vezes, o único encaminhamento realizado é a escola, como uma condição obrigatória a ser cumprida pelo adolescente, revelando o esvaziamento do sentido educativo (Andrade, 2016). Já em relação à Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), os problemas estão relacionados ao caráter das atividades encaminhadas que tem se caracterizado por tarefas vexatórias ou repetitivas buscando imprimir uma punição ao serviço prestado (Araújo, 2017). Desse modo, evidencia-se a ausência do caráter pedagógico dessas MSE em meio aberto.

Grandes desafios se impõem a execução das MSE em meio aberto, como a falta de articulação entre as instituições e serviços de modo a garantir que o princípio da incompletude institucional será cumprido, sendo que para garantir essa articulação a equipe recorre à interferência do sistema justiça que impõe às demais instituições a realização do acompanhamento; existência de equipe multidisciplinar com expertise para execução do atendimento socioeducativo, equipe incompleta ou reduzida para atender a toda a demanda recebida por esse equipamento; falta de infraestrutura adequada; ausência de projeto político pedagógico baseado no Sinase; dificuldades em estabelecer parcerias com instituições para o cumprimento da PSC o que acaba restringindo as possibilidades de serviços prestados pelos adolescentes (Araujo & Lohmeyer, 2017).

Diante desses desafios da consolidação das medidas socioeducativas em meio aberto e da cultura social punitivista, observa-se altos índices da aplicação das MSE em meio fechado, principalmente a medida de internação, apesar do ECA e Sinase estabeleceram que esta só deve ser aplicada em casos em que as outras medidas não forem consideradas como as mais adequadas e respeitando-se os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à

condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O encarceramento juvenil está estruturado em uma sociedade de classes, racista e seletiva, que mantem a lógica da marginalização e criminalização da pobreza, associada a naturalização das expressões da questão social que alimenta as inúmeras violações de direitos de adolescentes e jovens, que são reproduzidas no sistema de responsabilização (Bonalume & Jacinto, 2019).

A formação do Estado brasileiro é atravessada por processos históricos de caráter autoritário e racista. A criminalização dos pobres e dos movimentos sociais é uma forma de manutenção do *status quo* e dos privilégios das classes dominantes que caracteriza a dinâmica das relações sociais e econômicas na sociedade brasileira. Portanto, para analisar as expressões da questão social é imprescindível tratar dos seus elementos constituintes e indissociáveis: classe social, raça, gênero. A vinculação entre esses dois elementos aponta para uma direção em que o racismo tem a função de estruturar as relações sociais e produtivas da sociedade capitalista, ou seja, não se trata de um fenômeno localizado ou episódico, mas estrutural, responsável por regular o funcionamento da sociedade capitalista, em sua forma política e econômica (Meneghetti, 2018). Dessa forma:

> O conflito social entre capital e trabalho assalariado não é único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que se articulam com as relações de dominação e exploração, que não se originam nas relações de classe e tampouco "desapareceriam com ela" são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que remontam a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias; as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do

> modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade (Almeida, 2017, p. 191).

Tendo como base a escravidão em seu processo histórico de acumulação do capital, o racismo em sua expressão e consequências não foram superadas, mas requalificadas na atualidade, sendo incorporadas nos determinantes das relações sociais e reproduzidas em formas de poder e dominação. O processo abolicionista voltado aos interesses da elite branca teve como consequência o abandono da população negra, que sem suporte, terra ou emprego tiveram que buscar alternativas à sobrevivência na forma de trabalhos e moradia extremamente precarizadas e consequentemente, estigmatizadas (Meneghetti, 2018).

Por seu caráter estruturante, a manifestação do racismo ocorre em diversas eferas: individual, coletiva ou institucional, de modo implícito ou direto, submetendo as relações sociais a uma dicotomização entre inferior e superior. Essa hierarquização atende aos interesses da classe social dominante, que dissemina o mito da democracia racial, responsabilizando a população negra por sua situação e criando as bases para o genocídio institucionalizado e sistemático dos negros em suas várias formas: branqueamento racial e cultural e pelo extermínio da população negra, seja na forma de homicídio, confrontos com a polícia e extermínio cotidiano nas periferias, e na criminalização e encarceramento massivo dessa população (Meneghetti, 2018).

O perfil de jovens que cumprem as medidas socioeducativas se caracteriza em sua maioria por aqueles que vivem nas periferias. São jovens negros, e que vivenciam de forma intensa as expressões da questão social, em que se somam o crescimento da criminalização da juventude (Bonalume & Jacinto, 2019; Jimenez & Frasseto, 2015). Esses jovens que vivenciam os impactos decorrentes da desigualdade social e das violações de direitos, enfrentam ainda as novas formas de controle social do Estado, que se atualizam em métodos mais violentos, opressores e de cunho moralizador.

É crescente no cenário do capitalismo e do neoliberalismo a redução do Estado em sua função protetiva e a ampliação de sua função punitiva. Ao lado do aumento das desigualdades sociais decorrentes da injusta e intencional distribuição das riquezas produzidas socialmente, associadas a concentração do poder e riquezas, observa-se o retrocesso dos direitos sociais e do aumento do conservadorismo e de práticas coercitivas no trato às expressões da questão social e que repercutem de modo agressivo nos jovens e na criminalização da pobreza.

> [...] o controle social ganha sentidos, significados e assume forma histórica nos diferentes modos de produção social. Na sociedade capitalista, o controle é construído socialmente nos diferentes sistemas de poder, sob o domínio do capital, que usa o controle social em defesa da sociedade de classes, da propriedade privada, da exploração do trabalho e da cultura de elite, de modo a reproduzir de geração em geração a necessidade da existência do controle social dominante, que confirma a aparente legalidade dos de domínio como verdade (Silva, 2011, p. 40).

A criminalização da pobreza e da juventude se caracteriza como uma forma de controle social contemporâneo, legitimado pelo Estado que responsabiliza a classe trabalhadora por sua condição precária de vida, pela exploração do trabalho e pelo aumento e intensificação da violência, servindo de justificada para a ampliação da intervenção penal e punitiva. Nesse cenário, os avanços descritos na legislação do ECA ainda não se consolidaram e a proteção integral distancia-se de sua efetivação no contexto neoliberal, permeado por disputas de interesses e contradições formadas sobre uma estrutura societária sustentada no modelo de produção capitalista, exploradora e repressora (Bonalume & Jacinto, 2019). A política de socioeducação acompanha esse movimento contraditório de avanço no marco legal e de retração nos investimentos do contexto neoliberal.

Em 2015, a Secretária Geral da República publicou o documento *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*, no qual se pode observar o registro do aumento da

população carcerária, principalmente de jovens entre os 18 e 25 anos, sendo que no ano de 2012, verificou-se que o encarceramento de jovens era 2,5 superiores ao de não jovens e que 60,8% destes eram negros (Mapa do encarceramento, 2015). Já em relação ao gênero, a maioria dos jovens é do gênero masculino (96%) (Brasil, 2018). O encarceramento juvenil no Brasil é marcado pela seletividade de raça e de classe. O Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2019) que analisa os dados de 2017 registrou que a medida socioeducativa de internação corresponde a mais de 68,2% das MSE aplicadas no país. Embora essa medida seja indicada nos casos de maior gravidade, o mesmo levantamento revela que os atos infracionais mais registrados são os contra o patrimônio e não a vida: sendo análogos ao roubo (26%) e ao tráfico de drogas (8,4%), furto (5,5%) enquanto o ato análogo ao homicídio corresponde a (8,4% = 2.788) e receberam a mesma MSE de internação.

Compreende-se que os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento não têm sido cumpridos. Soma-se a isso outra característica da MSEI relacionada ao fato desta medida não comportar prazo determinado. Costa (2019) faz uma discussão sobre a indeterminação temporal da medida socioeducativa, quando aplicada e que no caso da internação, não pode exceder o tempo máximo de 3 anos e que deve ser avaliada a cada 6 meses. O tempo parece não configurar como critério objetivo para o cálculo da internação, embora os adolescentes vivenciem seus aspectos subjetivos. Outros elementos são dispostos no ECA como critérios de avaliação. Em sua pesquisa, Costa (2019) ao entrevistar adolescentes em cumprimento de MSE de internação e os diretores da unidade no município de Belo Horizonte, identificou que frente a indeterminação do tempo de internação, os adolescentes vivenciam angústias e incertezas, elaborando as seguintes estratégias subjetivas e interpretativas: observação do tempo de cumprimento de outro adolescente que praticou ato infracional similar e o desenvolvimento deste, no cumprimento da MSE. Já os diretores mencionaram os seguintes critérios

avaliativos: gravidade do ato infracional, comportamento do adolescente na unidade, forma como este cumpre a MSE e corresponde aos eixos propostos, alguns relataram a confissão e o arrependimento do adolescente como fatores a serem avaliados.

Política de socioeducação e os aspectos pedagógicos norteadores do atendimento

As instituições do Sistema de Garantia de Direitos são corresponsáveis por concretizar a política de socioeducação, sendo o sistema socioeducativo um subsistema do SGD (Sinase, 2006). A socioeducação não pode ser reduzida a sanção que é aplicada nas instituições de MSE, mas corresponder ao processo de reconstrução de histórias de vida (Oliveira, 2014). Para isso, deve pautar-se na formação de jovens, a ser realizada em consonância com a educação formal e com a educação profissionalizante, com vistas ao desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos (Pinto & Silva, 2014).

De acordo com esses autores, a política de socioeducação deve garantir os direitos sociais dos jovens, através da concretização dos eixos estratégicos, previstos no Sinase, materializando o atendimento socioeducativo, que são: convivência familiar e comunitária; escolarização; profissionalização; saúde; cultura, esporte e lazer; e segurança. A organização desses eixos, a partir do Sinase é realizado a partir da introdução da obrigatoriedade do Plano Individual de Atendimento (PIA) no qual são estabelecidos objetivos, metas e prazos para o cumprimento da MSE e servir como um plano estratégico para a construção do projeto de vida dos jovens após o cumprimento da medida socioeducativa (Teixeira, 2014).

De acordo com o Sinase, o PIA se constitui em uma ferramenta fundamental no acompanhamento da evolução pessoal e social do jovem e nas conquistas das metas traçadas. Na elaboração do PIA devem ser levadas em consideração as condições pessoais, familiares e comunitárias do jovem. Analisada a questão institucional e o projeto pedagógico que deve

objetivar a emancipação subjetiva do jovem e a melhoria da sua qualidade de vida. Sua construção parte de um diagnóstico individualizado e polidimensional, sujeito a permanentes discussões (Lopes, 2015; Pereira, 2017). No que diz respeito às pactuações, um dos aspectos fundamentais é a observação das reais condições do jovem em cumpri-las, assim como os reais recursos existentes na rede de apoio, seja esta familiar ou institucional, pontuando-se na avaliação a ser encaminhada a autoridade judiciária sobre as dificuldades existentes na rede de serviços, posto que o jovem não pode ser responsabilizado pelas fragilidades das políticas sociais (Teixeira, 2014).

Na relação entre a construção e a execução, entende-se que o PIA retrata de forma objetiva o direito subjetivo do adolescente, transformando-o em ações. Exerce a função de mediador no planejamento e na efetivação dos interesses dos adolescentes e na garantia de seus direitos (Pereira, 2017). A potencialidade do PIA está em ser mais que um documento formal e possibilitar a construção de um projeto de vida por meio da seleção de objetivos e ações que possibilitem ao adolescente pensar sobre sua vida de maneira planejada, ressignificar sua trajetória e ter o acompanhamento das políticas sociais (Silva & Hüning, 2013). O PIA tem papel central no Sinase e uma das potencialidades do PIA é de articular as políticas sociais de educação, saúde, assistência social, trabalho, etc. e que essa articulação é fundamental para a garantia de direitos e promoção do desenvolvimento dos adolescentes (Pereira, 2017; Silva & Hüning, 2013). Considera-se nesta tese, que a efetivação desses eixos deveria ocorrer pautada numa intencionalidade pedagógica responsável por impulsionar o desenvolvimento da autonomia e consciência dos jovens.

No que se refere ao eixo convivência familiar e comunitária, o Sinase determina que os programas assegurem a qualificação das relações afetivas, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e busquem mediar o acesso dos familiares às demais políticas públicas. Esse objetivo segue a centralidade da família trazida nas políticas sociais,

principalmente a de Política de Assistência Social e a Política de Saúde, por meio da prioridade da proteção social e da matricialidade sociofamiliar como princípios estruturantes, diretrizes, objetivos e paradigma de intervenção (Cronemberger & Teixeira, 2015). A proteção social que tem como base a matricialidade sociofamiliar corresponde ao entendimento de que:

> De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, são funções da assistência social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (PNAS, 2004).

Sendo assim a matricialidade familiar nas políticas sociais é uma estratégia de intervenção cujo objetivo é fortalecer a família a exercer sua função principal de cuidado, proteção, educação e socialização de seus membros, considerando a pluralidade das formas familiares existentes, seus direitos, vulnerabilidades e potencialidades (Cronemberger & Teixeira, 2015). No caso da Política de Assistência Social, o foco do trabalho social é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários que não foram rompidos e auxílio na reconstrução dos vínculos que estejam fragilizados ou rompidos em razão das vulnerabilidades e riscos provocados.

Apesar desses aspectos, observam-se contradições na centralidade familiar estabelecida nas políticas, pois estas são responsabilizadas e sobrecarregadas frente à incapacidade do Estado e do mercado em possibilitar a provisão material aos seus membros. Outro aspecto em destaque na centralização familiar é a responsabilização quase que unilateral das mulheres no grupo familiar, cujos valores e tarefas de cuidado são atribuídos

como exclusividade e como naturais. Essa visão idealizada de família somada à falta de proteção social do Estado contribui para a culpabilização das famílias que ao não corresponder ao modelo previsto é denominada de “desestruturada”, principalmente quando situações de violação de direitos recaem sobre crianças e adolescentes. É nesse momento que passam a ser desqualificadas em seu potencial protetivo e alvo de tutela e controle do estado, o que viabiliza a abertura de ações assistencialistas (Oliveira & Oliveira, 2016; Perez, Paiva, Campos, & Passos, 2018).

Em pesquisas como a de Medeiros e Paiva (2015), realizadas em unidades de MSE de internação do Rio Grande do Norte, com jovens e familiares, apontaram para a existência de diversas violações de direitos que comprometem a garantia da convivência familiar. Essas violações caracterizam-se pela utilização de revista íntima vexatória e as dificuldades de acesso das famílias ao local de cumprimento da MSE de internação, seja por condições financeiras, distância, questões de saúde ou pelas barreiras colocadas pelas próprias unidades ao instituir a suspenção das visitas familiares em determinadas situações, a exemplo da aplicação de sanções disciplinares aos jovens dentro da instituição de MSE (Costa, 2017).

Os obstáculos colocados à efetivação do eixo convivência familiar e comunitária que acompanham a execução da medida socioeducativa de internação se constituem como uma violação de direitos dos jovens e que trazem implicações em seu processo de desenvolvimento, comprometendo a relação com os vínculos existentes e impossibilitando a criação de novos vínculos com a comunidade. As implicações para o desenvolvimento dos jovens estão associadas à construção do projeto de vida, considerando-se que estes mantêm dependência com a qualidade das relações que se estabelecem com as demais gerações, principalmente as gerações anteriores que são responsáveis pela transmissão dos conhecimentos elaborados na sociedade (Trancoso & Oliveira, 2014), bem como na

constituição das relações afetivas, sejam estas com a família de origem ou na formação de suas próprias famílias.

Já em relação ao eixo escolarização, este corresponde a um eixo obrigatório, que deve ser ofertado em articulação com as secretarias estaduais e municipais de educação e garantir o acesso a todos os níveis formais de educação e propiciar as condições adequadas à apropriação e produção do conhecimento em articulação com o atendimento socioeducativo (Pinto & Silva, 2014). No que se refere às escolas situadas nas unidades de MSEI, jovens entrevistados nos estados do Espírito Santo e Rio Grande do Sul, apontaram para a educação como possibilidade de contribuição para os projetos de vida, no entanto, o que as escolas das unidades ofereciam não se apresentava de forma suficiente para a efetivação desses projetos (Coscioni, Pinto Marques, Rosa & Koller, 2018). O que se verifica a respeito da execução desse eixo, é que as instituições de MSE de internação também não têm conseguido garantir o direito a educação e escolarização por não realizar as adequações compatíveis nas unidades, verificando-se a insuficiência de recursos pedagógicos adequados, a redução do tempo de aula e a limitação a conclusão de um nível escolar mesmo sem a garantia do aprendizado e do desenvolvimento durante o período da internação, conforme pode se verificar em pesquisa realizada por Gualberto (2011), ao realizar observações na escola e entrevistar jovens e profissionais de uma unidade de MSEI no estado de Minas Gerais.

Mendes (2019) ao analisar as vivências de jovens em cumprimento de MSEI com a escola, identificou que as vivências no período anterior à aplicação da MSEI foram marcadas por processos de exclusão, posto que o formato de ensino não dialogava com a realidade e as necessidades destes, o que contribuía para o afastamento da escola, por meio de expulsões e evasões. Outro aspecto que facilitou o afastamento da escola foi o trabalho precoce realizado por esses jovens, que ocupando várias horas e gerando cansaço pela atividade realizada, dificulta o tempo necessário ao estudo, levando às faltas, à defasagem escolar e evasão,

associados à ausência de ações protetivas (Alberto et al., 2020). Esses elementos repercutem na vivência escolar de jovens em cumprimento de MSEI, pois chegam nesses espaços com distorção idade-ano e com o sentimento de não pertencimento a escola caracterizando uma relação de resistência. À falta de estrutura e de recursos que se intensificam nas escolas das unidades de MSEI, soma-se o aspecto disciplinador que se apresenta de modo mais intenso nesse espaço (Mendes, 2019). Mesmo nas escolas onde há o foco no projeto de vida, este é executado de modo insuficiente, pois apesar de serem discutidos os interesses dos jovens, não são fornecidos os elementos para a sua efetivação (Silva, 2019).

De acordo com Santos (2020), a educação escolar durante a execução da MSE passa a ser uma formalidade burocrática, como parte obrigatória da MSE a ser cumprida e que não se volta a emancipação humana ou construção da autonomia, pois encontra barreiras na estrutura social e econômica de produção capitalista. Do mesmo modo, a centralidade do trabalho na MSE possui uma função disciplinadora.

As vivências nas escolas das unidades de MSEI pouco contribuem para o projeto de vida dos jovens, pois as dificuldades estruturais e históricas já existentes em relação a esse espaço se reproduzem e intensificam com a privação de liberdade. Desse modo, os jovens que cumprem a MSEI não têm o direito à educação efetivado em sua integralidade em razão das limitações existentes no funcionamento das escolas, que não cumprem uma função formadora, responsável pelo desenvolvimento da consciência crítica da realidade, em seus aspectos teóricos e práticos (Leal & Mascagna, 2016).

Quanto ao eixo profissionalização, as entidades que executam MSEI devem oferecer aos jovens a formação profissional inicial ou continuada, com certificação, que facilitem o desenvolvimento de habilidades e competências e possibilitem a inserção no mercado de trabalho, de acordo com os interesses e necessidades dos jovens, assim como prover articulações com demais instituições, de modo a encaminhá-los ao mercado formal de

trabalho (Barone & Silva, 2015). Entretanto, os cursos profissionalizantes existentes nas unidades de MSEI não contemplam todos os jovens, em razão do limitado número de vagas disponibilizadas e dos critérios demandados para inserção, posto que a maioria dos cursos exige um nível de escolarização que os jovens não possuem (Teixeira, Oliveira, Guido & Barone, 2016), relacionado ao histórico escolar marcado por reprovações, expulsões, evasões e pela falta de sentidos produzidos pela escola que repercutem numa relação de não pertencimento a essa instituição (Pessoa & Coimbra, 2016).

Outro aspecto diz respeito as atividades ofertadas se caracterizarem por tarefas de baixa qualificação, a exemplos de oficinas, que por sua vez, podem se reverter em dificuldades na inserção futura no mercado formal de trabalho ou ao exercício de funções com baixa remuneração ou com precárias condições de trabalho, e até mesmo a necessidade de inserção em postos informais de trabalho (Silveira, Machado, Zappe & Dias, 2015) ou a realização de atividades no tráfico de drogas diante da possibilidade de obtenção de grandes ganhos financeiros quando comparado a outras atividades de trabalho (Feffermann, 2017). A não efetivação desse eixo para todos os jovens que estão em cumprimento de MSEI e que tenham interesse em obter uma formação profissional demonstra mais uma face da violação existente nas unidades de medidas socioeducativas que não garantem os direitos dos jovens. Como implicação no desenvolvimento tem-se que as possibilidades de construção de efetivação dos projetos de vida dos jovens estão reduzidas diante da limitação da oferta e mesmo da qualidade das formações que são oferecidas, principalmente ao considerar que a atividade de estudo profissionalizante se constitui na sociedade como a atividade dominante responsavel por guiar o desenvolvimento da juventude (Leal & Mascagna, 2016).

O eixo saúde tem destaque na lei do Sinase e por meio da Portaria n.º 1.082, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI, 2014,

com a previsão de ações de promoção, prevenção de agravos e doenças, assistência e recuperação da saúde, de cuidados especiais da atenção em saúde mental, principalmente os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas; atenção aos jovens com deficiências; ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; e a garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, o atendimento de saúde nas instituições socioeducativas tem ocorrido de modo precário, sem que seja disponibilizado aos jovens todos os serviços existentes na Rede de atenção integral à saúde, restringindo o acesso à saúde na instituição de privação de liberdade ou de modo externo apenas em situações de urgência ou emergência. No que se refere à relação dos jovens com o uso de drogas, a lógica que tem operado é a da abstinência e não pela estratégia da redução de danos, como discute Vicentin (2016), ao analisar as práticas de saúde nas unidades de internação no estado de São Paulo.

Observa-se também que a própria privação de liberdade tem efeitos nocivos na saúde dos jovens, identificando-se o sofrimento psíquico, seja com depressão, ideação suicida, transtornos do sono, automutilação, ansiedade e alta demanda por medicação psicotrópica (Vilarins, 2014). Esse quadro demonstra que as práticas de saúde e saúde mental têm se caracterizado muito mais como uma forma de controle e disciplinarização do que de cuidado, o que representa mais uma violação de direitos decorrentes do cumprimento da medida socioeducativa, além de comprometer o desenvolvimento pleno dos jovens ao não efetivar o direito à saúde física e mental de forma integral.

O eixo cultura, esporte e lazer estabelece que as entidades devem promover o acesso a programações culturais diversificadas, interna e externamente à unidade de execução, além de assegurar as manifestações culturais e artísticas dos jovens, e o acesso dos jovens a atividades esportivas e de lazer de acordo com seus interesses. Tais atividades devem ser realizadas por

meio de uma intencionalidade pedagógica que promova o desenvolvimento ominilateral dos jovens, a partir da oferta e apropriação pelos jovens dos mediadores e signos mais elaborados e abstratos construídos socialmente (Martins, 2016). Nesse sentido, ações de cultura, esporte e lazer são elementos mediadores responsáveis por promover interações e qualificar as relações sociais e estimular o desenvolvimento da consciência crítica da realidade.

Não obstante, o que se observa nas instituições de MSE é a realização dessas atividades apenas com o objetivo de ocupar o ócio, como analisado por Conceição e Onofre (2013) em uma unidade de MSEI em São Paulo. Além de não objetivarem a promoção do desenvolvimento dos jovens, as atividades denominadas de lazer e cultura são realizadas em um curto período, e por vezes limitada ao denominado “banho de sol”, atividade reconhecida nas unidades prisionais e que tem sido utilizada nas unidades de MSE de internação, como analisado por Costa (2017) em pesquisa realizada em uma unidade de internação na Paraíba.

O Sinase estabelece a segurança enquanto princípio essencial das ações, principalmente nas unidades de internação, objetivando assegurar a integridade física, psicológica e moral dos jovens e profissionais da instituição e contribuir para convivência destes, pautada no princípio dos direitos humanos. Para tanto, as unidades devem elaborar o plano de segurança, com os fluxos de atendimento e estabelecer medidas de prevenção de situações-limite, da violência institucional e medidas para a realização da mediação e gestão dos conflitos (Konzen, 2015). Nesse sentido, compõe o plano de segurança, a previsão de sanções disciplinares a serem aplicadas em situações conflitivas, de acordo com a lei do Sinase. Apesar desta determinação, verifica-se que as instituições de MSEI ainda utilizam práticas punitivas na gestão de conflitos, mantendo os jovens em lugares isolados durante determinado período e sem direito a realização de atividades pedagógicas e de lazer, e ainda proibindo a realização de visitas familiares durante a aplicação desta sanção disciplinar, ou

seja, impedindo que os princípios pedagógicos, fundamentais ao desenvolvimento dos jovens sejam efetivados (Costa, 2017; Cruz, 2019).

Esses eixos estratégicos, de acordo com o Sinase, pautados no caráter pedagógico das medidas socioeducativas devem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar pelos profissionais que trabalham nas instituições executoras. De acordo com Oliveira (2014), esses profissionais passam a ser denominados de socioeducadores e as ações desenvolvidas, por ações socioeducativas. No entanto, esta autora problematiza os conceitos de socioeducação/socioeducativo, por estarem vinculados a execução de uma sanção, em que concorrem a imposição de uma determinação judicial, relacionada a restrição de um direito, a exemplo da privação de liberdade, ao mesmo tempo que afirma a condição peculiar de desenvolvimento dos jovens e, portanto, a justaposição da garantia de direitos fundamentais sobre o caráter punitivo.

A relação existente entre o estabelecimento de uma sanção e a afirmação de aspectos pedagógicos do atendimento se traduzem em contradições nas unidades de execução de medidas socioeducativas, que associadas à falta de investimento em uma política de socioeducação, pautada na proteção social integral (Bisinoto et al., 2015), se traduzem nas violações de direitos apontadas por pesquisadores que analisaram a efetivação dos eixos pedagógicos do atendimento. As pesquisas analisadas nesta tese apontaram que o quadro de violações de direitos não se restringe a unidades de internação isoladas, mas estão presentes em diversos estados do território nacional, demonstrando a forma como se caracteriza o sistema socioeducativo brasileiro, que responsabiliza o jovem por meio de um formato punitivo e marcado por violências, sem promover os elementos essenciais ao seu desenvolvimento ominilateral e a construção de projeto de vida.

Considerando os eixos pedagógicos do atendimento, as medidas socioeducativas deveriam garantir os direitos e ofertar os elementos para a formação pessoal e social dos

jovens, e ser capazes de oferecer outras condições de desenvolvimento, diferenciadas da trajetória que os levou a prática de atos infracionais, incentivando sua autonomia e protagonismo (Oliveira, 2014). No entanto, a execução das medidas socioeducativas não tem fornecido esses elementos necessários ao desenvolvimento dos jovens, pautando a ação socioeducativa por meio de práticas punitivas, configurando como um tipo de controle sócio penal juvenil e que corresponde a uma forma própria de controle das expressões da questão social (Silva, 2010).

Como forma de minimizar os aspectos punitivos, uma das perspectivas que vem ganhando destaque e crescimento na política de socioeducação é Justiça Restaurativa (JR). É uma perspectiva ainda em construção (Ferrão, Santos & Dias, 2016), que se vincula a correntes epistemológicas distintas, e que tem como princípios e valores universais, a horizontalidade, a participação, o diálogo, a comunicação, a voluntariedade e o respeito. A JR tem sido utilizada, no âmbito da socioeducação no meio fechado e aberto, com profissionais, jovens, famílias e no sistema de justiça (Amorim, 2018).

A utilização da JR na socioeducação é prevista na lei Sinase, a qual estabelece como princípio na execução das medidas socioeducativas a priorização de práticas ou medidas restaurativas. A JR representa avanços na política de socioeducação, pois configura um modelo alternativo de justiça contrário ao modelo punitivo, e que tem como foco a responsabilização do jovem e a ressignificação do conflito para autores e vítimas. Ademais, a JR pode representar avanços quanto aos princípios do ECA e do Sinase, por utilizar-se de práticas e posturas restaurativas nas ações de articulação da rede de políticas sociais, acionando a corresponsabilidade das instituições do SGD (Ferrão, Santos & Dias, 2016).

De acordo com Amorim (2018), a JR na política de socioeducação assume duas finalidades, sendo uma voltada a sociedade e outra aos indivíduos. A primeira está relacionada à construção de uma cultura de paz, prevenção e resolução não violenta dos

conflitos, compreendida de forma ampla. Já a segunda relaciona-se como uma proposta para os atores envolvidos na socioeducação e seu público-alvo, de modo que possam contribuir com as relações de trabalho, servir como grupo de estudos sobre o tema, funcionar como suporte emocional no cotidiano da unidade e possibilitar o processo de conscientização e responsabilização do jovem sobre o ato infracional e sua trajetória de vida, de modo a estimular sua autonomia (Amorim, 2018).

Um dos aspectos apontados por Amorim (2018) na utilização da JR na política de socioeducação é a ênfase dada nas relações interpessoais, o que pode negligenciar as questões estruturais da sociedade, como a relação dos conflitos com as expressões da questão social resultantes do sistema de produção capitalista e, podendo inibir formas de enfretamento como a resistência e o processo de lutas sociais.

A Justiça Restaurativa se expressa por meio de práticas restaurativas, geralmente utilizando-se de círculos ou reuniões nos quais participam as pessoas diretamente envolvidas no conflito, e pessoas que representam confiança para estas, de modo que possam exercer a função de apoio nas decisões e resolução dos conflitos, e um facilitador que se utiliza de perguntas e reflexões que auxiliam os envolvidos a chegar em um acordo entre a partes (Gomes, 2013).

As práticas restaurativas podem ser realizadas através da mediação vítima-ofensor círculos de sentença e cura, conferência restaurativa, apoio à vítima, comitês de paz, círculos de construção de paz, círculos restaurativos. Os círculos de construção de paz podem receber diversos nomes de acordo com seus objetivos, como círculos de diálogo, de compromisso, de apoio, de celebração, de resolução de conflitos (Amorim, 2018). Em sua metodologia são utilizados: os participantes sentam-se em círculo em torno de objetos que possuam significado compartilhado e utilizam um bastão que da palavra que garante a possibilidade e o

direito de fala, a presença de um ou dois facilitadores, cerimônia de abertura e fechamento e um processo decisório final (Pranis, 2010).

No caso dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI verifica-se que a Justiça Restaurativa tem sido utilizada desde o cumprimento da medida socioeducativa e que tem no processo de transição para a saída das unidades, a utilização de uma das práticas restaurativas como fundamentais. Ferrão et al., (2016), ao analisar o uso em unidades de MSE, identificou o uso do Círculo de Compromisso na proximidade com as audiências de avaliação da medida socioeducativa em que são apresentados aos jovens e seus familiares a existência e funcionamento de um dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI. Nesse processo, o Círculo de Compromisso funciona como um ritual de passagem do cumprimento da MSEI para a vinculação no programa de acompanhamento a egressos.

Apontados esses aspectos que caracterizam a JR na socioeducação, observam-se como contribuições mudanças na postura da equipe em relação aos jovens que segue uma postura restaurativa, ou seja, de respeito e de diálogo, buscando-se evitar julgamentos e preconceitos relacionados ao ato infracional praticado e combater a cultura punitiva que ainda se faz presente nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa (Amorim, 2018). A utilização dos Círculos de Compromisso foi identificada como fundamental por Foppa (2011), na sensibilização dos jovens e no estabelecimento de acordos para aderir à participação em um programa de acompanhamento a egressos de MSEI de forma consciente.

Nesse ritual de passagem, realizado pela equipe técnica da unidade de MSEI e do programa de acompanhamento de egressos, alguns elementos foram destacados como fundamentais ao processo de transição. Dentre eles, a possibilidade de planejamento do desligamento do jovem da unidade de MSEI baseada na previsão da extinção da medida socioeducativa em audiência, de modo que pudessem realizar todas as etapas do Círculo restaurativo e a elaboração do PIA egresso. Como dificuldades, foram apontadas a não

previsão das audiências de avaliação, refletindo no tempo de planejamento e realização dos círculos e das pactuações necessárias para a transição (Ferrão et al., 2016). Em relação à previsibilidade da extinção da MSE, esta não se refere a uma possibilidade ao acaso ou exclusivamente dependente da avaliação do sistema de justiça. Falar em previsibilidade da extinção da MSEI ou substituição por outra MSE pressupõe domínio da equipe técnica de referência sobre o trabalho realizado durante o cumprimento da medida socioeducativa e efetivação do Plano Individual de Atendimento que será a base para a formulação dos relatórios encaminhados a justiça para a avaliação da MSE.

Assim, diante da possibilidade de audiência de avaliação da MSE, as etapas dos Círculos de Compromisso eram realizadas e nelas retomadas informações das sensibilizações e apresentações dos programas de acompanhamento aos egressos, realizadas anteriormente, com a explicação do funcionamento, normas e regras. Durante a pactuação do Círculo era novamente oferecida a possibilidade de participação no programa, suas condicionalidades e voluntariedade, sendo incorporado na construção do PIA egresso. Os autores destacam que na realização das etapas: sensibilização e Círculos, é fundamental a presença dos mesmos membros das equipes, garantindo a continuidade do acompanhamento e a formação de vínculos com a equipe do programa de acompanhamento aos egressos, ainda na unidade de MSEI (Ferrão et al., 2016).

A Cultura de paz é um movimento que se relaciona com a Justiça Restaurativa e que tem como proposta a mudança de valores, atitudes e comportamentos individuais e coletivos que possam promover transformações na forma como se gerenciam os conflitos e posições frente a violência. Se baseia na prevenção e enfrentamento à violência por meio da comunicação, do estabelecimento do diálogo e da educação (Amorim, 2018). As ações da Cultura de paz envolvem os princípios da promoção dos direitos humanos fundamentais, promoção da educação para paz e das práticas de não violência, promoção do fim da exclusão

social e formas de opressão, e promoção das liberdades de expressão da diversidade (Ferreira, Silveira & Peixoto, 2013).

A propagação da Cultura de Paz envolve estruturas e funcionamento de várias instituições. Em um estudo sobre sua aplicação Belga, Silva e Sena (2017) identificaram a utilização da Cultura de paz em programas governamentais com atuação voltada para a prevenção da violência que apresentavam diversas concepções e implicações. Dentre essas concepções que atravessam os programas foram identificados os objetivos de redução da criminalidade e dos índices de violência; redução dos índices de mortalidade juvenil como decorrência da violência; e prevenção de comportamentos associados ao uso de drogas, ou seja, a ideologia presente nesses objetivos visa o controle social a partir do estabelecimento de padrões normativos de comportamento. Tais programas apresentam como características a intersetorialidade como estratégia de compartilhamento e ampliação das intervenções.

Apesar de o lema da Cultura de paz ser o do diálogo e da educação, algumas abordagens encontradas na pesquisa de Belga et al. (2017) se referem à utilização de práticas de caráter repressivo, pois se baseiam na mudança de comportamento com base na autoridade e no moralismo, enquanto estratégias de controle à violência. Outras abordagens identificadas em projetos de Cultura de Paz envolvem o uso de oficinas participativas e de formação e capacitação, com foco em práticas culturais, artísticas e temáticas relacionados ao desenvolvimento e direitos humanos, com contribuições relacionadas a participação ativa e melhoria nas relações sociais, revelando de não se trata de um movimento uniforme (Ferreira et al, 2013).

Foi identificado que o público-alvo das ações e programa de Cultura de Paz são em sua maioria jovens, negros, que possuem menor grau de escolaridade e vivem em territórios marcados por índices de vulnerabilidade econômica e social. São programas inscritos em territórios que enfrentam as marcas da desigualdade social e escolhidos como espaços para a

disseminação da Cultura de Paz, o que pode reforçar o estigma de lugares violentos (Belga et al., 2017). Essa delimitação de objetivos e público-alvo mascaram o enfretamento da violência e da desigualdade social, pois se trata de um fenômeno com múltiplas determinações, históricas, econômicas, sociais e culturais. A focalização ao demarcar um grupo específico, acaba por responsabilizá-lo pela causa e solução da violência.

Esses aspectos se relacionam com o que Amorim (2018) discute sobre o processo de pacificação social que pode se associar aos projetos de Cultura de Paz, ao realizar ações de contenção de grupos minoritários, ocupação de territórios sinalizados como marginalizados e apaziguamento das resistências produzidas por estes, por meio de ações de segurança pública pautadas na repressão. Outro aspecto pontuado pelos autores (Belga et al., 2017) é o caráter pontual de algumas ações ou projetos de Cultura de paz que realizam intervenções únicas e pouco participativas, pois se restringem à apresentação de conteúdos teóricos. Para eles, pensar o enfrentamento da violência trata-se de um desafio estrutural que requer ações permanentes e transformadoras.

Outra perspectiva utilizada na socioeducação é a dos Grupos Operativos (GO) de Pichon Rivière, baseada na realização de atividades em grupos, baseada nos princípios de que o grupo se constitui em uma possibilidade de aprendizagem e leitura crítica da realidade para seus participantes, como possui um efeito terapêutico. Nessa perspectiva, os sujeitos são compreendidos como parte de uma complexa rede de relações sociais nos quais são construídas várias possibilidades de vínculos. Desse modo, a formação do vínculo, nessa perspectiva diz respeito a construção de uma relação de interdependência e reciprocidade, na qual a comunicação é a principal ferramenta (Maia, 2017).

Outro princípio é a tarefa, que ao lado da formação do vínculo possibilitam as seguintes realizações: a capacidade de operação do grupo em efetivar determinado objetivo estabelecimento em comum; as conquistas obtidas coletivamente; a superação de obstáculos

identificados pelo grupo; a elaboração de instrumentos de trabalho como recurso de aprendizagem; a identificação de dificuldades objetivas (estruturais) e subjetivas (sentimentos e pensamentos dos sujeitos) que impedem ou adiam a mudança (Mota, 2016). O grupo possibilita novas experiências que podem romper com estereótipos limitantes e alienantes, produzindo aprendizagens que promovem mudanças em torno de um objetivo comum (Maia, 2017).

Na política de socioeducação, a perspectiva de GO tem sido utilizada com socioeducadores, equipe técnica, socioeducandos e familiares. Em uma dessas experiências (Mota, 2016) analisa a contribuição dos grupos operativos para os socioeducadores que atuavam na área da segurança nas unidades de meio fechado, identificando emoções e pensamentos desses profissionais relacionados ao cotidiano de trabalho e na relação com a equipe técnica e com os socioeducandos, que se mostrava distanciada e sem diálogo. A partir da identificação das demandas desses profissionais, o grupo operativo planejou a execução de tarefas e de um projeto no qual foi possível criar vínculos mais fortalecidos com o restante da equipe e com os jovens e ressignificar sentimentos de medo e preconceito para relações de confiança, que refletiam nas suas práticas de trabalho.

Rodrigues (2014) também utilizou de Grupos Operativos com adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação, identificando a estratégia como possibilitadora de maior escuta e diálogo, distanciando-se de posturas punitivas. As experiências com o GO a partir desses princípios possibilitou rever algumas sanções institucionais impositivas, aproximando os adolescentes da equipe de socioeducadores, coordenadores e equipe técnica. Os adolescentes também visualizaram os espaços de GO como confiáveis para tratar de questões pessoais que não eram trazidas nos atendimentos técnicos por se sentirem receio das informações constarem nos relatórios avaliativos encaminhados para o sistema de justiça. Os trabalhos com GO trouxeram como contribuições o fortalecimento dos vínculos entre os

participantes, melhorias nas relações de convivência, comunicação e sentimento de acolhimento e troca de experiências (Rodrigues, 2014). Apesar das contribuições apontadas com a utilização dos grupos operativos no sistema socioeducativo no que se refere a ampliação do diálogo e escuta, ressalta-se que a sua utilização contribui apenas para minimizar as dificuldades existentes no relacionamento entre profissionais e jovens, não provocando mudanças no que se refere às implicações da privação de liberdade e encarceramento dos jovens.

A política de socioeducação tem com princípio norteador a perspectiva dos direitos humanos fundamenta-se no reconhecimento da dignidade humana como condição inerente e inegociável a todo ser humano (Candau, 2007). De acordo com Tosi (2004, p. 90) “os direitos humanos constituem as condições necessárias para que cada homem possa realizar plenamente suas potencialidades humanas nas condições históricas do mundo contemporâneo”. Sua efetivação pauta-se em uma perspectiva de educação para a cidadania e exercício dos direitos fundamentais, que demanda uma abordagem interdisciplinar que integre os diversos saberes objetivando a formação de um sujeito crítico da realidade, orientado por valores éticos e políticos (Tosi, 2004).

Somam-se a estas, perspectivas educativas, como a educação popular de Paulo Freire e a pedagogia da presença de Antônio Carlos Gomes da Costa, que tem como pressuposto que a educação é uma prática de conscientização, libertação e politização dos sujeitos. Sendo assim, a educação não objetiva a transmissão de conhecimento, mas a construção conjunta dos saberes. Parte da análise da realidade concreta e da formação de estratégias para enfretamento e mudança dessa realidade, compreendendo que popular corresponde ao oprimido, ou seja, aqueles que não usufruem dos bens produzidos socialmente e dos elementos necessários para o exercício da cidadania (Freire, 2011a).

Os pressupostos da educação popular são o diálogo e a horizontalidade na relação entre os sujeitos e na comunicação. É por meio do diálogo e da escuta da realidade de cada um, que ocorre a aprendizagem e a tomada de consciência. Na educação popular, o educador tem a função de agente de mudanças que ao apresentar situações aos educandos, os desafiam a compreender a realidade e transformá-la. Desse modo, o educador tem a função de facilitador desse processo, em que os sujeitos adquirem autonomia na medida em que se tornando mais conscientes da realidade podem ampliar suas capacidades de decisão e de responsabilidade (Freire, 2011b).

A pedagogia da presença foi apresentada por Antônio Carlos Gomes da Costa, educador social que contribuiu na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. É atribuída a Costa, a introdução do termo socioeducação no ECA, inspirado no Poema Pedagógico de Anton Makarenko, vinculado à aplicação da medida, associando a este um caráter educativo (Oliveira, Oliva, Arraes, Galli, Amorim & Souza, 2015). De acordo com Costa (1991), o conceito de ressocialização utilizado nas ações com os jovens, não possui nenhum significado pedagógico, que é fundamental no processo de socialização construído com base na dignidade humana.

A ação educativa intencional requer a presença educativa que se caracteriza pela presença aberta, solidária e construtiva do educador e que não correspondente a uma capacidade individual e inata, mas aprendida e que depende da intensidade da implicação do educador adquirida no cotidiano do trabalho social educativo (Costa, 1991). Segundo Costa (2001, p. 29), a pedagogia da presença diz respeito a “uma presença intencional, deliberada. Tem a intenção de exercer sobre o outro uma influência construtiva”.

A presença do educador traz contribuições aos jovens que vivenciaram situações de violações de direitos na medida em que suas ações fornecem aos jovens, possibilidades para a superação de obstáculos e promovem o desenvolvimento, cidadania e sua emancipação

(Costa, 1991). Tendo como base a pedagogia da presença, a socioeducação, para Costa (2007) tem como pressuposto que o desenvolvimento humano deve ser integral, ou seja, considerando todas as dimensões para o seu crescimento e uma concepção de educação que vai além da escolar e profissional.

Tais perspectivas fundamentam a defesa da dimensão pedagógica que deve prevalecer na execução das medidas socioeducativas. No entanto, apesar de constituírem como concepções que direcionem ao desenvolvimento e à cidadania dos sujeitos, estas não se efetivam em sua plenitude, pois sua utilização não supera as condições intrínsecas ao encarceramento que caracterizam a medida de internação e as consequências da privação de liberdade.

O acompanhamento aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação: desafios à política de socioeducação

Ao analisar as trajetórias de jovens após o cumprimento da medida socioeducativa de internação, Nardi e Dell'Aglio (2014), identificaram alguns fatores que modificaram suas histórias de vida e possibilitaram o afastamento dos atos infracionais. Dentre esses fatores, as autoras observaram: o acesso à realização de cursos profissionalizantes, oportunidades de trabalho, a continuidade dos estudos e a vinculação a um programa de acompanhamento aos egressos de MSE de internação. Verificaram ainda que outros jovens que não estavam vinculados a uma dessas políticas, retornaram ao sistema socioeducativo ou ao sistema prisional.

Para Barbosa e Resende (2014), o trabalho voltado para o jovem egresso se inicia durante o cumprimento da medida socioeducativa nas instituições executoras, através do trabalho socioeducativo, com a oferta de educação, lazer, atendimento psicológico e social,

fortalecimento dos vínculos familiares e da participação da família no cumprimento e com a própria pactuação do Plano Individual de Atendimento (PIA). Para esses autores, quando o jovem inicia a MSEI, todo trabalho socioeducativo deve se voltar para a saída do jovem da instituição, ou seja, para fornecer as garantias necessárias para quando o jovem se tornar um egresso.

Foppa (2011) também discute a importância de que as instituições de medidas socioeducativas visualizem o acompanhamento ao jovem egresso ainda no cumprimento da MSE de internação, transcorrendo pelo processo de seu desligamento e visando a inserção familiar e comunitária, nos quais são realizadas ações e articulações com entidades governamentais e não-governamentais. Um dos aspectos essenciais nesse processo de passagem da MSEI para o atendimento nos programas de acompanhamento ao egresso é a forma como esta é apresentado ao jovem, posto que a autora identificou que alguns jovens que eram atendidos desconheciam o objetivo do atendimento e outros acreditavam que se tratava da continuidade da MSE, e que caso não aceitassem a adesão seriam punidos. Para tanto situa a importância de oficinas de sensibilização nas quais são explicados os objetivos do atendimento, a didática a ser utilizada, fortalecendo a possibilidade de escolha do jovem na adesão ou não ao atendimento aos egressos (Foppa, 2011).

No entanto, como questionam Evangelista (2008) e Nardi e Dell'Aglio (2014), após a extinção da MSE, muitas instituições de internação não têm informações sobre a trajetória posterior dos jovens após o desligamento. Não há informações se os jovens desligados acessaram a rede escolar, se estão realizando alguma formação profissional ou trabalhando, ou sobre sua situação familiar atual.

Por outro lado, Foppa (2011) identificou que no programa de acompanhamento aos egressos, os profissionais se deparam com a falta de informações sobre a história do jovem por parte das instituições de MSE quando este chega ao atendimento. Isso faz com que as

equipes tenham que reconstruir o histórico dos jovens, quando deveriam dar continuidade aos encaminhamentos aos direitos sociais ou providenciar atendimentos que deveriam já ter sido realizados pelas instituições executoras, a exemplo da retirada de documentos pessoais.

Chimin Junior, Lavoratti, Moreira, Schultz, Bach, Budny, Silva, Krainski, Angreves, Ribeiro e & Pacheco (2008) identificaram que após a saída da unidade de internação, os jovens necessitam de uma série de serviços que atendam suas necessidades e a de seus familiares, porém o atendimento de tais equipamentos é bastante fragmentado, necessitando do atendimento dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI que articulem tais políticas, em uma atuação em rede que possa garantir os direitos sociais desses jovens, considerando as especificidades da vivência de cumprimento de uma medida socioeducativa e as atuais condições de vida e de suas famílias.

Segundo Brum (2012) e Prado (2014) ao saírem das instituições de internação, os jovens não obtêm suporte das políticas sociais, tendo que buscar sozinhos as condições para se manter e atender suas necessidades, muitas vezes não conseguindo se inserir nas políticas de educação e de profissionalização. Por outro lado, há uma forte centralização e expectativa na inserção no mercado de trabalho para os jovens egressos de MSE, enquanto os demais direitos sociais são negligenciados, não se buscando articulações com as demais políticas sociais, como as de saúde, educação, lazer, cultura, etc. Prado (2014) aponta que mesmo durante o cumprimento da MSE de internação tais direitos não são efetivados reduzindo-se a atividades esporádicas.

Com relação à falta de acompanhamento dos jovens egressos, Nardi e Dell'Aglio, (2014) discutem que ao saírem das instituições de internação, os jovens retornam as suas comunidades de origem nas quais não possuem equipamentos que os auxiliem, ficando expostos novamente as condições que incidiram na prática de atos infracionais. Os familiares dos jovens também permanecem sem acompanhamento e referenciamento quando seus filhos

deixam a instituição de MSE. Segundo Chimin Junior et al. (2008), ao sair das unidades de MSE, os jovens enfrentam a exclusão do sistema educacional, questões relativas à saúde e falta de atendimento por parte da rede de atenção de álcool e drogas, falta de qualificação profissional e acesso a cursos profissionalizantes, entre outros.

Nardi e Dell'Aglio (2014) identificaram que o acompanhamento dos jovens após o cumprimento da MSE de internação apresenta bastante fragilidade. Dentre essas, a falta de informações sobre os jovens, por não estarem vinculados a nenhuma instituição do SGD. As autoras discutem que em alguns casos, o Plano Individual de Atendimento (PIA) do jovem que se tornará um egresso chega a ser elaborado antes da saída da unidade, para ser monitorado pelas demais políticas públicas. No entanto, quando a MSE é extinta, o acompanhamento das metas e objetivos elencados neste PIA não vem sendo realizado por nenhuma instituição.

Foppa (2011) ao analisar um programa de acompanhamento aos jovens egressos de MSE identificou algumas dificuldades enfrentadas por esse programa em auxiliar os jovens. Dentre essas dificuldades estão: difícil acesso à rede de atenção à saúde mental que formam filas de espera para o atendimento e comprometem o acompanhamento de jovens com dependência química; ausência das instituições das demais políticas no processo de pactuação do atendimento. Outra dificuldade refere-se ao nível de escolaridade dos jovens que compromete a inserção em cursos profissionalizantes, ou mesmo quando têm concluído o nível esperado para determinado curso, têm dificuldade em relação à compreensão e interpretação de algumas tarefas, o que por vezes faz com que os jovens não consigam acompanhar o desenvolvimento dos cursos. No tocante às dificuldades educacionais, a autora identificou que os egressos enfrentam dificuldades em se matricular na rede regular de ensino, pois as escolas alegam não dispor das vagas quando verificam o histórico escolar do

jovem e identificam que estes estudaram em uma escola localizada dentro de uma unidade de MSE de internação (Foppa, 2011).

Ainda em relação à escola, Baquero, Lemes e Santos (2011) identificaram que os jovens entrevistados visualizam a instituição escolar como um lugar de possibilidades e chegam a tecer algumas expectativas, relacionadas com a inserção no mercado de trabalho. No entanto, ao retornar à escola se deparam com um distanciamento entre o que é ensinado através dos conteúdos e a realidade que vivenciam, o que muitas vezes leva a evasão escolar, somado ao preconceito que a comunidade escolar tem dos jovens que cumpriram medida socioeducativa, fazendo com que o jovem não se sinta acolhido no espaço escolar e culminando na evasão.

Para Araújo (2017), os jovens não continuam frequentando a escola por diversos motivos entre esses: ameaças por grupos identificados como rivais, estigma da comunidade, recusa da escola em realizar a matrícula, distorção idade/série que por sua vez, pode gerar falta de interesse causada pela inadequação dos conteúdos escolares distanciados da realidade dos jovens, a necessidade de trabalhar, o que faz com que o trabalho seja priorizado. Além disso, alguns jovens que começam a frequentar não chegam a concluir o ensino médio.

Evangelista (2008), ao entrevistar jovens egressos de MSE de internação, identificou que a escola assume sentidos contraditórios. Por um lado, é vista como instituição idealizada, sendo o meio pelo qual os jovens poderiam ter acesso a melhores postos de trabalho, e por outro, enquanto instituição que não os acolhe, nem considera os seus interesses e histórias de vida, contribuindo para a repetição da evasão escolar. Em alguns casos, os jovens chegam a se matricular na rede de ensino, mas dada a necessidade de trabalhar, não conseguem conciliar as duas atividades e o trabalho passa a ser a prioridade, principalmente nos casos em que os jovens constituíram sua própria família (Ferraz, 2013).

Barbosa e Resende (2014), também discutem que os jovens ao saírem das unidades de internação retornam a um contexto de vulnerabilidade e falta de acessos às políticas sociais, e discutem que o acompanhamento de egressos deve ocorrer de forma ampla, incluindo os familiares dos jovens e a articulação com a políticas sociais existentes no território, para o fortalecimento do atendimento. Os desafios dessa política estão na fraca integração das políticas sociais existentes; na falta de comunicação e integração entre as equipes das instituições; na existência de objetivos divergentes entre as políticas de atendimento aos jovens; ações pontuais e fragmentadas que dificultam a implementação dos programas de acompanhamento ao egresso; baixo acompanhamento familiar, restrito a poucas visitas domiciliares e encaminhamentos esporádicos (Foppa, 2011).

Segundo Siqueira e Tavares (2013) uma das dificuldades dos jovens que cumpriram a medida socioeducativa enfrentam é em relação ao encaminhamento para as instituições do território, tendo em vista que estas são as mesmas por quais os jovens passaram anteriormente ao cumprimento da MSE e que por seu caráter fragmentado, não foram eficazes em garantir o seu desenvolvimento e a sua proteção. Essas autoras identificaram que a ação de determinadas políticas tem produzido muito mais desproteção na trajetória do jovem que chegou a MSE.

Baquero, Lemes e Santos (2011), ao analisar as histórias de vida de quatro jovens egressos de MSE de internação e as relações estabelecidas entre a escola, o trabalho e a família após a extinção da MSE, identificaram que para os jovens egressos, a constituição de uma nova família e a inserção no trabalho representam fatores para o afastamento dos atos infracionais. Essas autoras defendem a importância da construção de um projeto de vida como forma de distanciamento dos atos infracionais. No entanto, discutem que as políticas voltadas para a qualificação profissional dos jovens são fragmentadas, e o que oferecido se distancia dos interesses dos jovens e da absorção pelo mercado de trabalho. No que se refere

aos jovens que cumpriram MSE, as autoras identificaram que as atividades fornecidas durante o cumprimento ofereciam pouca qualificação aos jovens, a exemplo de oficinas de artesanato (Baquero et al., 2011).

A partir desses elementos, as autoras discutem que os projetos de vida dos jovens egressos de MSE estão fragilizados, posto que saem das instituições de cumprimento de medidas socioeducativas sem o apoio necessário para efetivá-los. Nesse sentido, as autoras apontam a necessidade de que a construção do projeto de vida seja iniciada durante o cumprimento, mas que não se encerre com a extinção da MSE, havendo articulações com as políticas sociais para esse momento da vida do jovem, o que não vem sendo realizado devido à falta de sistematização das ações (Baquero et al., 2011).

Diante desse quadro, alguns autores (Evangelista, 2008; Chimin Junior et al., 2008; Foppa; 2011; Nardi & Dell'Aglio, 2014; Araújo, 2017) apontam a necessidade da existência obrigatória de programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, como previsto no ECA e no Sinase, ofertadas pelos órgãos gestores de medidas socioeducativas de internação, disponibilizados para todos os jovens, de modo a oferecer acompanhamento qualificado aos jovens e apoio aos seus familiares, articulando as políticas sociais de educação, profissionalização e saúde (Nardi e Dell'Aglio, 2014), de modo a mediar e facilitar a transição entre a vivência da privação de liberdade e o retorno à comunidade e efetivação dos direitos sociais e projeto de vida. Para Araújo (2017), a existência de programas de acompanhamento ao egresso de medidas socioeducativas, deve corresponder a um direcionamento amplo da socioeducação, e não se restringir apenas a aplicação e cumprimento de uma medida, no seu caráter sancionatório.

Ao analisar um programa de acompanhamento a jovens egressos de MSEI, Cardoso e Oliveira (2017) identificaram que seu objetivo se voltava principalmente para a articulação com as políticas de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, e que na ausência

do programa, os jovens enfrentam o preconceito das instituições. Por outro lado, estas autoras identificaram que os jovens apresentam resistência em aderir ao programa, visualizando-o como continuidade de uma punição.

Rolim, Braga e Winkelmann (2017), discutem que os programas de acompanhamento aos egressos atuam como uma prevenção terciária. Para esses autores, as políticas públicas atuam em três níveis de prevenção: primária, correspondente as ações universais da garantia de direitos; a secundária relaciona-se ao atendimento específico de grupos considerados de risco; enquanto a terciária diz respeito a um conjunto de políticas públicas destinadas a sujeitos que praticaram infrações e/ou crimes. De acordo com esses autores, a característica desta prevenção está em oferecer um conjunto de atividades articuladas promovendo cursos profissionalizantes, inserção escolar, acesso as demais políticas sociais, acompanhamento individual e familiar, de modo a promover outras possibilidades para os jovens na construção do seu projeto de vida e minimizar as possibilidades de reincidência do ato infracional.

Ainda segundo esses autores, no contexto brasileiro há pouco investimento na prevenção primária e secundaria correspondentes respectivamente, as políticas de direitos universais e políticas focalizadas nos chamados grupos vulneráveis. Confirmando essa lógica, com relação à prevenção terciária, identificam-se investimentos ainda mais baixos, sendo que as poucas iniciativas existentes carecem de recursos para se manter e de instrumentos de avaliação que investiguem as necessidades de melhoria e os impactos da sua implementação (Rolim, Braga & Winkelmann, 2017).

Embora o ECA e o Sinase determinem a implantação de programas de acompanhamento ao jovem egresso de medida socioeducativa por parte das instituições que executam a MSE de internação, uma das características desse atendimento é a adesão voluntária do jovem, ou seja, distancia-se da obrigatoriedade e característica sancionatória da MSE, sendo este um dos critérios de inclusão dos jovens (Chimin Junior et al, 2008).

Prado (2014) discute que diante da ausência de atendimento por parte de uma política voltada ao egresso de MSE em alguns municípios, apesar da determinação no ECA e Sinase, e que pela inexistência desse atendimento, o sistema de justiça acaba por aplicar uma MSE de meio aberto para exercer a função de acompanhamento ao egresso após a internação, sendo esta de semiliberdade ou de liberdade assistida e algumas ações pontuais localizadas nos Centros de Referência da Assistência Social, porém sem a existência de uma sistematicidade no atendimento. A aplicação de uma MSE em meio aberto contraria o critério de adesão voluntária do jovem, colocando novamente o cumprimento de uma sanção.

Segundo Araújo (2017), a insuficiência de programas de acompanhamento ao egresso de MSEI revela fragilidades com relação à política de socioeducação, visto que não dá conta do processo de transição entre a aplicação da medida socioeducativa e a preparação para o desligamento do jovem da unidade e o retorno para a sociedade. Ainda mais frágeis são os registros das experiências existentes.

Prado (2014) identificou que os profissionais que atuam na socioeducação apontam a importância da existência de uma rede que articule as políticas sociais no atendimento do jovem egresso, destacando que essa integração é precária ainda no período em que o jovem ainda está cumprindo a MSE, e que quando este sai essa articulação é ainda mais fragilizada. Apesar de estar previsto na legislação do Sinase, a sua menção a estrutura e organização desse tipo de política é mínima, reduzida a poucos artigos que não descrevem como devem se caracterizar e situando-os com exclusividade em relação às medidas de meio fechado (Araújo, 2017).

Já algumas instituições de meio fechado restringem o acompanhamento ao egresso apenas quando o jovem tem algum transtorno ou deficiência mental. Ou ainda, o acompanhamento é realizado quando este jovem recebe outra medida socioeducativa, seja de liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade, o que por sua vez descaracteriza a

função de apoio e acompanhamento ao egresso, pois esta função não pode ser equiparada com a aplicação de uma nova medida socioeducativa (Nardi e Dell'Aglio, 2014).

Além desses fatores, Prado (2014) e Ferraz (2013) também aponta que ao saírem da instituição, os jovens se deparam com o mesmo contexto anterior à aplicação das MSE, caracterizada pela falta de acesso às políticas sociais de saúde, educação, moradia e lazer. Quando retornam, se deparam com a falta de referência, buscando novamente as instituições para mediar essa inserção.

Corroborando com isso, Ferraz (2013) discute que as instituições do Sistema de Garantia de Direitos, como escola, unidades de saúde tendem a recepcionar mal os jovens egressos de MSE atribuindo-lhes estigmas. Essa situação ocorre ainda quando o jovem procura um emprego ou mesmo moradia, e que o fato de terem cumprido uma MSE de internação corresponde a uma marca nos jovens que é identificada e faz com que sejam barrados por várias instituições. Além disso, Gonçalves (2015) discute que longos períodos de internação trazem repercussões à subjetividade dos jovens, dificultando o retorno a sociedade e as possibilidades de autonomia e gerenciamento da própria vida.

A inexistência de programas de acompanhamento para egressos em determinados municípios e as dificuldades de inserção em algumas políticas sociais, a exemplo da de educação fazem com que muitos jovens e familiares recorram à equipe técnica das unidades de internação para mediar a inserção nestas políticas, evidenciando a necessidade de um acompanhamento de referência para os jovens e familiares (Prado, 2014). Essa autora aponta que apesar da insuficiência de programas de acompanhamento ao egresso nos estados, a demanda por esse acompanhamento é significativa, principalmente diante do aumento da aplicação da MSE de internação (Prado, 2014) e da avaliação positiva que os jovens fazem do acompanhamento prestado.

Foppa (2011) ao entrevistar jovens atendidos em um programa de acompanhamento a egressos, identificou que estes consideram o atendimento como positivo, destacando a importância do acompanhamento após o cumprimento da MSE, como auxílio ao retorno a sua comunidade, possibilidade de inclusão no mercado formal de trabalho e de realização de cursos profissionalizantes, de acordo com as particularidades de cada jovem e de apoio a permanência na escola. Na visão da autora, a existência da política voltada ao egresso qualifica o atendimento que é ofertado nas instituições executoras e fortalece a socioeducação (Foppa, 2011). No caso desse programa analisado, a pactuação e adesão do jovem ocorre por meio das práticas da Justiça Restaurativa, nas quais são utilizados o Círculo de Compromisso ainda durante o cumprimento da MSE, com a participação do jovem, da família, da instituição de MSE, do programa de acompanhamento aos egressos e demais políticas sociais que darão suporte após a extinção da MSE, objetivando realizar acordos entre as partes e como será realizado o acompanhamento.

Apesar dos avanços em relação ao acompanhamento por parte de alguns programas, o acompanhamento não tem contemplado todos os jovens que saem das unidades de internação, devido ao pequeno número de vagas disponibilizados pelos programas de acompanhamento não ser suficiente para todos os egressos (Nardi & Del'Aglio, 2014). Ainda no que se refere às políticas existentes, outra questão que dificulta a qualidade do atendimento é a rotatividade dos profissionais que compromete a continuidade do trabalho devido às interrupções. Além disso, o número de profissionais costuma ser insuficiente diante da demanda de jovens que tem a MSE extinta, para dar conta das articulações necessárias com as políticas, o atendimento ao jovem e as famílias (Foppa, 2011).

No entanto, Araújo (2017) discute que a institucionalização do atendimento a partir de um programa específico para egressos pode reforçar estigmas relacionados ao cumprimento de medidas socioeducativas, como também funcionar como uma instituição de controle dos

jovens e de suas famílias, ao invés de oferecem apoio. A autora defende que o acompanhamento é necessário, porém deve ser feito a partir das articulações com as políticas sociais já existentes, a partir de um trabalho em rede e respeitando o princípio da incompletude institucional estabelecido pelo Sinase. Defende ainda a continuidade da elaboração de pactuação do Plano Individual de Atendimento e a inclusão das demais instituições na execução das metas. Araújo (2017) discute ainda que políticas voltadas ao atendimento ao egresso estão pautadas na perspectiva da ressocialização, na qual o jovem que praticou o ato infracional, após cumprir sua medida socioeducativa, deve reintegrar-se a sociedade, ajustando-se a ela e não praticando novos atos infracionais.

Nesse sentido, apesar do reconhecimento da necessidade da existência de programas de acompanhamento a egressos de MSEI, a partir dos elementos apontados pelos autores, a função dos programas escancara as implicações da execução da medida socioeducativa de internação, com suas violações de direitos e que operam a partir da lógica do encarceramento da juventude.

Desse modo, compreendendo que os programas de acompanhamento aos egressos devem pautar-se nas garantias de direitos dos jovens e auxiliá-los na efetivação dos seus projetos de vida, questiona-se quais princípios e diretrizes que embasam o atendimento desses programas? Quais objetivos direcionam o acompanhamento e quais ações ofertam? Se a existência desses programas pode funcionar como contextos de desenvolvimento que oportunizem a mediação dos elementos necessários para a construção e efetivação de seus projetos de vida, a partir da oferta de atividades dominantes responsáveis por guiar o curso do desenvolvimento dos jovens, a partir de seus interesses e necessidades?

CAPÍTULO III – PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Os referenciais teóricos que nortearam a análise desta tese são a perspectiva crítico-dialética das Políticas Sociais e a Psicologia Histórico-Cultural. A perspectiva das Políticas Sociais fornece os elementos para a análise da política de socioeducação enquanto resposta ao ato infracional, compreendido enquanto uma expressão da questão social, resultante do conflito capital x trabalho. A análise da política de socioeducação a partir dessa perspectiva possibilitará a apreensão da sua relação com a oferta e manutenção dos programas de acompanhamento a jovens egressos de MSEI.

A perspectiva histórico-cultural de Vigotski e seus seguidores, possibilita a análise do desenvolvimento psicológico, na sua relação processual e dependente dos elementos culturais, sociais e históricos e será realizada por meio das categorias situação social de desenvolvimento, atividade dominante e projeto de vida, descritas a seguir. Essas duas perspectivas teóricas fornecem os elementos para a analisar se os programas de acompanhamento a egressos de MSEI podem se constituir e proporcionar contextos de desenvolvimento.

Por contexto, compreende-se uma situação social ampla, tomada a partir da perspectiva da totalidade, possuindo as seguintes características: a primeira delas corresponde ao fato de o contexto compartilhar um determinado espaço e tempo, instituído socialmente e que possibilita a ocorrência de um conjunto possível de ações, com extensões variáveis para um grupo situado historicamente; a segunda característica refere-se a composição dos grupos, que compartilham uma identidade social e seus respectivos signos, no qual se tornam possíveis negociações e diálogos; a terceira característica se relaciona com o conceito de atividade da psicologia histórico-cultural, e diz respeito à realização de ações, motivadas e significados por determinado grupo e que dá sentido as ações; e a quarta característica que se refere ao fato de que o contexto não pode ser considerado como cena ou pano de fundo, mas a experiência do sujeito e dos grupos. A noção de contexto remete as relações estabelecidas

entre as pessoas e grupos, num determinado momento histórico e cultural, mediadas pelas condições materiais oferecidas e pelos signos compartilhados (Matias & Francischini, 2007). A partir dessa definição, considera-se que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI podem exercer a função de contexto de desenvolvimento, se oportunizarem elementos necessários para a construção e efetivação dos projetos de vida dos jovens que cumpriram a medida socioeducativa de internação.

Políticas sociais na perspectiva crítico-dialética

Nesta tese, a análise das políticas sociais tem como base a perspectiva crítico-dialética. De acordo com essa perspectiva, as políticas sociais são compreendidas como o resultado de um processo histórico complexo, permeado por relações contraditórias, decorrentes dos conflitos entre o Estado e a sociedade no sistema capitalista.

As políticas sociais são respostas ou formas de enfrentamento diante das diversas expressões da questão social, organizadas como forma de proteção social diante das relações de exploração do capital sobre o trabalho (Behring & Boschetti, 2011). A desigualdade social, no capitalismo, se expressa de forma complexa e multifacetada por meio da questão social, que diz respeito ao conjunto de problemas políticos, econômicos e sociais que resultam da relação posta entre a classe trabalhadora e o capital. Uma dessas expressões da questão social corresponde ao crescimento relativo da pauperização da população que revela as contradições intrínsecas ao capitalismo, no que se refere ao aumento da produção e a desigual redistribuição dos bens produzidos, além da ampliação do chamado exército de reserva (Iamamoto, 2001).

A formação das políticas sociais é atravessada pelas diferentes correntes ideológicas e políticas de cada momento histórico. O período entre meados dos séculos XIX até a década

de trinta do século XX foi norteado pelos princípios do liberalismo, o qual ancora-se na premissa do trabalho enquanto mercadoria que teria sua regulação feita por meio da noção de livre mercado. O liberalismo assenta-se na ideia do Estado Mínimo, no qual o mercado tem um funcionamento livre e ilimitado, regulando as relações econômicas e sociais, que por sua vez, seria capaz de assegurar o bem-estar dos sujeitos. Nessa perspectiva, caberia ao Estado apenas disponibilizar a base legal que garantisse que o mercado pudesse exercer suas máximas funções (Behring & Boschetti, 2011).

Ao Estado caberia apenas algumas funções que não poderiam ser exercidas pela iniciativa privada, tais como intervenções diante de adversários externos, a proteção aos indivíduos diante das ofensas provocadas por terceiros e a realização de obras públicas. À limitada ação do Estado soma-se a defesa da ideia de que a autorregulação do mercado seria capaz de garantir a coesão social. Quanto aos sujeitos, caberia a estes realizar o máximo esforço para atingir seus objetivos, que se concretizariam com base no mérito individual. Nessa lógica, o Estado não deveria interferir na regulamentação do salário ou da jornada de trabalho, posto que estaria obstaculizando a ordem natural de oferta e procura do mercado (Behring & Boschetti, 2011).

Desse modo, para o liberalismo, o Estado não deveria garantir os direitos sociais dos trabalhadores, não interferir na regulação das relações trabalhistas e nem garantir as necessidades sociais. Contraditoriamente, a ação do Estado poderia ser aplicada para assegurar a manutenção do livre mercado, atendendo assim aos interesses liberais (Gonçalves, 2010).

Behring e Boschetti (2011) sintetizam alguns elementos do liberalismo que sustentam a não intervenção do Estado: o predomínio do individualismo na base na sociedade de classe; a defesa de que o bem-estar individual oportuniza o bem-estar coletivo, que deve ser conseguido através da venda da força de trabalho; o predomínio da liberdade e da

competitividade como formas de autonomia do sujeito; a naturalização da miséria, resultante da moral humana; o predomínio da lei da necessidade, responsável por regular o crescimento populacional; a manutenção de um Estado mínimo, que atue apenas para garantir o funcionamento do livre mercado; a noção de que as políticas sociais promovem o ócio, o desinteresse pelo trabalho e o desperdício de recursos; a ideia de que as políticas sociais devem ser um paliativo, direcionado apenas aos sujeitos que não têm condições de disponibilizar sua força de trabalho ao mercado.

Diante da existência desses princípios, qualquer resposta à questão social no fim do século XIX, foi acompanhada de ações repressivas. Apenas algumas demandas da classe trabalhadora foram convertidas em leis limitadas que trouxeram poucas mudanças nas condições de vida dos trabalhadores. O Estado liberal do século XIX garantiu os direitos civis necessários a garantia da propriedade privada – o direito à vida, à liberdade individual e à segurança (Gonçalves, 2010).

A organização e intensa mobilização da classe trabalhadora pautadas no ideal da emancipação humana e na distribuição dos bens produzidos socialmente, no fim do século XIX e início do século XX, viabilizaram algumas mudanças no Estado liberal. Tais mudanças dizem respeito as conquistas no âmbito dos direitos políticos, a exemplo do direito ao voto, à liberdade de manifestação e expressão, e do direito de organização nos sindicatos e partidos. Os direitos políticos resultam da luta da classe trabalhadora que proporcionou a ampliação dos direitos sociais no estado capitalista, são direitos coletivos, extensíveis a todos os sujeitos independentemente da existência da propriedade privada (Behring & Boschetti, 2011).

Nesse mesmo período, verifica-se a monopolização do capital que passa a depender cada vez mais de empréstimos bancários e de grandes investimentos, processos que irão repercutir no capital financeiro. Como desdobramento, observa-se a existência de crises no desenvolvimento do capitalismo. A crise de 1929-1932, denominado como período da Grande

Depressão, caracterizou-se como a primeira grande crise do capital, tendo como consequência o desemprego massivo, com repercussões no âmbito internacional que colocaram em xeque a legitimidade do liberalismo (Behring & Boschetti, 2011).

O declínio do liberalismo forneceu as bases para a emergência do Welfare State. No que se refere aos processos políticos e econômicos que culminaram no enfraquecimento das bases que sustentam o liberalismo, verificou-se o crescimento e a maior organização do movimento operário, que ao ocupar os espaços políticos, conquistou alguns direitos. A Revolução Russa de 1917 trouxe repercussões no âmbito internacional, fortalecendo a organização dos trabalhadores (Behring & Boschetti, 2011).

O Welfare State configurou-se pela implantação por parte do Estado, de um conjunto de medidas relativas à garantia dos direitos sociais, tais como educação, saúde, renda e habitação tendo um caráter universal, assegurando a manutenção de condições básicas a população (Gonçalves, 2010).

As políticas sociais tiveram, no período entre 1919 e 1939 um crescimento lento na fase da Grande Depressão, passando por um processo de generalização após a Segunda Guerra Mundial. As crises são processos constituintes do capital, contribuindo para as mudanças no processo de acumulação capitalista, que se expressam por meio de longos ciclos de expansão, depressão e superação (Behring & Boschetti, 2011).

A década de 1970 foi assinalada por outra crise do capitalismo que trouxe repercussões ao Welfare State, culminando na redução da intervenção do Estado no que diz respeito a garantia dos direitos sociais. Esse processo foi acompanhado da afirmação da ideologia neoliberal, que se caracteriza pela crítica às políticas redistributivas, retomada dos princípios liberais, defesa da não intervenção do Estado na garantia dos direitos, objetivando a contenção dos gastos sociais e a afirmação da suposta necessidade de privatização dos serviços (Gonçalves, 2010). Com o neoliberalismo, há a contenção de gastos sociais, o

desemprego é compreendido como algo natural e necessário à manutenção da ordem. Como consequência, observa-se aumento do desemprego e diminuição ou restrição de postos de trabalho, redução dos salários, precarização das relações de trabalho e redução de gastos com as políticas sociais (Montaño, 2015).

No Brasil, no período da ditadura militar, as políticas sociais retiraram a participação do trabalhores, vinculadas a um projeto tecnocrático, modernizador-conservador e limitado a quem poderia pagar. O esgotamento desse modelo e a organização dos movimentos sociais impulsionaram a abertura democrática que culminou na Constituição de 1988 e a colocação dos direitos sociais em pauta, ainda que em meio a um campo de disputas e mobilizações dos grupos hegemônicos e contra-hegemônicos (Behring & Boschetti, 2011).

Apesar das conquistas dos trabalhadores no campo das políticas sociais e das condições objetivas de vida, o período pós-reabertura foi caracterizado pela contrareforma neoliberal, sem alterações profundas na estrutura, no qual o crescimento econômico pouco incidiu em ganhos para a classe trabalhadora, evidenciando-se uma adaptação passiva à lógica do capital e ao controle pelas classes dominantes sobre as "classes perigosas", como forma de limitar um processo radical de transformação (Behring & Boschetti, 2011).

Tais elementos são fundamentais na análise das políticas sociais, pois incidem na concepção do papel do Estado, dos direitos e da cidadania (Gonçalves, 2010). Sua análise necessita da compreensão de aspectos fundamentais que estão na base do seu surgimento e manutenção. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 44), esses aspectos referem-se: "O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalecentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais e o terceiro é o papel das classes sociais". A emergência das políticas sociais ocorreu de forma diferenciada nos diversos países, devido a maior ou menor organização e tensionamento da classe trabalhadora e da disposição das forças do

Estado, a partir também do nível de desenvolvimento das forças de produção (Behring & Boschetti, 2011).

No capitalismo monopolista, o Estado atua como instância regulatória, responsável por garantir a reprodução e a manutenção da força de trabalho. Nessa lógica, permeada por contradições, o Estado torna-se permeável as demandas da classe trabalhadora que passam a reivindicar suas pautas. Nesse processo, o Estado passa a gerenciar a questão social por meio das políticas sociais. Estas, ao mesmo tempo, em que garantem um mínimo de conquistas a classe trabalhadora, exercem a função de preservação e controle da força de trabalho, desenvolvimento e manutenção do sistema de produção (Netto, 2011).

A política social, compreendida como intervenção do Estado sobre a questão social converte-se em várias políticas públicas, ou seja, são executadas de forma fragmentada e parcializada, posto que seu reconhecimento e enfrentamento como compreensão da totalidade processual acabaria por desestabilizar a ordem burguesa. Desse modo, as políticas públicas focalizam problemas específicos, ou seja, nas diversas expressões da questão social, sem modificar as estruturas que as produzem (Netto, 2011).

Nesse contexto, o processo de formação de uma nova política pública envolve várias etapas, ou seja, correspondem a um ciclo envolvendo a identificação de um problema, a formulação de uma agenda de políticas, ou seja, uma lista de prioridades que servirá de base para tomada de decisão de quais necessidades pode ser atendida ou não, a construção de alternativas, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação. Por isso, o ciclo de políticas constitui-se de um processo conflitivo. Nessa disputa de interesses, vários atores estão presentes, entre eles os atores governamentais, que ocupam cargos de representação pública e não governamentais, que podem ser sociedade civil organizada, instituições de pesquisa, consultores, entre outros (Agum, Riscado & Menezes, 2015).

O processo de formação de uma agenda perpassa pelo reconhecimento da existência de um determinado problema, ou seja, da manifestação de demandas, que podem ser acompanhadas da apresentação de indicadores e pesquisas; a proposição de políticas pelos diferentes tipos de atores; e o fluxo da política que correspondem ao clima ou grau de sensibilização do governo frente as demandas, o nível de organização política e as disputas entre os partidos (Agum et al., 2015).

Dentre as demandas apresentadas à formação das agendas, identificam-se as recorrentes, que sempre retornam ao debate político, as novas, que são resultantes de mudanças ou novos problemas, as reprimidas, que não chegam a se constituir como decisão política ou mobilizar as autoridades governamentais, e as que envolvem barreiras culturais e institucionais que impedem o debate público. O acúmulo sem resolutividade gera uma sobrecarga que pode culminar em crises e rupturas institucionais. Ao se tornar um problema político as demandas podem ser incluídas na agenda, mas não necessariamente darão origem a uma política pública. Ao alcançar esse status irá mobilizar recursos e fontes de poderes (Rua, 2009).

Após a inclusão na agenda e tomada de decisão pela formação de uma política, tem-se a fase de implementação e que envolve vários estágios, com a identificação dos problemas a serem resolvidos, os objetivos que devem ser alcançados e as estruturas necessárias para sua execução, ou seja, o arranjo institucional. A implementação depende da disponibilização de recursos orçamentários, formação de equipes de trabalho, legislações específicas (Agum et al., 2015). De acordo com Rua (2009) o sucesso na implementação de uma política pública depende de algumas condições, sendo estas: a formulação de objetivos claros e definidos, a incorporação de uma teoria que fundamente os objetivos, a existência de uma legislação estruturada que maximize o desempenho e possua regras definidas, habilidades dos gestores e lideres na implantação, apoio de grupos da sociedade, a consistência dos objetivos frente a

existência ou criação de políticas conflitantes, existência de tempo e recursos suficientes, autonomia e independência da agência implementadora, fluxo de comunicação entre as hierarquias e envolvidos, descrição das etapas e tarefas; exclusão de ambiguidades e prevenção de interferências externas.

Rua (2009) destaca que o processo de implementação pode ocorrer juntamente ainda com a formulação, tendo como consequência os seguintes aspectos: desconhecimento da totalidade dos problemas e dos limites. Outro ponto destacado também é quando a política é implementada em forma de programa, devido às limitações de recursos, objetivos e a possibilidade da existência de conflitos com outros programas.

Pode-se também refletir que o processo de implementação pode ser um contínuo processo de formulação, agregando novos elementos e mudanças ao longo do tempo. Fato é que a implementação é um longo processo e a tomada de decisão não garante sua automática, linear ou imediata implantação (Brancaleon, Yamanaka, Castro, Cuoghi, & Paschoalotto, 2015).

Uma fase estratégica no ciclo de uma política pública é sua avaliação, sendo o exame sistemático e formal, fundamentado em critérios e procedimentos essenciais para o funcionamento da política. As informações coletadas na avaliação retornam na forma de decisões e conclusões para a execução da política, podendo repercutir em sua continuidade, reformulação, aperfeiçoamento ou extinção (Brancaleon et al., 2015).

Uma etapa próxima, mas que se diferencia da avaliação é o monitoramento. Enquanto a primeira se refere a um exame definido dos efeitos, impactos e produtos da política, tendo como resultado a produção de relatórios complexos, o monitoramento se refere ao exame contínuo do processo e atividades, com registros parciais. O monitoramento permite a tomada de decisão de mudanças no curso da política de maneira mais rápida e direta (Rua, 2009).

As avaliações podem ter origens internas, externa ou mista. As internas são realizadas por uma equipe diretamente envolvida com a implementação da política, examinando a realização dos objetivos, metas e produtos. Pode ser problemática na medida em que a proximidade da equipe com o objeto pode levar a distorção da avaliação. As externas são executadas por equipes que não atuam diretamente com a ação, podendo ser consultores externos ou agentes da gestão, e que nesse caso pode repercutir no fato das equipes de avaliação não possuírem conhecimento aprofundado sobre o objeto analisado. As avaliações mistas são realizadas pelos dois tipos de equipe como forma de minimizar as possíveis interferências e distorções do processo avaliativo (Rua, 2009).

As avaliações podem incluir a participação dos usuários e equipes no processo, além da função de informantes. A avaliação dos resultados visa verificar os produtos ou efeitos da política. Nesse sentido, podem ser identificadas a eficiência, a eficácia e a efetividade da política. A eficiência refere-se a análise dos custos e prazos envolvidos na implementação. A eficácia diz respeito a análise da contribuição dos eventos da política para a realização dos objetivos previstos. E a efetividade corresponde aos efeitos mais amplos ou secundários que a política pode atingir (Rua, 2009). No ciclo de políticas “a avaliação representa o mais importante instrumento de controle da efetividade das políticas e dos programas governamentais” (Rua, 2009, p. 119).

Outro ponto fundamental acerca da complexidade que envolve as políticas sociais e diz respeito a sua implementação, permeada por conflitos de interesses, tensões e o estabelecimento de alianças no contexto do neoliberalismo, que oportunizam a oferta de serviços por meio de agências privadas ou mesmo pelo conjunto da sociedade civil (Netto, 2011).

A emergência do terceiro setor no Brasil ocorreu na década de 1990 como consequência do processo de contrarreforma do Estado em que as responsabilidades deste

frente à questão social são transferidas para outras instituições. Apesar da Constituição de 1988 que determina a responsabilidade do Estado na oferta de políticas sociais, este não garante a seguridade social aos brasileiros (Freitas & Barbosa, 2014).

Em meio a lógica neoliberal e a crise enfrentada na década de 1990, observa-se uma digressão em que as políticas sociais passam a ser guiadas pela lógica neoliberal, e o Estado passa a ser criticado como causa dos problemas sociais e econômicos. Assim, a contrarreforma refere-se ao enxugamento do Estado e a transmissão das ações para o mercado e para a sociedade civil, conformando assim o trinômio do ideário neoliberal: a privatização, a focalização e a descentralização (Freitas & Barbosa, 2014).

De acordo com Montaño (2015) o termo "terceiro setor" se origina a partir de determinada classe social com a função ideológica de setorializar a sociedade em três âmbitos aparentemente desassociados. O primeiro Setor, corresponde ao Estado, enquanto espaço de política, e o Segundo Setor, o mercado, enquanto espaço das relações econômicas e privadas. Sendo assim, o terceiro setor seria autônomo em relação aos demais e que por sua independência e por se caracterizar como espaço supostamente progressista, popular e participativo agiria sem a existência de conflitos ou contradições internas. A criação do terceiro setor é justificada por um discurso de eficiência nas repostas às necessidades sociais que não atendidas pelo Estado, associando-se a ações solidárias de caráter voluntário realizadas pela sociedade civil.

Os projetos do terceiro setor se localizam entre as convergências existentes entre as ideologias dos projetos neoliberal e da "esquerda possibilita". O primeiro refere-se ao desmonte dos direitos trabalhistas para assegurar os lucros do capital, na noção de autorregulação do mercado e da livre concorrência, desresponsabilização do estado e auto responsabilização individual, principalmente por meio de uma lógica do empoderamento e empreendedorismo. Como consequência tem-se a produção de dois tipos de cidadãos: o

consumidor, com acesso ao mercado e o usuário, que depende das ações do Estado ou de ações caritativas da sociedade civil, ou de responsabilidade social das empresas. A segunda, refere ao rompimento da compreensão da realidade estrutural para a da vivência subjetiva e individual em que as ações e projetos separam os indivíduos em grupos identitários (Montaño, 2015).

Apesar da ampliação de algumas políticas sociais, observada a partir da década de 1990, observou-se o movimento contrário à universalização e estatização destas, com a focalização das políticas voltada a grupos específicos, principalmente os segmentos mais empobrecidos (Freitas & Barbosa, 2014). Essas instituições passam a executar ações de proteção social subsidiadas pelo Estado e regulamentadas por meio de leis que estabelecem o termo de Parceria e na qualificação de entidades como Organizações da Sociedade civil de Interesse Público (Oscip) (Freitas & Barbosa, 2014). Em 2014, o Estado instituiu por meio da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) que trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, tendo sua vigência iniciada com a Lei n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Por meio deste, o Estado pode interferir no funcionamento dessas organizações, ampliando ou limitando sua atividade política e aquisição de recursos econômicos, e exigindo inovação com relação à transparência das ações e avaliação e monitoramento de atividades (Mendonça & Falcão, 2016).

A regulamentação do terceiro setor se deu inicialmente com o estabelecimento de Convênios e Termos de Parceria, para mediar a transferência de recursos entre o Estado e a sociedade civil, principalmente através da ONGS. Estas que tinham nos fins da década de 1980 um modo de operacionalização e mobilização dos movimentos sociais reivindicando a abertura democrática e luta pela garantia de direitos, mudaram seu foco, não mais atuando na assessoria dos movimentos sociais, mas através da prestação de serviços para a população

objetivando a melhoria da vida da sociedade por meio do lema de promoção da cidadania. Estando na parceria entre as classes, o terceiro setor corrobora com a perspectiva de humanização do capitalismo (Freitas & Barbosa, 2014).

As instituições que constituem o terceiro setor são variadas e podem estabelecer formatos de parcerias diversas, podendo ser: instituições privadas com ações direcionadas para fins públicos; ONGs, fundações ligadas a empresas privadas, instituições caritativas e religiosas; associações e ações voluntárias, voltadas as áreas da criança e do adolescente, mulheres, idosos, população LGBT e diversidade étnica, que seriam parte da população que se encontra em situação mais vulnerável (Freitas & Barbosa, 2014; Mendonça & Falcão, 2016).

A ideologia que sustenta o terceiro setor está envolto por relações contraditórias de produção na sociedade, tendo como consequencia a despolitização dos sujeitos, que dissimula e enfraquece os conflitos sociais. Nesse projeto, cada sujeito se torna um ator livre e responsável pelas soluções voltadas para si ou para determinado grupo. Sendo assim, os sujeitos, nomeados de atores ou protagonistas são responsáveis pela sua emancipação individual, que não se relaciona a um projeto de emancipação social resultante das lutas e superação do sistema capitalista, mas de ações focalizadas, pontuais e desarticuladas, que se legitimam nos conceitos de inclusão social, capacitação e empoderamento (Montaño, 2015).

A Ideologia do Terceiro Setor corresponde ao conjunto de termos e linguagens, de conceitos teóricos e de valores éticos e políticos, que sustentam a ***autorresponsabilização dos sujeitos*** por suas próprias condições de vida, e pela solução de seus problemas e satisfação de suas necessidades, ***des-responsabilizando o Estado*** da ação social e ***desonerando o capital*** nessa tarefa (Montaño, 2015, p. 41). De acordo com essa ideologia, o Estado possui uma função ineficiente e paternalista, portanto, os sujeitos que possuem alguma necessidade, devem procurar soluções sem auxílio do Estado.

Apesar de a escolha do Estado na realização dessa parceria ser defendida, um dos problemas reconhecido nessa relação é a instabilidade nos quadros das Organizações Sociais, seja em relação ao seu funcionamento ou manutenção de funcionários, na exclusividade da expertise formada por estas instituições, que não retornariam ao Estado (Mendonça & Falcão, 2016). Associadas ao terceiro setor está a criação de políticas de compensatórias que não promovem mudanças na estrutura que produz a questão social, mas que apenas minimizam situações de extrema pobreza ou miséria (Freitas & Barbosa, 2014).

Como implicações da autorresponsabilização dos sujeitos, da des-responsabilização do Estado e da desoneração do capital, a transferência de responsabilidades não garante uma ação contínua a partir do reconhecimento dos direitos sociais, com vistas ao desenvolvimento da emancipação dos sujeitos. Essa lógica decorrente da reestruturação do capital no neoliberalismo contribui para ocultar e mistitificar os determinantes do real, operando na lógica da refilantropização dos serviços, a instabilidade da oferta e consequentemente da apropriação das ações enquanto direitos (Montaño, 2015).

Outro aspecto destacado por Netto (2011) em relação às políticas sociais no capitalismo monopolista é que estas acabam por configurar uma imagem ao Estado enquanto mediador dos conflitos. No entanto, há que se considerar que as políticas sociais representam também conquistas significativas, ainda que parciais, para a classe trabalhadora, ao longo do percurso histórico de lutas. Nesse sentido, compreende-se, que apesar de não possibilitarem o combate as bases que produzem a desigualdade social, as políticas sociais representam o reconhecimento do espaço público como necessário para a garantia dos direitos sociais, como campo social para a promoção do desenvolvimento dos sujeitos ou enquanto estratégia responsável por minimizar as consequências da desigualdade (Gonçalves, 2010).

A complexidade das relações produzidas historicamente no capitalismo é responsável pela emergência de novas expressões da questão social (Netto, 2011), que se manifestam pela

negação dos direitos e pela ausência da proteção social e pela ocorrência de violências estruturais e institucionais que atingem a população e de modo dramático, crianças, adolescentes e jovens, a questão social se expressa através de violações de direitos e violências (Beretta, 2010). Nessa dinâmica, a violência estrutural baseada na sociedade classista, racista e seletiva se expressa pela criminalização da classe trabalhadora e pela repressão do estado por meio do encarceramento (Bonalume & Jacinto, 2019).

Uma das violações de direitos que a população infanto-juvenil vivencia diz respeito às dificuldades de acesso e permanência às políticas sociais de educação, saúde, lazer, cultura, profissionalização, entre outras, responsáveis por garantir as condições necessárias ao seu desenvolvimento (Beretta, 2010). Ao mesmo tempo em que crianças e jovens enfrentam obstáculos no acesso aos seus direitos, essa mesma população é a que mais é atingida pela violência, principalmente a juventude negra (Paiva & Oliveira, 2015)

Como parte dessas violências, Beretta (2010) discute que o ato infracional corresponde a uma das expressões da questão social, decorrentes da estrutura social e econômica produtora da desigualdade social que atinge esses jovens e suas famílias, marcando a trajetória de vida destes com uma série de violações de direitos. O contexto brasileiro, marcado pela disparidade na concentração e distribuição de renda repercute nos altos índices de pauperização da população e no restrito acesso aos direitos sociais (Morais & Ferreira, 2018). De acordo com Silva (2017) a ineficiência estrutural das políticas sociais está presente nas trajetórias de vida dos jovens em cumprimento de MSE, revelando que a configuração de tais políticas traz repercussões no desenvolvimento de crianças e jovens. Apesar de insuficientes para promover a emancipação dos sujeitos, a existência dessas políticas é fundamental para a garantia de alguns direitos sociais, e a sua ausência pode implicar em violações de direitos. Por outro lado, a vinculação com os atos infracionais apresenta-se como uma forma de inserção social e pertencimento, além poder operar como

espaços de trabalho, que as políticas sociais não conseguiram propiciar aos jovens (Beretta, 2010).

Como resposta a essa expressão da questão social, o Estado responde com as medidas socioeducativas, cujos objetivos descritos na legislação são promover a responsabilização do jovem, sua integração social e a garantia dos direitos individuais e sociais, através da execução do Plano Individual de Atendimento (PIA) e a desaprovação da conduta infracional. No entanto, como discutido no capítulo 2, as MSE não têm cumprido esses objetivos, posto que não garantem os direitos individuais e sociais estabelecidos por meio dos eixos estratégicos estabelecidos no Sinase. Contrariamente, o que se tem verificado é a permanência de uma cultura punitiva nas instituições executoras de MSE, inúmeras violações aos direitos dos jovens, a ausência de um trabalho pedagógico voltado para a construção do projeto de vida dos jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa, a negligência sobre os direitos dos jovens e o foco na disciplina e no comportamento durante o cumprimento da medida socioeducativa (Costa, 2017; Cruz, 2019).

É nessa direção que Vieira e Barros (2017) analisam que o sistema socioeducativo, principalmente na medida socioeducativa de internação, possui uma eficácia invertida, posto que a privação de liberdade tem sido acompanhada da privação dos demais direitos sociais, do sentido de suspensão de uma etapa da vida, marcada por arbitrariedades e expressa na forma de diversas punições. As autoras discutem que a vivência da privação de liberdade traz implicações para o processo de socialização dos jovens ao afastá-los das condições fundamentais para a vida em liberdade, ou seja, durante a MSEI, os jovens estão expostos a um processo de socialização às avessas. Desse modo, apesar do ECA e do Sinase afirmarem o paradigma de proteção integral e a existência de um caráter socioeducativo ou pedagógico na responsabilização do jovem a quem se atribui a pratica dos atos infracionais, a realidade do encarceramento mostra que não houve superação das antigas práticas punitivas e

disciplinarizadoras, mas uma atualização destas, visto que atendem ao objetivo da produção de sujeitos obedientes, obstaculizando a capacidade de organização coletiva, de acordo com os interesses do capital e do neoliberalismo (Vieira & Barros, 2017).

É nesse contexto, que se configura a política de socioeducação, como sistema de atendimento aos jovens a quem se atribui a autoria de atos infracionais, enquanto expressão da questão social, concentrando-se em problemas específicos e focalizando a responsabilização individual do jovem, sem enfrentar os condicionantes que culminam no ato infracional ou sem oferecer possibilidades de rompimento com a infração que promovam a autonomia dos jovens. Por sua vez, a política de socioeducação tem seu funcionamento como um Sistema que engloba diversas outras políticas, como a de educação, profissionalização, saúde, segurança e sistema de justiça, associadas a partir do princípio da incompletude institucional, mas que correspondem a políticas fragmentadas e parciais.

Nessa direção, Vieira e Barros (2017) sinalizam que, apesar dos marcos legais estabelecerem a existência de políticas que ofereçam serviços e atendimento junto à política de socioeducação, sua oferta e acesso será sempre marcada por restrições e privações nos âmbitos, familiar, afetivo e sexual, educacional, profissional e de saúde, posto que seus espaços de socialização estão limitados à privação de liberdade e circunscritos à decisão de terceiros, sejam estes, a equipe multiprofissional ou autoridade judiciária que se tornam responsáveis pelas decisões da vida dos jovens.

Nesse cenário, ao chegar próximo à extinção da medida socioeducativa de internação, que os programas de acompanhamento ao egresso de MSEI se configuram enquanto programa complementar à política de socioeducação, posto que são definidos a partir do objetivo de auxiliar na construção dos projetos de vida dos jovens, considerando que a política de socioeducação não efetivou essa função em razão do seu caráter sancionatório e que, na prática tem se expressado a partir da punição dos jovens.

Essa característica revela a natureza compensatória da política de socioeducação e dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI. Por compensatórias, define-se o conjunto de políticas, programas e projetos focalizados e não universais, de caráter residual, destinados a um público específico e estruturadas a partir de uma duração limitada, cuja seletividade se baseia no critério de discriminação positiva, que corresponde à delimitação de grupos e estratégias direcionadas que objetivam suplementar aquilo que as políticas estruturais não efetivam (Lavinas, Manão, Garcia, Bittar, Bahia & Bezerra, 2000). Nesse sentido, as políticas compensatórias, embora objetivem realizar ações caracterizadas como alívio da pobreza e das situações de extremo risco, acabam por ser ineficazes diante da tentativa de alteração das estruturas que produzem as desigualdades sociais.

Diante do exposto, considera-se que a perspectiva crítico-dialética das políticas sociais possibilita a análise das políticas destinadas aos jovens a quem se atribui a autoria de atos infracionais. Nesta tese, a política analisada diz respeito à política de socioeducação, especificamente no que se refere ao acompanhamento oferecido ao jovem que já cumpriu medida socioeducativa de internação e que para o Sinase é identificado como um egresso. Nesse sentido, a perspectiva crítico-dialética possibilitará a compreensão da configuração e caracterização dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, a análise de sua estrutura e funcionamento como resposta do Estado a essa expressão da questão social e o cenário de sua manutenção na sociedade capitalista, a partir dos seus componentes contraditórios, em que apesar de não modificarem a estrutura social, funcionam como estratégias de negociação e oferta de direitos para a classe trabalhadora. Esses aspectos auxiliarão na análise das potencialidades que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI podem possuir relacionadas à promoção de contextos de desenvolvimento aos jovens participantes, a partir da existência de elementos fundamentais que oportunizem o desenvolvimento de projetos de vida.

Psicologia histórico-cultural e o desenvolvimento de projetos de vida na juventude

A análise do desenvolvimento da juventude que acessa a política de socioeducação será realizada a partir da psicologia histórico-cultural. Essa perspectiva fornece os elementos teórico-metodológicos necessários para a compreensão do desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

A psicologia histórico-cultural se ancora nos pressupostos da tradição marxista, buscando a compreensão da gênese e desenvolvimento do psiquismo humano a partir dos elementos históricos e sociais presentes nessa constituição. Para Vigotski e demais pesquisadores dessa perspectiva, era preciso superar a dicotomia da psicologia, representada pelas correntes introspectivas e pelas correntes materialistas mecanicistas, a exemplo do behaviorismo e reflexologia, que não apresentam uma explicação completa acerca do psiquismo considerando sua totalidade, sendo necessário contemplar as características qualitativas e quantitativas, representadas através de conceitos e categorias próprias (Teixeira, 2013).

Nesse sentido, esses pesquisadores propunham a psicologia histórico-cultural como a teoria geral da psicologia, destacando o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores e a centralidade da consciência como principal objetivo de análise. Para tanto, sinalizaram a importância de considerar os três aspectos essenciais que estão presentes na constituição da consciência: primeiro, a vertente fisiológica, que diz respeito a análise da coordenação dos reflexos e da sua conversão em comportamentos; a segunda, referente a vertente biológica, englobando a compreensão das formas inatas de resposta transmitidas através da experiência da espécie e dos reflexos aprendidos por meio do condicionamento; e por fim, a vertente social, que corresponde ao conjunto de conexões estabelecidas anteriormente entre os outros sujeitos (Vygotsky, 2004).

Sobre a vertente social, há que se considerar três elementos: a experiência histórica, a social e a duplicada. A experiência histórica compreende a herança que cada ser humano carrega das gerações anteriores, que não é transmitida de forma natural. A experiência social, equivalente ao conhecimento compartilhado entre os sujeitos. E a experiência duplicada, que representa a experiência do trabalho humano, ou seja, a ação do homem sobre o meio, que foi anteriormente pensada, planejada (Teixeira, 2013). Essas dimensões são inseparáveis na constituição do ser humano, que através das mediações com o meio elabora as suas vivências.

Vigotski defendeu a ideia de que a vivência é responsável por determinar a consciência, ou seja, a consciência não é dada a *priori*, mas depende das mediações estabelecidas com o meio. Porém, apenas a experiência social é capaz de determinar a consciência (Vygotsky, 2004). Conforme essa ideia, o desenvolvimento tampouco se estabelece de forma universal, seguindo fases ou estágios predeterminados. Para a psicologia histórico-cultural, o que interessa na análise do desenvolvimento é compreender o processo que leva às mudanças qualitativas e quantitativas. Em tais mudanças é possível verificar a existência de características próprias que representam estados ou períodos diferenciados. Esses períodos não são decorrentes da maturação do organismo, nem tampouco podem ser limitados por critérios cronológicos. O que diferencia a análise do desenvolvimento através da noção de periodização é o caráter histórico do psiquismo humano e a dependência da atividade social (Pasqualini, 2016).

A atividade constitui a mediação na relação dialética entre sujeito e sociedade, sendo complexificada no momento histórico e pelas condições concretas em que se processa, ao mesmo tempo, em que é responsável por mobilizar o psiquismo humano ao oportunizar o desenvolvimento de determinadas funções psíquicas (Pasqualini, 2016).

Importa sinalizar que a mediação para Vigotski não corresponde a uma interação assistemática entre os sujeitos, e sim a um processo relacional que tem a linguagem como

ambiente oportunizador. O desenvolvimento psicológico não se dá de forma direta, mas é mediado por fatores materiais que cada vez mais se complexificam com o desenvolvimento da sociedade. O processo de mediação também se complexifica ao longo do desenvolvimento humano oportunizando processos psicológicos mais complexos no adulto em relação à criança, de modo que os instrumentos mediadores externos passam a ser internalizados. O desenvolvimento humano segue a direção do social para o individual e nesse caminho a mediação dos adultos é fundamental para o desenvolvimento infanto-juvenil (Costas & Ferreira, 2011).

O conceito de mediação na psicologia histórico-cultural é um pressuposto teórico-metodológico norteador que objetiva a constituição do sujeito por meio da relação com algo. Segundo Molon (2003), a mediação é a própria relação, o processo que se estabelece entre dois termos. A psicologia histórico-cultural de Vigotski se baseia nos aspectos, cultural, histórica e instrumental, que são interdependentes. O aspecto instrumental diz respeito à natureza mediada que caracteriza as funções psicológicas superiores, que se diferenciarem das funções psicológicas básicas, tais como os reflexos por incorporarem estímulos auxiliares que são produzidos pelo próprio sujeito. O aspecto cultural se refere a estrutura social organizada e que é compartilhada entre as pessoas, e que se liga ao aspecto histórico, em razão das modificações produzidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo (Vygotsky, Luria & Leontiev, 1988).

É a mediação que se realiza pelos signos que dá sustentação e possibilita as relações sociais, permitindo a comunicação e da significação da realidade. É preciso ressaltar que para a mediação ocorrer não basta simplesmente a presença física, corpórea do outro, pois ela depende de uma relação estabelecida por meio da palavra que se constitui como instrumento da mediação. Portanto, sem a mediação desses signos não há possibilidade de contato com a

cultura socialmente produzida. A criança se relaciona com o mundo através da mediação que ocorre de diversas formas e intensidades no curso do desenvolvimento (Molon, 2003).

As funções psicológicas superiores são mediadas, ou seja, produzidas em função da mediação dos instrumentos psicológicos, que são os signos. A gênese de toda função psicológica é a relação social mediada pelo instrumento que é o signo. A relação do sujeito com outros e com o meio não é de mera reprodução ou cópia, mas de internalização ativa e de dependência entre os planos inter e intrassubjetivos resultantes da mediação social. A relação entre esses planos é que faz com que a produção do conhecimento não dependa exclusivamente de recursos individuais ou apenas a repetição do mundo externo, mas é mediado socialmente (Molon, 2003).

Um dos pressupostos fundamentais da psicologia histórico-cultural é o de que as funções psicológicas superiores são mediadas pela linguagem e não possuem uma estruturação anatômica fixa no cérebro e sim em sistemas funcionais e dinâmicas que se modificam historicamente (Vygotsky, Luria & Leontiev, 1988). A natureza mediada das funções psicológicas superiores diz respeito ao fato dos sujeitos não apenas responderem aos estímulos do ambiente, mas de poder alterar esses estímulos e criar outros, ampliando a capacidade de respostas que são inicialmente naturais, da sua herança biológica, por meio da mediação com as gerações anteriores. É, por meio da mediação com os adultos que as crianças passam a formar os processos psicológicos mais complexos. Inicialmente, esses processos são partilhados entre as pessoas, ou seja, são interpsíquicos, e à medida que vão sendo incorporados, passam a ser executados pelos próprios sujeitos, ou seja, convertem-se em processos intrapsíquicos: “através desta interiorização dos meios de operação das informações, meios estes historicamente determinados e culturalmente organizados, que a natureza social das pessoas se tornou igualmente sua natureza psicológica” (Vygotsky, Luria & Leontiev, 1988, p. 27).

Segundo Vygotsky (1930/2004, p. 2) “a completa constituição psicológica dos indivíduos pode ser vista como diretamente dependente do desenvolvimento de tecnologia, do grau de desenvolvimento das forças de produção e da estrutura daquele grupo social ao qual o indivíduo pertence”. Isso implica que o acesso a determinados elementos como o sistema educacional permite aos sujeitos maiores possibilidades, permitindo a formação do pensamento por conceitos, ou seja, o pensamento mediado através do uso de categorias abstratas (Vygotsky, Luria & Leontiev, 1988). Enquanto ser social e cultural, a formação da personalidade e do comportamento depende da evolução social determinada pelo grupo ao qual os sujeitos pertencem, que não são uniformes, mas divididas em diferentes classes e permeadas por contradições internas produzidas nos diferentes momentos históricos (Vygotsky, 1930/2004).

Cada período do desenvolvimento, que é delimitado por condições históricas concretas possui um conteúdo que define um conjunto de atividades realizadas pelos sujeitos. Para a psicologia histórico-cultural, as diversas atividades, no entanto, não exercem a mesma influência na formação das novas funções psicológicas superiores. Desse modo, em cada período é possível identificar uma atividade dominante ou principal, responsável por guiar e provocar as mudanças mais significativas no desenvolvimento psíquico e na personalidade. Ao lado destas, coexistem outras atividades codeterminantes que auxiliam o processo de mediação do desenvolvimento (Abrantes & Bulhões, 2016).

Para a psicologia histórico-cultural, além de identificar quais as atividades dominantes que assinalam cada período, importa compreender a dinâmica que se constrói na transição de um período a outro. Nesse sentido, para Vigostki, o desenvolvimento não se caracteriza pela simples acumulação de mudanças graduais, mas sim por rupturas e transformações bruscas, após um período de relativa estabilidade. Tais mudanças são compreendidas como crises no

desenvolvimento que tem origem nas contradições existentes em cada período, relacionadas as capacidades do sujeito e o seu modo de vida (Pasqualini, 2016).

Cada período mantém uma relativa estabilidade sendo marcado pela conquista de novas capacidades (mudanças quantitativas). À medida que o sujeito se desenvolve, novas necessidades e interesses se colocam, provocando uma mudança qualitativa (crise). Dentro de cada período, a atividade principal acaba por se esgotar enquanto motor de desenvolvimento, produzindo uma nova atividade que marcará o período subsequente. Nesse novo período, as atividades dominantes anteriores são requalificadas no psiquismo articulando-se as novas capacidades alcançadas, reestruturando a consciência (Pasqualini, 2016).

Cada contexto irá proporcionar situações sociais de desenvolvimento, diferenciadas, que demandam análises acerca da atividade dominante de cada período. Para Vigotski (2006), a análise sobre os interesses e aspirações de cada período representa a chave para a compreensão do desenvolvimento psicológico. Os interesses correspondem a forças motrizes que impulsionam o desenvolvimento.

Conforme as análises empreendidas por Vigotski (2007) entre o sujeito e o meio estão interpostos os instrumentos e signos que mediam essa relação. A internalização dos signos socialmente construídos é responsável pela transformação nos comportamentos e na personalidade dos sujeitos. O processo de internalização ocorre a partir da relação estabelecida entre a criança e as demais gerações, mediada através da linguagem. A internalização corresponde a reconstrução interna de uma operação externa anteriormente realizada. A linguagem exerce uma função essencial na mediação entre os sujeitos possibilitando a apropriação da criança dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (Vigotski, 2007).

Em cada período são desenvolvidos interesses e motivos, que partem de novas necessidades que se apresentam aos sujeitos e esses passam a desenvolver outras capacidades. No surgimento dessas novas capacidades que ocorrem na transição de novos períodos, os sujeitos experienciam o equivalente a uma crise que reestruturará os conteúdos psicológicos (Vygotsky, 2006). Em todos os períodos, o sujeito vivencia a realidade de maneiras diferenciadas, qualitativamente superiores ao período anterior. A vivência relaciona-se com situações especificas, denominadas por Vigotski como Situação Social de Desenvolvimento (SSD) e que refletem a dinâmica existente entre a objetivação e a apropriação que o sujeito estabelece com a realidade. Essa dinâmica compreende um processo dialético viabilizando uma síntese do que foi vivenciado e possibilitando a formação da consciência (Souza & Andrada, 2013).

Para Vigotski, a produção de uma crise não significa um elemento negativo, mas o momento de superação de antigos conteúdos e a propulsão de uma neoformação psíquica. A noção de crise significa a própria necessidade de transformação, pois à medida que novas demandas se apresentam ao sujeito, a atividade dominante deixa de satisfazer essas necessidades, impelindo a modificação da estrutura psíquica e da personalidade (Vygotsky, 2006).

A primeira crise, que acontece no período pós-natal coloca para o bebê a necessidade de comunicação emocional direta, ou seja, a atividade principal desse período é a comunicação emocional com os adultos. Na medida que adquire essa conquista, outras necessidades são colocadas, disparando a próxima crise, da primeira infância, em que ocorre o aumento da manipulação dos objetos do ambiente, a aquisição da linguagem e maior autonomia. Nesse período, a atividade principal é a objetal/manipulatória que amplia as possibilidades do sujeito na sua relação com o mundo. A terceira crise se relaciona com as atividades que provocam a imaginação e a função simbólica da criança, como a criação de

objetos e situações, a imitação dos adultos, sendo a atividade principal do jogo ou brincadeira e a inserção no ensino sistematizado (Vigotski, Luria & Leontiev, 1988).

A quarta crise, que ocorre por volta dos sete anos, quando ocorre a transição da educação infantil para o ensino fundamental tem como atividade principal o estudo. Nesse período ampliam-se as relações interpessoais. A crise da adolescência é vivenciada com descobertas e questionamentos sobre a vida, as relações pessoais e o futuro, a formação do pensamento por conceitos e da autoconsciência e consciência social, sendo a atividade principal a comunicação íntima pessoal (Vigotski, Luria & Leontiev, 1988).

Na juventude, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores está ligado aos processos de aprendizagem que dialeticamente resultam na formação dos conceitos, que possibilitam a reestruturação do pensamento e a capacidade de apropriar-se de novos conhecimentos. A crise desse período relaciona-se com a capacidade que o adolescente tem em esboçar planos, traçar metas e refletir conscientemente sobre a realidade enquanto amplia também as relações sociais, porém as condições objetivas de vida impossibilitam o adolescente de efetivar tais planos. Desse modo, a atividade dominante ou principal, responsável por guiar o curso do desenvolvimento na juventude é a construção do projeto de vida (Vygotsky, 2006).

Por meio da formação de conceitos, os jovens ampliam a capacidade de compreender a realidade, e a si mesmos, de estabelecer conexões, sistematizar informações, ou seja, há uma reestruturação de sua consciência, o que exige também novas formas de pensar e se posicionar frente à sociedade. Essa capacidade viabiliza a construção de projetos de vida, como a formulação de um plano com interesses, a partir da realização de escolhas realizadas de forma consciente (Vygotsky, 2006).

Ao analisar o processo de formação de conceitos na trajetória de desenvolvimento, Vigotski (2009) sistematiza três etapas. A primeira se refere à formação de aglomerados

sincréticos que corresponde a primeira formação dos conceitos em que o significado das palavras corresponde a um agrupamento ainda desorganizado de objetos isolados, passando da dependência da percepção imediata a uma formação mais complexa dos conceitos; a segunda relaciona-se ao desenvolvimento do pensamento por complexos, em que a criança passa a fazer associações e relações cada vez mais ricas e coesas; a terceira etapa, diz respeito ao desenvolvimento dos conceitos potenciais, que é justamente o desenvolvimento da capacidade de abstração em que o pensamento torna-se mais complexo devido à formação dos verdadeiros conceitos, que são os conceitos científicos (Vigotski, 2009).

À medida em que o jovem se desenvolve vai tomando consciência da realidade e formando novos conceitos. Portanto, para Vigotski a consciência tem base social e é mediada pela atividade. Para ele, a formação das estruturas das funções psicológicas superiores corresponde a apropriação das relações coletivas, sociais entre os homens que são trasladadas ao interior da personalidade. Sendo assim ao tomar consciência de sua conduta e das relações existentes na sociedade, o adolescente apropria-se da consciência social e forma a autoconsciência (Vygotsky, 2006).

A atividade dominante está diretamente relacionada com os contextos vivenciados, e embora não seja exclusiva, mostra-se como a principal responsável por guiar as mudanças psicológicas mais significativas. A atividade de estudo profissionalizante ou de trabalho, embora seja a dominante do período da juventude, não é única. As atividades codeterminantes para o jovem estão relacionadas com a comunicação pessoal, em que os relacionamentos se ampliam, os grupos de amigos e a relação de pertencimento se tornam importantes. Esse conjunto de atividades coloca para o jovem a necessidade de refletir sobre sua vida, seu futuro, traçar planos, assim como também a reflexão sobre a realidade, sobre o sentido pessoal da vida, ao que se produz a autoconsciência, sendo esta a consciência social trasladada ao interior (Anjos & Duarte, 2016; Vigotski, 2006).

Para o jovem, novas cobranças são realizadas pelo meio, novas atrações e interesses se apresentam, ampliando as possibilidades de pensar a realidade. Juntamente a isso, a formação dos verdadeiros conceitos possibilita ao jovem a maior capacidade de abstração e de pensamento. Os novos interesses impulsionam o jovem a refletir sobre as atividades que irá desempenhar, como a atividade de trabalho e uma futura profissão, que se colocam para o jovem como umas das principais escolhas a guiarem a construção e a efetivação do seu projeto de vida (Leal & Mascagna, 2016).

As condições objetivas de vida, ensejadas na sociedade capitalista, colocam exigências diferenciadas aos jovens, traduzindo-se em novas formas de atividade. Analisar as condições históricas e concretas em que se realiza o desenvolvimento demanda compreender a dinâmica das relações sociais que se processam em uma sociedade marcada pela desigualdade social e pela exploração de classe. No caso do jovem, debruçar-se sobre o seu desenvolvimento é compreender que, nesta sociedade, a atividade dominante da juventude pode se apresentar como atividade de estudo profissionalizante ou como atividade produtiva, a depender da posição que este jovem ocupa e o seu pertencimento a uma classe social (Abrantes & Bulhões, 2016).

Sendo assim, as condições reais de vida implicam em maior/menor tempo dedicado a uma atividade de estudo profissionalizante ou na necessidade de assumir a responsabilidade pelo exercício de uma atividade produtiva que possa assegurar condições básicas de sobrevivência. Isso significa que, ao assumir a realização de uma atividade produtiva, os jovens são impelidos a assumir responsabilidades da vida adulta, por vezes realizando esta atividade paralelamente ao estudo ou ainda necessitando abandonar a escola. Essa trajetória modifica a relação do jovem com os outros, o processo de construção da sua autonomia e a maneira deste se posicionar frente a realidade (Leal & Mascagna, 2016).

Em relação aos jovens que estão em cumprimento de MSE, a maioria destes vivenciou em suas trajetórias condições de vida que levaram ao afastamento da escola e à inserção precoce em atividades de trabalho (Carvalho, 2017), repercutindo na limitação do processo de formação dos conceitos científicos, de modo que não houve condições para reconfiguração dos conceitos espontâneos, que são aqueles desenvolvidos no cotidiano (Vigotski, 2006). A inserção precoce na atividade de trabalho que tem como implicações o afastamento escolar e a adultização precoce, antecipa responsabilidades (Alberto, 2007) que não estão relacionadas com a possibilidade de elaborar planos em que se possa refletir sobre metas a serem estabelecidas a curto, médio e longo prazos.

Abrantes e Bulhões (2016) chamam atenção na análise das atividades sociais da juventude, dado a complexidade das relações sociais que se colocam para os sujeitos nesse período. Nesse sentido, discutem a importância de se considerar as atividades codeterminantes desse período que comparecem com maior força, exercendo maior influência na estruturação da consciência e da personalidade do sujeito. Para exemplificar, nesse período, acompanhado da atividade de trabalho, outros interesses e necessidades se colocam nesse momento, implicando em processos decisórios que orientam o desenvolvimento psicológico no sentido da construção do maior grau de autonomia dos sujeitos e que ampliam as possibilidades de escolhas na construção do projeto de vida.

A autonomia para o jovem situa-se como “uma realização a ser conquistada” (Abrantes & Bulhões, 2016, p. 247), mas que se apresenta para as diferentes classes de maneiras desiguais. Enquanto a juventude da classe trabalhadora experiencia a necessidade imediata de ingressar no mercado de trabalho, muitas vezes através de uma inserção precoce, e no caso dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, essa inserção se dá em trabalhos realizados nas piores condições, os jovens de outra classe, que contam com maior apoio econômico, podem dedicar-se a um tempo maior de estudos, investindo em um projeto

de formação profissional que possibilita maiores escolhas diante do futuro e da profissão que se almeja seguir. Ou seja, vivenciam condições que oportunizam a construção e efetivação de um projeto de vida pautado em escolhas, avaliações das metas e dos objetivos já alcançados.

Cabe destacar que na sociedade capitalista, dividida em classes, o exercício de uma profissão e/ou a entrada no mercado de trabalho podem significar um processo de escolha apenas aparente, devido às condições concretas de vida dos sujeitos que os fazem assumir os postos disponíveis ou mesmo ligado à função utilitária da ideologia neoliberal, que determinadas profissões encerram, associadas predominantemente aos ganhos financeiros e ao status social (Leal & Mascagna, 2016).

Nesse sentido, Leal e Mascagna, (2016) discutem que no processo de desenvolvimento do jovem, em que a atividade de estudo profissionalizante ocupa o lugar de atividade dominante, as instituições educativas e de formação para o trabalho tem um papel fundamental na preparação destes, devendo fornecer elementos que contribuam para o desenvolvimento omnilateral do jovem, ou seja, um processo formativo integral que incorpore componentes teóricos e práticos. Assim, a função da educação não deveria tratar apenas da reprodução técnica de determinadas funções, mas a partir de sua função formadora, objetivando o desenvolvimento da consciência, a compreensão da realidade e a inserção ativa e autônoma na comunidade.

A relação com a conquista da autonomia, tanto no âmbito da formação profissional, do trabalho e das demais esferas da vida, se expressa mediante a elaboração de um projeto de vida, passando a se tornar uma das questões centrais no desenvolvimento dos jovens. Construir um projeto de vida implica na realização de escolhas, tomada de decisões, estabelecimento de metas, objetivos, considerando os prazos que podem ser traçados a curto, médio a longo prazo (Abrantes & Bulhões, 2016). A reflexão sobre o projeto de vida está diretamente relacionada às vivências e à tomada de consciência por parte dos jovens, das

necessidades e possibilidades que se apresentam no percurso de sua vida. A escolha por uma profissão ou a necessidade de exercer determinada ocupação marcam esse período, relacionada ao atendimento de perspectiva de futuro assim como a possibilidade de realização pessoal (Leal & Mascagna, 2016).

Cabe destacar que a elaboração do projeto de vida pelo jovem não corresponde a uma atividade isolada, mas depende da relação estabelecida com as demais gerações, pois esta é responsável por transmitir os conhecimentos produzidos socialmente (Trancoso & Oliveira, 2014). De acordo com Abrantes e Bulhões (2016, p. 245): “é necessário que o jovem se insira em processos sociais mobilizadores de sua capacidade para a elaboração de um projeto de vida e, igualmente, facilitadoras de sua formação como sujeito ativo”. Desse modo, ao analisar as políticas sociais que os jovens participam destaca-se como questão central quais aspectos ofertados aos jovens possibilitam a construção e efetivação de seu projeto de vida.

No caso dos jovens que cumpriram medidas socioeducativas, verifica-se em suas trajetórias um conjunto de dificuldades e obstáculos consequentes do modo de organização capitalista, que se expressam por meio da questão social e se traduzem em diferentes formas de violências e violações de direitos, tais como dificuldades no acesso e permanência em diversas políticas sociais fundamentais para o seu desenvolvimento, como educação, saúde, assistência, lazer, cultura etc. (Silva, 2017).

Concomitante, ao adentrar nesse período, os jovens da classe trabalhadora e principalmente aqueles que cumprem medidas socioeducativas, se deparam com os desafios de inserir-se no mercado de trabalho, visto que a sociedade não apresenta possibilidades de inserções igualitárias ou que possam compartilhar aos jovens os benefícios produzidos socialmente. Essa não integração pode ser acompanhada da inserção em postos de trabalho precarizados, demarcando uma situação de instabilidade e dependência, em que se verificam

a responsabilização precoce dos jovens pela sua sobrevivência e manutenção da família (Abrantes & Bulhões, 2016).

Segundo Gomes e Conceição (2014), alguns jovens que praticaram atos infracionais não visualizam a possibilidade de construir seus projetos de vida frente a esse contexto, associado aos obstáculos colocados da permanência nas políticas sociais, principalmente a escola. Nessa dinâmica, o ato infracional se apresenta como uma possibilidade de inserção e ganhos financeiros, ao mesmo tempo, em que se apresentam como processo de autonomia, mesmo que ocorra na presença dos riscos (Gomes & Conceição, 2014).

Como resposta do Estado aos atos infracionais, as medidas socioeducativas correspondem a uma política cujo objetivo é fornecer elementos aos jovens para a sua responsabilização e construção do seu projeto de vida, a partir da articulação com as demais políticas sociais (Sinase, 2006). No entanto, identificou-se que as instituições de MSE não tem cumprindo o seu papel de auxiliar na construção do projeto de vida dos jovens, posto que não oferecem as mediações necessárias para assegurar o acesso ao conjunto das políticas sociais, e principalmente o acesso a política de formação profissional, atividade central do projeto de vida na juventude (Costa, 2017).

Após o cumprimento da MSE os jovens retornam ao contexto anterior a vivência na instituição e se deparam novamente com uma série de obstáculos, como apontados anteriormente. Tais dificuldades relacionadas aos obstáculos da inserção no mercado de trabalho, na escola e inclusive na própria comunidade onde moram apontam para a necessidade de criação e da manutenção permanente de programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, diante da ineficácia estrutural das políticas sociais, que não garantem os direitos desses jovens, nem promovem a sua emancipação. Nesse sentido, compreendendo a importância da existência de ações voltadas para o jovem egresso de MSE, na articulação com as políticas sociais, busca-se compreender que princípios norteiam os

programas de acompanhamento ao jovem egresso e que contextos de desenvolvimento são oportunizados aos jovens para a efetivação do seu projeto de vida?

CAPÍTULO IV – MÉTODO: OS MÚLTIPLOS CAMINHOS DA PESQUISA

Na realização desta pesquisa cujo objetivo é analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação para a construção e efetivação do projeto de vida, utilizou-se o método qualitativo ancorado no método crítico-dialético e na perspectiva histórico-cultural de Vigostki e seus seguidores. Essas duas perspectivas possibilitam a análise da complexidade e multicausalidade que constituem a realidade, a partir dos seus aspectos processuais.

A perspectiva crítico-dialética parte do princípio de que a realidade está em processo de mudança permanente, mudança essa provocada pela ação da humanidade, ou seja, recusa o caráter definitivo dos estados, formas e fenômenos, posto que um dos seus pressupostos é a transformação dessa realidade, transformação que não ocorre de forma linear e natural, mas depende da ação humana e do conflito gerado entre a luta de contrários, que podem resultar em avanços e recuos (Prates, 2016).

Dessa forma, para essa perspectiva, a contradição exerce a função de motor das transformações e está na base da luta de classes e da questão social, sendo responsável por promover o desenvolvimento humano e social. Inspirada na teoria marxiana, essa perspectiva teórico-metodológica corresponde a uma opção política da pesquisadora que parte do pressuposto de que o processo de produção do conhecimento científico não é neutro, mas se relaciona com a defesa de determinados interesses, sejam estes, de um lado, vinculados à manutenção da exploração e dominação humana, e de outro buscando a defesa dos diretos humanos e sociais, e a análise dos processos fundamentais para a construção da emancipação humana como seu principal objetivo (Prates, 2016). É nesse sentido, que o método na perspectiva crítico-dialética não é elaborado de forma autonôma e independente pelo investigador, mas guiado pela realidade objetiva que aponta os caminhos da investigação, sendo que no processo de construção do conhecimento, o que se obtem é apenas a reprodução aproximada da realidade (Tonet, 2013).

A partir desses pressupostos, e considerando as contradições que caracterizam e constituem a realidade e seus aspectos processuais, que essa perspectiva possibilita a análise explicativa das políticas sociais no capitalismo. As políticas sociais, no capitalismo, exercem funções contraditórias, ao mesmo tempo, em que atendem aos interesses do capital, podem auxiliar a classe trabalhadora no atendimento de alguns direitos sociais e configurar espaços de resistência (Prates, 2016). Dentre os princípios da perspectiva crítico-dialética está o conceito de totalidade, que significa que nada pode ser conhecido de forma isolada ou por meio da junção de suas partes, mas a partir da análise das relações que se estabelecem e o processo que resulta na constituição da realidade; o conceito de complexidade, em que se compreende que não se pode conhecer a realidade de modo integral e imediato, posto que esta é resultado de múltiplas determinações e está sempre em movimento.

A perspectiva histórico-cultural formulada por Vigotski está fundamentada na concepção marxista de sujeito e de mundo, partindo da afirmação de que apenas por meio do método histórico-dialético se pode conhecer a gênese e o desenvolvimento do psiquismo humano (Teixeira, 2013). De acordo com Vigostki, a perspectiva histórico-cultural possibilita a análise do processo de constituição dos sujeitos e o percurso do desenvolvimento psicológico. Compreende o psiquismo humano para além das limitações impostas pelas teorias que priorizam uma subjetividade abstrata ou que focalizam uma objetividade reducionista e mecanicista, mas analisando os aspectos relacionais entre o singular e o coletivo, biológico e histórico, social e cultural, cognitivo e afetivo, considerando as especificidades de cada um destes elementos a partir da sua dinamicidade (Molon, 2008).

Desse modo, a perspectiva histórico-cultural traz como contribuição epistemológica e metodológica a compreensão do desenvolvimento da psique e da constituição dos sujeitos a partir da processualidade, superando as perspectivas biologizantes e deterministas dos processos psicológicos. O aspecto processual refere-se a análise da constituição das funções

psicológicas enquanto desenvolvimento mediado a partir da materialidade, não podendo ser analisada como fenômeno acabado em si mesmo, mas mutável e que se constitui a partir dos aspectos contraditórios da realidade. Nesse desenvolvimento, as funções psicológicas superiores, tampouco podem ser vistas como processos isolados, mas como sistemas com interconexões que possuem interdependência (Molon, 2008). As mudanças que ocorrem no curso do desenvolvimento têm relação com três grupos de mediadores: os símbolos e signos, as atividades individuais e as relações interpessoais, tendo a linguagem uma função central na mediação do sujeito com a realidade (García, 1996).

A teoria histórico-cultural possibilita a superação das perspectivas dicotomizadas das funções psicológicas que fragmentavam a análise do desenvolvimento humano e da constituição dos sujeitos. Para isso, extrapola a noção de que seria mais uma abordagem psicológica, mas sim a formação de uma ciência cujo método se baseia nos principios da totalidade, processualidade, complexidade e na explicação da constituição das funções psicológicas (Teixeira, 2013).

Dessa forma, o método é essencial no processo de produção do conhecimento e não pode ser visto como algo separado da perspectiva teórica utilizada, mas constituem-se como partes do mesmo processo em que a escolha do objeto, a definição dos problemas que guiarão a pesquisa, a criação dos instrumentos de investigação, o percurso traçado e a elaboração das análises dos dados obtidos e organizados são dependentes e derivados da perspectiva teórico-metodológica utilizada. É nesse sentido que a partir da perspectiva histórico-cultural a produção de conhecimento sobre as funções psicológicas, busca a análise dos processos em sua dinamicidade e a considerando sua gênese e desenvolvimento, e não apreensão dos objetos de formas isoladas, ou ainda buscando relações de causa e efeito (Molon, 2008).

Segundo Vigotski (2007), na análise das funções psicológicas deve-se considerar tanto a abordagem fenotípica, em que se consideram as descrições e explicações, quanto a

abordagem genotípica, em que se busca a origem dos processos. Para Vigotski (2007, p. 68), “estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança; esse é o requisito básico do método dialético”.

A partir dessas duas perspectivas, em que a crítico-dialética permite analisar que as políticas sociais no contexto do capitalismo se expressam a partir da contradição, ao mesmo tempo, em que, embora não possibilitem a transformação social e o enfrentamento das desigualdades, mas possibilitam aos sujeitos o atendimento de suas demandas e o reconhecimento público dos direitos sociais, na direção da emancipação política como estratégia para se atingir a emancipação humana; e a perspectiva histórico-cultural que toma como base a compreensão dialética e histórica da realidade e considerando que a gênese das funções psicológicas superiores tem sua origem nas relações histórico e culturais, sendo socialmente mediadas e que a constituição dos sujeitos depende da qualidade das relações sociais estabelecidas e das elaborações de sentido realizadas, é que se realizou a presente pesquisa, considerando que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI podem funcionar como contextos de desenvolvimento através da mediação dos elementos que podem promover a construção e efetivação de projetos de vida na juventude.

Lócus da Pesquisa

A escolha dos locais da pesquisa de campo teve início com a realização de um levantamento nos sites das entidades estaduais gestoras e executoras da medida socioeducativa de internação, localizando-se as instituições que possuíam programas de acompanhamento a egressos de MSEI. A partir disso, foi realizada a identificação das entidades que estavam ofertando os programas sem interrupções no acompanhamento. Após o levantamento dos programas existentes e em funcionamento no período da pesquisa, foi realizado contato com três entidades e programas, solicitando-se as autorizações, sendo esta

escolha realizada de acordo com a disponibilidade de recursos advindos do Programa de Apoio à Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da bolsa CAPES/Fapesq-PB da pesquisadora.

A pesquisa de campo foi realizada junto a três entidades de execução da MSE de internação em três estados brasileiros – Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul, as quais possuíam ações destinadas ao acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas de internação, identificando-se a existência de programa, serviço e coordenação. Apesar da diversidade das formas como o acompanhamento aos egressos de MSEI tem sido realizada, nesta tese, parte-se da definição tratada no ECA e na norma de referência do Sinase, que definem o termo programa para o conjunto de ações direcionadas aos egressos de MSEI efetivadas pelas entidades de execução de medidas socioeducativas, destacando-se a especificidade dessa diversidade a partir dos seus aspectos diferenciais.

Participantes

Participaram da pesquisa, nove jovens egressos de medida socioeducativa de internação, 10 profissionais das equipes técnicas de referência, e 4 membros da coordenação e gestão nos três programas de acompanhamento aos egressos de MSEI. Para atender o objetivo dessa tese, de analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos egressos de medidas socioeducativas de internação, a pesquisa foi realizada com diferentes atores de forma a oferecer um amplo panorama, compreendendo informações a partir da perspectiva dos jovens acompanhados e dos profissionais, gestores e coordenadores responsáveis pela sua execução e gestão.

Os jovens entrevistados foram aqueles acompanhados pelos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, sendo oito do gênero masculino e uma do gênero feminino. Os profissionais entrevistados foram os de nível superior (psicólogos, assistentes

sociais, pedagogos) que compõem a equipe e os gestores responsáveis pela coordenação desses programas.

Técnicas e instrumentos

A pesquisa foi efetivada por meio de dois estudos empíricos, realizando-se uma pesquisa documental e entrevistas individuais, semiestruturadas e abertas. No primeiro estudo buscou-se identificar os princípios e diretrizes que norteiam os programas de acompanhamento aos egressos de MSE; os objetivos do acompanhamento aos jovens; e caracterizar as ações oferecidas nos programas de acompanhamento ao jovem egresso de MSEI. Para isso, foi realizada a pesquisa documental, analisando-se os diversos documentos disponibilizados pelos três programas visitados, tais como: leis e decretos, planos de atendimento individuais, documentos orientadores e fluxogramas, planos estaduais de atendimento socioeducativo e instrumentais técnicos etc. E realizou-se entrevistas com os profissionais da equipe dos programas de acompanhamento de egresso e gestores responsáveis pela sua coordenação e execução.

No segundo estudo foram realizadas entrevistas individuais abertas com jovens participantes dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, considerando os objetivos de caracterizar o jovem acompanhado nos programas de egresso; analisar a trajetória de acesso e permanência do jovem nos programas de acompanhamento ao egresso de MSE e analisar quais aspectos presentes nos programas de acompanhamento aos jovens egressos possibilitam o desenvolvimento e efetivação dos projetos de vida, analisando -se se os programas tem funcionado como a possibilidade de promover contextos de desenvolvimento aos jovens a partir da oferta de atividades dominantes e situações sociais de desenvolvimento que oportunizem a construção e efetivação de projetos de vida.

A pesquisa documental tem como objetivo recolher e sintetizar os conhecimentos obtidos através de documentos originais que não foram submetidos a uma análise anterior (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009). De acordo com Lemos, Galindo, Reis Júnior, Moreira e Borges (2015), a pesquisa documental permite complementar outras investigações ou revelar elementos que ainda não foram suficientemente esclarecidos em pesquisas anteriores. No caso da pesquisa dos documentos advindo de políticas sociais, a análise permite a discussão sobre as concepções e diretrizes que embasam as ações, permitindo que essas reflexões retornem aos executores como possibilidade de planejamento de novas ações a partir do que foi identificado.

As entrevistas são estratégias bastante utilizadas na coleta de informações, possibilitando a comunicação entre o investigador e os participantes, objetivando construir conhecimentos sobre determinado objeto de pesquisa, podendo ser aberta, semiestrurada ou fechada (Minayo, 2014). As entrevistas abertas possibilitam aos participantes a livre expressão, sendo que o entrevistador utiliza de um roteiro invisível que orienta as perguntas, permitindo aprofundar o tema pesquisado. As entrevistas abertas foram realizadas com jovens acompanhados pelos programas, utilizando-se temas norteadores com a finalidade de caracterizar o jovem acompanhado nos programas de egressos de MSEI, suas trajetórias de acesso e permanência nos programas, quais atividades estes realizam, e se os programas de acompanhamento ao egresso de MSEI possibilita o desenvolvimento e efetivação de projetos de vida dos jovens, conforme o apêndice I.

No caso da entrevista semiestruturada, o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido contendo questões específicas sobre o assunto abordado (Minayo, 2014). As entrevistas semiestruturadas individuais foram realizadas com os gestores e profissionais dos programas de acompanhamento aos egressos com a finalidade de identificar os princípios e

diretrizes que norteiam o acompanhamento dos programas de jovens egressos de MSEI, os objetivos e as ações oferecidas, conforme o apêndice II.

Na realização dos dois estudos foi utilizado o Diário de Campo, que consiste em uma técnica de pesquisa cujo objetivo é auxiliar o pesquisador no registro, organização e reflexão das informações coletadas. Compreende a descrição, análise e interpretação sobre o que foi vivenciado durante a pesquisa e sobre o percurso realizado durante a investigação, incluindo observações, as conversas realizadas no período entre as entrevistas, dificuldades, estratégias utilizadas e o registro de possíveis mudanças que podem ocorrer durante a pesquisa (Montero, 2006). A potência da utilização do Diário de campo está na possibilidade de revelar detalhes existentes no cotidiano do contexto analisado e mostra como o pesquisador vai se constituindo e transformando no percurso de investigação e as relações que se estabelecem entre o pesquisador e pesquisado, no processo de compartilhamento de experiências, trazendo o pesquisador de modo mais participante na análise, e, por isso é um instrumento de pesquisa formativo-reflexivo (Carbó, 2007; Molon, 2008).

Procedimentos

Procedimentos éticos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, atendendo às determinações das Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Ministério da Saúde (MS, 2012; 2016) que trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em ciências humanas e sociais envolvendo seres humanos, obtendo-se o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 87110418.9.0000.5188.

Para a realização da pesquisa foi solicitado à autorização da Fundação de Atendimento a Criança e ao Adolescente da Bahia (Fundac/BA), da Fundação Desenvolvimento da Criança

e do Adolescente (Fundac/PB) e do Departamento de Justiça da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (SDSTJDH/RS), responsáveis pela execução e oferta de programas de acompanhamento ao jovem egresso de medida socioeducativa em meio fechado.

Procedimentos de coleta de dados

Após a autorização das entidades executoras da medida socioeducativa de internação, foi realizado o contato com os gestores e coordenadores dos programas de acompanhamento de egresso de MSEI para realizar o agendamento das visitas e da pesquisa de campo. A pesquisa foi realizada no período de uma semana em cada um dos estados escolhidos, nos quais realizou-se entrevistas com jovens acompanhados, gestores e coordenadores dos programas, levantamento de documentos dos programas e registros nos diários de campo.

Análise dos dados

Os dados dos dois estudos foram analisados utilizando-se a Análise Temática de Conteúdo, que compreende o tema como uma unidade de significação dentro de uma complexa trama de relações, das quais procura-se obter os núcleos de sentido. Por tema ou unidade de significação compreende-se a representação de um conjunto de informações que envolvem a comunicação analisada, podendo ser expresso por meio de uma palavra, uma frase ou resumo que seja representativo do conteúdo do tema e que compartilham entre si características comuns. Na realização da análise temática de conteúdo, o pesquisador, apoiado na perspectiva teórica que orienta a pesquisa e a interpretação do material, elege os temas. Envolve as seguintes etapas (Minayo, 2014):

1. Pré-Análise: Constitui-se da escolha do material a ser analisado. Inicialmente procedeu-se a Leitura Flutuante do conjunto das informações para se obter uma visão geral dos dados coletados, pautada nos pressupostos, na tese e no referencial teórico-

metodológico que embasam esse estudo. Posteriormente, realizou-se Constituição do Corpus, que compreende a totalidade do estudo e a verificação da validade qualitativa, que obedeceu aos critérios de exaustividade, ou seja, observou-se se o *corpus* contempla todos os elementos supostos; de representatividade, ao conter as características essenciais do objeto de análise; de homogeneidade, ao se cumprir os critérios escolhidos; e pertinência, que trata da adequação entre as respostas encontradas e perguntas realizadas que guiam a realização da pesquisa. Por fim, verificou-se a possibilidade de Formulação e reformulação das Hipóteses e Objetivos, analisando-se se o material pré-analisado suscitou novas questões e interpretações.

2. Exploração do Material: Correspondeu a classificação dos núcleos textuais, através da utilização de categorias nas quais serão organizados os conteúdos. Na categorização, foram elencadas palavras e expressões mais significativas que representam partes do texto e depois prosseguiu-se com a classificação dos dados, elegendo-se classes temáticas.
3. Tratamento dos resultados e interpretação: Nesta etapa, realizou-se inferências sobre os dados categorizados e classificados, considerando os pressupostos e a tese que norteiam a pesquisa, partindo-se para as interpretações à luz do referencial teórico-metodológico quem embasa esta tese, sendo estes a Perspectiva Crítico-Dialética das Políticas Sociais e a Psicologia Histórico-Cultural.

No caso da pesquisa documental, a Análise Temática de Conteúdo foi realizada com auxílio do *software* MaxQDA® na versão 2018, que corresponde a um pacote, lançado em 1989, que possibilita ao pesquisador organizar e analisar dados qualitativos. A interface do programa permite que sejam inseridos um conjunto de dados variados como: entrevistas, grupos de discussão, documentos textuais, imagens, arquivos de áudio, vídeo e páginas da internet (Nodari, Soares, Wiedenhoft & Oliveira, 2014).

A análise realizada por meio do *software* MaxQDA® tem como base o trabalho analítico do pesquisador que tem início com a definição do quadro teórico-metodológico que fundamenta a pesquisa e que guia a posterior criação de códigos e categorias. Nesse sentido, a escolha pela utilização desse programa de análise se deu pela facilidade possibilitada pelo *software* na exploração dos documentos importados no programa, permitindo o manejo sistemático de partes e da totalidade do conjunto de dados (Braga, Romano, Silva & Duarte, 2019).

O *software* MaxQDA® não pré-determina uma análise específica, possibilitando ao pesquisador realizar escolhas e estratégias diferenciadas. Este programa auxilia o processo da Análise de Conteúdo e da visualização das relações existentes e possíveis entre o conjunto de dados, facilitando a codificação, a categorização e a criação de hierarquias e associações entre estes (Nodari et al., 2014).

Em relação ao estudo I e suas respectivas etapas, a discussão dos dados será realizada a partir da Perspectiva Crítico-Dialética das Políticas Sociais, a partir da compreensão dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI como política complementar e compensatória à política de socioeducação, produzidas no contexto neoliberal, que resultam de um processo de disputas e conflitos de interesses, sendo executadas de forma parcial, fragmentada e focalizada. Considera-se nessa análise a contradição existente na elaboração e execução das políticas sociais na sociedade capitalista, que apesar de não modificarem as estruturas que produzem as desigualdades sociais, se configuram como necessárias para a garantia de alguns direitos sociais e no enfrentamento das consequências dessas desigualdades, sendo capazes de promover contextos de desenvolvimento. No caso dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI, buscou-se identificar os princípios e diretrizes que norteiam o acompanhamento, seus objetivos e ações, de modo a analisar a partir desses aspectos, se sua estrutura, funcionamento e articulações podem funcionar como

um contexto de desenvolvimento de projetos de vida de jovens que vivenciaram uma trajetória infracional que culminou no cumprimento de uma medida socioeducativa.

No que se refere ao Estudo II, a discussão dos dados será realizada à luz da Psicologia histórico-cultural, considerando-se os conceitos e categorias relacionadas ao desenvolvimento da juventude para essa perspectiva. Desse modo, serão analisados de que forma a permanência dos jovens e quais aspectos presentes nos programas de acompanhamento aos egressos de medida socioeducativa de internação, pressupondo que por não possuírem uma natureza sancionatória, podem promover novas situações sociais de desenvolvimento. Serão analisadas se o conjunto de ações ofertadas e articulações efetivadas possibilitam aos jovens o acesso às atividades dominantes relacionadas ao desenvolvimento das funções psicológicas na juventude, como a atividade de formação profissional realizada em instituições educativas e/ou de trabalho, considerando as possibilidades e limitações intrínsecas a sociedade capitalista; e se os programas oportunizam a construção e efetivação dos projetos de vida dos jovens, tomando como guia de direcionamento do desenvolvimento a autonomia e a formação da consciência.

CAPÍTULO V – RESULTADOS: A COMPLEXIDADE DOS DIVERSOS CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO NOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO A EGRESSOS DE MSEI

Essa pesquisa foi realizada por meio de dois estudos, sendo que no primeiro estudo, intitulado de “Caracterização do acompanhamento aos jovens egressos da medida socioeducativa de internação” e o segundo estudo, intitulado de “Desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens nos programas de acompanhamento a egressos de medida socioeducativa de internação”. Os estudos foram realizados de forma paralela nas entidades e programas visitados, sendo que o estudo I foi realizado com profissionais e gestores e por meio da análise de documentos e o estudo II foi realizado com jovens acompanhados. Durante a pesquisa foi utilizado o Diário de campo, como técnica de registro e reflexão do percurso da investigação.

Os programas de acompanhamento a egressos de MSEI serão referenciados tomando como inspiração a obra Poema Pedagógico, de Anton Makarenko que trata da história da Colônia Gorki, instituição criada com o objetivo de educar jovens, considerados como marginais na sociedade soviética, após a Revolução Russa de 2017, a partir de uma proposta pedagógica coletiva (Luedemann, 2002). A Colônia Gorki passou por três sedes principais, localizadas no território ucraniano: Poltava, Trepke e Kuriaj e representam os estágios de desenvolvimento da Colônia. A escolha dos nomes das colônias se deu em razão das semelhanças existentes na organização dos programas dos estados visitados com a fase em que se caracterizam as sedes da Colônia Gorki.

Poltava (1920-1923) foi a primeira sede, na qual as atividades educativas tiveram início, com o estabelecimento das primeiras regras e divisão de tarefas com base na autogestão coletiva em que os educandos assumiam as responsabilidades pela organização e realização das atividades. Trepke (1923-1926) foi a segunda sede e nesse estágio da Colônia Gorki, a organização e autogestão já se encontravam mais avançadas e os educandos colhiam os resultados de seu próprio trabalho. Nessa fase, os educandos projetavam a ideia de se inscrever em uma faculdade operária e ingressaram na Rabfak. Na terceira sede, Kuriaj

(1926-1928), as atividades tiveram que ser reiniciadas e Makarenko teve que começar as atividades pedagógicas do zero em uma instituição que já existia.

Estudo I – Caracterização do acompanhamento aos jovens egressos da medida socioeducativa de internação

No primeiro estudo buscou-se identificar os princípios e diretrizes que norteiam o acompanhamento nos programas de egressos de MSE; os objetivos do acompanhamento aos jovens; e caracterizar as ações oferecidas nos programas de acompanhamento ao jovem egresso de MSEI, sendo que para isso, o estudo foi realizado em duas etapas: Na primeira, foi realizada uma pesquisa documental na qual foram solicitados aos coordenadores e gestores dos programas de egressos de MSEI, os seguintes documentos: leis, documentos orientadores, portarias e decretos, planos estaduais de atendimento socioeducativo; e instrumentais técnicos. Na segunda etapa foram realizadas entrevistas com os profissionais da equipe dos programas de acompanhamento de egresso de MSEI, gestores e coordenadores responsáveis pela sua execução. Participaram desta etapa quatro membros de coordenação e dez membros da equipe técnica de referência dos programas de acompanhamento a egressos de MSE de internação, sendo estas formadas por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. A pesquisa de campo teve início em Poltava, após o agendamento da visita, seguindo posteriormente para Trepke e depois para Kuriaj.

> A primeira visita ocorreu na tarde da segunda-feira na Secretaria [responsável pela gestão das entidades de execução de medidas de internação] de Poltava. Ao chegar me deparo com uma mesa com jornais e panfletos que traziam explicações sobre o funcionamento do programa. Pergunto se posso ficar com esses materiais e a pesquisa documental aí mesmo se inicia. Na reunião com os gestores, retomo os objetivos da

> pesquisa de doutorado já sinalizados nas comunicações por e-mail e telefones, realizadas semanas antes. Nesse momento retomo também para mim o percurso que me levou a desejar investigar os programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas de internação: o processo de análise dos dados durante a construção da dissertação, o projeto de extensão e o momento no qual tomei conhecimento da existência desse programa durante uma das formações sobre justiça restaurativa no curso para os profissionais do sistema socioeducativo, o processo de levantamento de instituições que executavam os programas, até que chegamos a elaboração do itinerário de pesquisa nessa instituição para realização das entrevistas e pesquisa documental (Diário de campo, Relato 1, junho de 2018).

Etapa I – Análise documental: bases dos programas de acompanhamento aos egressos de medida socioeducativa de internação.

A pesquisa documental teve início com o levantamento dos documentos disponibilizados pelos programas de acompanhamento a egressos de MSEI. Os três programas visitados possuíam documentos diversos, sendo que alguns foram disponibilizados nas próprias instituições, outros obtidos via internet, nos sites institucionais das entidades executoras da medida socioeducativa de internação. Ressalta-se que nem todos os programas analisados dispunham de todos os documentos solicitados. Diante da diversidade de materiais, foi utilizado um protocolo no qual inicialmente foram classificados os documentos obtidos de acordo com a tipologia e informações nos programas analisados (Apêndice I): Leis, Edital, Documento orientador da MSE de meio fechado; Fluxograma de acompanhamento; Regimento Interno; Planos Estaduais de Atendimento Socioeducativo; Planos Individuais de Atendimento; Cartilhas informativas e folders; Fichas de cadastro e evolução do acompanhamento; Relatórios de avaliação. Após essa fase, a análise foi

realizada por meio da Análise Temática de Conteúdo (Minayo, 2014), seguindo-se as etapas de leitura flutuante do material, constituição do corpus, exploração do material e tratamento das informações. A leitura flutuante nos diversos documentos obtidos permitiu a organização do material em cinco códigos que foram inseridos posteriomente no *software* MaxQDA® sendo estes: Marcos legais; Caracterização do funcionamento dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI; Metodologia do acompanhamento; Avaliação e monitoramento; e Implantação e manutenção dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI nos Estados, como se pode ver na Figura 1.

Após a inserção dos documentos no *software* MaxQDA® e a criação dos códigos, seguiram-se as etapas de constituição do corpus, exploração do material e tratamento das informações, sendo criadas as respectivas categorias relacionadas aos códigos, como se pode observar na Figura 2.

Programas de acompanhamento a egressos de MSEI	Tipos de documentos	Códigos criados no MaxQDA®
Poltava	℘ Edital de chamamento; ℘ Leis e decretos; ℘ Documento orientador e fluxograma; ℘ Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo; ℘ Plano Individual de Atendimento; ℘ Termo de compromisso; ℘ Relatórios; ℘ Fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento; ℘ Cartilha informativa para a comunidade; ℘ Relatório de avaliação de impactos do programa.	❖ Marcos legais Caracterização do funcionamento dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI ❖ Metodologia do acompanhamento ❖ Avaliação e monitoramento ❖ Implantação e manutenção dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI nos Estados
Trepke	℘ Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo; ℘ PIA; ℘ Relatórios; ℘ Fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento ℘ Folders para os jovens; ℘ Relatório de auditoria operacional - Tribunal de contas	❖ Marcos legais ❖ Caracterização do funcionamento dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI ❖ Metodologia do acompanhamento ❖ Avaliação e monitoramento ❖ Implantação e manutenção dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI nos Estados
Kuriaj	℘ Documento orientador do serviço de egresso e Fluxograma de acompanhamento; ℘ Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo; ℘ PIA; ℘ Relatórios; ℘ Fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento.	❖ Marcos legais ❖ Caracterização do funcionamento dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI ❖ Metodologia do acompanhamento ❖ Avaliação e monitoramento ❖ Implantação e manutenção dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI nos Estados

Figura 1

Tipos de documentos dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI

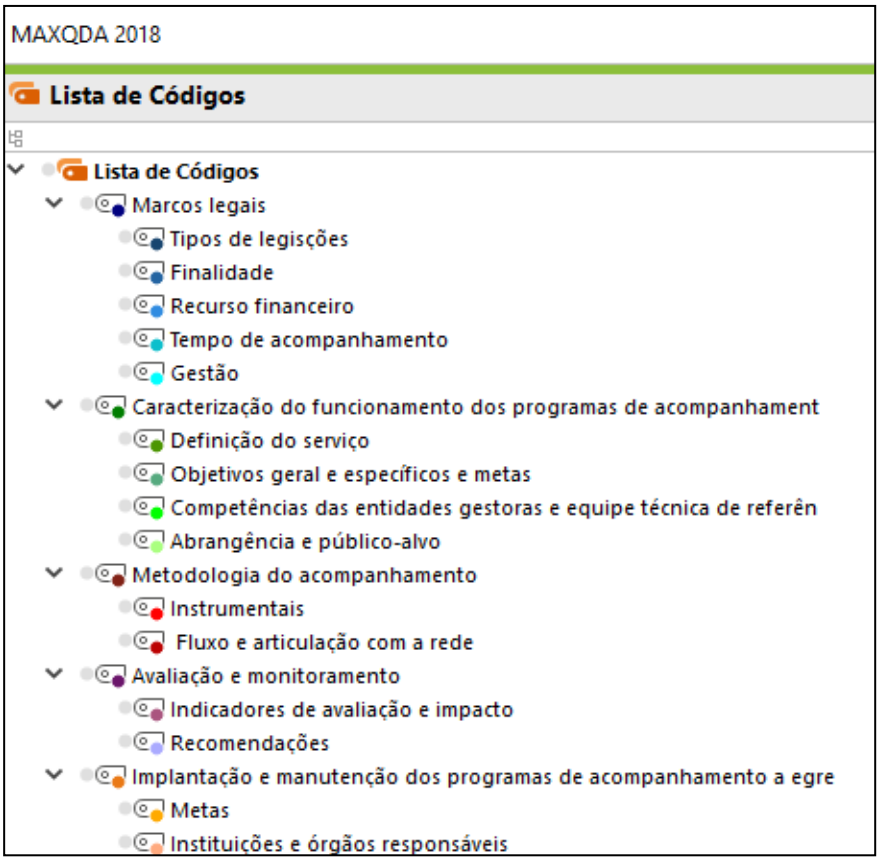

Figura 2

Lista de códigos e categorias

Os documentos organizados no código Marcos legais se referem a leis, decretos e/ou portarias que subsidiam o funcionamento e a execução dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI. Apenas Poltava possuía esses documentos, enquanto os outros dois programas estavam em processo de construção e atualização das leis específicas. Nos marcos legais foram organizadas as categorias Tipos de legislações, Finalidade, Recurso financeiro, Tempo de acompanhamento e Gestão. Na categoria Tipos de legislações foi possível identificar que há a criação do programa por parte do poder executivo, por meio de duas leis e um decreto que institui e regulamenta o funcionamento do programa. Sobre o estabelecimento do programa de acompanhamento a egresso de MSEI de Poltava, os referidos marcos legais

são de abrangência estadual, estabelecendo regras sobre a execução específicas em cada estado.

Na categoria Finalidade, os marcos legais referem-se à definição da função do programa de acompanhamento a egressos de MSEI no sistema socioeducativo. A finalidade do programa é definida a partir do auxílio ao jovem na inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional.

Na categoria Recurso financeiro, os marcos legais tratam da regulamentação do recurso financeiro destinado ao financiamento do programa, incluindo pagamento de profissionais e o pagamento de auxílio aos jovens acompanhados, o valor destinado e os critérios de recebimento e manutenção. O fornecimento de um auxílio financeiro, se dá no formato de uma bolsa para os jovens, durante o período de um ano de acompanhamento, podendo ser prorrogado partir da avaliação do grupo gestor e ajudas de custo para o deslocamento do jovem vir ao programa ou frequentar cursos profissionalizantes. Os jovens que nesse período, estejam inseridos em atividades de trabalho formal ou recebam bolsas de Programas de aprendizagem, não recebem o auxílio financeiro do programa de acompanhamento Na categoria Tempo de acompanhamento, os marcos legais definem o período pelo qual o jovem pode ser acompanhado no programa e os critérios de prorrogação.

Na categoria Gestão, foram definidos o estabelecimento e regulamentação de um grupo gestor do programa, composto por membros de outras políticas sociais, instituição de execução da MSEI e membros de programa de acompanhamento a egressos de MSEI e suas respectivas atribuições. A composição do grupo compreende representantes das políticas de saúde, educação, esporte, lazer e cultura etc., que estabelecem fluxos entre as políticas com o objetivo de ampliar e qualificar o acompanhamento do jovem egresso de MSEI.

No código Caracterização do funcionamento dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI foram organizados os seguintes documentos que tratavam sobre a definição, objetivos e execução dos programas de acompanhamento a egressos de MSE, dentre estes: Edital de chamamento; Regimento interno; e Documento orientador do serviço de acompanhamento a egressos de MSEI. Nesses documentos foram identificados a descrição e organizadass as categorias referentes à Definição do serviço; Objetivos geral e específicos e metas; Competências das entidades gestoras e equipe técnica de referência; e Abrangência do público-alvo.

Quanto à Definição do serviço, encontrou-se a partir dos documentos acessados as seguintes descrições: Em Poltava, o programa se define pela promoção do acesso dos adolescentes e jovens egressos da instituição de MSEI aos direitos, impulsionando oportunidades de reinserção social e escolar, e estímulo ao ingresso na profissionalização. A definição das ações, a partir desses eixos tem foco na formação profissionalizante e inserção no trabalho, sendo colocada como mecanismo estratégico de oposição à vinculação na trajetória infracional motivada pelo aspecto econômico, considerada como possibilidade de superação das condições que contribuíram para o ato infracional e inserção no sistema socioeducativo, e assim, compreendida como possibilidade de romper com a reincidência infracional. Associada a esse mecanismo estratégico estão a oferta de ações nas áreas de educação, saúde, esporte, lazer e cultura, visando à formação e desenvolvimento dos jovens acompanhados.

Em Trepke, a definição do serviço corresponde ao auxílio para a condução dos adolescentes e jovens para a convívio em sociedade, através da oportunização dos eixos: Construção e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Sociais; Práticas Restaurativas; Escolarização; Articulação com as redes Sistema Único de Saúde e Sistema Único da Assistência Social e profissionalização. Em Kuriaj, a definição do serviço é descrita por meio

da definição de eixos de ação, que são: Abordagem familiar e comunitária, voltada ao fortalecimento de vínculos do jovem com sua família e com a comunidade onde vive; abordagem educacional, na qual são estimulados o retorno e continuidade dos estudos; e profissionalização e inserção no mercado de trabalho, por meio de encaminhamentos a cursos profissionalizantes e divulgação de vagas.

Em relação aos Objetivos geral e específicos e metas, identificou-se nos documentos referentes ao programa Poltava, que o objetivo geral é a redução dos índices de violência no Estado e da reincidência infracional e promoção da cidadania, por meio da formação do vínculo com a equipe de referência, o estímulo à socialização e da inserção profissional dos jovens. A execução deste objetivo, toma como partida a corresponsabilidade do adolescente ou jovem, da família e das políticas públicas de atendimento. Como objetivos específicos, identificou-se: o aumento da condição de inserção do jovem no mercado de trabalho e realização de trajetória profissional, pelo cumprimento da Lei da Aprendizagem; promoção da cidadania e inclusão social; oportunizar uma cultura de paz aos jovens e familiares; oportunizar um novo projeto/trajetória de vida aos egressos de MSE; reforço dos vínculos familiares; aumentar o nível de escolarização formal; reduzir a evasão escolar; encaminhar às políticas sociais e articular a rede de serviços, de acordo com necessidades e interesses dos jovens; construir uma política pública com foco na prevenção terciária, baseada em evidências.

O foco de Poltava visa facilitar a transição entre a privação de liberdade e a vida fora das unidades de internação, por meio da associação entre acompanhamento psicossocial, profissionalização e escolarização, como formas de alcançar a "ressocialização" do jovem e atingir os objetivos da socioeducação. Quanto às metas de Poltava, o programa estabelece aumentar a adesão e permanência dos jovens, aumentar os índices de inclusão no trabalho e

ampliar a execução dos programas nas regionais do estado e nas comarcas da Infância e Juventude.

Em Trepke, o objetivo é promover o acompanhamento dos adolescentes e jovens com base nos eixos operativos, visando a construção e/ou fortalecimento do seu projeto de vida, estimulando o desenvolvimento da autonomia responsável, com vistas à prevenção e à reincidência. Em Kuriaj, identificou-se como objetivo a promoção do acompanhamento de adolescentes e jovens egressos da medida socioeducativa de internação e semiliberdade, por meio da articulação dos equipamentos socioassistenciais (CRAS e CREAS), visando contribuir para o acesso a direitos sociais, serviços da rede socioassistencial, profissionalização/inserção no mercado de trabalho, inserção e permanência no sistema educacional, e abordagem familiar e comunitária. Neste programa também se definiu como impacto a redução do ciclo de violência e da reincidência do ato infracional.

Em relação às Competências das entidades gestoras e equipe técnica de referência, os documentos referentes à Poltava e Trepke prevêm a manutenção do programa por parte da entidade de execução das MSE de meio fechado, com uma equipe de coordenação e avaliação responsável por monitorar a execução do programa. Para o desenvolvimento direto das ações de acompanhamento, os documentos definem que este seja realizado por uma equipe multiprofissional, composta por coordenador de equipe, assistente administrativo, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais ou socioeducadores. Em relação à Kuriaj, em seu documento orientador há a definição que o acompanhamento seja realizado em parceria pela coordenação e equipe técnica do serviço, composta por profissionais de pedagogia, vinculada à entidade de execução das MSE de meio fechado, por um técnico de referência da unidade de MSEI, especificamente de pedagogia e por um técnico de referência de um serviço socioassistencial (CRAS ou CREAS), que pode ser um psicólogo, assistente social ou orientador de MSE.

No que se refere à abrangência do público-alvo, os documentos referentes aos três programas analisados (Poltava, Trepke e Kuriaj), definiram a abrangência do acompanhamento no âmbito estadual, sendo que no caso de Poltava e Trepke, esses programas possuem duas equipes de referência localizadas em polos principais, sendo uma na capital do Estado e outra em um munícipio. Kuriaj definiu a existência de uma equipe para todo o Estado. O público-alvo definido nos documentos dos três programas de acompanhamento são os jovens egressos das unidades de MSEI. Identificou-se nos documentos algumas variações na definição deste público-alvo, pois enquanto Kuriaj oferta o acompanhamento apenas aos jovens que receberam a extinção da MSEI ou semiliberdade, Poltava e Trepke realizam o acompanhamento para jovens que receberam a substituição da MSEI por uma medida socioeducativa de meio aberto, seja PSC ou LA.

No que se refere à caracterização do funcionamento dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI, a partir da análise do programa, serviço e coordenação visitados é que estes não têm se constituído a partir de uma política universal, e, portanto, apresentam diferenças na forma como se estruturam e ofertam o acompanhamento aos jovens egressos. Apesar das variações relacionadas aos termos que definem o acompanhamento, estes têm funcionado como programas complementares à política de socioeducação num caráter compensatório, posto que se trata de ações focalizadas, residuais, voltadas a um público específico e delimitado. Essa característica implica diretamente na definição do serviço, nos seus objetivos e metas, e mesmo na variação do público-alvo, pois mesmo se destinando aos egressos de MSEI, observam-se diferenças na definição de quais jovens podem ser acompanhados nos programas.

A inexistência de uma política de carater universal incide na abrangência dos programas e na definição das competências das equipes que atuam nos estados. O Sinase define a proporção entre profissionais e jovens atendidos no cumprimento das MSEs. Porém,

durante a execução, a superlotação das unidades de internação e a quantidade de serviços ofertados pelos CREAS mostram que a quantidade de profissionais e provisões dos equipamentos se mostram insuficientes no atendimento e cumprimento dos objetivos da política de socioeducação, o que pode se agravar no caso dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI, posto que o Sinase não trata desse quantitativo nem mesmo da definição da composição das equipes para efetivar o acompanhamento, apontando para a necessidade de estabelecimento de uma política de caráter universal.

O código Metodologia do acompanhamento foi organizado a partir da análise dos seguintes documentos: Edital de chamamento; Documento orientador do serviço e fluxograma; Plano Individual de Atendimento; Termo de compromisso; Fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento; Cartilhas informativas para a comunidade. A partir desses documentos foram organizadas as categorias Instrumentais e Fluxo e articulação com a rede.

Na categoria Instrumentais foram reunidos os tipos de instrumentos utilizados nos três programas analisados. Os três programas utilizam fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento, relatórios dos atendimentos, Planos Individuais de Atendimento (PIA), organizados a partir dos eixos pedagógicos do Sinase: educação; saúde; profissionalização; convivência familiar e comunitária; esporte, lazer e cultura; dentre outras áreas escolhidas de acordo com a especificidade de cada programa. Um dos programas - Trepke utiliza um folder explicativo destinado aos jovens e que é apresentado nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação. Poltava utiliza cartilhas informativas destinadas à população em geral para que esta possa conhecer os objetivos, ações e principais resultados do programa, destacando reportagens realizadas com jovens acompanhados.

Na categoria Fluxo e articulação com a rede foi possível identificar o percurso do acompanhamento que se inicia ainda durante o cumprimento da MSEI até a adesão e participação nos programas, as metodologias e ferramentas adotadas. Em um dos programas

analisados - Poltava, o conjunto de documentos possibilitou a identificação da seguinte metodologia: o acompanhamento se inicia nas unidades de MSEI, quando as equipes de referência realizam oficinas informativas, apresentando aos jovens os objetivos e funcionamento do programa de acompanhamento, estimulando a adesão e participação. Após esse ciclo inicial, aproximando-se da audiência em que será julgada a possibilidade de extinção ou substituição da MSEI, é realizada outra etapa da metodologia, que consiste na vinculação do jovem ao programa de acompanhamento.

A vinculação ocorre por meio da utilização da Justiça Restaurativa, com a prática de Círculos de Compromisso, com a participação do jovem, familiares e outras pessoas de referência, equipe técnica do programa e profissionais das políticas sociais externas à unidade de MSE. Nesse momento é construído um Plano Individual de Atendimento como foco no egresso, sendo pactuados os compromissos entre as partes a serem efetivados no período pós MSEI.

Após a extinção da MSEI, quando firmada a adesão e participação no programa de acompanhamento, é realizado o acolhimento do jovem e seus familiares no programa, com abertura de fichas cadastrais e esclarecimentos sobre a participação, regras do programa, tempo de acompanhamento. Com a vinculação é construído um novo PIA, a partir da análise das condições objetivas de vida do jovem e são realizados encaminhamentos para a rede de políticas sociais, de acordo com as suas necessidades e interesses, focalizando encaminhamentos para políticas de formação profissional e aprendizagem, possibilitando a construção de novos projetos de vida. O acompanhamento realizado no programa tem duração de um ano, após avaliação da equipe e reflexão com o jovem sobre o seu desenvolvimento durante o acompanhamento.

A metodologia do acompanhamento envolve a articulação com as políticas sociais e a rede do sistema de garantia de direitos. Para isso, a equipe de referência realiza reuniões de

sensibilização nos serviços, explicando os objetivos do programa, bem como utilizando cartilhas e vídeos contendo informações sobre o funcionamento do programa de acompanhamento a egressos de MSEI, relatos de jovens egressos acompanhados e daqueles que já se desligaram do programa e construíram outros projetos de vida.

Em outro programa analisado, Kuriaj, que está em fase de implementação, o fluxo estabelecido nos documentos também teria início na unidade de MSEI, local onde são explicados os objetivos e funcionamento do programa de acompanhamento. No documento que define o fluxo a ser implantado, a primeira etapa seria de atribuição de um técnico de referência que atuaria na instituição de cumprimento de MSEI. Nesse momento seria realizado um PIA com foco nos encaminhamentos ao jovem egresso, e após a audiência de julgamento de extinção de MSEI, seriam realizados os encaminhamentos para os serviços socioassistenciais, principalmente CRAS e CREAS que atuarão com equipes de referência para o acompanhamento do jovem. A partir da construção do PIA, deveriam realizados encaminhamentos para as demais políticas sociais existentes no território do jovem. Esse fluxo ainda não se encontava em efetivação no momento de realização da pesquisa.

A articulação com a rede de serviços do sistema de garantia de direitos ocorre por meio de visitas técnicas e oficinas de sensibilização com os atores das políticas sociais nos municípios identificados como de origem dos jovens acompanhados. Nas visitas técnicas são realizadas pactuações com os gestores da Política de Assistência Social, que no caso de Kuriaj, atua como política de referência no acompanhamento ao jovem.

A análise do código Metodologia do acompanhamento possibilitou a identificação de que os programas de acompanhamento a egressos de MSEI funcionam como complementares, utilizando-se dos eixos estratégicos e instrumentais adotados na execução das MSEs e tomando como base o princípio da incompletude institucional que norteia a política de socioeducação, no qual atuam com a função de mediadores entre os jovens e na

articulação com as demais políticas sociais, que se constituem como políticas fragmentadas e parciais.

Se destaca neste código que a ausência de uma política universal de acompanhamento aos egressos de MSEI com a definição de objetivos e diretrizes gerais, implica em concepções de acompanhamento diferenciadas nos estados, que não estão diretamente relacionadas ao objetivo de construir e efetivar os projetos de vida dos jovens. Apesar de não se constituir como objetivo principal, os instrumentais utilizados nos programas apontam para a aproximação de atividades que podem se caracterizar como atividades dominantes responsáveis por guiar o desenvolvimento dos jovens, considerando seus interesses, a exemplo do foco nas atividades de formação profissional, não obstante, sua oferta esteja limitada à organização do sistema capitalista em que o trabalho se caracteriza pela relação de exploração.

No código Avaliação e monitoramento foram agrupados os documentos referentes à Relatórios de avaliação, sejam estes elaborados pelas instituições executoras de MSEI ou por órgãos de fiscalização de políticas públicas. Foram identificados dois relatórios dos programas já implementados e a partir destes, organizadas as categorias Indicadores de avaliação e impacto e Recomendações. Em relação à categoria Indicadores de avaliação e impacto, em um dos relatórios, referentes à Poltava, foi realizada uma avaliação do programa de acompanhamento a egressos de MSEI, considerando os objetivos definidos do programa e os indicadores Mortalidade, Ingresso no sistema Prisional, Reingresso na unidade de MSEI; Inserção em emprego formal, tendo-se como participantes da avaliação todos os egressos da instituição dos anos 2012 e 2013, monitorados no período de 5 anos. Os dados apresentados no relatório trazem um menor índice de óbito para os jovens egressos participantes do programa, em comparação com os jovens que não fizeram a adesão, assim como destaca a chance de reincidência como menor para o grupo de jovens participantes. Já em relação à

inserção no mercado formal de trabalho, os dados no relatório mostram que essa foi maior dentre os participantes em comparação com os jovens que não aderiram ao programa.

Já no relatório elaborado pelo órgão de fiscalização, referente à avaliação de Trepke, identificaram-se apontamentos em relação às limitações das ações do programa de acompanhamento de egressos de MSEI, relacionadas à localização do programa em apenas dois municípios do Estado, o que segundo as considerações apresentadas no relatório, dificultam o alcance do acompanhamento para os jovens de outras cidades em razão da redução do número de atendimentos e encaminhamentos, mesmo com a meta estipulada de 100% de acompanhamento aos egressos da instituição de MSEI. Além dessa limitação, o relatório avalia a ausência de sistematização de dados por parte da entidade gestora de MSEI e do programa de acompanhamento que tratem de indicadores de impacto sobre reincidência, mortalidade etc.

Na categoria Recomendações, o relatório de avaliação de Poltava indica a realização de novas avaliações que identifique outros fatores relacionados à reincidência infracional e mortalidade juvenil, assim como os dados referentes à escolaridade dos jovens egressos de MSEI, de modo que tais indicadores possam fundamentar as estratégias de intervenção do programa de acompanhamento a egressos de MSEI. No documento de avaliação de Trepke, a análise realizada nesse relatório assinala a importância da regionalização, com ampliação das equipes técnicas de referência, como forma de minimizar as limitações do programa destacadas na avaliação.

A análise do código Avaliação e monitoramento com suas respectivas categorias, possibilitou a compreensão de que apesar dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI não se constituírem como uma política de caráter universal, apresentam estratégias significativas na execução de uma política pública, com a realização de avaliação da execução dos programas que inclui o reconhecimento de fragilidades e aspectos que deverão

ser reformulados e reavaliados. Os elementos destacados nos instrumentos de avaliação, no entanto, tomando como base a não reincidência infracional ou o não retorno às unidades de MSE, ou mesmo ingresso no sistema prisional, não tem abordado de forma ampla os condicionantes que resultam na prática de atos infracionais, que pode relacionar o acompanhamento ofertado à concepção que buscam evitar o risco e não a promoção do desenvolvimento dos jovens.

No código Implantação e manutenção dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI nos estados foram identificadas referências à implantação dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, nos Planos Estaduais de Atendimento Socioeducativo, dos três estados analisados. A construção dos Planos constitui uma das exigências do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), nos âmbitos, nacional, estadual e municipal, a ser executado na vigência de 10 anos. Por se tratar de um Sistema, os planos foram elaborados pelas entidades que compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) dos estados visitados. A partir da leitura dos Planos foram organizadas as categorias Metas e Instituições e órgãos responsáveis.

Na categoria Metas pode-se identificar que a instituição, a regulamentação dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI é colocada como uma meta nos Estados dos programas Poltava e Trepke. Dentre as metas pactuadas nos planos, definiu-se o financiamento e custeio dos programas, a ampliação de vagas, de modo a atingir 100% dos egressos de MSEI, assim como a expansão da abrangência contemplando todo o Estado, encaminhamento de 100% dos egressos para as políticas de educação, saúde, profissionalização, esporte, lazer e cultura. Em apenas um dos Planos, referente ao Estado de Kuriaj, não havia menção à implantação de um programa de acompanhamento a egressos, mas à referência ao estabelecimento de um fluxo na rede de serviços para garantir a proteção integral para esse público.

Na categoria Instituições e órgãos responsáveis são relacionadas as instituições responsáveis por cada uma das metas elencadas nos três Planos, identificando-se principalmente que a atribuição da implantação, manutenção, financiamento e ampliação é das entidades de execução das medidas socioeducativas de meio fechado, enquanto as metas de monitoramento, fiscalização e articulação da rede são compartilhadas entre as secretarias e instituições responsáveis pela execução de MSE de meio fechado e a rede de políticas sociais e SGD.

A análise do código Implantação e manutenção dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI nos Estados a partir dos Planos Estaduais de Atendimento Socioeducativo apontaram para a existência da organização de uma agenda da consolidação da política de socioeducação nos estados, com a afirmação da necessidade de criação e manutenção dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI por parte de alguns estados e por outros não, destacando a corresponsabilidade do Sistema de Garantia de Direitos na execução dos objetivos e metas, que pode ser realizada com a parceria de entidades não governamentais, revelando que a construção das políticas sociais é marcada por conflitos de interesses e estabelecimento de alianças com agências privadas, marcas do contexto neoliberal.

Etapa II – Os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI na perspectiva dos atores

Na etapa II do estudo I foram analisadas as entrevistas realizadas com profissionais da equipe técnica de referência, composta por assistentes sociais, psicológos e pedagogos, e coordenadores e gestores dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI.

Utilizando a Análise Temática de Conteúdo (Minayo, 2014) foram organizadas as seguintes classes temáticas: Criação, implementação e manutenção dos programas; Metodologia do acompanhamento; Estrutura e organização dos programas; Apoio prestado à

família dos jovens acompanhados; e Mediação do projeto de vida, com suas respectivas categorias e subcategorias, como pode ser vista na Figura 3.

Classe temática	Categoria	Subcategoria
Criação, implementação e manutenção dos programas	História da criação e implementação	
	Legislações especificas dos programas	
	Tipificação da oferta	
	Interrupções na oferta dos programas	
	Abrangência do acompanhamento	
	Desafios na execução dos programas	
Metodologia do acompanhamento	Fluxo	
	Instrumentos	
	Articulações e encaminhamentos com as políticas sociais e SGD	
Estrutura e organização dos programas	Concepções que norteiam o acompanhamento	Concepções teóricas
		Normativas
	Quem executa o programa de acompanhamento?	
	Objetivos dos programas de acompanhamento	
	Composição da equipe	
	Critérios de inclusão, permanência e desligamento	
	Metas dos programas de acompanhamento	
	Avaliação e monitoramento	
Apoio prestado à família dos jovens acompanhados	Concepções sobre família	
	Ações ofertadas às famílias dos jovens	
Mediação do projeto de vida	Demandas e interesses dos jovens acompanhados	
	Construção dos projetos de vida jovens acompanhados	

Figura 3

Classes temáticas do Estudo I: Etapa II

Na classe temática Criação, implementação e manutenção dos programas foram agrupados os conteúdos referentes ao processo de implantação dos programas de

acompanhamento aos egressos de MSEI nos três estados visitados. Nessa classe organizaram-se as categorias temáticas História da criação, Legislações, Tipificação oferta, Interrupções no acompanhamento, Abrangência do acompanhamento e Desafios na execução dos programas.

Em relação à História da criação e implementação dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, observaram-se motivações diferenciadas para a implantação desses programas, revelando disputas e interesses diversificados. Em Poltava e Trepke observou-se que as motivações estavam relacionadas à identificação por parte das equipes técnicas das unidades de internação da necessidade de existir um acompanhamento pós-medida socioeducativa de internação. Enquanto em Kuriaj as motivações para a implementação estão relacionadas a uma forte mobilização das instituições da rede do Sistema de Garantia de Direitos em direção sistema de justiça (Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude) para que as entidades gestoras da MSEI criem e mantenham os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI e não o reconhecimento dessas entidades em prestar o acompanhamento de acordo com o ECA e Sinase, como apontado na fala: “Então o serviço de egresso foi uma exigência do Ministério Público né, que sempre tá em consonância, Ministério Público, [...], que fica lá o promotor de justiça né, a rede, então foi uma exigência pra criar o serviço de egresso”. (Kuriaj).

O processo de criação e implementação dos programas nos estados é marcado por trajetórias permeadas por mudanças desde o momento da criação até a forma como os programas têm se caracterizado atualmente. Nos três programas observaram-se reformulações no público-alvo, pois inicialmente realizavam o acompanhamento familiar e após mudanças nos objetivos passaram a acompanhar apenas os jovens egressos da MSEI.

Em dois programas (Poltava e Trepke) verifica-se a tentativa de ampliação do alcance de jovens, como ilustrado pelos relatos seguintes:

> A lei nasceu em 2009 e eram poucas vagas né, eram 180 vagas distribuídas inicialmente entre [alguns municípios] [...], mas em 2017 tava funcionando essas 180 vagas e aí o que aconteceu? Com a lei do novo marco regulatório que possibilitou as OSC [Organizações da Sociedade Civil] apresentar manifestação de interesse público [...], a [instituição executora do programa de acompanhamento ao egresso de MSEI] chegou e disse: além disso tudo que eles fazem, eu ainda coloco um viés profissionalizante de encaminhamento ao mundo do trabalho e ao invés de 180 vagas, eu dou 1100 vagas para todo o Estado. (Poltava).

> A frente de atendimento ao adolescente, ao egresso e a frente com a família, que a gente deveria assistir à família, tinha que ser acompanhada mesmo, junto com o adolescente (...) então assim, havia também alguns benefícios, o benefício ajudava muito, era, tinha uma cesta básica... havia também o kit de higiene e o kit de material escolar.... E assim, nessa época também tinha grupos regulares, havia um grupo de mães, normalmente de mães e aonde havia palestras sobre determinado tema, então havia uma discussão ali e Terapia Comunitária que era um trabalho de grupo também que tinha como fim o grupo apresentar as suas demandas e o grupo apresentar soluções, (...) E aí houve uma mudança na forma de gerir, na gestão do trabalho e o trabalho passou a ser direcionado mais para o jovem e o atendimento a família passou a acontecer fora daqui (...). Mas em compensação o trabalho das unidades de internação ele foi maximizado (...). Em linhas gerais, o programa era dessa forma, passou por fases, está passando novamente por uma reestruturação porque é necessária, a história é dinâmica. (Trepke).

As diferenças que acompanharam as motivações e trajetórias na criação e implementação referem-se também às imprecisões na definição da legislação nacional quanto à responsabilidade e competências da execução e oferta dos programas, em que se verifica discussões acerca da descentralização para os municípios a ser realizado por meio do acompanhamento dos CREAS e CRAS.

No que se refere à categoria Legislações específicas dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI foram agrupados os conteúdos referentes as portarias, decretos e leis próprias mencionadas pelos gestores e coordenadores dos programas dos três estados. Os gestores e coordenadores dos três programas apontaram a importância da existência de leis próprias que subsidiem o funcionamento, embora Kuriaj ainda não possua sua legislação, estando em fase de criação de decretos e portarias, enquanto Poltava e Trepke se encontram no momento de atualização de suas legislações, estabelecendo mudanças de acordo com as dificuldades e necessidades vivenciadas durante a execução dos programas, como se pode observar na fala: "[...] a gente tava pensando em fazer portaria, mas agora vou até conversar com assessor jurídico pra formar um decreto ou uma lei, que estimule mais ainda o serviço e que o serviço tenha continuidade, de fato efetiva né. (Kuriaj)", e do programa como descrito na fala a seguir:

> Um decreto é aqui nosso, que tem o grupo gestor, então que a gente até tem reunião... agora que a gente tem que atualizar que ele é lá de 2009, então a gente tem que atualizar ele pras demandas de agora, pra deixar bem claro assim, pra que o programa, entre novos governantes ou não, eles, todo mundo consiga interpretar ele bem né, pra não haver, às vezes ah, tu interpreta se não tiver bem colocado isso né, uma pessoa pode interpretar de outro jeito e isso a gente notou e agora tá tentando esclarecer melhor esse decreto. (Poltava).

A criação de legislações próprias teria como objetivo exercer a função de garantir a manutenção da oferta dos programas nos estados estabelecendo sua permanência, mesmo com as possíveis mudanças entre os governos eleitos e, também para definir a metodologia utilizada.

Na categoria temática Tipificação da oferta foram agrupados os conteúdos referentes ao tipo de acompanhamento prestado, podendo ser no formato de programa, serviço ou coordenação, sendo que cada um dos estados analisados se identifica com uma dessas formas. Observou-se que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI não se caracterizam por uma tipificação nacional. Essas diferenças apontam para a inexistência de uma política de caráter universal que tenha como base o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Os três relatos a seguir demonstram as diferenças existentes nos estados vistados sendo estes nos formatos de programa, serviço e coordenação:

> De ser um programa? É assim, é uma política pública que veio, que era necessária, tu tinha que fazer, acredito eu que naquela época, lá em 2009 eles tinham que fazer acontecer e escolheram o programa porque acho que foi o que deu o maior, um contorno maior né, dentro dessas políticas públicas, aqui eles fazem muito programa, programa da criança feliz, programa da primeira infância, então esse formato foi o que melhor se adequou. (Poltava).

> Antigamente já se chamava coordenação, já era uma coordenação antes né? É... a gente tá dentro de uma estrutura que na [instituição executora das MSE de meio fechado] a gente tem a diretoria geral, a diretoria adjunta e de socioeducação, dentro dessa diretoria de socioeducação existe uma gerência socioeducativa, que é a [gerência da instituição executora das MSE de meio fechado], nós estamos alocados dentro dessa gerência e como estamos dentro da gerência a gente chama coordenação.

> Então quando eu pensei em coordenação de egressos, é pra a gente tirasse aquela coisa de atender a família e pudéssemos atender com o que tá preconizado pelo sistema, que as famílias fossem atendidas pela rede socioassistencial. Eu gostaria muito que a gente pudesse ser uma gerência de acompanhamento ao egresso, pra ter mais autonomia, pra poder ter um, um...liberdade mesmo, autonomia pra, pra executar né? (Trepke).

> O serviço é delegar, descentralizar, não fica só na gente, a gente não vai atender, a gente tem que amarrar isso na unidade pra que ele seja atendido no CRAS, no CREAS, seja atendido no Sine, né, na escola, então a gente tem que fazer realmente pactuações, amarrar isso, parcerias efetivas com convênios, com um viés jurídico mesmo. (Kuriaj).

Apesar de demonstrar a autonomia dos estados na execução dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, essas diferenças que se relacionam à indefinição de uma política nacional podem refletir na fragilização do acompanhamento aos jovens e na permanência da oferta, pois está relacionada às flutuações e divergências na execução, nos objetivos e metodologia do acompanhamento prestado.

Um aspecto que emergiu em relação à criação, implementação e manutenção dos programas são as Interrupções na oferta dos programas, ocorridas nos três estados analisados. Os estados enfrentam dificuldades relacionadas à manutenção dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, que estão relacionadas principalmente à existência de recursos que garantam a oferta permanente dos programas e consequentemente trazendo implicações para os jovens, que passavam a perder a referência do acompanhamento. Esses aspectos são apresentados no seguinte trecho de entrevista:

> Ah, houve bastante, porque antigamente, como não tinha essa lei do marco regulatório que não possibilitava a sociedade civil, as sociedades fazerem essa manifestação de

> interesse público, funcionava como convênio e o convênio ele é muito... todos os anos têm que prorrogar ele, tu tem que fazer novo chamamento público e ninguém queria fazer... havia aquela interrupção, havia interrupção dos meninos que já estavam lá, já tinham feito vínculo com os técnicos, e depois tinham que se adaptar a outro [...]. Muitas vezes, o menino já tava adaptado e não prorrogava, aí tem todas aquelas formalidades que tu passa dois chamamentos, tu passa dois, três meses, os meninos perderam o vínculo. Se tu não pegar ali na porta da [instituição de MSEI] ... (Poltava).

Como consequência das interrupções, observam-se mudanças relacionadas ao público-alvo dos programas analisados. Os três estados anteriormente ofertavam acompanhamento às famílias dos jovens e passaram a destinar o acompanhamento apenas aos jovens egressos de MSEI. As mudanças ocorreram principalmente após o reordenamento da Política Nacional de Assistência Social, a partir de 2004 e partir das diretrizes existentes na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, instituída em 2009, sendo seguida pelo estabelecimento de Serviços e Programas específicos de acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade social. A fala a seguir ilustra o processo de mudança:

> (...) isso ocorreu antes da...da elaboração da Política Nacional da Assistência Social, eu te disse que quando a Política Nacional, ela, ela foi lançada aí precisou que o serviço cessasse porque é...tudo iria acontecer de forma descentralizada nos municípios (...), antes é... era, não é serviço, era o programa de acompanhamento ao egresso e a gente realizava esse trabalho aqui [nos municípios] e nós trabalhávamos com 3...com as linhas básicas que era a convivência familiar e comunitária, a profissionalização e o encaminhamento para o mercado de trabalho. E a gente.... tinha um programa de formação, tanto acontecia a formação das famílias, como acontecia a formação dos jovens (Kuriaj).

Tais mudanças visaram realizar a adequação com os objetivos da política de socioeducação, com base no Sinase, ainda que apresentem lacunas quanto a definição e divergências entre os Estados.

A categoria Abrangência do acompanhamento se refere à extensão da cobertura dos programas nos estados. Foi identificado que os três programas analisados dispõem de uma cobertura de acompanhamento estadual. Os programas são vinculados às instituições gestoras e executoras da medida de internação de âmbito estadual e para garantir o alcance e amplitude do acompanhamento possuem equipes que se localizam nas capitais dos estados e outras equipes que se distribuem nas regiões metropolitanas e são responsáveis por realizar a referência do acompanhamento para os demais municípios. As seguintes falas ilustram a forma como se dá o acompanhamento nos três estados:

> Nós fizemos essa separação apenas porque atendemos [capital e região metropolitana] e depois o resto do Estado, então o lote 2 seria o resto do Estado. [...] é um programa de Estado, então ele tem que abranger todo o Estado, então isso era muito cobrado e com razão, o próprio pessoal da [instituição de MSE de internação] né? (Poltava).

> A [cidade polo de uma região metropolitana] atende diretamente a unidade de internação em [cidade polo de uma região metropolitana]. É. E [a capital] fica com as unidades daqui de [capital] e região metropolitana, [...], a gente atende essa região metropolitana. Termina que a gente tem uma sobrecarga muito grande por isso e aí assim, os meninos que vão pra o interior a gente termina fazendo esse monitoramento via e-mail, via telefone, porque não tem como ter atendimento presencial, então a gente pede que a rede socioassistencial preste esse atendimento né, psicossocial de uma forma mais intensa e a gente vai monitorando através de e-mail, a gente vai dialogando ou por telefone com a rede CRAS e CREAS pra saber como tá sendo esse

> acompanhamento (...) mas eu te digo que é uma sobrecarga muito grande, tanto que existe uma proposta da diretoria, pra que cada unidade fora de [capital] tenha uma equipe de egresso, uma equipe de acompanhamento a egresso. (Trepke).

> Tem que ampliar esse raio, porque a gente não pode só focar em [capital], o serviço é toda a [Estado], esse é o proposito, por isso que tem que fazer decreto, lei, pra que isso fundamente de fato, né? (Kuriaj).

Apesar dessa subdivisão, verifica-se nos relatos, que a quantidade de equipes e profissionais é insuficiente para realizar o referenciamento diante da demanda distribuída pelos demais municípios, o que por sua vez, reflete na forma como o acompanhamento é prestado, que passa a ser realizado não mais como na forma de acompanhamento direto, mas sim no monitoramento das outras políticas sociais que são acionadas, principalmente as políticas de Assistência Social, nos equipamentos CRAS e CREAS.

Na análise sobre o processo de criação, implementação e manutenção, também emergiram Desafios na execução dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI. Os desafios se referem tanto às dificuldades das gestões em garantir o funcionamento dos programas e na realização de articulações com algumas políticas sociais e instituições do Sistema de Garantia de Direitos e de justiça. No que se refere à garantia do funcionamento, os gestores estão constantemente tendo que buscar justificar a importância da existência dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI; observa-se a falta de infraestrutura e de recursos, tanto para manutenção como para destinação de bolsas ou auxílios aos jovens, como se pode ver na fala a seguir:

> E aí...a estrutura às vezes não ajuda muito, quase sempre não ajuda muito. A gente tem sempre uma estrutura aquém que a gente precisa, porque a formatação do Estado, ela é feita pra não dar certo né? sempre deixar a falta. (Trepke).

Os desafios enfrentados por parte da equipe técnica de referência estão relacionados as articulações com as demais políticas e são caracterizadas principalmente na realização de matrículas na rede escolar, sendo que em muitos casos a equipe técnica de referência recorre às secretarias de educação para garantir a matrícula do jovem na escola, no encaminhamento a cursos profissionalizantes e na inserção dos jovens no mercado de trabalho, como se pode observar nos trechos das entrevistas:

> É, acho que a dificuldade que vem dessa rede é justamente a dificuldade de todas as redes, eu acredito que isso é no geral é fazer com isso ande pra frente né, então a gente vai, leva o caso, faz a discussão na rede e lá na discussão eles já começam a dizer assim: olha a gente não tá dando conta da nossa demanda, nosso território, a gente tem poucos técnicos, a gente não tá conseguindo atender as pessoas do nosso território aqui, então essa que é assim né, essa desconstrução da rede aí que o governo vem fazendo sistematicamente, e isso aí tá sendo mais difícil, porque a receptividade deles é tranquila né, mas fazer com que os casos andem é que tá sendo bem complicado (Poltava).

> (...) porque um dos desafios é, como é que a gente vai reinserir um menino desse no mercado de trabalho, estágio? por que infelizmente eles vêm de um histórico de vulnerabilidade né? de negação, violação de direitos muito grande, então a idade não é compatível com a escolarização, então são poucos os que tem a idade compatível, poucos meninos de 17, 18, 20 e que estão no ensino médio e pouquíssimos concluíram o ensino médio. E muitos da nossa rede parceira, muitos, (...) eles exigem como os outros adolescentes, (...) que estão numa história de...em uma outra trajetória de acesso à escolarização e outros serviços básicos... (Trepke).

Quando se analisa as falas dos gestores e profissionais, observa-se que o enfretamento aos desafios ocorre por um processo permanente de articulação e sensibilização com as políticas sociais, que já deveriam garantir a prioridade do atendimento aos jovens egressos de MSEI, mas que não tem realizado de forma espontânea.

Na classe Estrutura e organização dos programas foram agrupados os conteúdos referentes ao funcionamento dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, relacionados às categorias: Concepções que norteiam o acompanhamento, Quem executa o programa de acompanhamento? Objetivos dos programas de acompanhamento, Composição da equipe, Critérios de inclusão, permanência e desligamento, Metas dos programas de acompanhamento e Avaliação e monitoramento.

Sobre as Concepções que norteiam o acompanhamento identificou-se que os programas se baseiam em algumas Concepções teóricas e Normativas. No que se refere às Concepções teóricas verificou-se que os programas se baseiam em perspectivas diferenciadas nos três estados, sendo que Poltava tem fundamentado seu funcionamento na Justiça Restaurativa (JR) e Trepke se baseia na perspectiva Pichoniana de grupos operativos. Kuriaj, por se caracterizar pelo momento de implantação e reinício das atividades não indicou nenhuma perspectiva teórica que apoie as ações desenvolvidas no momento da realização da pesquisa de campo.

A JR, perspectiva utilizada por Poltava, consiste em uma concepção e forma de resolução de conflitos, no qual as partes envolvidas buscam encontrar soluções ou formas de lidar com as consequências desse conflito, com base na escuta, respeito e diálogo. Os princípios norteiam o atendimento e o trabalho da equipe nas unidades de medida socioeducativa e nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, como apontado na fala a seguir:

> As visões, as concepções, eu acho que... com... principalmente da Justiça Restaurativa né, então essa questão da Comunicação Não-Violenta, a Cultura de Paz, muito essa visão, principalmente que norteia essas políticas atualmente, ali no trabalho. Essa visão muito também da... como é que eu posso dizer, do acompanhamento...assistencial né, e aí não confundir com assistencialista, mas de uma linha assistencial e de verificar que realmente é a questão de oportunidades e da justiça, a questão da prevenção terciária mesmo né, de que ele não retorne né, então se utilizando da Cultura de paz e tudo, enfim. Mas eu acho que das concepções que são mais oficiais, é a questão da Cultura de Paz mesmo né, os círculos restaurativos, Comunicação Não-Violenta, são esses os princípios que é mais visível dentro da política mesmo de construção dela e de organização dela... (Poltava).

A escolha por essa perspectiva na execução do programa corresponde a um direcionamento amplo das políticas para a criança, adolescentes e jovens, cujo objetivo é minimizar a violência e promover a cultura de paz nesse estado.

Já a perspectiva Pichoniana, utilizada em Trepke, com a utilização dos grupos operativos, se baseia na comunicação, no aprendizado e na integração da relação que se estabelece com membros de um grupo. Essa perspectiva é utilizada com os jovens e com a equipe de profissionais, como descrito no trecho da entrevista:

> A gente... eu procurei pautar aqui... eu tenho formação Pichoniana e Pichon, ele traz muito a proposta, ou melhor é base da proposta de Pichon a atuação em grupos operativos, que consigam compreender tudo que perpassa o cumprimento da tarefa e a identificação da demanda. A questão do vínculo talvez seja o, o determinante de toda, toda construção grupal né, por isso que eu pontuei construção de vínculo no processo, então a gente tem, a gente procura identificar qual é a tarefa, a tarefa é o acompanhamento né? é, trabalhar a construção vincular, mas também trabalhar

> outros vetores né? como a comunicação, procurar sempre ter uma comunicação que não seja uma comunicação agressiva, que seja ao máximo acolhedora, que favoreça o clima né? (Trepke).

Essa perspectiva corresponde a uma escolha da equipe que atua no programa, sem, no entanto, representar uma concepção da política de socioeducação no estado.

Os profissionais das equipes técnicas de referência fizeram menção a influência das perspectivas teóricas de suas formações profissionais no funcionamento dos programas, citando a psicologia social comunitária, a psicologia de Vigotski, a perspectiva dos direitos humanos, o compromisso ético-político do serviço social e a pedagogia de Paulo Freire e da pedagogia da presença de Antônio Carlos Gomes da Costa. A fala a seguir ilustra a influência de uma dessas perspectivas na atuação:

> Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos teóricos, o outro, outro teórico é Paulo Freire é...é um teórico também interessante porque ele tem uma abordagem neomarxista né que considera também é toda a pessoa com potencial e com capacidade para se reerguer de onde ele estiver, então um dos teóricos que a gente também acredita é Paulo Freire, Antônio Carlos Gomes da Costa e nós trabalhamos também...sim...Vigotski pela questão sociocultural porque a gente acredita que através da cultura é, a construção de uma boa base para que haja libertação, que as pessoas se libertem, é de situações de opressão que Paulo Freire, ele também junta um pouco assim também da cultura, ele valoriza muito a cultura, porque a cultura ela dá elementos para que a pessoa fique forte e ele é...de onde ela estiver ela consiga se ver como pessoa e ter a sua dignidade como pessoa também. (Kuriaj).

Esses referenciais citados foram sinalizados a partir de uma perspectiva individual dos profissionais, não representando a estrutura e funcionamento dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI aqui analisados.

No que se refere às Normativas foram agrupados os conteúdos referentes aos marcos legais do ECA e ao Sinase, as normativas do Sistema Nacional de Assistência Social, os planos estaduais de direitos das crianças e adolescentes, e os planos estaduais de atendimento socioeducativo, mencionados por gestores e membros das equipes técnicas nos três programas analisados. Mesmo com a utilização desses aportes, os gestores e profissionais das equipes técnicas refletiram sobre a ausência de orientações técnicas específicas de âmbito nacional que possam subsidiar a organização e funcionamento dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, pois as normativas existentes não tratam de forma detalhada sobre o funcionamento dos programas, como se pode observar no trecho da entrevista:

> A gente se norteia, a lei Sinase, [...], a lei Sinase, ela vê mais a medida, fora... não tem nada falando de egresso, porque egresso é fora, a gente se norteia, [...] E também a PNAS, o SUAS, NOB-SUAS, que ele fala muito dessa questão do CIB, do CIT, também a gente se norteia pela é... Estatuto da Criança e do Adolescente que fala muito bem dessa proteção integral né, e dos planos, a gente tem que se nortear pelos planos, tanto convivência familiar e comunitária, de socioeducação né? (Kuriaj).

Como observado, na ausência de definições especificas, os programas têm utilizado como referência a estrutura e organização de outras políticas sociais na sua execução, de modo a contemplar as lacunas existentes no Sinase quanto ao funcionamento dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI.

Na categoria Quem executa o programa de acompanhamento? identificou-se que alguns programas são executados diretamente pelos órgãos gestores das medidas de internação, outros realizam parcerias com Organizações Não Govenamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). O programa Poltava é mantido pelo governo estadual, administrado pela entidade gestora das MSE de meio

fechado e executado em parcerias com ONGs e Oscips, desde a sua implantação, por meio de editais abertos, com metas e período determinados. Trepke é mantido e executado diretamente pela entidade gestora de MSE de meio fechado. Kuriaj é mantido pela entidade gestora de MSEI e executado por meio dos serviços existentes na Política de Assistência Social, por meio dos equipamentos sociais CRAS e CREAS. A fala a seguir ilustra essa organização:

> É. do ponto de vista da política pública, a política de egresso caberia ao município, ao sistema socioassistencial, mas a [instituição responsável pela execução das MSE de internação] mantém por um compromisso mesmo político né? (...) Eu defendo que o Estado desenvolva, porque a gente tem um diálogo com eles e uma construção com eles, vinculada durante a medida e isso é um ponto favorável pra adesão deles no pós-medida e a gente sabe que a rede é muito fragmentada, tem municípios aí que às vezes não tem nenhum telefone...às vezes não tem nenhum profissional pra atender né? Então como viabilizar isso, esse acompanhamento? eu não acho digno nem justo que alguns municípios ofereçam e outros não, então acho que o estado deveria garantir a todos, inclusive uma bolsa permanência no programa. (Trepke).

As diferenças na manutenção dos programas têm implicações na permanência ou interrupções destes, revelando a desresponsabilização dos estados ao transferir a execução para outras entidades não vinculadas à política de socioeducação.

Quanto aos Objetivos dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, identificaram-se finalidades distintas nos três estados visitados: dois dos programas estabeleceram como objetivo principal a redução do índice de reincidência do ato infracional e de violência no estado (Poltava e Kuriaj), outro programa (Trepke) estipulou

como objetivo a construção de projetos de vida e da autonomia dos jovens. Os trechos a seguir mostram as diferenças nos objetivos dos programas:

> (...) o objetivo que não tenha mais a reincidência do ato infracional, é mais isso. (Kuriaj).

> E os objetivos também de que ele não volte pro crime, de que ele tenha uma renda, de que ele tenha um estudo, que ele consiga se desenvolver, de que não seja de uma forma ilícita. Então são os principais meios, a escolaridade né, estudar, o mercado de trabalho, tudo e a questão principal né, que ele não retorne por... diminuir essa reincidência. (Poltava).

Trepke pauta seu objetivo na perspectiva dos jovens acompanhados no programa, com a finalidade de auxiliar os jovens a construírem outras perspectivas de vida, distanciadas da prática de atos infracionais. Nessa perspectiva, as possibilidades oferecidas visam promover a autonomia dos jovens e não funcionar como uma política de caráter tutelar. A fala de um dos membros da equipe técnica ilustra essa perspectiva:

> Na verdade, é construir uma autonomia responsável a partir da, da, do processo de, de emancipação mesmo, eu acho que a gente não pode perder esse foco, construção e fortalecimento da autonomia né, o desenvolvimento desse sujeito porque eles vieram de um contexto de negação e violação e agora eles precisam se enxergarem enquanto sujeitos de direitos que nunca deixaram de ser, mas por uma série de questões estruturais e sociais, eles se perderam no meio do caminho e aí, o objetivo é esse mesmo. (Trepke).

Essa diferenciação entre os estados está relacionada ao fato de não haver um objetivo delimitado de forma nacional e universal, o que repercute na forma como o

acompanhamento será realizado e quais contextos de desenvolvimento podem ser oportunizados em cada um desses programas.

Na categoria Composição da equipe, identificou- se também que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI possuem equipes variadas, sendo que em dois programas analisados (Poltava e Trepke) verificou-se a presença de equipes técnicas de referência organizadas de acordo com Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, entre outros profissionais técnico-administrativos, enquanto um dos programas (Kuriaj) não possuem essa diversidade de profissionais, contando com profissionais de pedagogia, e que de acordo com a avaliação da equipe sobre as necessidades postas no acompanhamento, precisariam de psicólogos e assistentes sociais para a realização do acompanhamento aos egressos de MSEI, como mostram os relatos a seguir:

> Na equipe eu tenho 1 psicólogo, 3 assistentes sociais, 1 pedagoga, 1 analista técnica, 6 técnicos administrativos e a equipe de limpeza, uma copeira e segurança patrimonial. (Trepke).

> É...eu, coordenadora, tem X que ela é técnica em educação, é... Y pedagoga e Z também que pedagoga. [...] eu acho assim a equipe é mínima demais, a gente era pra ter uma gama de profissionais com a gente, até, até um advogado né...um advogado, um psicólogo, assistente social. (Kuriaj).

As diferenças na configuração da equipe representam as diferenças existentes com relação aos objetivos e organização entre os três programas, implicando em dificuldades para a efetivação do acompanhamento naqueles em que a equipe não possui uma diversidade de profissionais.

Sobre os Critérios de inclusão, permanência e desligamento, identificaram-se diferentes e similares critérios entre os estados para cada fase do acompanhamento, sendo

estes de inclusão, de permanência, para realizar encaminhamentos e sobre o desligamento da política. Sobre os critérios de inclusão os três programas mencionaram que o principal é a voluntariedade do jovem na adesão, ou seja, não há imposição da participação nos programas. As diferenças na inclusão se referem a regra em que dois estados (Poltava e Trepke) realizam o acompanhamento de jovens egressos de MSEI ou semiliberdade, que tenham recebido a substituição da medida socioeducativa de internação por Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Enquanto Kuriaj define como egresso, aquele jovem que cumpriu a MSE de internação e recebeu a extinção da MSEI na audiência, ou seja, que no momento do acompanhamento, o jovem não esteja cumprindo nenhuma medida socioeducativa, compreende que os jovens que receberam substituição de MSE estão sendo acompanhados pelos serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O trecho a seguir ilustra como um dos programas define seus critérios:

> [...] que o serviço de egresso, ele vai acompanhar os adolescentes que estão extintos de medida socioeducativa, não LA nem PSC, extintos de fato. [...] e o tempo de acompanhamento que a gente vai ter que assessorar e acompanhar são 6 meses. Pode ser que futuramente a gente até estique, pela questão do recurso né, a gente tem que ver tudo isso, mas a priori, só são 6 meses de acompanhamento. (Kuriaj).

Sobre o critério de permanência, os três programas estabeleceram a relação com a voluntariedade da adesão, ou seja, para participar dos programas é necessário apenas que seja do interesse do jovem. Apenas Poltava estabeleceu um critério específico relacionado ao recebimento de um auxílio financeiro, que se vincula a frequência escolar obrigatória e sua comprovação, ilustrado na fala a seguir:

> É, na verdade, sim, ele não é obrigado a estudar, mas pra ele receber alguns benefícios ele tem que tá estudando, pra receber a bolsa ele tem que tá estudando,

> pra ele ir pra um estágio, pra uma aprendizagem ele tem que tá estudando, mas ele não é obrigado. [...] Ele pode ser encaminhado pra cursos e coisa e tal e não estar estudando, o estudo é uma obrigação pra certas coisas, mas não pra estar dentro do programa. [...]. A idade máxima assim [...] acho que até os 24 ele pode. (Poltava).

Outra questão relacionada aos critérios de permanência diz respeito ao tempo de acompanhamento, sendo dois programas (Poltava e Trepke) definiram com o tempo mínimo de 1 ano e o Kuriaj estabeleceu o tempo minimo de 6 meses, ambos podendo ser prorrogadas por igual período, a depender das necessidades dos jovens e do que foi estabelecido nos Planos Individuais de Atendimento.

Em relação ao desligamento, observaram-se os critérios da idade máxima permitida, sendo que Poltava definiu a idade máxima de 24 anos e Trepke e Kuriaj estipularam a idade máxima de 21 anos; a própria decisão do jovem em avaliar se deseja manter-se acompanhado ou se desligar; e a participação ativa do jovem nos programas, sendo que nesta última avalia-se o tempo em que o jovem não estabelece vínculo com o programa ou quando o programa esgota todas as possibilidades de manter o contato com o jovem, como relatado no trecho da entrevista:

> O que a gente percebe, a gente sempre faz as reuniões pra discussão de caso, estudo de caso, alguns a gente percebe que já evoluíram bastante né? ainda assim a gente procura deixar que eles sinalizem né? se antes dos dois anos a gente só desliga se ele sinalizar: "oh, já tô de boa e tal, já tô de boa, já tô tranquilo, tô bem, tô trabalhando e tal, então eu acho que por enquanto eu posso me desligar". (Trepke).

De modo geral, as diferenças sobre os critérios de inclusão, permanência e desligamento revelam a indefinição sobre os parâmetros nacionais. No caso da sobreposição do acompanhamento dos programas com o cumprimento de uma MSE de meio aberto, tal

situação pode levar a certa ambiguidade com relação aos atendimentos, em que não há diferenciação entre a sanção e acompanhamento pós-medida.

A categoria Metas dos programas de acompanhamento corresponde ao estabelecimento dos objetivos e ações a serem alcançadas em um determinado período e efetivadas por parte dos programas e das parcerias estabelecidas. Em Poltava e Trepke, verificou-se o desenvolvimento de metas para o acompanhamento, na tentativa de ampliar o alcance do acompanhamento para um maior número de jovens, como forma de diminuir do índice de reincidência, de acordo com o objetivo pré-estabelecido no programa e estabelecer maiores articulações com as políticas sociais, de modo a atender de forma mais eficaz as demandas dos jovens, como ilutrado na fala em um dos programas:

> No plano de trabalho existe as metas, da redução, tu vai ver cada etapa tem uma meta, reduzir o número, a redução do número de retornos pra [instituição de MSEI] é a meta número 1; diminuir a evasão escolar; incluir o jovem e sua família né, os vínculos familiares também; então todas essas coisas, tudo isso tem metas, 100%; 90% depende...isso tudo tá dentro do plano de trabalho. [...] O que a gente cobra muito do nosso parceiro é tentar levar o maior número de meninos, sensibilizar o maior número de jovens a entrar no nosso programa, isso a gente é cobrado muito, nós temos hoje assim 90; 95%... (Poltava).

Em Kuriaj, que está em fase de implementação, as metas centram-se em consolidar inicialmente a estrutura do programa, a captação de recursos para sua manutenção, o estabelecimento de uma legislação estadual específica que assegure a oferta contínua do programa, para depois estabelecer metas de acompanhamento aos jovens, como descrito no trecho da entrevista:

> Na verdade, nós ainda não estamos na fase de metas de acompanhamento, porque a gente ainda tá na elaboração da política em si, precisa primeiro ter o protocolo, precisa

> ter as pactuações bem pautadas pra ter... legislar sobre isso ou fazer decreto né? então a gente ainda não chegou nessa, a gente já tá acompanhando, já tá encaminhando, mas não se tem assim, uma meta. O que a gente sabe pela experiência de agora é que são poucos, do início do ano pra cá a gente tem 16 [jovens acompanhados], então não é uma quantidade grande né? (Kuriaj).

A partir dos relatos, verificou-se que as metas diferem de acordo com o status em que cada programa se encontra, voltando para sua manutenção ou para o acompanhamento dos jovens.

Na categoria Monitoramento e Avaliação foram agrupadas as formas como os programas realizam a fiscalização das ações desenvolvidas. Identificou-se que em Poltava e Trepke, programas de acompanhamento aos egressos de MSEI que já se encontram implementados, existe uma rotina de realizar monitoramentos permanentes do acompanhamento ofertado aos jovens, como pode se observar na fala a seguir:

> A gente tem, a gente fiscaliza junto né, nós temos inclusive uma equipe, de fiscalização e monitoramento, a gente tem uma comissão de fiscalização e monitoramento que eles vão a loco, veem como funciona e isso aqui a gente também faz bastante, então inclusive no interior a gente vai, sempre, sempre, a gente tem um acompanhamento diário desses meninos. (...) então a gente tem um banco de dados, isso é uma meta né, pra depois verificar o quanto essa política pública tá dando resultados... que não adianta nada tu fazer uma política pública se tu não medir se ela tá alcançando o objetivo e se tá, se tu tem que botar mais dinheiro pra ainda continuar melhor, aquela coisa toda, então tem que avaliar. (Poltava).

Esses monitoramentos são realizados com o objetivo de efetuar avaliações sobre os impactos dos programas, que possam servir base para modificações na sua estrutura e

funcionamento, como também para justificar a existência dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, ofertadas pelos estados.

Na classe temática Metodologia do acompanhamento, reuniram-se os conteúdos relacionados às ações realizadas pelos profissionais e gestores nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI. Nessa classe foram agrupadas as categorias Fluxo, Instrumentos e Articulações com as políticas sociais.

No que diz respeito ao Fluxo, foram organizados os conteúdos relativos à sequência de ações realizadas pelas equipes para a formalização da adesão e acompanhamento dos jovens. Identificou-se em Poltava e Trepke que as atividades dos profissionais e gestores no acompanhamento se iniciam com visitas às unidades de MSEI onde são explicados aos profissionais e jovens sobre os objetivos e funcionamento dos programas de acompanhamento aos egressos. As apresentações ocorrem por meio de metodologias diversas, tais como palestras expositivas, oficinas e sensibilizações aos jovens que estejam em período próximo audiência e possível extinção da MSEI. Após as apresentações são realizados os convites à adesão nos programas de acompanhamento a egressos de MSEI e acordos por meio círculos de compromisso, baseados na Justiça Restaurativa, no caso de Poltava, ou pactuações nos Planos de Atendimento Individual (PIAs) nos programas um e dois. Em Kuriaj, essa metodologia encontra-se em fase de implementação e, portanto, a adesão dos jovens tem ocorrido de forma direta, logo após a extinção da MSEI. A fala a seguir ilustra a realização do fluxo em um dos programas:

> A gente faz um trabalho ainda dentro da [instituição executora das MSE de meio fechado] né? Sensibilização, participa de oficinas de sensibilização, depois ele participa do círculo de compromisso, já conhece o técnico, então já fica, no dia da audiência eles já têm o dia marcado pra comparecer lá no [instituição executora do programa de acompanhamento ao egresso de MSEI], então é toda, uma rotina toda que

> a gente faz, pra que quando ele chegue lá fora ele não seja: “ah, o que eu vou fazer agora?” Não, ele já sabe, ele já tem o rumo. [...] ele convida todos os parentes, as pessoas do círculo dele né, ah pra chegar e fazer um plano individual, um PIA egresso dele e o que que ele busca, o que ele viu até ali, o que que ele busca daqui pra frente, [...] E aí depois ele comparece, ele tem um acolhimento né, ele vai ter o seu técnico de referência, embora todos os demais, se ele chegar lá e não estiver, todos os demais podem atendê-lo, mas ele vai ter o seu técnico de referência, aí eles vão fazer o [PIA utilizado pela política de acompanhamento aos egressos de MSE] (Poltava).

Os profissionais e gestores destacaram a importância dessa metodologia iniciar ainda durante o período de cumprimento da MSE, pois dessa forma os jovens podem refletir sobre a participação e conhecer de forma detalhada o funcionamento, a proposta, seus eixos de acompanhamento e sobre o critério de voluntariedade. Apontam implicações nos casos nos quais não foi possível fazer o convite ainda na unidade de MSEI, como não adesão, dificuldades na compreensão dos objetivos do programa de acompanhamento aos egressos de MSEI e desistências, como ilustra a fala a seguir:

> Então a gente tem que ter dentro da unidade um técnico de referência que serão as pedagogas tanto de internação e semiliberdade né pra que esse...ir já trabalhando o serviço egresso na unidade pra que quando ele realmente for extinta a medida ele já ter um panorama daquilo que vai ser trabalhado e a gente vai ter também a frente um pouco com o judiciário, então se a gente traz essa proposta pra o judiciário e for positiva, com certeza o judiciário vai demandar mais extinções, porque atualmente a gente tá acompanhando apenas 16 adolescentes [...] esses meninos que a gente tá acompanhando a gente não tá no fluxo, porque assim eles saíram, por exemplo teve gente que saiu em janeiro.... (Kuriaj).

Identificou-se que no fluxo para a formalização e adesão dos jovens, uma relação de dependência ao sistema de justiça, posto que ainda há avaliações por parte das autoridades judiciárias em avaliar a extinção da MSEI. Essa relação de dependência foi identificada nos três programas, com diferenças na intensidade do poder exercido pelo judiciário. Em Poltava, identificou-se que as diferenças nas relações se dão por causa das distinções entre as comarcas e respectivos juízes, sendo que alguns são mais rígidos nas avaliações, o que demanda à coordenação dos programas de egresso de MSEI a realização de reuniões buscando sensibilizar as autoridades judiciárias sobre a importância da existência dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI e sua efetividade. As falas a seguir mostram como se dá essa relação:

> Tranquila, tranquila sim, eles, o judiciário é o grande incentivador né, isso pra o judiciário é muito bom né, porque o juiz tem uma tranquilidade maior quando solta, então a relação com o judiciário é muito boa. Por que a gente fala isso? porque a gente tem que sensibilizar alguns lugares porque os juízes têm aquilo assim: não, vou trancafiar três anos. [...] Isso também são coisas que nós estamos tentando fazer, ir lá e marcar uma conversa, tentar sensibilizar, mostrar o programa, pra que ele veja que aquele menino que ele vai solta, não vai soltar assim. [...] Nós temos muito isso, do judiciário ser muito diferente, do MP, ser muito diferente, da própria cidade, como é em [município], nós temos problemas sérios, porque a Justiça Restaurativa não funciona em certas regiões assim. (Poltava).

> Pelo judiciário, eles cumprem geralmente os três anos, não tem um ano, dois anos, é três anos! “Os três anos, é o que diz a lei, eu vou deixar três anos”. É três anos e pouco, não adiantava eles fazer o parecer técnico requerindo a extinção ou progressão

> da medida, que eles não acatam. [...]. Mas são casos, não é que fica tabelado o que o juizado faz, não cada juiz interpreta a lei de uma forma. (Poltava).

A relação com o sistema de justiça nos estados aponta para um permanente de desafio relacionado ao fluxo dentro do sistema de Garantia de Direitos, revelando a necessidade de sensibilização quanto às competências dos programas e dos direitos dos jovens.

Sobre os Instrumentos utilizados identificou-se que os três programas de acompanhamento aos egressos de MSEI analisados utilizam os seguintes instrumentais: Planos Individuais de Atendimento (PIA), que recebem nomenclaturas próprias em cada estado e possuem uma estrutura semelhante aos PIAs utilizados durante o cumprimento da MSEI, organizados com base nos eixos pedagógicos do Sinase; protocolos de fluxos de acompanhamento e encaminhamento para as demais políticas socias; prontuários e fichas cadastrais e de evolução dos acompanhamentos; relatórios; e cartazes informativos sobre a política de acompanhamento. As falas a seguir exemplificam os instrumentos utilizados:

> Quando a gente constrói o PIA [no programa de acompanhamento a egresso de MSEI] né, a ideia é: o que que tu gosta de fazer, o que que tu pensa em fazer, mesmo que isso não seja...palpável diretamente em determinado momento, até pelas condições né, a gente infelizmente não pode fazer tudo, mas que a gente consiga aproximar a realidade dele, mais próximo ao que ele deseja, ao que ele tem e muitas vezes é possível. (Poltava).

> O que a gente tem construído, a gente, é o fluxo, o PIA egresso já tá construído, de instrumento né, a gente construiu também uma tabela pra que as pedagogas das unidades, que elas que vão ter mais contato no atendimento do adolescente, pra que elas façam o viés, por exemplo, fulano vai sair e quando foi a última avaliação de fulano, anotar a data. [...] aí a gente também fez uns instrumentos para o CRAS e

> CREAS, de forma bem minuciosa pra que eles façam um relatório de avaliação, tipo, da educação, como ele tá, como ele tá lá no território, então o CREAS e CRAS tem que fazer essa demanda. E outra pra saber, como ele tá no Serviço de Convivência, se ele realmente tá nos ciclos que o CRAS e CREAS compõem. (Kuriaj).

Os programas analisados apresentaram o PIA como principal instrumento de execução do acompanhamento e demais protocolos similares aos utilizados na execução das medidas socioeducativas.

Na categoria temática Articulações e encaminhamentos com as políticas sociais e SGD foram agrupados conteúdos relacionados sobre as relações estabelecidas com as políticas sociais de educação, saúde, profissionalização, segurança, esporte, cultura e lazer. Estes têm sido realizados a partir da identificação das necessidades e demandas dos jovens e dos objetivos e metas que são pactuados nos Planos Individuais de Atendimento (PIA) e que tem como base os eixos pedagógicos do Sinase: educação, saúde, profissionalização e inserção no mercado de trabalho, convivência familiar e comunitária etc. A metodologia dos encaminhamentos é baseada no trabalho em rede, descrito no trecho de fala:

> Aí vai depender da necessidade, da demanda do jovem, da família que a gente identifica já dentro das unidades a gente já começa a fazer esse levantamento, então antes do jovem sair a gente já começa a fazer contato com a família também, vendo quais são as condições dela, onde elas moram, onde vivem, moram, quais são as situações de vulnerabilidade e risco, do local, se já são acompanhadas por alguma instituição, por CRAS, por CAPS, por CREAS, por defensoria, por ministério público e de ver qual a rede que tá acompanhando. E aí a gente começa a fazer uma articulação com essa rede, com a família, já começa a fazer contato, já pra pensar essa saída desse jovem né, então quando ele sai, né a gente já tem algo meio que né, funcionando, preparado né, entre aspas pra ele né, então a família já tá se articulando

> pra, pra receber esse jovem em casa, ou não, quando não pode ir, a gente já começa a articular a rede da assistencial social aqui pra conseguir um abrigamento, um hotel social, caso não possa retornar pra o seu município, pra sua cidade, pra o seu bairro, então a gente pensa, a gente tem uma articulação com o SUAS que são as unidades de acolhimento pras pessoas que estão em situação de rua, então a gente tem uma parceira muito bacana com essa rede. (Trepke).

Nessas articulações, algumas estratégias são destacadas pelos profissionais para evitar ou enfrentar dificuldades nos encaminhamentos, como a omissão nome do programa ou do termo egresso ao entrar em contato com a rede para evitar possíveis estigmas que impeçam a realização do acompanhamento ou prestação de serviços por parte das demais instituições. Percebe-se a partir do uso desse recurso que os jovens que cumpriram medidas socioeducativas enfrentam barreiras no acesso às políticas sociais, necessitando que a mediação do programa de acompanhamento aos egressos não revele informações sobre sua trajetória de vida. Essa situação é ilustrada no trecho da entrevista:

> Eu não me identifico como [entidade de MSE], quando eu ligo pra uma escola ... porque esse nome... eu creio que é um nome que rotula o adolescente. E geralmente quando eu vejo isso que rotula o adolescente, é... causa um empecilho né? e eu também já trabalhei numa escola, antes de vir pra cá... e eu sei que isso rotula... eu me identifico como outra coisa... e solicito a vaga. (Trepke).

Na mediação com as políticas sociais, os profissionais apontam para a utilização de estratégias não oficiais para assegurar os direitos dos jovens que cumpriram uma medida socioeducativa, revelando que essas instituições têm atuado com preconceito e não tem garantido seus direitos, apesar de constituírem como políticas e serviços que possuem como objetivo o atendimento prioritário desse público.

Na classe Apoio prestado à família dos jovens acompanhados foram agrupadas as categorias Concepções sobre família e Ações ofertadas às famílias dos jovens. Nesta classe foi identificado que apesar dos três programas não elegerem como público-alvo as famílias dos jovens acompanhados, algumas ações são destinadas a elas. No que se refere às Concepções sobre as famílias emergiram opiniões culpabilizantes sobre a família, destacando-se o conceito de família desestruturada, presente nas falas de membros de Poltava, como se pode observar na fala:

> A família né, a base, fazer com que essa família fique fortalecida. Eu te diria que... o olhar mais de atenção pra esses jovens praquilo que realmente faz falta, muitos são carentes de atenção e cuidado, tem família, mas famílias muito desestruturadas, famílias muito debilitadas. Então muitos meninos vêm aqui e a gente percebe muitas vezes que eles nem têm nada pra fazer aqui porque eles vêm toda semana, eles não têm uma necessidade de um atendimento, não é isso que eles buscam, eles querem uma atenção né, é...uma forma, uma palavra mais carinhosa, um perguntar de como eles estão né...então eu te diria que a concepção é essa: formar vínculos né, pra que através desses vínculos eles também se sintam fortalecidos e cuidados, vistos e com algum sentimento de pertencimento que eles se perdem muito nisso né...e acaba que a própria...criminalidade, eu diria que o tráfico em si, muitas vezes faz o que a família não faz, o Estado deixou de fazer lá atrás e aí eles vão se perdendo. Então a concepção é essa, eu acho que é resgatar a dignidade, os laços familiares né, então seria mais ou menos por aí. (Poltava).

Na categoria Ações ofertadas às famílias dos jovens foram identificados alguns encaminhamentos às políticas sociais, de acordo com a identificação das necessidades dos familiares dos jovens, como ações realizadas nos programas objetivando o fortalecimento dos

vínculos familiares, a realização de palestras e o planejamento de atividades em grupo, assim como a realização de ações assistenciais a partir da identificação de demandas imediatas e de sobrevivência. Essas ações foram identificadas em Poltava e Trepke, programas de acompanhamento a egressos de MSEI que já estão implementados e em funcionamento. A fala a seguir mostra a realização de uma dessas ações:

> Foi feito uma atividade no Dia das Mães, né, com as famílias, com as mães e com os jovens, pra fortalecer os laços familiares. Então teve uma psicóloga que veio fazer uma fala, foi feito várias atividades, foi feito o café da manhã, foi feito um brechó solidário, que na verdade... doação de algumas roupas e tal que a gente deixou que elas escolhessem enfim, conforme elas se interessassem, então foram feitas algumas atividades, a ideia é ir fazendo mais atividades ao longo do ano, organizando mais atividades e também fazer outras atividades que fossem mais com eles também, de repente encaminhamento pra levar algum grupo pequeno pra o cinema, pra o teatro, um museu, então a gente tá tentando organizar essas atividades mais em grupo, mas que exigem uma maior organização assim né, mas que são planejadas. (Poltava).

Nesta classe, pode-se identificar que, apesar dos programas buscarem garantir alguns ampliar o acompanhamento para as famílias dos jovens, carregam uma concepção culpabilizante da família, repercutindo em ações assistencialistas e que pouco garantem direitos ou sua autonomia.

A classe Mediação do projeto de vida se refere a identificação das necessidades e interesses dos jovens por parte da equipe e as ações realizadas para a construção e efetivação do projeto de vida dos jovens. Essa classe se divide duas categorias: Demandas e interesses dos jovens acompanhados e Construção dos projetos de vida jovens acompanhados.

Na categoria Demandas e interesses dos jovens acompanhados foram organizados os conteúdos referentes as principais necessidades dos jovens, apontadas pelos membros da

coordenação e equipe técnica de referência, que estão relacionadas condições objetivas de vida dos jovens. Dentre essas, destacam-se demandas de saúde e saúde mental, de profissionalização e escolarização, acesso e retirada de documentação pessoal, moradia etc. que tem sido pactuadas no acompanhamento por meio dos Planos Individuais de Atendimento e encaminhadas pela equipe técnica de referência para as demais políticas sociais, como mostra o trecho da entrevista:

> Também, também, dependendo da demanda tem dois jovens que a gente fez encaminhamento pra RAPS né? Atenção psicossocial, pro CAPS, um deles inclusive esteve aqui hoje, (...) e a gente faz esse acompanhamento, monitoramento. Também pra documentação civil, alguns perderam ou na unidade não tiveram tempo hábil de providenciar isso, por uma série de questões e a gente faz o encaminhamento pra rede parceira né... (Trepke).

A categoria Construção dos projetos de vida jovens acompanhados se refere à ações realizadas nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI para auxiliar na construção e efetivação dos projetos de vida dos jovens. A fala a seguir ilustra como se inicia a mediação do projeto de vida, em um dos programas, que parte da identificação dos interesses e desejos dos jovens:

> Com certeza, inclusive... e leva em consideração as necessidades e habilidades dele, o que ele gosta de fazer, o que ele se sente apto a fazer, o que que mexe, porque muitas vezes é...a sociedade pensa que...que devem ser feitas coisas para o jovem e aqui a gente pensa, leva em consideração, é...o que ele quer, o que ele gosta de fazer né, quais são suas habilidades, então a gente pensa com ele e não para ele, acho que é dessa forma mais ou menos. (Trepke).

Ressalta-se que o projeto de vida emerge como consequência das atividades executadas, mas não constitui o principal objetivo dos três programas analisados. A mediação

do projeto de vida nos programas, quando realizado, corresponde a um fluxo no qual, são mapeadas as condições objetivas de vida e as necessidades dos jovens, e as ações são pactuadas com estes por meio da execução do PIA. Sendo assim, a sua efetivação tem ocorrido quando há maior participação dos jovens nos processos de escolha e tomada de decisão.

> Após as entrevistas com os profissionais, fiquei aguardando os jovens que chegariam ao programa. A espera pelos jovens me possibilitou outras vivências: observar a equipe em ação, a realização do planejamento semanal, seus atendimentos, ligações para jovens, para a família, busca ativa, articulações com as demais instituições da rede. Pude observar o processo de desligamento de um dos jovens devido a um descumprimento de regras, e em outro momento, observar um acolhimento de um jovem e sua tia, a recepção e o tratamento dado a eles, me mostravam a dinâmica do acompanhamento que as entrevistas não tinham trazido (Diário de campo, Relato 5, junho de 2018).

Estudo II – Desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens nos programas de acompanhamento a egressos de medida socioeducativa de internação

No segundo estudo foram realizadas entrevistas individuais abertas com jovens acompanhados pelos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, considerando os objetivos de caracterizar o jovem acompanhado nos programas de egresso; analisar a trajetória de acesso e permanência do jovem nos programas de acompanhamento ao egresso de MSEI e analisar quais aspectos presentes nos programas de acompanhamento aos jovens egressos possibilitam o desenvolvimento e efetivação dos projetos de vida. Participaram desse estudo, nove jovens acompanhados em dois programas – 5 em Poltava e 4 em Trepke. Em Kuriaj não foi possível realizar entrevista com nenhum jovem acompanhado, pois não houve acesso a eles, apesar das tentativas de agendamento com a equipe do programa.

> As entrevistas com os jovens sempre começam pela explicação dos objetivos da minha pesquisa de doutorado, mas sobretudo pelo percurso realizado. Escutam atentos e fazem perguntas sobre o que me motivou a sair do meu estado e conversar com eles, querem saber detalhes sobre o tempo e a forma da viagem, como a medida socioeducativa de internação é executada na Paraíba, se há programa de egresso, comentam sobre as diferenças de sotaque. Essas conversas foram fundamentais para a realização das entrevistas, fazendo com que os jovens se sentissem mais à vontade, pois eram eles que começavam fazendo a entrevista comigo (Diário de campo, Relato 7, agosto de 2018).

Em relação à caracterização dos jovens acompanhados pelos programas de egressos de MSEI, identificou-se a partir das entrevistas que estes não estavam estudando antes do cumprimento da medida socioeducativa e que passaram a frequentar as escolas existentes nas unidades de internação. Após a extinção da MSEI e a adesão nos programas com a pactuação

do PIA, os jovens são encaminhados as escolas regulares para concluírem os níveis de ensino. Dos 9 jovens entrevistados, 6 estavam matriculados e frequentando a escola, 2 haviam concluído o Ensino Médio e apenas 1 não estava matriculado e aguardava que o programa conseguisse vaga em uma escola próxima ao seu bairro.

Identificou-se diferenças quanto aos grupos de jovens participantes dos dois programas. Enquanto os jovens de Poltava tinha idades variando entre 16 e 17 anos, os jovens de Trepke tinham idade variando de 18 a 22 anos, ou seja, já tinham atingido a maioridade civil. Em relação a essa diferença, os gestores e as equipes técnicas informaram que essas faixas etárias são predominantes nos programas, sendo que em Poltava, os jovens cumprem a MSEI num período de 1 ou 2 anos e saem das unidades de internação antes de completar a maioridade. Já em Tepke, os profissionais informaram que a grande maioria dos jovens cumpre a MSEI pelo período máximo de 3 anos e quando recebem a extinção da medida já estão com 18 anos. Segundo os gestores e profissionais entrevistados, o maior ou menor tempo de cumprimento da MSEI parece depender da decisão judicial em relação à avaliação da extinção da medida socioeducativa, em que o maior tempo é atribuído uma cultura de criminalização da juventude por meio da aplicação do período máximo da internação.

Em relação ao gênero, foram entrevistados 8 jovens do gênero masculino e 1 jovem do gênero feminino. As equipes de ambos os programas informaram que a maioria dos jovens acompanhados é do gênero masculino, porque é esse o público majoritário que cumpre as medidas de internação nos estados. Contraditoriamente, no programa Kuriaj, apesar de não ser possível entrevistar nenhum jovem, a equipe informou que a maior parte do público-alvo acompanhado é do gênero feminino. Essa característica foi relatada pelos profissionais que informaram que nas avaliações e audiências, as meninas têm recebido mais extinção da MSEI, enquanto os meninos recebem a substituição da medida de internação pela LA ou PSC, mesmo após terem cumprido três anos de internação.

No que se refere à formação profissional e inserção no trabalho, apenas um jovem não havia realizado cursos profissionalizantes ou de formação profissional e estava trabalhando em uma atividade informal. Os demais estavam matriculados ou já haviam concluído a formação profissional ou cursos e aguardavam vagas no mercado de trabalho. Esses jovens que estavam estudando e realizando formação profissional relataram que a participação no programa auxiliava o planejamento e efetivação do projeto de vida, enquanto o jovem que não estava estudando e não havia feito nenhum curso até o momento afirmou que não conseguia realizar o projeto de vida, apesar de apontar que o programa poderia auxiliá-lo em conseguir vagas nesses espaços.

Em relação ao território de origem, quatro jovens que moravam em municípios do interior antes do cumprimento da MSEI precisavam mudar de cidade após a extinção da medida socioeducativa. Segundo eles, retornar à cidade de origem consistia em um fator de risco de vida pela existência de grupos rivais que ameaçavam os jovens. Outro aspecto por eles relatado para essa mudança de endereço é que a capital do estado apresentava mais oportunidades de cursos e formação profissional e vagas no mercado de trabalho formal, o que não seria possível caso retornassem às suas cidades. A mudança de município foi auxiliada pelos profissionais e gestores do programa de egressos. Um dos jovens, que já morava na capital precisou mudar de bairro para a residência de outros familiares para garantir sua segurança. Essas informações estão reunidas na Tabela 1.

Tabela 1
Caracterização dos jovens acompanhados nos programas de egressos de MSEI

Jovem	Idade	Situação escolar antes da MSE	Escolaridade	Cursos profissionalizantes	Inserção no mercado de trabalho	Segurança	Projeto de vida
João	17	Não estudava	E. F. – Matriculado	Concluiu cursos profissionalizantes/ Aguarda vaga em outros cursos	Busca vagas/Recebe auxílio do programa	Precisou mudar de bairro	Planeja e vê auxílio do programa
Marcela	17	Não estudava	E. F. – Matriculada	Concluiu cursos profissionalizantes/ Aguarda vaga em outros cursos	Recebe a bolsa		Planeja e vê auxílio do programa
Adriano	17	Não estudava	Não está estudando/aguarda mediação do programa	Não está matriculado/Aguarda vaga em formação profissional	Trabalho informal		Não planeja, acha que o programa pode ajudar
André	16	Não estudava	E. F. – Matriculado	Programa Jovem Aprendiz	Programa Jovem Aprendiz /Recebe a bolsa		Planeja e vê auxílio do programa
Alex	16	Não estudava	E. F. – Matriculado	Concluiu e matriculado em cursos profissionalizantes	Trabalho informal/Aguarda vaga no Programa Jovem aprendiz		Planeja e vê auxílio do programa
Luan	18	Não estudava	E. M. – Matriculado	Programa Jovem Aprendiz	Aguarda vaga no mercado	Mudou de cidade com auxílio do programa	Planeja e vê auxílio do programa
Luís	19	Não estudava	E. M. – Matriculado	Programa Jovem Aprendiz	Aguarda vaga no mercado	Mudou de cidade com auxílio do programa	Planeja e vê auxílio do programa
Gabriel	21	Não estudava	E. M. – concluído	Programa Jovem Aprendiz (Concluiu e matriculado)	Aguarda vaga no mercado	Mudou de cidade com auxílio do programa	Planeja e vê auxílio do programa
Marcos	22	Não estudava	E. M. – concluído	Programa Jovem Aprendiz (Concluiu) Formação profissional (Concluiu)	2 Trabalhos formais com auxílio do programa e do creas	Mudou de cidade com auxílio do programa	Planeja e vê auxílio do programa

Fonte: Entrevistas abertas com os jovens

No que se refere às classes temáticas, os conteúdos das entrevistas foram organizados nas classes: Sentidos sobre a participação no programa de acompanhamento aos jovens egressos de MSE e Projeto de vida dos jovens, dispostas na Figura 4.

Classe	Categoria
Participação no programa de acompanhamento aos egressos de MSEI	Expectativas sobre a participação no programa
	Mudança de vida
	Atividades realizadas no programa
	Sentidos atribuídos à participação no programa de acompanhamento a egressos
Projeto de vida dos jovens	Planos elaborados
	Contribuições dos programas para efetivação do projeto de vida

Figura 4

Classes temáticas do Estudo II

Na classe temática Participação no programa de acompanhamento aos egressos de MSEI foram identificadas as categorias Expectativas sobre a participação no programa; Mudança de vida; Atividades realizadas no programa e Sentidos atribuídos à participação no programa de acompanhamento a egressos. Na categoria Expectativas sobre a participação no programa, os jovens falaram sobre o que eles esperavam do programa, antes da sua participação, desde o momento em que tomaram conhecimento sobre a existência do programa, enquanto estavam cumprindo a MSEI, as curiosidades sobre as implicações da participação, e até mesmo desconfianças quanto ao seu funcionamento e o que o programa poderia lhes oferecer após a adesão, como ilustra a fala a seguir:

> Assim, eu fiquei meio que...ah não sei se eu aceito ou não aceito..., mas pra mim era melhor aceitar né? Que assim... essa... como eu posso dizer... esses casos aí de, de guerra tá ruim né? Eu pensei mais na minha mãe também, assim mudar, trabalhar, que é melhor, caminhar de cabeça erguida sem dever nada pra ninguém do que tá andando espiado, sem poder sai de casa. Isso que... foi muito bom esse negócio do [programa

> de acompanhamento aos egressos de MSEI], eu não conhecia, daí eles foram lá [na unidade de MSE de internação], perguntaram se eu não queria fazer círculo de compromisso, aí eu: “Não, aceito sim!”. E agora eu comecei a estudar, que fazia tempo que eu não estudava, comecei a estudar agora, comecei a trabalhar também, assinaram minha carteira (André, 16 anos, Poltava,).

Nesta categoria, as falas dos jovens apontavam para as dúvidas em relação à contribuição dos programas, considerando a trajetória da ineficácia ou ausência das demais políticas sociais nas suas trajetórias de vida.

Na categoria Mudança de vida, os jovens falaram sobre as contribuições advindas da participação nos programas de acompanhamento a egressos de MSEI. As falas apontaram para desejos em relação à mudança de vida relacionada ao afastamento dos atos infracionais e dos riscos decorrentes dessa vinculação e a oportunização nos programas de acompanhamento aos egressos dos elementos necessários para a realização dessa mudança, efetivando-a para além da vontade inicial e responsabilização individual. Os trechos das entrevistas a seguir ilustram essa categoria:

> Depois que eu sai da medida de internação lá no [unidade de MSEI], aí eu comecei ser acompanhado por aqui, aí eu vi que aqui aparece várias oportunidades. Quando eu cheguei aqui eu comecei a trabalhar, eles me arrumaram um trabalho, eu faço parte de um curso [atividade de formação artística] (Luís, 19 anos, Trepke).

> No caso, eu mudei bastante né? e no caso... ajuda essa questão... tão sempre em cima da gente, sempre perguntando como é que a gente tá, que às vezes falta né? Tem alguma coisa fazendo falta, eles tão sempre em cima e eu mudei bastante sim, do meu jeito que eu era antes, e é bem bom o tratamento deles aqui, a preocupação que eles tem com a gente né? com os cursos que a gente quer, os objetivos que a gente quer

> alcançar, eles corre pra gente atrás...[...] Bastante, bastante que nem quando apareceu esse... esses cursos pra mim aí, eu já tava em pensamento de mudar de vida né? Eu não queria mais, crime, essas coisas, por causa que eu vi bastante a minha mãe sofrer, sabe, lá dentro, minha irmã, minha namorada, e esses cursos aqui me motivou bastante que eu tipo, de eu querer ir pra frente, de eu ter alguma coisa sabe, um currículo, alguma coisa boa pra mim, eles, me motivou bastante. Eu...quanto mais [...] eles me dão mais força pra mim ir pra frente, pra eu acreditar em mim, sabe? E eu gosto muito (João, 17 anos, Poltava).

Esses desejos tinham início, ainda durante o cumprimento da MSE de internação, porém os jovens refletiam que não visualizavam perspectivas para que essa mudança se concretizasse e que passou a ser possível com os elementos que são oferecidos nos programas de acompanhamento a egressos de MSE, tais como inserção em cursos profissionalizantes, escolas e das orientações por parte da equipe técnica.

Na categoria <u>Atividades realizadas no programa de acompanhamento a egressos de MSEI</u> foram agrupados os conteúdos que abordam o que os jovens fazem no programa, incluindo atendimentos por parte da equipe técnica de referência, construção do Plano Individual de Atendimento e encaminhamentos realizados a partir do levantamento das demandas para as políticas de educação, profissionalização e emprego, saúde, lazer, cultura e e esporte. A falas a seguir mostram algumas atividades realizadas nos dois programas.

> Os atendimentos e os cursos só que a gente faz né (João, 17 anos, Poltava).

> Quando eu venho pra aqui eu sou acompanhado, tenho acompanhamento que sempre que eu venho aqui eles atendem, o psicólogo, o assistente, a pedagoga, a situação de escola, vê se tá estudando. (Luan, 18 anos, Trepke).

As atividades realizadas pelos jovens nos dois programas apontam para a centralidade da formação profissional como uma das atividades principais realizadas e o atendimento da equipe técnica no cotidiano do acompanhamento.

Na categoria Sentidos atribuídos à participação no programa de acompanhamento a egressos foram organizados os conteúdos referentes a forma como os jovens significam a sua participação nos programas de acompanhamento a egressos. De forma geral, os jovens entrevistados apontaram aspectos positivos sobre a participação e o acompanhamento prestado, destacando o reconhecimento de uma relação de pertencimento com o programa e com a equipe técnica de referência, à forma como são atendidos, o aprendizado e desenvolvimento como implicações do acompanhamento. Alguns dos jovens, não relataram essa relação de pertencimento significando e nomeando o programa de acompanhamento como um curso profissionalizante, por ser a principal atividade realizada desde a adesão. O trecho a seguir mostra o sentido atribuído por um dos jovens entrevistados:

> O que me representa o [programa de acompanhamento a egressos de MSEI]?...Me representa a minha pessoa eu acho, que eu sou, coisas que eu também, que eu conversei aqui, que eu pude usar também em outros diálogos, com outras pessoas...como é que eu posso... mas acho que é isso, que me representa minha pessoa que eu sou né, (...), aprendi bastante coisa aqui né? Diálogo assim, a gente aprende também, acho que é isso. (...) Só que aqui a gente é bem atendido mesmo, bem atendido. Eu gostei muito daqui quando eu vim a primeira vez, conversei com o [técnico de referência], achei muito bom né, muito interessante, eles me mostraram as oficinas que tinha também que também ganha certificado né, gostei muito assim do [programa de acompanhamento a egressos de MSEI], me interessei muito por ele. (João, 17 anos, Poltava).

Ainda em relação aos sentidos sobre a participação, os jovens destacaram as diferenças existentes entre a MSEI e o programa de acompanhamento a egressos nos dois programas analisados, realizando comparações entre o cumprimento da medida socioeducativa de internação e a participação no programa de acompanhamento a egressos. Enquanto a MSE de internação possui uma dimensão sancionatória, aplicada por uma autoridade judiciária, a ser cumprida de forma obrigatória e cujo descumprimento pode acarretar novas penalidades, os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI têm como característica a adesão voluntária, baseando seu acompanhamento na dimensão pedagógica do atendimento e no atendimento das necessidades e construção dos projetos de vida a partir dos interesses dos jovens. Essa diferença pode ser observada na fala:

> Tem, tem uma diferença. Porque lá também a maioria das pessoas, elas olham com outro olho, olha com olho... diz que a pessoa é má, que a pessoa é ruim, alguma coisa do tipo e são pouquíssimas pessoas que vê um futuro na pessoa, que tem fé que aquela pessoa pode mudar, são pouquíssimas mesmo, são aquelas pessoas que você olha assim e vê que a pessoa, ela realmente, ela queria trabalhar naquele lugar, não só pelo dinheiro, mas sim por se dedicar, sim por acreditar que o ser humano ele é capaz de mudar e são pouquíssimas e aqui não, o acompanhamento do egresso é totalmente diferente, é uma coisa mais amorosa, onde tem afeto, onde todo mundo acredita em você e você pode acreditar e confiar em todo mundo. (Luan, 18 anos, Trepke).

Além disso, pode-se identificar que há diferenças na forma de tratamento por parte das equipes que atuam nos atendimentos dessas duas políticas de socioeducação. Verifica-se que a MSEI tem se caracterizado por julgamentos morais e discriminações em relação à história de vida do jovem e sua participação em atos infracionais. Como consequência, na MSEI, percebe-se a utilização de procedimentos disciplinares, tais como a aplicação de castigos e administração de medicamentos, como forma de controlar o comportamento dos jovens. Já

em relação aos programas de acompanhamento a egressos de MSEI percebe-se a existência de relações pautadas no diálogo e na escuta dos jovens, na construção do vínculo de confiança e na construção conjunta entre os usuários e a equipe técnica de referência, como relatado no trecho da entrevista:

> O diálogo com as pessoas. Lá eles não falavam muito com a gente, era mais rígido e aqui eles até conversam, eles entendem a gente, eles escutam bastante. Lá a gente, quando a gente fazia alguma coisa errada, quando não era castigo, a gente era manejada pra tomar remédio pra calmante, calmante..., coisa assim e aqui não, aqui a gente vem e a gente fala e eles escutam e quando a gente acha alguma coisa de errado a gente fala e eles tentam arrumar. (Marcela, 16 anos, Poltava).

As falas que tratavam da diferenciação entre a MSEI e os programas de acompanhamento aos egressos apontam para uma relação de pertencimentos dos jovens nos programas, destacando que há contribuições para o seu projeto de vida, enquanto a medida de internação tinha como foco a punição destes.

Na classe temática Projeto de vida dos jovens egressos de MSEI foram identificadas as categorias Planos elaborados pelos jovens e Contribuições dos programas para efetivação do projeto de vida. Em relação à primeira categoria, os jovens trataram de seus planos para o futuro, refletindo que quando estavam cumprindo a medida socioeducativa de internação não elaboravam planos porque a MSEI não possibilitava a construção de projetos de vida, tampouco efetivava os objetivos da socioeducação. Com a participação nos programas de acompanhamento de egressos de MSEI os jovens passaram a planejar suas trajetórias e realizar avaliações sobre os objetivos traçados, modificar seu planejamento de acordo com as possibilidades de efetivação. As falas a seguir mostram como os jovens elaboravam seus planos com a contribuição dos programas:

> Porque aqui você pode pensar no antes, no presente e no depois...Socioeducação, não era lá na medida não, socioeducação é o que se faz aqui no egresso (Luan, 18 anos, Trepke).
>
> Eu não... não tinha desejo não...eu comecei, passei a ter desejo depois que eu aprendi a tocar violão, aí eu falei: "quando eu sair, pelo menos alguma coisa eu já posso ser lá fora, com nada um professor", mas aí eu vim pra cá e aqui surgiu mais oportunidades pra mim, além de eu tá fazendo uma coisa que eu gosto que é o violão, já ter o meu trabalho e ainda tô estudando logística, pra fazer uma coisa maior lá na frente...[...] Bom, não foi o que eu planejei pra minha vida isso, mas isso tá levando mais em conta do que eu tinha planejado, assim sabe? Porque quando eu tava lá dentro eu tava desnorteado. Aí depois que eu vim pra cá comecei a ter um, uma linha no meu caminho pra mim seguir, eu falei é, vou seguir esse caminho. (Luís, 19 anos, Trepke).

As falas mostram que a participação nos programas de acompanhamentos aos egressos de MSEI oportunizou a construção de novos interesses para os jovens, fundamentais para o seu desenvolvimento, bem como a capacidade de planejamento para a efetivação do projeto de vida.

Na categoria Contribuições dos programas para efetivação do projeto de vida foram agrupadas as falas dos jovens sobre como a participação nos programas de acompanhamento a egressos de MSEI tem auxiliado na construção e efetivação de seus projetos de vida, de modo que estes possam funcionar como um contexto de desenvolvimento, diferentemente do que foi anteriormente vivenciado em suas trajetórias de vida. Verificou-se que alguns programas, como Trepke têm oferecido elementos para a reflexão dos jovens acerca de seus planos para o futuro, a partir da análise das demandas e necessidades, e, porque ao afastarem-se de uma perspectiva sancionatória e basearem suas ações em uma intencionalidade

pedagógica e mediadora, tem contribuído para colocar esses planos em prática. O trecho a seguir mostra essa contribuição:

> Sim, sim, vai ajudar bastante, porque o egresso como eu te falei, o egresso já disponibilizou altas conquistas para mim, entendeu? Eu mesmo, nunca imaginei, nunca tava pensando mesmo de tirar a carteira de habilitação por agora e o egresso foi... eu achei muito caro..., foi lá e disponibilizou essa vaga no DETRAN, aí fiz o teste do psicoteste e passei, agora só tô esperando me chamar. E vem também, vem me ajudando bastante na vida pessoal também né? tipo, não abandonar o meu sonho, meus projetos, entendeu? (Marcos, 22 anos, Trepke).

Na construção do projeto de vida, os jovens destacaram algumas dificuldades na efetivação relacionadas à falta de vagas no mercado de trabalho ou em cursos profissionalizantes e na resolutividade das situações encaminhadas às demais políticas sociais. As contribuições dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI se relacionam com a permanente articulação da equipe técnica de referência em buscar alternativas ao projeto de vida inicialmente construído, buscando formas de efetivá-lo, assim como mobilizar a rede de políticas sociais para responder as demandas dos jovens egressos de MSEI. Isso significa que os programas de acompanhamentos aos egressos de MSEI podem exercer uma função mediadora dos direitos sociais, e ao afastarem do caráter sancionatório da medida socioeducativa, atuam a partir de uma perspectiva pedagógica, viabilizando novas situações sociais de desenvolvimento que impulsionem o desenvolvimento dos jovens.

Outro aspecto relacionado às contribuições dos programas para efetivação do projeto de vida dos jovens é o apoio prestado aos familiares, mencionado pelos jovens participantes dos dois programas. Embora não sejam o público-alvo dos programas, as equipes técnicas de referência realizam orientações e encaminhamentos às políticas sociais, principalmente de assistência social, saúde e emprego, aos familiares a partir da identificação das demandas e

como forma de fortalecer as ações realizadas para efetivar os projetos de vida dos jovens. Esse apoio foi relatado pelos jovens e pode ser observado no trecho da entrevista:

> Eu já trouxe primo meu, irmã minha, eles dão apoio não só a você, mas a sua família, tentam lhe encaminhar, lhe dar um suporte, minha irmã mesmo é do interior, ela tem pouco tempo que ela veio pra cá [capital], aí desde quando minha irmã veio aqui, eu sempre...quando eu vim aqui eu trouxe ela, aí eles acompanharam, encaminharam ela, é, mostrou onde tinha vagas, inscrições de alguns cursos, aí eles dão esse auxílio (Gabriel, 21 anos, Trepke).

A contribuição às famílias dos jovens, no entanto, nã ocorre de forma igualitária entre os programas. As diferenças são decorrentes dos objetivos dos programas e das concepções que fundamentam as ações, variando entre o controle e o desenvolvimento da autonomia.

> Ao fim das entrevistas com os jovens, percebo diferenças entre os jovens em Poltava e Trepke. Embora não pretenda fazer comparações entre os dois estados é impossível não atentar para determinadas características. Enquanto em Poltava, os jovens acompanhados têm em sua maioria, menos de 18 anos, porque recebem a extinção da medida antes de cumprir 3 anos, em Trepke os jovens acompanhados têm mais de 18 anos, chegando a ser acompanhados até os 22. Estes chegam ao programa de acompanhaento ao egresso já tendo a maioridade, pois a medida é cumprida em seu período máximo. Essa diferença também é percebida na maneira como os jovens falam, mais apropriados de determinados conceitos e das contribuições do programa de egresso em suas trajetórias de vida e na construção dos seus projetos de vida. (Diário de campo, Relato 5, Agosto de 2018).

CAPÍTULO VI - DISCUSSÃO: CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO PROPORCIONADOS PELOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO A EGRESSOS DE MSEI PARA A CONSTRUÇÃO E EFETIVAÇÃO DO PROJETO DE VIDA

Neste capítulo são discutidos os resultados dos dois estudos realizados com base nas perspectivas teóricas que fundamentaram a construção e execução da pesquisa – a perspectiva crítico-dialética das políticas sociais e a psicologia histórico-cultural e das contribuições destacadas da literatura científica sobre o tema. A organização do capítulo foi estruturada em tópicos correspondentes aos dois estudos e aos objetivos específicos, de modo a alcançar o objetivo geral de analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação para a construção e efetivação do projeto de vida.

Estudo I - Caracterização dos programas de acompanhamento aos jovens egressos da medida socioeducativa de internação: o que os programas podem oferecer aos jovens egressos de MSEI

Objetivos, princípios e diretrizes dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI

Pode-se compreender que os objetivos, princípios e diretrizes dos programas analisados indicam estruturas e funcionamentos diferenciados que repercutem em diferenças na forma como o acompanhamento é ofertado aos jovens egressos de MSEI e seus objetivos. Os três programas analisados seguem as normativas legais do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sinase e a norma de referência do Sinase, se aproximando das ações previstas para o acompanhamento que se referem a capacidade de oferecer o atendimento estruturado e qualificado aos jovens, contemplando atendimento técnico regular, encaminhamentos as políticas sociais setoriais e do SGD, e orientações familiares, como forma de facilitar o processo de transição entre a vivência da privação de liberdade e o retorno ao território comunitário, o que se assemelha com as análises realizadas por Chimin Junior et al. (2008) e Foppa (2011). No entanto, apesar desses objetivos definidos, os marcos

legais nacionais não apresentam detalhamentos específicos sobre o funcionamento dos programas[4], como sua duração, sobre a composição da equipe e gestão, se há necessidade de um espaço físico e como dever ser, o que levou os programas aqui analisados a criar normativas próprias para servir de base e guia para o desenvolvimento de suas ações, processo também identificado nos estudos de Chimin Junior et al. (2008), Foppa (2011), Nardi e Dell'Aglio (2014) e Araújo (2017). O que se verificou é que esses marcos legais particulares estão em processo de criação, modificação e atualização para se adequar as determinações do Sinase, pois algumas legislações eram anteriores a ele. Percebe-se que a criação das legislações especificas vão além de garantir a existência dos programas ao nível estadual, mas pretendem preencher lacunas em relação ao que a legislação nacional não trata, apesar de determinar a obrigatoriedade da existência e manutenção dos programas. Em razão desta ausência, verificou-se que os programas não compartilham princípios, diretrizes e objetivos comuns, pois não há a definição do acompanhamento de forma nacional no Sinase. Ou seja, apresentam objetivos e critérios diferentes em cada estado.

Esses objetivos diferenciados, além de refletirem a ausência de uma definição nacional, representam motivações e interesses distintos percebidos na história de criação dos programas, que implicam em maiores ou menores investimentos sobre a sua manutenção, abrangência, organização, estrutura e que refletem no acompanhamento prestado aos jovens. De acordo com seus objetivos, o acompanhamento pode se caracterizar pela ampla garantia dos direitos previstos no ECA ou pela focalização de alguns desses direitos. Ou seja, enquanto alguns dos programas estão organizados para efetivar as ações em torno da garantia dos direitos a educação, saúde, formação profissional e trabalho, convivência familiar e comunitária, lazer, cultura e esporte, outros estão estruturados de modo a direcionar as suas

[4] Apenas em setembro de 2020, o Conselho Nacional de Justiça, através do Programa Fazendo Justiça, elaborou um Guia para os Programas de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa.

ações para executar os objetivos da profissionalização e inserção no mercado de trabalho, reduzindo as ações voltadas para as demais áreas. A diferença nesses objetivos pode expressar a possibilidade de os programas exercerem uma atuação promotora do desenvolvimento, cujo foco é o jovem ou a função tutelar e de controle do comportamento dos jovens, e dessa forma o foco exclusivo na profissionalização mantém a lógica do trabalho como elemento de prevenção a violência e os chamados comportamentos de risco (Tommasi, 2014).

Cabe ressaltar que a institucionalização de programas de acompanhamento a egressos de MSEI, enquanto complementares à política de socioeducação, a depender dos seus objetivos e ações, pode representar o controle e vigilância dos adolescentes e jovens, ou seja, uma forma de manutenção da criminalização e culpabilização destes, além de reforçar os estigmas vinculados ao cumprimento da MSE (Araújo, 2017). Apesar de seguirem as nomartivas legais do ECA e Sinase, quanto a afirmação dos direitos dos adolescentes e jovens, a política de socioeducação, ao responsabilizar unicamente os adolescentes e jovens atua como uma atualização do controle sócio penal juvenil (Silva, 2010) sem modificar a estrutura que produz a violência. No entanto, a sua implantação faz-se necessária diante da existência da medida socioeducativa de internação, que por sua gravidade, viola os direitos dos jovens, privando-os de sua liberdade e da convivência familiar e comunitária, trazendo consequências para a saúde mental e se caracterizando por violência institucional (Costa, 2017). A caracterização enquanto programa vinculado à política de socioeducação tem sua justificativa, que, apesar dos adolescentes e jovens que cumpriram medidas socioeducativas de internação constituir-se como público-alvo prioritário nas políticas de educação, saúde e assistência social (CNJ, 2020), no entanto, o acompanhamento não tem se realizado de modo efetivo, relacionado às condições que estruturam o funcionamento das políticas sociais

setoriais no capitalismo, por sua focalização e ausência de investimentos e recursos, que precarizam o atendimento a população.

Os programas apresentam uma diversidade de documentos elaborados, mas nem todos possuem os mesmos documentos, o que reflete a ausência de uma diretriz nacional para o seu funcionamento. O único documento em comum encontrado nos programas é o Plano Individual de Atendimento, que não é mencionado nos marcos legais nacionais como obrigatório para esses programas, mas é utilizado nos programas estaduais para guiar o acompanhamento dos jovens egressos e mediar o projeto de vida, pois sua estrutura se organiza em função dos eixos pedagógicos estratégicos: convivência familiar e comunitária; escolarização; profissionalização; saúde; cultura, esporte e lazer; e segurança (Pinto & Silva, 2014; Teixeira, 2014), como forma de direcionar as ações para a garantia dos direitos dos jovens. Pode-se verificar que um dos programas, que tem seu funcionamento mais consolidado, em razão do tempo de funcionamento, articulações pactuadas com as demais políticas sociais setoriais e fluxo estabelecido, conta com representante de cada entidade gestora das demais políticas sociais como forma de assegurar a incompletude institucional estabelecida pelo Sinase e como forma de garantir que os direitos dos jovens sejam efetivados à medida que necessitem acessá-los (Motti, 2015; Pinto & Silva, 2014).

Ao analisar a história dos programas visitados, verificou-se que os três possuem motivações diferenciadas para sua criação e oferta, sendo que em alguns programas observou-se que uma maior autonomia das entidades de execução de medidas socioeducativas no processo de implementação, ao reconhecer a necessidade do acompanhamento posterior à MSEI, enquanto outro programa foi instituído a partir da discussão e articulação dos serviços da rede e do Sistema de Garantia de Direitos, exigindo a implementação do acompanhamento aos jovens.

Ainda no que se refere à história de criação, percebeu-se que os três programas visitados passaram por interrupções na oferta, seja em decorrência da mudança entre as Oscips responsáveis pela execução ou por mudanças na Política de Assistência Social e no Sinase, que alteraram o funcionamento dos programas, o que por sua vez, implicaram no acompanhamento ofertado, gerando insegurança nos jovens que estavam vinculados aos programas. Compreende-se que o trabalho realizado nos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI necessita de permanência e garantias ao seu funcionamento para que possam auxiliar os jovens e para que seus impactos possam ser verificados.

A ocorrência de interrupções, embora tenha ocorrido por motivações diversas nos três programas analisados, partem de uma característica comum, relacionada a forma como as políticas sociais se estruturam no capitalismo, observando-se o cumprimento do ideário neoliberal caracterizado pela privatização, focalização e descentralização (Freitas & Barbosa, 2014). Há a retração do Estado na garantia dos direitos sociais, com corte de gastos necessários à implantação das políticas sociais, acompanhado do movimento de forte afirmação de uma suposta necessidade de privatização diante do sucateamento que provoca o mau funcionamento dos serviços públicos (Gonçalves, 2010).

O processo de criação, implementação, manutenção e interrupções dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI refletem a dinâmica existente nas políticas sociais brasileiras, intensificada pela contrarreforma, a partir da década de 1990, não possibilitando a consolidação dos direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988. Sendo assim, a falta de investimentos nas políticas sociais de caráter estrutural e nos programas específicos são consequência da retração do Estado, que apoiado na ideia de que os gastos sociais são responsáveis pela crise econômica e social, transferem a responsabilidade para os setores privados e para o terceiro setor na hegemonia do projeto neoliberal (Behring & Boschetti, 2011).

Como implicações, tem-se nos programas, a redução do Estado, seja na forma de investimentos, ao priorizar determinadas agendas em detrimento de outras (Agum et al., 2015), ou na forma de gerenciar as expressões da questão social: combinando a focalização em problemas específicos, minando as possibilidades de compreensão da totalidade sobre as estruturas que produzem a questão social (Behring & Boschetti, 2011; Netto, 2011) e utilizando do terceiro setor como estratégia de desresponsabilização do Estado pela execução direta. Como consequência desse processo e da forma como se estruturam as políticas sociais setoriais no capitalismo, observa-se a instabilidade da oferta do serviço, pela alta rotatividade das entidades parceiras e do quadro de profissionais, como observado em um dos programas (Mendonça & Falcão, 2016). Essas características presentes nos programas analisados, refletem o direcionamento contrário a formação de uma política de caráter universal, estatal e de base estrutural, portanto, repercutem no caráter não continuado das ações (Freitas & Barbosa, 2014). O que representa a direção da modernização conservadora, em que as políticas, serviços e programas possibilitam alguma mudança nas condições objetivas de vida, sem, contudo, viabilizar transformações, pois suas limitações correspondem ao um projeto de sociedade que objetiva a manutenção da ordem vigente e o controle da classe trabalhadora (Behring & Boschetti, 2011).

O reflexo da imprecisão nacional na legislação sobre o acompanhamento ao egresso, característica de cada estado gerou a necessidade de criação ou atualização de leis específicas. Essas leis refletem uma preocupação com a manutenção dos programas, recursos, independente da troca de gestão entre governos eleitos, pois a permanência dos programas nos estados não está garantida (Agum et al., 2015).

Em relação à caracterização e objetivos dos programas, verificou-se que no caso dos que se encontram em uma fase mais consolidada no que se refere a sua estrutura, ou seja, aqueles que já estão em funcionamento, possuem equipes, legislações e um fluxo definido de

acompanhamento, que estes têm como finalidade a promoção e ampliação do acesso às políticas sociais e aos direitos, exercendo assim uma função articuladora e mediadora. Essa finalidade se relaciona com uma necessidade identificada a partir do histórico de negação de direitos na trajetória de vida dos jovens que cumpriram MSEI, pela falta de suporte e efetividade das políticas sociais setoriais, assim como o reconhecimento das limitações existentes em assegurar os direitos destes em sua integralidade dentro de uma unidade de internação. Essas restrições são decorrentes da estrutura e da dinâmica das unidades de internação que obstaculizam as ações das demais políticas setoriais nesses espaços. Refletem um modo de organização da medida socioeducativa de internação, que tem como foco o caráter punitivo, centrando as ações na culpabilização e disciplinarização dos jovens e não na dimensão socioeducativa ou pedagógica necessária ao seu desenvolvimento (Costa, 2017). Essa estrutura se ancora na lógica que mantém o encarceramento juvenil como expressão classista e racista, reproduzindo as violações de direitos nos espaços destinados ao funcionamento das MSEs (Bonalume & Jacinto, 2019; Meneghetti, 2018), incluindo nesse sistema a responsabilização exclusiva dos jovens pela situação vivenciada.

A vivência da MSEI e a privação de liberdade tem implicações na saída dos jovens das unidades de MSEI, limitando o seu acesso às políticas sociais e aos espaços comunitários, o que aponta para a necessidade do apoio e mediação dos programas de acompanhamentos aos egressos (Brum, 2012; Chimin Junior, et al., 2008; Prado, 2014) ao fornecerem auxílio para esse retorno. Ao tomar a função da mediação entre as políticas, pode traçar um paralelo com o conceito estabelecido na obra de Vigotski, sendo definido como uma relação que não ocorre de modo direto e natural entre as partes envolvidas, mas que depende de um fator material entre elas (Costas & Ferreira, 2011).

Isso significa dizer que não basta a existência ou presença física de uma determinada parte, mas de uma relação que se estabelece entre elas e que depende de instrumentos (Molon,

2003). No caso da mediação, a linguagem exerce essa função e quando se relaciona com a articulação entre instituições de políticas sociais, esse conceito pode auxiliar o desenvolvimento na medida em que uma relação é criada e continuada entre duas ou mais instituições, por meio de acordos, pactuações e monitoramento dos acompanhamentos realizados. Ou seja, o simples acionamento dessas instituições não é suficiente, pois demanda o estabelecimento de um processo de comunicação permanente na efetivação do acompanhamento nas políticas sociais para as quais os adolescentes e jovens são encaminhados.

E por não se tratar de uma relação natural e direta, o acompanhamento dependerá da qualidade da relação estabelecida entre as instituições e profissionais de referência que nelas existam. Ao tratar sobre o acompanhamento nos programas de jovens egressos de MSEI, considera-se que este possa contribuir no desenvolvimento destes jovens. É preciso sinalizar que as instituições que realizam esse acompanhamento e que recebem os encaminhamentos dos jovens são responsáveis por funcionar como espaços de mediação promotoras de aquisições psicológicas mais complexas (Vygotsky, Luria & Leontiev, 1988). Desse modo, o desenvolvimento facilitado e mediado por essas instituições depende da presença de alguns elementos que são fundamentais para a promoção desse desenvolvimento, sendo estas: a qualidade das relações estabelecidas com as equipes de referência, constituindo uma relação significativa para formar uma base para construção conjunta do projeto de vida; o grau de interesse com a atividade dominante realizada, seja esta de estudo ou de trabalho; e a visualização de uma efetivação do que foi pactuado no projeto de vida. Esses elementos foram identificados nos programas que estão em fase consolidada, mesmo que de forma parcial, considerando as limitações das condições objetivas resultantes do modo de produção capitalista, produzidas pelo contexto histórico que reduzem as possibilidades de promoção do desenvolvimento pleno dos jovens ou que não é ofertado a todos.

Percebeu-se que, na ausência de uma diretriz nacional, definindo as especificidades do acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, a sua execução passou a ser operacionalizada com similaridade com a tipificação da Política de Assistência Social, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social, constituindo-se como programas que são complementares a uma política, que é a de socioeducação (Miranda et al., 2014). Nessa direção, a estrutura possui equipes similares à equipe mínima da NOB/RHSUAS, contando com assistentes sociais e psicólogos, havendo apenas a divergência em um dos programas com a centralidade no profissional de pedagogia que faz parte da equipe da MSEI, para realização do início do fluxo de acompanhamento ainda nas unidades de medidas socioeducativas. Nesse programa, o acompanhamento pós-medida é realizado por técnicos da referência nos serviços do Sistema Único de Assistência Social, nos equipamentos CRAS e CREAS. Em relação a este ponto, destaca-se que os jovens egressos de MSE constituem-se como público prioritário no SUAS que deve receber acompanhamento particularizado, juntamente com seus familiares nos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Desse modo, considerando a ausência ou presença de programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI nos estados e municípios, a rede SUAS tem a obrigação de oferecer o acompanhamento qualificado a este público. No entanto, a precarização existente nas políticas sociais setoriais e que se apresentam de modo mais intenso na Política de Assitência Social, não possibilita que esse acompanhamento aos egressos de MSEI seja realizado de forma estruturada e qualificada nos serviços tipificados. Essas dificuldades estruturais que marcam o funcionamento dos serviços e programas dessa política ficam evidenciadas pela sua ausência ou ineficácia em garantir a proteção a esses jovens que tiveram uma trajetória de direitos violados e que antes de cumprir a MSEI, constituíam-se como publico prioritário para esse atendimento. No caso dos egressos, os desafios em

oferecer o acompanhamento, incidem principalmente naqueles equipamentos já responsáveis pela execução da MSE de meio aberto, que possui dificuldades na compreensão oferta dos atendimentos de acordo com as especificidades de aplicação de medidas protetivas e medidas socioeducativas (Araújo, 2017; Araujo & Lohmeyer, 2017), o que por sua vez, pode reforçar estigmas ou o caráter disciplinador sobre os jovens egressos.

O documento guia do Sinase (2006) menciona a criação e manutenção de programas e a lei Sinase trata da execução das MSE a partir de programas de atendimento, sendo estes compreendidos como a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas (Brasil, 2012). Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os programas referem-se a um tipo de ação complementar, ou seja, que tem caráter adicional a ação principal, com período delimitado para sua execução. Nesse sentido, os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI podem ser definidos como ação complementar (Miranda et al., 2014) na política de socioeducação, visto que objetiva dar continuidade as ações iniciadas durante o cumprimento da medida socioeducativa. No entanto, há que se destacar que esse caráter continuado a partir dos programas de acompanhamento aos egressos deveria se pautar na execução dos eixos pedagógicos de educação, saúde, formação profissional e trabalho, cultura, lazer e esporte, segurança, e não como continuidade de um caráter sancionatório ou de controle do comportamento dos jovens, apoiada na perspectiva da prevenção da reincidência e do ideal da "ressocialização" (Foppa, 2011; Marinho & Galinkin, 2017).

Dados as diferenciações entre os estados, nem todos se classificam como programas. Um dos estados apresentou avanços, ao definir o acompanhamento a egressos de MSEI enquanto um serviço socioassistencial, que se caracteriza, na Política de Assistência Social, como uma ação de caráter continuado, enquanto os programas se referem a ações com um tempo determinado e complementar a outro (Miranda et al., 2014). Nesse sentido,

compreende-se que o estabelecimento do acompanhamento aos egressos de MSEI, a partir da definição e estruturação no caráter de um serviço, poderia minimizar os problemas relacionados as interrupções da oferta dos programas e as consequências decorrentes da descontinuidade da prestação para os jovens egressos de MSEI, por se constituir como uma ação permanente. No entanto, ainda que a organização em torno de um serviço apresente um caráter continuado, compreende-se que seu funcionamento enfrenta a dinâmica das políticas sociais no capitalismo, fruto da reinvidicação dos movimentos sociais e organização da classe trabalhadora, que estão em constante tensão, passando por avanços e retrocessos, que ora garantem minimamente alguns direitos, ora tem diminuídas suas capacidades de atendimento à população em razão da redução do Estado, que para atender à estrutura do capital minimiza os investimentos (Netto, 2011).

A tipificação da oferta, embora obrigatória, não se apresenta de forma nacional e universal como a política do Sinase, o que reflete em objetivos e ações divergentes e que podem ser contraditórias. Uma das características observadas nos três programas é a sua característica compensatória, ou seja, programas não universais, com caráter residual, voltadas a um público-alvo específico, com tempo limitado, que tem seu funcionamento baseado no critério da discriminação positiva. A principal função das políticas e programas compensatórios é o de suplementar aquilo que as políticas estruturais não garantiram (Lavinas et al., 2000). Desse modo, os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI podem transitar entre duas funções: a de complementar à política de socioeducação quando exerce a função de continuidade do acompanhamento pedagógico a partir do que já foi executado durante o cumprimento da MSEI e a função compensatória, de assegurar aos jovens àquilo que não foi promovido anteriormente, apesar de constituir como objetivo da medida socioeducativa. A função compensatória, embora se apresente necessária aos jovens que tiveram em suas trajetórias de vida, os direitos sociais violados, mostra que os programas, por

suas limitações estruturais, estão distantes de promover uma função omnilateral, ou seja, de garantir a formação integral dos jovens e a formação de uma consciência crítica da realidade, bem como sua autonomia na sociedade (Leal & Mascagna, 2016). Essa focalização e parcialização dos programas e serviços correspondem a forma como as políticas sociais são ofertadas na sociedade capitalista, fundamentais à manutenção da ordem vigente, posto que a fragmentação impossibilita à compreensão dos elementos que compõem a totalidade dos determinantes da questão social, e consequentemente de objetivar seu enfrentamento ou modificar a estrutura que o produz (Netto, 2011). O caráter compensatório dos programas, resultante da lógica neoliberal se apresenta como resultado da impossibilidade da existência da universalidade da política ou de qualquer ação preventiva ou redistributiva (Behring & Boschetti, 2011).

Nesse sentido, a necessidade da criação e manutenção dos programas de acompanhamento aos egressos revelam que os objetivos das medidas socioeducativas não são alcançados, necessitando de ações posteriores a elas. Esse aspecto é fundamental quando se trata da medida socioeducativa de internação, pois a privação de liberdade impossibilita a efetivação do direito de integração social, que é um dos objetivos da lei Sinase, pois afasta o jovem de sua família, da sua relação com pares e com a comunidade e com as políticas sociais locais, pois o contato com estes fica reduzido ao funcionamento da unidade de internação, com horários de visitação limitados a poucas horas semanais, restrição da quantidade de pessoas que podem visitar os jovens e acesso escasso às políticas sociais. Desse modo, apesar das medidas socioeducativas significarem conquistas no que diz respeito ao atendimento de adolescentes e jovens com a quem se atribui a autoria de atos infracionais e serem fruto da mobilização e reivindicação dos movimentos sociais em defesa da proteção integral de crianças e adolescentes, a sua efetivação mostra-se distante de assegurar os direitos desse segmento (Oliveira, 2014). Isso porque, embora configurem avanços, estes

representem as condições objetivas específicas da conjuntura pós abertura democrática pós ditadura (Behring & Boschetti, 2011), e, não obstante, sua positivação em lei, no ECA, o estabelecimento do Sinase realizou-se após intenso e duradoro debate entre setores antagônicos da sociedade, com interesses contraditórios ora em prol dos direitos, ora exigindo sua redução (Campos & Cavalcante, 2014).

Dessa forma, apesar da definição da ênfase na dimensão pedagógica, os aspectos relacionados à medida de internação, mostram que sua aplicação implica em maiores prejuízos ao desenvolvimento dos jovens, com a redução dos seus direitos, e a sua manutenção exerce a função de controle social dos jovens, na forma do encarceramento (Vieira & Barros, 2017) e da seletividade de classe e raça, que sustentam o modo responsabilização juvenil (Bonalume & Jacinto, 2019; Meneghetti, 2018).

A existência e manutenção de programas de acompanhamento aos egressos de MSEI se justifica e se caracteriza como política compensatória quando se observa que as políticas sociais disponibilizadas nas unidades e que se constituem eixos estratégicos de trabalho na execução do PIA apresentam dificuldades estruturais na sua efetivação. Quando se observa a escola nas unidades, verifica a incompatibilidade com a estrutura da privação de liberdade e as limitações na oferta de recursos pedagógicos, o que acarreta prejuízos no aprendizado, produção do conhecimento e desenvolvimento (Coscioni et al., 2018; Gualberto, 2011; Pinto & Silva, 2014). As dificuldades em relação às escolas não se restringem apenas à unidade de cumprimento socioeducativo, pois se observa que as vivências dos jovens na escola anteriores a MSEI são marcadas pela exclusão desse espaço, mas se intensificam nela em razão das limitações e das características de privação de liberdade repercutindo na dificuldade da escola se constituir como elemento de construção do projeto de vida (Mendes, 2019; Silva, 2019).

Nesse sentido, os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI que estão em fase consolidada e que exercem uma função de mediação, facilitam o retorno dos jovens para

as escolas, considerando os aspectos necessários para esse regresso, que não se constitui apenas em conseguir vagas na rede de ensino, mas de avaliar por meio de estudo de caso, qual unidade escolar mais adequada para o jovem de modo a evitar a repetição de situações estigmatizantes ou de violência. A inserção escolar após o cumprimento da MSEI mediada pelos programas de acompanhamento e pelas equipes de referência e por meio da construção do projeto de vida e do PIA contribuem para a ressignificação do sentido da escola e da importância da conclusão dos estudos, inclusive na relação com a inserção e colocação em postos de trabalho no mercado formal. Destaca-se que a mudança de sentido, não é uma relação direta, mas mediada por outros agentes e ressignificada pelos jovens diante das condições objetivas que se apresentam a estes, incluindo a possibilidade de realizarem um curso superior e da vivência de novas relações sociais que oportunizaram uma mudança de sentido em relação à escola (Costas & Ferreira, 2011; Souza & Andrada, 2013).

Relacionado ao eixo educação, está o eixo profissionalização, apontado como um dos que apresentam mais entraves durante o cumprimento da MSEI, devido à falta de vagas ou em razão dos critérios de inserção nestes cursos, além da limitação referente a diversidade de cursos disponibilizados que não correspondem aos interesses dos jovens (Barone & Silva, 2015; Teixeira et al., 2016). Essas dificuldades permanecem quando os jovens saem das unidades de MSEI, mas o que se observa é que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, através das articulações com as instituições de profissionalização conseguem ampliar o número de vagas aos jovens, por meio do estabelecimento de acordos e pactuações entre as entidades, assim como podem apresentar maior variedade de cursos aos jovens na construção de seus projetos de vida (Foppa, 2011; Rolim, et al., 2017). O alcance da amplitude de vagas e de variedade de cursos depende do status em que se encontram os programas e da articulação e mediação que estes realizam com as outras políticas sociais setoriais, identificando-se que os dois programas mais consolidados possuem essas

pactuações com as demais políticas, enquanto o programa que está na fase de implementação está iniciando as visitas institucionais com os demais serviços.

A educação e profissionalização enquanto eixos pedagógicos constituem-se como atividades centrais no acompanhamento dos programas de egressos de MSEI, pois estas correspondem às atividades guias responsáveis pela promoção do desenvolvimento dos adolescentes e jovens. No caso da educação, é por meio dela, que os jovens podem ter acesso ao conhecimento sistematizado e assim, desenvolver o pensamento por conceitos (Vygotsky, Luria & Leontiev, 1988), fundamentais para ampliar a capacidade de apropriação de novos conhecimentos, de reestruração do pensamento e por sua vez, possibilitar a realização de planos, metas e a construção do projeto de vida (Vygotsky, 2006). E o acesso à formação profissional, enquanto atividade principal do período da juventude, é que irá possibilitar, em nossa sociedade, a conquista da autonomia, ainda que relativa e limitada às condições objetivas produzidas no capitalismo (Abrantes & Bulhões, 2016).

O eixo saúde, nas unidades de MSEI apresentam uma série de dificuldades, tanto em relação à fragilidade estrutural, à falta de insumos e as limitações dos serviços disponibilizados e necessários à saúde integral, como em relação às especificidades de saúde mental, seja ao processo de adoecimento provocado pela privação de liberdade (Vilarins, 2014) e pela ausência da prática de redução de danos em razão da prevalência da lógica da abstinência (Vicentin, 2016), como decorrência da política proibicionista.

Embora, ao deixar as unidades de MSE, os jovens se deparem com dificuldades de acessar a rede de saúde, principalmente pela rede de atenção de álcool e drogas (Chimin Junior et al., 2008), as equipes dos programas de acompanhamento aos egressos podem atuar como mediadores nessa articulação. O que se identificou nas entrevistas realizadas com profissionais e jovens é que o eixo saúde, embora prioritário no Sinase com a “Política de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei” (Portaria n.º 1.082, de 23

de maio de 2014), é acessado de forma esporádica, tanto pelos jovens como pelos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, ou seja, não parece configurar um eixo estratégico sistematizado de modo a se garantir a saúde integral em seus aspectos de prevenção, promoção, assistência e recuperação, mas apenas em situações pontuais, ou de urgência ou emergência. Um dos programas analisados – Trepke sinalizou a articulação permanente com a rede de saúde mental enquanto os demais relataram que a busca pelos serviços de saúde é realizada de forma esporádica, para atender as demandas relacionadas ao uso de álcool e drogas pelos jovens, sendo esta um dos principais focos da atenção a saúde integral dos jovens que cumpriram medidas socioeducativas. Essa intervenção no período pós MSEI tem grande importância, tendo em vista que a rede de saúde mental deve seguir os princípios da redução de danos, enquanto unidades de internação, as ações estavam ligadas a lógica da abstinência (Vicentin, 2016).

Os três programas reúnem um conjunto de objetivos, tais como: a redução dos índices de violência no estado e da reincidência infracional; a promoção da cidadania e inclusão social; acesso aos direitos sociais; inserção profissional; novo projeto de vida; reforço dos vínculos familiares; promoção de cultura de paz; aumento da escolarização; construção de uma política pública. Com relação ao objetivo da redução dos índices de violência e da reincidência infracional, um dos programas destaca o impacto nessa redução, comparando grupos de jovens acompanhados e não acompanhados, identificando que aqueles que participam do programa reincidem em uma taxa 53,2% menor, considerando o retorno as unidades de MSEI ou presídios adultos (SPGG/SDSTJDH, 2018). Ao colocar a diminuição da reincidência como um dos objetivos principais, segue-se a lógica de uma perspectiva da ressocialização, ou seja, considera que o jovem necessitaria da intervenção institucional terapêutica que modifique seu comportamento, para reintegrar-se à sociedade, pois sofreu falhas no seu processo de socialização que o levaram a prática de atos infracionais. A

concepção de ressocialização coloca no jovem a única responsabilidade pelo ato infracional e desconsidera a estrutura social que promove diversos tipos de violência e o lugar que o ato infracional tem nessa estrutura, principalmente os atos relacionados ao tráfico de drogas e sua relação com a política proibicionista (Araújo, 2017; Marinho & Galinkin, 2017). Essa perspectiva desvincula a violência das inúmeras violações de direitos que passam as crianças, adolescentes e jovens, principalmente as que pertencem às camadas mais pobres da sociedade, constituindo -se como expressão da criminalização da pobreza e da juventude.

Em relação ao objetivo da construção do projeto de vida foi pouco mencionada pelos profissionais e gestores entrevistados e não consistia no objetivo principal nos documentos analisados, apesar de constituir como um conceito associado à mudança de vida e ao afastamento dos atos infracionais, ou seja, quando há referência à construção de um novo projeto de vida, ele se liga ao conceito de não reincidência. Esses aspectos aparecem nas pesquisas que defendem a construção do projeto de vida dos jovens na política de socioeducação (Baquero et al., 2011; Nardi & Dell'Aglio, 2014; Rolim et al., 2017), porém não se observa a relação com um conceito teórico que aprofunde a discussão sobre a sua contribuição na vida dos jovens. A análise realizada nesta tese, considera que a centralidade do projeto de vida supera a noção de ressocialização que se vincula ao cumprimento das medidas socioeducativas, e extrapola seu caráter meramente instrumental, correspondendo à promoção do desenvolvimento de adolescentes e jovens. Desse modo, compreende-se que os programas vinculados à política de socioeducação, sejam estes de cumprimento de MSE ou de acompanhamento aos egressos de MSEI necessitam reconhecer o projeto de vida enquanto conceito teórico-metodológico e sua potência enquanto objetivo que guia as ações nesta política.

Nessa direção, a psicologia histórico-cultural traz contribuições para a fundamentação teórico-metodológica desse conceito, pois para essa teoria, o projeto de vida corresponde a

atividade principal responsável por guiar o desenvolvimento no período da juventude. É a partir das condições objetivas de vida e da possibilidade de modificá-las frente ao auxílio de outros agentes e atores, que os jovens podem exercer a capacidade de construir planos e metas para sua vida. Sendo assim, utilizado no contexto da política de socioeducação em seus variados programas, a aplicação do projeto de vida amplia a possibilidade dos jovens de refletirem sobre a realidade e impulsionam a capacidade de imaginação (Leal & Mascagna, 2016). Desse modo, justifica-se a importância de compreender o projeto de vida a partir da psicologia histórico-cultural como conceito que é mediado por uma atividade, ou seja, que depende da realidade concreta e que é partir dela que se pode realizar escolhas de forma consciente (Vygotsky, 2006).

No que se refere ao objetivo de reforço dos vínculos familiares, apontado pelos gestores e profissionais dos programas analisados, observa-se que segue a tendência das políticas sociais em colocar a centralidade da família, principalmente seguindo a Política de Assistência Social e a Política de Saúde, por meio dos princípios de matricialidade sociofamiliar e território (Cronemberger & Teixeira, 2015). Observa-se que nos programas de acompanhamento aos egressos, a família ocupa um duplo lugar: ora de fortalecimento dos vínculos afetivos cujo objetivo é a aposta na sua capacidade protetiva, ora o retorno do discurso de culpabilização das famílias pelo envolvimento do jovem com os atos infracionais, atribuindo-se o termo de famílias “desestruturadas” (Oliveira & Oliveira, 2016; Perez, Paiva, Campos, & Passos, 2018).

Quanto ao objetivo de promoção da cultura, esporte e lazer, os programas de acompanhamento aos egressos em fase consolidada, apontaram para uma articulação e mediação com políticas culturais e de esporte existentes nos estados, seja através da divulgação de eventos isolados ou por meio da vinculação dos jovens com os denominados Centros da Juventude, ou da Cidadania, responsáveis por promover essas atividades. Os

profissionais e gestores desses dois programas destacaram que apesar das articulações promovidas em relação a esse eixo, assegurar esse direito aos jovens ainda se constitui como uma dificuldade, principalmente para aqueles que estavam matriculados nas escolas e em cursos profissionalizantes ou que já estavam trabalhando, por serem ações que ocorriam nos mesmos horários em que os jovens estavam realizando essas demais atividades. Isso demonstra que as condições objetivas de vida que fazem com que os jovens precisem escolher as atividades que se vinculam com a possibilidade de manutenção de sua sobrevivência em detrimento de outras que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Desse modo, a participação em programações culturais, de lazer ou esporte, responsáveis por promover tanto a ampliação e qualificação das relações sociais com outros jovens e grupos, como o acesso aos elementos produzidos socialmente e que desenvolvam o pensamento abstrato, relacionados ao potencial pedagógico de seus conteúdos, estão limitados diante das condições objetivas de vida (Martins, 2016).

O objetivo da promoção da Cultura de paz foi apontado por um dos programas analisados e que está relacionada com a utilização teórico-metodológica da Justiça Restaurativa e com os demais objetivos de redução da reincidência infracional. Ou seja, identifica-se que incorporação da Cultura de paz no programa se refere a uma forma de prevenção da violência a partir da identificação de determinados comportamentos denominados de risco por parte dos jovens, como maior vulnerabilidade à criminalidade, às drogas e à mortalidade, ou seja, correspondendo a um processo de pacificação social e apaziguamento das resistências (Belga et al., 2017).

Embora em sua descrição faça a referência a promoção de uma Cultura de paz em todo o estado, por meio da ampliação do alcance para além da política de socioeducação, com práticas nas escolas públicas e projetos de profissionalização, as ações estão inscritas em programas e políticas específicas em territórios identificados como de maior vulnerabilidade

social, cujo público é formado por jovens negros e da classe trabalhadora, ou seja, não objetivam modificar a estutura que produz a violência como expressão da questão social, mantendo o foco das intervenções no âmbito das relações interpessoais e comportamentos (Amorim, 2018). Nesse sentido, sua utilização pode transferir novamente a responsabilização do enfrentamento à violência aos próprios jovens.

Essas ações coadunam-se com outro objetivo e diretriz do programa, que se refere à implantação e execução de políticas de prevenção terciária, voltadas a grupo vulneráveis que praticaram infrações ou crimes, com a finalidade de ao terem acesso às demais políticas de profissionalização, escolarização etc. serem minimizadas as probabilidades de reincidência (Rolim et al., 2017). No entanto, como essas políticas recebem pouco investimento, associadas a precarização das políticas de prevenção primária e secundária, as ações além de caracterizassem como pontuais (Belga et al., 2017), não possuem caráter transformador devido a sua particularidade focalizada e que não objetiva mudanças estruturais nem o combate à desigualdade social.

Em relação ao objetivo da inserção profissional, esse constitui-se como um dos principais objetivos e foco das intervenções dos três programas analisados. Pode-se observar que por um lado, os programas estabelecem esse objetivo como forma de mediar a promoção da autonomia do jovem, reconhecendo que esta é uma atividade fundamental nesse período, relacionada aos interesses dos jovens. Por outro lado, observou-se também uma associação da inserção no trabalho como forma de prevenir a reincidência infracional, ou seja, afastar os jovens da prática de atos infracionais, principalmente daqueles que se constituem como atividade de trabalho, a exemplo do tráfico de drogas e demais atividades relacionadas a este. Essa perspectiva reproduz uma perspectiva presente no cenário de construção das políticas para a juventude no Brasil em que a formação profissional e a inserção no trabalho eram

voltadas para os jovens em situação de vulnerabilidade, como forma de prevenção das expressões da violência na sociedade (Abramovay & Castro, 2015).

Considera-se que a atividade de trabalho ou formação profissional são fundamentais enquanto atividades dominantes que se caracterizam por guiar o desenvolvimento dos jovens e que, quando atrelada à construção do projeto de vida e às atividades codeterminantes desse período, expandem as possibilidades de escolha, realizações, a formação da autonomia e estímulo a novos interesses em razão da ampliação de novos relacionamentos, sejam estes pessoais ou profissionais (Anjos & Duarte, 2016; Vigotski, 2006). No entanto, devido à estrutura da sociedade capitalista, a atividade de trabalho se afasta como atividade guia do desenvolvimento e o processo de escolha torna-se aparente diante da falta dos postos de trabalho (Leal & Mascagna, 2016) e da precarização da qualidade da formação profissional que não oferta a formação técnica necessária (Pessoa, 2017).

Em relação ao objetivo do aumento da escolarização, comum nos três programas analisados, observa-se a relação com uma característica na maioria dos jovens que cumpriram medidas socioeducativas e que chegam às unidades com distorção idade/ano escolar ligadas ao histórico escolar anterior ao cumprimento da MSE, em que se observa evasões, expulsões e a distância entre a escola e os jovens que não constroem uma relação de pertencimento e a escola deixa de ter sentido para eles (Pessoa & Coimbra, 2016). Ao ingressar nas unidades de MSEI os jovens retornam às escolas existentes nesses espaços, no entanto, estas possuíam diversas limitações relacionadas à estrutura de uma unidade de internação, como ausência de recursos pedagógicos adequados, tempo de aula reduzido, o que repercute na qualidade do aprendizado, mesmo com a conclusão do ano letivo (Gualberto, 2011). O aumento da escolarização adentra como objetivo nos programas de acompanhamento ao egresso como um direito do jovem, mas relaciona-se principalmente com a tentativa de inserção no trabalho e em cursos profissionalizantes que exigem determinados níveis de escolarização.

Sendo assim, um dos desafios reconhecidos pelos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, tendo como foco a profissionalização é a inclusão dos jovens no mercado de trabalho formal, pois as vagas disponibilizadas nos cursos exigem níveis de escolaridade que estes jovens não possuem devido à distorção idade/ano. Com relação à inserção no trabalho, os desafios referem a ausência de vagas de trabalho ou a exigência de qualificação profissional. Se os jovens de classe trabalhadora são os que mais enfrentam o desemprego e as dificuldades de acesso a uma formação profissional qualificada (Tommasi, 2014), para os jovens que cumpriram medidas socioeducativas, esses desafios se intensificam em razão dos estigmas enfrentados e do histórico de violações de direitos relacionados à trajetória escolar e a dificuldades que as unidades de MSEI têm de ofertar formação profissional qualificada a todos os jovens (Teixeira et al., 2016). Desse modo, estes jovens acabam ocupando postos informais de trabalho ou exercendo funções com baixa remuneração, ou precárias condições de trabalho (Silveira et al., 2015).

Os programas de acompanhamento a egressos de MSEI exercem uma função de transição entre a privação de liberdade e a vida fora dessas instituições, considerando as dificuldades existentes nessa passagem devido à falta de suporte das políticas sociais setoriais a esses jovens e estigmas relacionados ao cumprimento de uma MSEI (Araújo, 2017; Ferraz, 2013), mediando o retorno do jovem à sua família, a sua comunidade ou a inserção em novos espaços. Essa transição pode ser facilitada pelas unidades de MSEI e suas equipes durante a execução da medida socioeducativa, quando todas as etapas do fluxo de acompanhamento são executadas, tomando como partida que o cumprimento da medida socioeducativa corresponde a um período determinado na vida do jovem que recebeu essa sanção, mas que retornará a vida em liberdade. Essa perspectiva corresponde ao que Barbosa e Resende (2014) se referem a considerar o jovem como um egresso já no início da aplicação da MSE, ou seja, realizar o cumprimento da MSE com a perspectiva de saída do jovem. Parte-se do pressuposto que as

unidades são responsáveis por exercer essa função mediadora com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos ao estabelecer o acompanhamento posterior à MSEI nas políticas sociais.

Dentre as políticas sociais setoriais, destacam-se os equipamentos da Política de Assistência Social, que tem CRAS e CREAS como equipamentos em que os egressos de MSE tem prioridade no atendimento. Nesse sentido, ao sair das unidades de internação os jovens deveriam contar com a garantia do acompanhamento nos serviços disponibilizados por esta política. No entanto, a fragilidade da Política de Assistência Social, caracterizada pela alta demanda frente a equipes mínimas e os diversos tipos de serviço prestado nesses equipamentos, incluindo o próprio cumprimento de MSE, poucos recursos financeiros que possibilitem a existência de infraestrutura adequado e recursos humanos suficientes (Araujo & Lohmeyer, 2017) inviabilizam o acompanhamento específico dos egressos de forma a garantir seus direitos nesse processo de retorno. No que diz respeito ao público-alvo acompanhado verifica-se um desafio à universalidade dos programas, que acompanham àqueles que receberam uma MSE de meio aberto como substituição da medida e outros apenas a extinção da MSEI. Esse acompanhamento paralelo ao recebimento de uma MSE de LA ou PSC pode indicar a fragilidade do meio aberto em garantir os direitos dos jovens egressos em cumprir a função mediadora com as demais políticas sociais setoriais diante da dificuldade em estabelecer parcerias com as demais instituições, necessitando da existência de um serviço específico de acompanhamento aos egressos (Araújo, 2017).

Em razão da diversidade da caracterização dos programas, estes apresentam metas diferentes, relacionadas ao *status* em que se encontram, pois, enquanto os programas que já estão mais estruturados elencam como metas a ampliação do acompanhamento, o programa que está em fase de implementação tem como primeira meta o estabelecimento do serviço, de modo que está em fase de convencimento dos gestores e representantes do Sistema de

Garantia de Direitos e sistema de justiça sobre importância da existência desse serviço e da necessidade de colocá-lo como uma demanda reconhecida na agenda de políticas. Apesar de obrigatório pelo ECA e pelo Sinase, os impasses na criação do programa revelam os desafios da implantação das políticas sociais no capitalismo, que são permeadas por interesses contraditórios na disputa por recursos financeiros que possam manter determinada política (Agum et al., 2015; Brancaleon et al., 2015; Rua, 2009).

O reconhecimento de um problema como demanda política tem impactos na sua implementação, incidindo em maior tempo para a criação de legislações e da definição dos objetivos e marcos teóricos que fundamentem o funcionamento do programa (Rua, 2009). Esses impasses incidem diretamente na agilidade e na qualidade da oferta do acompanhamento, o que refletiu na realização desta pesquisa, ao não se conseguir contactar jovens acompanhados pelo programa em fase de implantação, apesar do programa registrar que já havia público-alvo sendo acompanhado, mas que esses não estavam frequentando o programa.

Nesse sentido, a manutenção dos programas de acompanhamentos aos egressos de MSEI constituem-se como um desafio à política de socioeducação. Dentre os obstáculos estão a falta ou direcionamento dos recursos para a continuidade da oferta do acompanhamento. Dentre os programas analisados, um deles possui recursos próprios para sua execução, assegurando pagamento de pessoal e a auxílio financeiro aos jovens acompanhados, no formato de bolsa. Os outros dois programas, no momento da pesquisa, não possuíam recursos específicos, embora estivessem articulando junto às entidades gestoras a necessidade da destinação dessa verba, sendo que os profissionais compunham o quadro de pessoal da entidade executora de MSE e não possuíam fundos para promover o pagamento de apoio financeiro aos jovens. Outra dificuldade diz respeito a ampliação de vagas no estado em relação ao alto quantitativo de jovens que estão cumprindo MSEI.

Há também dificuldades na adesão e permanência dos jovens nos programas, pois um dos aspectos que promovem essa vinculação depende da efetivação das etapas do fluxo definidas na metodologia dos programas, envolvendo a relação de pertencimento que é construída e que se relaciona com a qualidade das explicações dadas ainda durante o cumprimento da MSEI e sua internalização pelos jovens. Como alguns jovens, ao sair das unidades de internação, recebem a substituição da medida por uma em meio aberto, há possibilidades de associar o acompanhamento no programa de egressos com o cumprimento de uma medida socioeducativa. Essa relação vai depender dos esclarecimentos dados aos jovens no momento da apresentação e convite à participação nos programas e do potencial pedagógico e não sancionatório ou tutelar destes. Quando essa vinculação não é estabelecida nas unidades de MSEI, alguns jovens não constroem relações de pertencimento. Essa situação foi identificada no programa que está em fase de implementação e que ainda não havia efetivado o fluxo do acompanhamento, repercutindo em um número baixo de jovens acompanhados após a extinção da MSEI. Nos outros dois programas em fase consolidada, que executavam o fluxo nas unidades de internação, com oficinas de apresentação e sensibilização mostrando os objetivos e funcionamento destes, há maior vinculação dos jovens, o que foi identificado em outras pesquisas sobre o acompanhamento de egressos (Foppa, 2011).

Em relação à abrangência dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, identificou-se que os três realizam o acompanhamento em todo o estado, mas os profissionais e gestores reconhecem que as equipes são reduzidas diante da alta demanda de jovens e da distribuição do território, pois as equipes se concentram nas capitais dos estados e quando possuem mais de uma equipe, se localiza em algum polo metropolitano. A alta demanda se deve em razão do alto número de jovens que recebem a medida socioeducativa de internação, o que é evidenciado pelo Levantamento Anual do Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo ao apontar o registro da MSEI em 68% dos casos (Brasil, 2018), mesmo em atos infracionais considerados de menor gravidade. Em razão dessas características, os profissionais e gestores apontam para a necessidade de ampliação da abrangência e de aumento das equipes para a maior cobertura no estado e para que estas possam realizar acompanhamento direto aos jovens. Nos demais municípios que não contam com a presença física das equipes, o acompanhamento é realizado pelas demais políticas sociais, principalmente dos equipamentos e serviços de assistência social como CRAS e CREAS e os programas de egresso funcionam como articuladores dessa mediação.

Outro desafio vivenciado pelas equipes dos programas é relação com o sistema de justiça. Alguns mantem uma forte lógica de promoção e manutenção do encarceramento da juventude o que reflete em poucas extinções da medida socioeducativa de internação. Há relatos de casos em que os jovens cumpriram os três anos da MSEI e ao fim desse período máximo da privação recebem uma MSE de meio aberto. No programa que elege como condicionalidade a extinção da MSEI, os jovens não recebem o acompanhamento do programa de egresso nos casos em que recebem com a substituição da medida socioeducativa. Pode haver uma sobreposição de acompanhamento pelas políticas, além da já citada sobrecarga dos CREAS que não dispões de recursos suficientes.

O grande número de jovens cumprindo a medida socioeducativa de internação revela o caráter punitivo da sociedade brasileira que é classista, racista e seletiva, traduzindo-se na criminalização da juventude e das expressões da questão social. Após cumprirem o tempo máximo da MSEI, os jovens recebem a aplicação de outra medida socioeducativa, seja de LA ou PSC, como forma de permanecerem sob a tutela e controle social do estado, o que revela que a proteção integral não é priorizada, mas sim a função punitiva do estado, posto que os jovens deveriam receber o acompanhamento das medidas protetivas e não mais uma medida

socioeducativa (Araújo, 2017; Bonalume & Jacinto, 2019; Meneghetti, 2018; Vieira & Barros, 2017).

No que se refere aos desafios existentes com a articulação com a rede de equipamentos e serviços das políticas sociais, são identificados obstáculos na recepção do acompanhamento desses jovens, minimizados por meio da mediação e sensibilização das equipes dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, e dificuldades com relação à capacidade de resolutividade dos casos encaminhados pelos programas, pois se tratam de problemas relacionados a questões estruturais que extrapolam o alcance das políticas sociais. Quanto a esse aspecto, as equipes conseguem realizar os encaminhamentos e a vinculação dos jovens às demais políticas, no entanto, devido à precarização das políticas sociais na sociedade capitalista e a agenda neoliberal que desmantela os investimentos no estado social e precariza e setoriza as políticas sociais, verificam-se dificuldades na resolutividade dos casos, que estão relacionadas à lógica que mantém a organização social vigente na sociedade capitalista. Como exemplo, verifica-se que apesar da Política de Assistência Social estabelecer como prioridade o acompanhamento dos egressos de MSE, esses equipamentos não têm conseguido garantir os direitos desses jovens, em razão da precarização desta política que não possui recursos financeiros, estruturais e humanos suficientes para tal (Araújo, 2017; Araujo & Lohmeyer, 2017).

Como os estados divergem nas características da oferta dos programas, estes possuem concepções teóricas diferentes, que nem sempre estão instituídas nos marcos legais próprios, e por vezes são elencados a partir das perspectivas dos operadores, sejam estes gestores, coordenadores ou relacionados a formação teórico-metodológica de cada profissional que compõe a equipe técnica de referência. Um dos programas tem a Justiça Restaurativa como teoria e prática metodológica, utilizada em todas as etapas, sendo esta uma perspectiva de gestão socioeducativa e que reflete em uma postura restaurativa das equipes que atuam na

socioeducação, desde o cumprimento da MSEI até o acompanhamento no programa de egressos (Amorim, 2018). Nesse programa, a principal prática restaurativa utilizada é o Círculo de Compromisso, que é realizado como forma de pactuação para adesão no programa de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, e se refere ao momento no qual são estabelecidos os acordos para essa participação como todos os envolvidos no processo, que são o jovem, a família e a equipe técnica (Gomes 2013). A realização dessa prática restaurativa na transição entre a MSEI e a participação no programa de acompanhamento a egressos de MSEI exerce a função de ritual de passagem (Ferrão et al.,2016), sendo fundamental para a adesão, pode funcionar como sensibilização da importância do acompanhamento e possibilita uma decisão consciente por parte do jovem em fazer parte do programa (Foppa, 2011).

Outras perspectivas teóricas foram mencionadas por membros das equipes dos programas, não necessariamente representando uma concepção teórica norteadora da gestão socioeducativa e estabelecida nos marcos legais específicos, mas utilizada como fundamentação teórica e metodológica de uma equipe ou de alguns profissionais, de forma individualizada. Dentre essas perspectivas, foram citadas a de grupos operativos de Pichon Riviere, que na socioeducação podem ser utilizados para aproximar socioeducadores, equipe técnica e socioeducandos (Mota, 2016), e que no caso do programa analisado, que utiliza dessa concepção teórico-metodológica, empregam os princípios da execução da tarefa como um objetivo comum na execução das atividades e do acompanhamento aos jovens egressos e o estabelecimento de vínculos entre jovens e equipe (Maia, 2017). A efetivação desses princípios possibilita a criação de uma relação de pertencimento dos jovens com o programa de acompanhamento a egressos de MSEI, pois os jovens desenvolvem relações de confiança (Rodrigues, 2014) que são fundamentais para compartilhar seus interesses e projetos de vida.

Quanto às perspectivas pessoais, trazidas pelos profissionais da equipe técnica, sendo estes pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, as concepções apontadas como direcionadoras do acompanhamento nos programas de egresso de MSEI foram: a Psicologia Histórico- Cultural de Vigotski, os Direitos Humanos, a educação popular de Paulo Freire e a pedagogia da presença de Antonio Carlos Gomes da Costa. A Psicologia Histórico- Cultural, cuja perspectiva é a de análise do desenvolvimento em seu processo cultural e não natural e universal, sendo assim a compreensão dos sujeitos por parte de alguns profissionais da equipe é a de que o desenvolvimento e a mudança de vida dependem das condições objetivas e concretas que se apresentam a estes (Vygotsky, 2004).

A perspectiva dos direitos humanos perpassa a fala e formação de diversos membros das equipes dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI e se relacionam com a defesa do reconhecimento dos direitos humanos fundamentais e com a promoção de um acompanhamento que efetive a cidadania a partir do conhecimento e atuação de atores sociais das diversas áreas e que impulsione os jovens a se reconhecerem como sujeitos de direitos (Candau, 2007; Tosi, 2004), frente a uma trajetória de vida marcada por violações, e que por meio do acompanhamento dos programas de egressos de MSEI podem acessar esses direitos.

Nas falas de alguns profissionais, a educação popular foi mencionada como ferramenta teórico-metodológica presente no acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, como forma de possibilitar aos jovens a reflexão sobre a realidade que vivenciam por meio do diálogo e de relações pautadas na horizontalidade (Freire, 2011a) As ações pautadas na educação popular na socioeducação, podem possibilitar aos jovens, sua autonomia e consciência da realidade, identificando a trajetória de violações de direitos que os levaram a condições de oprimidos e que ao entrar em contato com outros elementos possam construir ferramentas para a mudança (Freire, 2011b).

A pedagogia da presença foi outra perspectiva citada por alguns profissionais das equipes dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI, por suas contribuições relacionadas ao conceito de socioeducação enquanto prática educativa (Oliveira et al., 2015) e por tratar da função dos socioeducadores, sendo estes considerados como todos os profissionais que atuam na socioeducação e que por meio da sua postura, ou presença educativa possibilitam o crescimento e o desenvolvimento integral dos jovens e sua emancipação (Costa, 1991; 2001; 2007).

Duas perspectivas profissionais foram citadas como integrantes e fundamentais na execução do acompanhamento aos jovens egressos de MSEI: o projeto ético-político do Serviço Social e ao compromisso social da Psicologia. Em relação ao primeiro, o desafio na socioeducação é o de romper com práticas assistencialistas e tuteladoras para a construção de um acompanhamento pautado na garantia de direitos e na emancipação dos sujeitos (Gonçalves & Almeida, 2019). No que refere à Psicologia, a demarcação da atuação nas políticas sociais diz respeito à importância de que as intervenções sejam guiadas a partir dos referenciais da psicologia social, institucional e comunitária que se distanciem nas práticas elitistas que contribuem para a criminalização e culpabilização dos sujeitos (Miron & Guareschi, 2017). Essas concepções pessoais, apontadas a partir das experiências individuais dos profissionais, embora, correspondam a uma proposta pedagógica desenvolvente e de garantia dos direitos, não se representa a perspectiva dos programas, o que implica na impermanência dessas definições, como já apontado por Zanella (2011) ao discutir sobre a imprecisão do conceito de socioeducação.

De modo geral, os programas analisados fazem menção a normativas legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Sinase e da Política Nacional de Assistência Social. No que se refere ao ECA, os programas justificam a sua criação a partir da obrigatoriedade determinada nessa lei (ECA, 1990, Art. 94). A defesa da existência desses programas da

obrigatoriedade emerge frente a movimentos contrários a manutenção do acompanhamento aos egressos por parte das entidades de atendimento de MSE em meio fechado, que incentivam que o acompanhamento seja realizado exclusivamente nas unidades da Política Nacional de Assistência Social, seja pela observação da prioridade do atendimento e acompanhamento particularizado ao público egresso das medidas socioeducativas e seus familiares no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados nos CRAS (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2012).

Soma-se a essa discussão sobre a permanência, o debate que acompanha a institucionalização específica dos programas de egressos, pois estes poderiam acentuar estigmas aos jovens que cumpriram medidas socioeducativas ao relacionar os encaminhamentos as demais instituições da rede de proteção ao termo egresso. Como forma de enfrentamento aos possíveis estigmas e rotulações que as demais instituições poderiam vincular aos jovens (Araújo, 2017; Ferraz, 2013), muitos profissionais dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI recorrem a estratégias de omitir o termo egresso ou a origem dos encaminhamentos para que as demais instituições da rede os recebam e realizem o acompanhamento.

Outro argumento que se destaca sobre a justificativa da manutenção dos programas é a sua relação com as perspectivas teórico-metodológicas adotadas. Como apontados, os programas possuem perspectivas diversas como resultado da imprecisão da política nacional de socioeducação sobre o acompanhamento ao jovem egresso de MSEI. Portanto, a depender da concepção que embasa o funcionamento, os programas podem exercer a função de tutela aos jovens e não de apoio e orientação (Araújo, 2017), e, por sua vez, não trazer contribuições e estímulo a formação da sua autonomia. Ressalta-se que, mesmo partindo de uma perspectiva de promoção da autonomia e da emancipação política, ao mediar a garantia dos

direitos sociais (Montaño, 2016; Prates, 2016), por estar vinculada à política de socioeducação, todos os programas de egresso, acabam tendo como meta, ainda que de modo não explícito, a prevenção da reincidência infracional.

Já em relação à observação do Sinase no funcionamento dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, estes justificam a partir da obrigatoriedade que consta na norma de referência publicada em 2006, já que a lei aprovada em 2012 não faz menção aos egressos de MSEI. Desse modo, a partir da norma do Sinase, identificou-se que programas analisados, seja em relação aos documentos como nas entrevistas realizadas, tem buscado seguir os princípios, diretrizes pedagógicas e parâmetros do atendimento socioeducativo (Sinase, 2006).

No que se refere a avaliação e monitoramento, estes são realizados pelos programas que se encontram em situação mais estruturada da implementação e quem tem nessa etapa a possibilidade de utilizar as informações para incluir mudanças ou aperfeiçoar a oferta do acompanhamento (Brancaleon et al., 2015). Os gestores e profissionais dos programas mencionaram a realização do monitoramento como etapa permanente, realizada pela equipe interna que compõe a política de socioeducação, sendo esta uma etapa fundamental na execução dos programas, de modo que pudessem incorporar mudanças que contribuíssem efetivamente com a oferta do acompanhamento no estado.

Em um dos programas foi relatada a realização da avaliação, por uma equipe externa, em se buscou analisar os impactos do programa em um determinado período (Rua, 2009). O relatório avaliativo analisado mostra poucos indicadores, o que demonstra aspectos analisados por Rua (2009) sobre a ausência de profundidade sobre o objeto investigado. No caso do programa em questão, em que foram analisados os impactos do programa em relação à mortalidade de jovens, a reincidência infracional e a inserção profissional, percebe-se que a seleção desses elementos não pode ser deslocada de uma exame profunda, com a

complexidade que a questão exige em termos de analisar os determinantes sociais, econômicos e culturais que envolvem a prática dos atos infracionais e sua relação com a desigualdade a desproteção social a que estão submetidos, crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

A avaliação externa realizada por entidades de fiscalização (Rua, 2009) foi identificada pelos programas, apontando recomendações, necessidades de reformulação da oferta do acompanhamento ou a reestruturação do programa de modo a ampliar as vagas e a abrangência da oferta, como um movimento que busca a melhoria e consolidação da política de socioeducação. Em nenhum dos programas analisados foi identificada a participação ativa dos usuários na avaliação de modo que superasse a função de informantes.

Identificou-se que um dos programas analisados tem sua oferta realizada por meio da parceria entre o Estado e uma OSCIP, na qual a execução do programa e do acompanhamento aos jovens não é mais realizada diretamente pelo Estado, que no caso das medidas socioeducativas, seria realizada pela Fundação responsável pela execução das MSEI, mas transferida por meio de convênio para uma instituição da sociedade civil (Freias & Barbosa, 2014).

O programa em questão é executado sob o MROSC e avaliado pelos gestores entrevistados a partir de seus impactos positivos e negativos, sendo os primeiros a ampliação da transparência e avaliação sobre as ações ofertadas e em relação aos aspectos negativos, a rotatividade de instituições que executam o programa de acompanhamento aos jovens egressos desde que o Estado passou a ofertar essa modalidade e a instabilidade no quadro de recursos humanos dessas instituições (Mendonça & Falcão, 2016), aspectos esses que são fundamentais na realização do acompanhamento de usuários de políticas sociais, pois necessita da formação do vínculo para a criação de relação de pertencimento com as instituições e com os profissionais da equipe de referência. O caráter permanente das

instituições e da equipe exerce diferenças na construção do trabalho em rede, pois essa alta rotatividade exige a reconstrução do conhecimento e das trajetórias de vida e percursos institucionais dos jovens, implicando em recomeços.

A lógica que mantém o terceiro setor se caracteriza por ações pontuais e focalizadas, reflete o funcionamento das políticas sociais no capitalismo e da justificativa da existência de programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, pois não funcionam como políticas de caráter universal, mas atendem a situações-problemas específicos, distanciando-se do enfrentamento das relações contraditórias da sociedade e que se sustentam nos conceitos de capacitação e inclusão social desses jovens que vivenciaram processos de exclusão social e inclusão perversa, mas que passam a ser cobrados a partir de iniciativas pontuais a autorresponsabilidade por sua mudança de vida (Sawaia, 2009; Montaño, 2015).

Os elementos referentes aos objetivos, princípios e diretrizes nos três programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, aqui analisados apontam para a existência do reconhecimento de uma demanda que exige a criação e manutenção de uma política social. Essa ação em formato de programa, enquanto complementar a uma política, sendo esta a de socioeducação, é organizada como resposta a uma das expressões da questão social, relacionadas com a desigualdade social produzida no capitalismo e seus efeitos em forma de violência e violação de direitos na trajetória de vida de adolescentes e jovens (Behring & Boschetti, 2011; Iamamoto, 2001), que incidiram na dinâmica do envolvimento com os atos infracionais e o consequente cumprimento de medidas socioeducativas.

Como pode-se observar, a sua implementação assume um caráter compensatório (Freitas & Barbosa, 2014) diante dos efeitos produzidos na medida socioeducativa de internação, que limitam os direitos dos jovens com a privação de sua liberdade, e demandam uma ação posterior. No entanto, na lógica de produção de políticas sociais no capitalismo, apesar do reconhecimento dessa demanda, a existência dos programas de acompanhamento

aos egressos de MSEI não está garantida de forma universal, mas fragmentada e focalizada (Netto, 2011), diante de disputas de interesses e recursos em um processo conflitivo entre as demandas da população (Agum et al., 2015).

Como efeito, os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI estão inseridos na lógica da contradição das políticas sociais, em que, ao mesmo tempo que se apresentam necessários diante das implicações negativas da MSEI na vida dos jovens, mediando o acesso aos direitos negados ao longo de sua trajetória de vida, se apresentam como estratégia focalizada e compensatória, em uma dinâmica em que prevalece a manutenção da medida socioeducativa de internação, enquanto criminalização da juventude (Bonalume & Jacinto, 2019; Jimenez & Frasseto, 2015).

Ações oferecidas nos programas de acompanhamento ao jovem egresso de MSEI

Uma das primeiras ações reconhecidas pelos programas de acompanhamento aos egressos aqui analisados diz respeito ao fluxo do atendimento. Os fluxos foram definidos como metodologias do acompanhamento e se referem ao momento inicial no qual o programa é apresentado e explicado aos jovens, ainda durante o cumprimento da MSEI e em qual é feito o convite à participação, inclui a recepção e acolhida no programa e os encaminhamentos que poderão ser realizados de acordo com as pactuações realizadas com as demais políticas sociais. Dos três programas visitados, os dois programas já consolidados efetivavam o fluxo estabelecido, enquanto o programa em implementação estava no processo de construção do fluxo, mas ainda não o realizava na recepção dos jovens.

Pode-se observar que a realização do fluxo, no que se refere a apresentação aos jovens possui um impacto positivo reconhecido pelos profissionais e identificado na fala dos jovens entrevistados, como fundamental na adesão, vinculação e pertencimento dos jovens. Esse ponto foi identificado por Foppa, (2011), ao analisar a importância da apresentação de um

programa de acompanhamento aos egressos de MSEI, denominada de sensibilização, em que os jovens podiam fazer perguntas sobre o acompanhamento, evitando assim que pudesse haver alguma dúvida ou ambiguidade relacionada ao programa, que pudesse relacioná-lo a uma continuidade da MSE ou ainda a sua obrigatoriedade ou contribuição efetiva.

Identificou-se que a didática das oficinas de sensibilização, a possibilidade de ser um momento de conversas e não apenas palestras e a apresentação da equipe técnica de referência que fará o acompanhamento posterior, representam pontos fundamentais para a criação da vinculação dos jovens com os programas de acompanhamento. Isso, porque, a qualidade da formação do vínculo de confiança com a equipe técnica dos programas interfere na relação de pertencimento a ser construída com os programas e na possibilidade real de construção e efetivação dos projetos de vida dos jovens, pois este não depende exclusivamente dos jovens, mas da relação construída com outras gerações que atuam como referência nessa construção e são responsáveis por realizar a mediação com os direitos sociais (Trancoso & Oliveira, 2014).

A qualidade da vinculação com os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI e com a equipe técnica de referência tem relação com uma das características desses programas, que é não possuir um caráter sancionatório e obrigatório, como no cumprimento de uma medida socioeducativa, mas de guiar-se pelos aspectos pedagógicos que possam promover o desenvolvimento dos jovens (Costa, 2015; Araújo, 2017).

Na construção e execução do fluxo, a articulação entre as unidades de MSEI e os programas de acompanhamento aos egressos em todas as etapas do fluxo de acompanhamento, considerando a necessidade das unidades de internação é fundamental e depende da execução em que se considere a certa previsão diante da expectativa de extinção da MSEI e informação aos programas de acompanhamento para que estes possam se preparar para a recepção daquele jovem que poderá ser acompanhado (Ferrão et al., 2016).

Uma das questões apontadas no fluxo estabelecido entre as unidades de MSEI e os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI é o forte poder do sistema de justiça, existente em algumas comarcas ou aplicadas por determinados juízes que reforçam uma perspectiva punitivista. Apesar de os programas analisados apresentarem o critério de voluntariedade ao jovem e de não condicionarem formalmente à extinção da MSEI de internação à adesão ao programa de acompanhamento aos egressos, essa condicionalidade emerge de forma subjetiva no momento da audiência, seja para os jovens que aguardam a liberdade, para os profissionais que passam a sinalizar em suas avaliações a existência de um programa de acompanhamento de egressos de MSEI, como para as autoridades judiciárias que passam a recomendar a adesão dos jovens após a saída das unidades de medida socioeducativa de internação. A possibilidade de existência da condicionalidade da extinção da MSEI à adesão aos programas de acompanhamento aos egressos revela a manutenção de um caráter sancionatório, que acompanha a aplicação da MSE, a partir das suas características de imposição e obrigatoriedade pela autoridade judiciária, o que se reflete no aspecto de controle e tutela dos jovens e não da análise do trabalho pedagógico que deveria ter sido desenvolvido na MSEI por meio do cumprimento do PIA (Costa & Goldani, 2017; Konzen, 2005).

As ações realizadas nos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, identificadas nas entrevistas e nos documentos, envolvem o cumprimento de dois princípios na efetivação da metodologia: o trabalho em rede e o princípio da incompletude institucional. De modo a garantir o acesso aos direitos sociais, e compreendendo que o programa de egressos de MSEI se caracteriza pela sua função mediadora e não totalizadora na vida dos jovens, as equipes realizam o trabalho de articulação entre as políticas sociais setorializadas (Assis, 2016). Esse trabalho é identificado em diversos momentos, desde a prática da sensibilização nas demais políticas setoriais (Moreira & Custódio, 2019), de modo a

estabelecer pactuações e parcerias com essas instituições para assegurar os direitos dos jovens à efetivação de uma rede permanente, que pode ser acionada pelo programa demandante.

Identificou-se que enquanto programas complementares à política de socioeducação, orientam-se pela incompletude institucional a partir da articulação com as políticas de educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, esportes e segurança, que são eixos definidos no documento do Sinase, de modo que, na elaboração e pactuação do PIA egresso os direitos ofertados por essas políticas sejam garantidos aos jovens (Motti, 2015).

O trabalho em rede, enquanto metodologia que orienta as ações dos programas de egressos de MSEI, busca mediar o acesso dos jovens nas políticas sociais setoriais, que sem essa intervenção não ocorria, de modo a garantir os direitos, seja a partir de necessidades imediatas ou assegurar a permanência dos jovens e o acompanhamento nessas políticas, de modo que, posteriormente, os jovens possam buscá-las sem a necessidade da intervenção de uma instituição. Os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, que se encontram consolidados e possuem uma trajetória de trabalho em rede, objetivam desenvolver a autonomia dos jovens, de modo que este possam depender cada vez menos do programa e consigam acessar os direitos (Mioto, 2002). Destaca-se que a promoção da autonomia partir dessa mediação, é limitada no contexto da sociedade capitalista, ou seja, embora não possibilite sua emancipação humana, se faz necessária, pois possibilita a promoção da emancipação política dos adolescentes e jovens, ao propiciar o acesso aos direitos sociais (Montaño, 2016; Prates, 2016). No trabalho em rede, os programas de egressos de MSEI aqui analisados mobilizam diversos tipos: as primárias, que podem ser os familiares dos jovens ou pessoas que constituem enquanto referência; as sociocomunitárias, ampliando o acesso dos jovens nas instituições presentes na sua comunidade e que possam lhe servir de rede de apoio; as movimentalistas, na constituição de grupos de discussão, na busca de fortalecer a existência desses programas nos coletivos de direitos da criança e do adolescente; e as

setorializadas, que são fundamentais para a garantia dos direitos sociais dos jovens (Gonçalves & Guará, 2010).

Embora não constituam público-alvo, os familiares dos jovens também são encaminhados para essas políticas, objetivando atender suas necessidades e fortalecê-las enquanto rede primária de suporte aos jovens. O programa que está em implementação encontra-se na fase de articulação com as redes movimentalistas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes, que foram responsáveis pela discussão sobre a necessidade de implantação desse programa no estado (Gonçalves & Guará, 2010), mas enfrenta dificuldades no estabelecimento de parcerias com os serviços, de modo a manter uma rede setorializada, o que acaba restringir as ações à manutenção de encaminhamentos, numa lógica em que a rede se torna uma entidade e não um modo de funcionamento (Silva & Alberto, 2019).

Observou-se que nos programas que já se encontram consolidados na sua oferta, possuem uma articulação firmada com os demais serviços, ou seja, uma relação permanente e pactuada com as redes setorializadas e sociocomunitárias, de modo que diante da identificação das demandas dos jovens, essas redes podem ser acionadas de forma direta. Identificou-se a partir das entrevistas com gestores e profissionais, que o trabalho em rede nesses programas, foi resultado de mobilizações permanentes com os demais serviços, por meio de visitas técnicas, com objetivos definidos, cujo foco é garantir os direitos sociais dos jovens egressos de MSEI e que para isso partiam de ações planejadas e intencionalizadas. Nesse sentido, no estabelecimento da rede com as políticas, algumas pactuações eram realizadas diante da análise da complexidade que essa demanda se apresentava, como ampliação de vagas ou mudanças nos critérios de acesso aos demais serviços, seja enquanto estratégia coletiva a ser negociada com os programas ou a partir da análise das necessidades e interesses individuais, consideradas a partir dos estudos de caso (Mioto, 2002). Dessa forma,

verificou-se que no trabalho em rede desses programas, a rede não restringe a uma ação fixada, mas aberta a acordos (Silva & Alberto, 2019) Soma-se a essa estratégia, o trabalho de mobilização dos serviços a partir da formação da própria rede em relação aos conhecimentos teóricos e práticos (Gonçalves & Guará, 2010). Assim, enquanto programas que permanecem em constante reafirmação sobre a justificativa de sua existência, os encontros da rede contam com o compartilhamento de dados sobre os impactos positivos do acompanhamento de egressos de MSEI.

No processo do trabalho em rede que resultará no acompanhamento conjunto dos jovens egressos de MSEI, identificou-se que os três programas utilizam o PIA na metodologia de acompanhamento, sendo que sua efetivação pode ser verificada nos programas que estão consolidados. O uso desse instrumento assume importância fundamental na execução do trabalho em rede, que se inicia entre as unidades de MSEI ao elaborarem o PIA egresso na expectativa de extinção da medida e os programas de acompanhamento aos jovens egressos à mobilização dos serviços, programas e projetos em um momento pós medida socioeducativa (Barbosa & Resende, 2014; Foppa, 2011), como observado no fluxo de dois dos programas analisados. Na rede, o PIA exerce a função de itinerário individualizado que elenca as necessidades, interesses e prioridades dos jovens (Lopes, 2015; Pereira, 2017), mas também como instrumento que tem a potencialidade de garantir os direitos sociais, pois seu formato compreende o cumprimento dos eixos obrigatórios de convivência familiar e comunitária; escolarização; profissionalização; saúde; cultura, esporte e lazer; e segurança (Silva & Hüning, 2013).

No caso dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, tem sua potencialidade impulsionada na medida que sua efetivação não está restrita a uma unidade de privação de liberdade que se caracteriza por uma série de limitações, mas pode negociar de forma mais efetiva o cumprimento de metas e prazos com as demais políticas sociais e como

instrumento de estudo de caso (Teixeira, 2014). Em relação aos demais instrumentos utilizados pelos programas de acompanhamento aos egressos, que correspondem a realização de fichas cadastrais e relatórios, verificou-se que diferentemente da MSEI, esse último não possuía caráter avaliativo, pois não tem a função de ser encaminhado para o sistema de justiça, mas de fornecer elementos para o diagnóstico individualizado e polidimensional no que se refere aos aspectos necessários para a melhoria da qualidade de vida do jovem, sua emancipação subjetiva e análise das condições objetivas necessárias para tal (Lopes, 2015; Pereira, 2017).

A utilização dos instrumentos nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI que estão consolidados e realizam todas as etapas do fluxo de acompanhamento, é realizada com a presença das famílias, desde o momento do acolhimento, no qual são realizados o cadastro com a escuta do histórico e composição familiar, até a pactuação do PIA no qual é feito o levantamento das demandas, necessidades e potencialidades a serem trabalhadas. A partir desse processo, esses programas têm realizado ações voltadas as famílias dos jovens. Essa prática compunha um dos objetivos nos três programas, sendo retirado a partir das mudanças ocorridas com a publicação da Política Nacional de Assistência Social que trouxe o foco dessa política para o acompanhamento familiar no Paefi e no Paif. Apesar da mudança nessa outra política, os programas de acompanhamento aos egressos permanecem com a realização de algumas ações direcionadas as famílias dos jovens, identificando-se intervenções de apoio e orientação e outras que perpetuam um caráter assistencialista (Oliveira & Oliveira, 2016; Perez, Paiva, Campos, & Passos, 2018).

As ações que refletem o apoio e orientação às famílias são aquelas que partem da escuta das demandas e que são organizadas através de informes e encaminhamentos as políticas sociais setoriais, como saúde, educação, trabalho, assistência social etc. Como não constituem objetivos dos programas, sua realização depende da busca espontânea das famílias

que vão aos programas acompanhando seus filhos. Outras ações se caracterizam pela realização de atividades de caráter assistencialista diante do reconhecimento de necessidades imediatas das famílias, relacionadas as demandas de alimentação e vestuário, que se caracterizam por ações esporádicas e não como reflexo da garantia de direitos dessas famílias, decorrentes de um acompanhamento sistematizado que possa promover a sua autonomia de modo que estas possam se distanciar das condições produtoras dessas necessidades (Oliveira & Oliveira, 2016).

Uma das ações destacadas pelos programas de acompanhamento aos egressos que se encontram em um estágio consolidado é a realização do monitoramento por parte da entidade gestora da socioeducação no estado. Essa atividade foi reconhecida como reflexo de um trabalho amplo desenvolvido entre todas as unidades e programas vinculados à política de socioeducação, o qual possibilita e resulta na efetivação do fluxo e do trabalho em rede. O monitoramento foi apontado como uma forma de apoio e incentivo à manutenção dos programas, de modo a auxiliar as coordenações e equipes técnicas na análise e tomada de decisões em questões que se colocam no cotidiano de execução do trabalho (Rua, 2009). Por outro lado, o programa em fase de implementação, ainda não possuía ações de monitoramento por parte da gestão, o que pode refletir na realização de um trabalho desassociado dos programas de execução de MSEI.

Dentre as ações realizadas com o trabalho em rede, a partir do cumprimento do princípio da incompletude institucional na mediação com as demais políticas sociais setoriais, duas delas ganham centralidade nas intervenções realizadas pelas equipes técnicas de referência e pela gestão que monitora os programas: a articulação com a política de educação, a política de formação profissional e de inserção no mercado de trabalho. Identificou-se que essas ações têm sido realizadas pelos três programas, sendo que os programas que se encontram em uma fase já consolidada possuem parcerias com um maior número de

instituições dessas políticas de modo a proporcionar aos jovens acompanhados maiores possibilidades de escolhas, principalmente no que se refere a oferta de vagas em na formação profissional ou cursos profissionalizantes.

No que se refere as ações com a política de educação, estas tem sido realizada principalmente para garantir as vaga e matrículas escolares dos jovens nos níveis fundamental e médio de ensino. São ações centrais realizadas pelos programas diante da resistência de algumas escolas em não receber esses jovens que cumpriram a medida socioeducativa, diante da verificação que existem recusas de algumas escolas em realizar a matrícula, seja pelo preconceito da gestão escolar em relação ao fato do jovem ter cumprido uma medida socioeducativa (Ferraz, 2013), o que exige dos programas, ações de sensibilização com as escolas, articulações com as secretarias de educação, municipais e estaduais, ou mesmo a judicialização do processo, de modo a garantir o direito à educação. Outras ações referentes a garantia da educação por meio da escolarização é o mapeamento e encaminhamento para outras escolas distanciadas do território que pode oferecer riscos à segurança do jovem, sendo estes um dos fatores que dificultam a permanência do jovem na escola no período após o cumprimento da MSE (Araújo, 2017).

No que diz respeito ao acesso ao ensino superior, as ações realizadas estão relacionadas aos encaminhamentos e busca de vagas em cursinhos pré-vestibulares e preparatórios para o Enem, de acordo com o planejamento realizado por meio do PIA. O desejo em obter uma formação de nível superior e acessar uma universidade é apontado por alguns jovens que cumpriram medidas socioeducativas, como um objetivo de seus projetos de vida e como forma de obtenção de melhoria das condições de vida a partir da possibilidade de inserção em postos de trabalho mais bem remunerados, ou seja, como via de mobilidade social (Araújo, 2017). No entanto, o desenvolvimento desse projeto é obstaculizado pela

necessidade imediata de inserção no mercado de trabalho para a manutenção da sobrevivência.

A busca pela garantia da escolarização está relacionada a uma das ações com aspecto central para os três programas analisados, que são os encaminhamentos para as políticas de formação profissional, cursos profissionalizantes de curta duração, e inserção vagas no mercado de trabalho, pois para que o jovem possa acessar essas vagas são exigidos determinados níveis de escolaridade (Teixeira et al., 2016). Para a garantia ao direito da profissionalização, os programas realizam articulações com instituições da política de formação profissional, principalmente as que são vinculadas ao Programa Jovem Aprendiz, Sine, CIEE e outros cursos de curta duração. As ações realizadas se referem desde ao levantamento dos interesses dos jovens nos atendimentos e construção do PIA egresso, como visitas institucionais e reuniões com o Sistema de Garantia de Direitos, objetivando a pactuação de vagas nos cursos e nas políticas de inserção no trabalho, destinadas aos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, considerando as especificidades existentes na história de vida desses jovens, como a distorção idade/ano.

As ações oferecidas nos programas de acompanhamento ao jovem egresso de MSEI objetivam realizar a mediação dos jovens com as demais políticas sociais setoriais. Como a mediação não corresponde a um processo espontâneo, nos programas ela se operacionaliza a partir de vários momentos, iniciando com o reconhecimento da demanda, a partir da compreensão das necessidades e interesses dos jovens e da identificação de quais direitos e políticas necessitam ser acionadas e em quais momentos. Sendo assim, a mediação está diretamente relacionada a análise das condições objetivas de vida do jovem e das condições materiais que podem ser fornecidas pelas políticas, se efetivando através de uma articulação permanente e que tenha a potencialidade de criar uma rede de significações, a partir da introdução dessas novas relações que sejam capazes de proporcionar outros contextos de

desenvolvimento (Silva & Rosseti-Ferreira, 2002). No caso do projeto de vida, a mediação entre as condições objetivas de vida e a ação de planejamento efetiva, oportunizadas nas diversas ações dos programas de acompanhamentos aos egressos de MSEI, pode ampliar as possibilidades de conexões e sistematização das informações disponibilizadas, mobilizando o psiquismo dos jovens na direção de escolhas conscientes frente as alternativas disponibilizadas (Vygotsky, 2006).

Estudo II - Desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens nos programas de acompanhamento a egressos de medida socioeducativa de internação

Caracterização dos jovens acompanhados nos programas de egresso

No que se refere à caracterização dos jovens entrevistados nos programas de acompanhamento a egressos de MSEI, a maioria foi do gênero masculino, sendo esse o público majoritário que cumpre medidas socioeducativas. Essa característica vai ao encontro do registro do perfil de jovens nas MSEs analisado nos Levantamentos Anuais do Sinase (2017; 2019) e aponta na direção do que Jimenez e Frasseto (2015) analisam em relação ao perfil desses jovens, destacando que os jovens, do gênero masculino, negros e tem sido alvo da criminalização e ação repressiva do Estado.

Por outro lado, destaca-se que no programa no qual não foi possível entrevistar os jovens acompanhados, a equipe informou que a maioria era de meninas, pois estas recebiam mais extinções de MSEI em comparação com os meninos que continuavam recebendo outra medida de meio aberto. A esse respeito à equipe fez referência sobre diferenças no comportamento das meninas e meninos que viriam a influenciar o julgamento nas audiências de avaliação e consequentemente o retorno à liberdade para os dois grupos. Às meninas é atribuído uma participação secundária no envolvimento com atos infracionais (Muniz, 2018), enquanto para os meninos são relacionados os comportamentos de violência, externalização e

maior protagonismo nos atos infracionais (Nardi, Jahn & Dell'Aglio, 2014). Essa questão que permeia o imaginário social acaba por influenciar as decisões no sistema socioeducativo, desde a aplicação da medida socioeducativa à sua avaliação. No entanto, esse estereótipo não corresponde a real inserção das meninas nos atos infracionais, que se relaciona com a busca de relativa autonomia diante de alguma situação de violência ou vulnerabilidades vivenciadas (Almeida, 2019; Muniz, 2018) e tampouco deveria servir como parâmetro, ainda que subjetivo, para condicionar a participação nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, pois esta deve se constituir como um direito do jovem que escolhe receber esse tipo de acompanhamento. Da mesma forma, a avaliação da MSE deve se constituir como um resultado do processo pedagógico que foi oferecido ao jovem e não como julgamento do seu comportamento ou disciplina nas unidades.

Em relação à raça, a maioria dos jovens entrevistados, assim como aqueles que estavam nos programas no momento de realização da pesquisa, são negros, o que reflete um dado apontado pelo Levantamento Anual do Sinase (2019) de que este grupo compõe a maior parte dos jovens cumprindo medidas socioeducativas e que representa a seletividade do encarceramento juvenil, estruturado na sociedade classista e racista, que, ao mesmo tempo em que viola os direitos dessa população, também criminaliza (Bonalume & Jacinto, 2019; (Meneghetti, 2018).

Em relação à escolarização dos jovens entrevistados, observou-se estes não estavam estudando antes do cumprimento da medida socioeducativa, o que confirma uma característica predominante na trajetória de vida desses sujeitos, que é uma relação marcada pela falta de diálogo com a realidade das crianças e adolescentes, falta de receptividade e proteção social, exclusão, expulsões e evasões que implicam na distorção idade-ano (Mendes, 2019; Pessoa & Coimbra, 2016). Ao cumprirem a MSEI, os jovens acessaram as escolas nas

unidades de internação, sendo este um dos eixos pedagógicos das medidas socioeducativas e objetivos construídos e pactuados nos PIAS dos jovens.

Enquanto ações complementares à política de socioeducação, os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, desenvolvem intervenções relacionadas ao direito à educação e acesso às escolas, tendo como finalidade propiciar a conclusão dos níveis de ensino ou para garantir a inserção em cursos profissionalizantes que exigem determinados níveis de escolaridade. Isso foi observado nos dois programas que se encontram em fase consolidada, em que a maioria dos jovens estava matriculado ou já haviam concluído o ensino médio. Apenas um não estava estudando e aguardava vaga em uma escola próxima a sua casa. E no que se refere aos demais jovens que não estavam estudando, citados pelos profissionais e gestores, a justificativa se relacionava ao tempo necessário para realização do estudo de caso e articulação com outras unidades ou secretarias de educação para realização da matrícula em escolas distantes dos bairros onde os jovens moravam, seja por questões de segurança destes devido à existência de grupos rivais ou pela instituição não aceitar o jovem devido ao estigma do cumprimento da MSEI (Araújo, 2017). O acesso aos cursos profissionalizantes ou inserção no mercado de trabalho foi o principal motivador relatado pelos jovens para darem continuidade aos estudos no momento pós MSEI, sem que houvesse menção às contribuições no processo formador e de aprendizagem pela escola, o que pode apontar para o direcionamento histórico das instituições escolares em reproduzir os processos de exclusão (Mendes, 2019). Dessa forma, cumprir os níveis de ensino revela-se apenas a partir do seu caráter obrigatório para futura inserção em um mercado de trabalho, incluindo aqui programas de aceleração da escolaridade, e não a partir de uma função formadora, que contribua para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica da realidade (Leal & Mascagna, 2016; Santos, 2020; Souza et al., 2013).

Um aspecto que aparece nas condições objetivas de vida dos jovens entrevistados é em relação à segurança pessoal pela da existência de ameaças e risco de morte nos bairros onde residiam antes do cumprimento da medida socioeducativa frente à presença de grupos rivais em determinados territórios. Diante dessa condição e da necessidade de mudança de bairro ou de cidade, os programas de acompanhamento aos egressos realizam encaminhamentos às políticas de proteção social que auxiliem os jovens a realizar esse deslocamento, sejam por meio de encaminhamentos aos programas de proteção à vida, auxílio financeiro para pagamento de aluguel ou programas de acolhimento institucional. A política de segurança pública não tem sido acionada, tendo que em vista que esta possui uma prática histórica de repressão e criminalização contra os jovens negros (Souza et al., 2013).

Como consequência da mudança dos bairros e cidades de origem, os jovens acabam se afastando do convívio familiar. Apesar disso, os jovens relataram que os programas auxiliam a permanência do contato com as famílias, garantindo a convivência familiar e o fortalecimento dos vínculos familiares e relações afetivas, assim como apoio e encaminhamento às demais políticas sociais setoriais (Cronemberger & Teixeira, 2015).

A mudança do local de moradia é realizada também a partir da análise das necessidades de qualificação e inserção profissionais dos jovens, pactuados nos PIAs, no qual se reconhece que as capitais dos estados possuem mais variedades de cursos profissionalizantes e vagas no mercado de trabalho. Esse aspecto está relacionado ao processo de implantação das políticas de juventude, e nesse caso, da política de formação profissional, que disputam recursos no processo de implementação, o que reduz o alcance e abrangência (Silva & Lopes, 2009). A opção pactuada pela mudança de território, realizada de forma planejada de acordo com o projeto de vida dos jovens e vinculada à necessidade de uma formação profissional está relacionada à formação dos interesses e à sua função de atividade dominante na juventude (Vigotski, 2006).

Esse processo, auxiliado pelos programas tem o potencial de propiciar a autonomia dos jovens, no entanto, há que se ressaltar que as condições objetivas de vida, produzidas na sociedade capitalista, limitam as possibilidades de desenvolvimento, de modo que a atividade de trabalho possibilite apenas as condições de sobrevivência e acesso a reduzidos bens de consumo (Leal & Mascagna, 2016). Cabe apontar que esse processo de escolha é marcado pelas condições objetivas de vida dos jovens, fazem com que estes tenham que eleger atividades prioritárias em detrimento de outras, a exemplo das atividades codeterminates no desenvolvimento que se caracterizam pelas relações sociais e de pertencimento (Anjos & Duarte, 2016), e que no caso do convívio familiar se encontram restritas.

Trajetória de acesso e permanência dos jovens nos programas de acompanhamento ao egresso de MSEI

Um dos aspectos fundamentais no processo de adesão dos jovens egressos aos programas de acompanhamento refere-se à trajetória de acesso e permanência. Os jovens refletiram sobre a importância do momento de apresentação sobre o funcionamento dos programas de acompanhamento aos egressos ainda durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, considerando como um espaço de diálogo, possibilidade de tirar dúvidas e de conhecer a equipe responsável por fazer o acompanhamento.

No que diz respeito as dúvidas e esclarecimentos sobre o acompanhamento no pós-medida, os jovens destacaram que inicialmente apresentavam desconfianças quanto a participação no programa e a permanência do caráter sancionatório ou de se configurar como continuidade da medida socioeducativa em outro formato e que tais incertezas iam diminuindo com as novas apresentações ou etapas da sensibilização, que podem envolver palestras, círculos restaurativos e pactuações. Esse aspecto analisado por Foppa (2011) apontou para a consequência da ausência dessa etapa de apresentação como a não adesão dos

jovens ao programa de egresso, afirmando para a necessidade desse ritual de passagem entre a MSE e o programa de egresso, baseado numa perspectiva não punitiva.

Desse modo, destaca-se um aspecto fundamental na execução dos programas de acompanhamento a egressos de MSEI, que são ofertados na política de socioeducação, que é pautar o seu funcionamento uma perspectiva exclusivamente pedagógica e não sancionatória, diferentemente do cumprimento da medida socioeducativa que tem como objetivo a responsabilização do jovem. Por sua vinculação com a política de socioeducação, a ação desses programas, baseada nos aspectos pedagógicos não podem representar a continuidade do cumprimento da medida, tendo como princípios, o respeito pela voluntariedade na participação e a execução de atividades que busquem garantir os direitos sociais dos jovens, bem como promover sua autonomia e possibilitar a construção e efetivação dos seus projetos de vida.

Os jovens entrevistados nessa pesquisa participavam dos programas de acompanhamento a egressos que se encontravam em uma fase já consolidada, realizando o fluxo do acompanhamento desde o cumprimento da MSEI em parceria com a equipe técnica de referência das unidades de internação. Além dos aspectos acima mencionados, os jovens dos programas ressaltaram que o principal interesse em aderir aos programas estava relacionado com a possibilidade de realizarem cursos profissionalizantes, sendo esta a atividade principal responsável por guiar o desenvolvimento e exercendo um papel central para a juventude na sociedade capitalista como possibilidade de sobrevivência, de acesso a bens de consumo e de autonomia (Leal & Mascagna, 2016). Esse interesse parte de um reconhecimento que sem a mediação dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, o acesso à formação profissional seria dificultado. Este acesso, que já não ocorre de modo amplo para todo o segmento juvenil, se mostra ainda mais inacessível para os jovens que cumpriram MSE (Araújo, 2017), posto que a política de formação profissional não tem se

efetivado como uma política estrutural que possa garantir o direito dos jovens a uma formação técnica, qualificada e articulada a uma política de inserção no trabalho (Souza, Paiva & Oliveira, 2013). Diante da não integração desses jovens, os programas e ações de caráter compensatório são criados para complementar as omissões estruturais nas políticas de juventude (Tommasi, 2014).

Em relação à permanência dos jovens nos programas, os aspectos relatados pelos jovens diziam respeito ao cumprimento do planejamento realizado com a equipe de referência, de modo que os objetivos e metas construídos não ficassem em um plano idealizado, mas apontassem para a possibilidade de serem cumpridos. Essas possibilidades estavam relacionadas e pautadas nos eixos pedagógicos da política de socioeducação nas áreas da educação, profissionalização e trabalho, saúde, segurança, convivência familiar, esporte, cultura e lazer, realizadas de acordo com os interesses dos jovens ou a partir da identificação das prioridades (Vygotsky, 2006).

Os jovens entrevistados nos dois programas mencionavam sentidos sobre a permanência nos programas, resultante da relação de pertencimento, que foi facilitada pelo vínculo construído com a equipe técnica, exercendo a função de referência para eles. Esse aspecto exerce uma importante função no desenvolvimento e na formação do projeto de vida na juventude, visto que as atividades codeterminantes são fundamentais no processo de mediação (Abrantes & Bulhões, 2016). Na juventude, como as atividades codeterminantes correspondem aquelas que se produzem ao nível da comunicação pessoal e do pertencimento a grupos, a qualidade das relações construídas nesse período pode a ampliar as possibilidades dos jovens no que se refere ao processo de reflexão e consciência, considerando que a consciência é um processo inicialmente social e que passa a ser internalizado (Anjos & Duarte, 2016; Vigotski, 2006).

Desse modo, o vínculo com a equipe técnica de referência contribui para a existência da função mediadora dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, visto que a mediação exercida pelos adultos nessa relação implica no direcionamento dado ao desenvolvimento (Costas & Ferreira, 2011), na medida em que está ocorre de maneira sistematizada e viabilizada por meio da comunicação permanente e pactuada entre jovens e equipe. A existência dessa relação implica na necessidade de ser uma vinculação significativa para os jovens, posto que a mediação não ocorre de maneira espontânea pela simples presença de outra pessoa, e no caso do projeto de vida, é dependente da negociação constante frente aos elementos que são ofertados para sua efetivação (Molon, 2003). Nesse sentido, compreendendo que a construção do projeto de vida como atividade principal do desenvolvimento da juventude, não ocorre de maneira isolada ou natural, mas é dependente do social, ou seja, dos elementos concretos disponibilizados e da relação construída com as demais gerações, é a relação com a equipe técnica que exercerá a função de referência para a construção desse plano e sua efetivação (Trancoso & Oliveira, 2014).

Um aspecto relacionado a permanência dos jovens em um dos programas está relacionado ao fornecimento de auxílio financeiro. A existência de recursos próprios direcionados ao pagamento de uma bolsa aos jovens acompanhados reflete a necessidade que os jovens possuem de ter uma renda e assim suprir suas condições básicas de sobrevivência e de suas famílias. Ressalta-se que grande parte dos jovens que cumpriram medidas socioeducativas de internação tem um histórico de inserção precoce no trabalho, principalmente em suas piores formas, como o tráfico de drogas, motivado pelas condições objetivas de vida e a necessidade de obtenção de dinheiro para sua própria manutenção ou de suas famílias. A realização do trabalho infantil teve como implicações, a defasagem e a evasão escolar (Alberto et al., 2020). Frente a essa realidade, o auxílio financeiro disponibilizado exerce uma função importante para que os jovens possam estudar e concluir a

educação básica e realizar uma formação profissional que possa fornecer as condições para uma futura inserção no mercado de trabalho.

Os três programas analisados possuíam critérios definidos para o desligamento, contemplando o tempo máximo de acompanhamento e a idade dos jovens. No entanto, nos programas em que os jovens foram entrevistados, esses critérios apresentavam flexibilidade de acordo com a realização de estudos de caso e análise do PIA (Teixeira, 2014) em que são discutidas a necessidade de prolongar o acompanhamento para a realização da mediação com algumas políticas sociais setoriais, principalmente as de formação profissional e trabalho, sendo um processo acordado entre equipe de referência e jovem. Em um dos programas, essa flexibilização extrapolava o caráter formal e o processo de desligamento ocorria quando o jovem decidia se desligar do programa, a partir de sua reflexão de já havia conquistado a autonomia frente ao seu projeto de vida, não necessitando da mediação do programa ou do acompanhamento da equipe (Abrantes & Bulhões, 2016). Esse aspecto constitui-se como fundamental dentre os objetivos de uma política social, distanciando de uma relação de dependência e promovendo as condições necessários para que os participantes possam desenvolver sua autonomia.

Desenvolvimento e efetivação dos projetos de vida a partir dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI

Ao falarem sobre seus projetos de vida, os jovens entrevistados nos dois programas consolidados (Poltava e Trepke), realizaram uma comparação com o cumprimento da medida socioeducativa e o acompanhamento ofertado nos programas de egressos de MSEI. De acordo com os jovens, o projeto de vida pensado durante a MSE constitui-se como um plano idealizado, refletindo os seus desejos, necessidades e interesses, porém sem ter como correspondente a efetivação, pela ausência dos elementos concretos que possam viabilizá-los.

Desse modo, o projeto de vida que é pensado durante o cumprimento da medida socioeducativa se refere a um momento futuro e que será realizado após a saída da instituição de MSE, pois esta é significada como perda de juventude. Esse futuro é desejado pelos jovens, porém visualizado como um momento permeado por incertezas, pois não está relacionado com os aspectos do presente (Costa, 2017).

Já em relação ao projeto de vida construído durante o acompanhamento do programa de egressos de MSEI, os jovens mencionaram a realização de um planejamento com auxílio da equipe, em que eram incentivados a pensar sobre o presente e o futuro, considerando períodos de curto e longo prazos, do que seria possível realizar de acordo com seus interesses e necessidades. A realização dessas etapas constitui-se como fundamental para a construção do projeto de vida, visto que a vivência destas proporcionam a reflexão sobre a realidade, impulsionando a tomada de consciência frente ao percurso elaborado e o desenvolvimento da autonomia (Leal & Mascagna, 2016; Vigotski, 2006). Esse planejamento implicava na realização de tomada de decisões a partir das sugestões da equipe técnica dos programas que poderiam ser modificadas a partir da avaliação dos jovens sobre o sentido de realização pessoal diante de suas escolhas (Abrantes & Bulhões, 2016).

Desse modo, o projeto de vida construído durante o acompanhamento dos programas de egressos de MSEI assume um caráter prático em que o jovem consegue visualizar a sua efetivação, propondo alterações que apontem para avanços e no qual é o principal participante. Isso dependerá da qualidade da relação estabelecida com a equipe técnica em exercer uma função mediadora na construção e efetivação do projeto de vida de cada jovem, na medida em que se afasta de uma postura disciplinadora e se constitui como referências que mobilizem os jovens no acesso aos elementos concretos que possam auxiliá-los em seu desenvolvimento (Pasqualini, 2016).

As diferenças entre o cumprimento da medida socioeducativa e o acompanhamento dos programas de egressos de MSEI foram ressaltadas pelos jovens a partir da presença do aspecto sancionatório da MSE, em que havia a obrigatoriedade do cumprimento e a relação constante com a avaliação do seu comportamento nesse período. Para além do aspecto de sanção e responsabilização, os jovens mencionaram o caráter punitivista da medida de internação, caracterizado pela relação de poder, presença de sanções internas, violência institucional e medicalização como forma de controle do comportamento (Costa, 2017). Enquanto nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, eles enfatizaram a presença dos aspectos pedagógicos, principalmente a partir do acesso à formação profissional e as possibilidades de realização pessoal a ela relacionados, o acesso aos direitos sociais, o fator da voluntariedade e possibilidade de escolha, o diálogo permanente. Ou seja, são os elementos concretos e a qualidade da atividade social dominante oferecida que possibilitaram o desenvolvimento dos jovens e mobilizaram a sua capacidade de planejamento diante de novos interesses e vivências (Pasqualini, 2016).

Na comparação, a relação com a equipe técnica foi destacada pelos jovens entrevistados, ao enfatizar que a postura dos profissionais durante o convite e acompanhamento não era atravessada por julgamentos sobre a prática dos atos infracionais ou pela vigilância do seu comportamento. Essa atitude foi relatada nos dois programas consolidados, os quais se baseiam na postura restaurativa (Amorim, 2018) e na formação do vínculo (Maia, 2017). Os jovens destacaram que a relação se aproxima da escuta de suas necessidades e interesses, constituindo-se em um aspecto fundamental na construção do projeto de vida, considerando-se que esse não ocorre de forma isolada, mas depende da qualidade das relações estabelecidas com as gerações anteriores, que são responsáveis por mobilizar o desenvolvimento, de forma ativa (Abrantes & Bulhões, 2016; Trancoso & Oliveira, 2014).

Um dos aspectos citados pelos jovens entrevistados nos dois programas é sobre o sentido de mudança de vida que está relacionado com a possibilidade do afastamento do envolvimento com os atos infracionais. O desejo por esse afastamento e, consequentemente mudança de vida, está relacionado com a reflexão que os jovens fazem sobre as consequências do envolvimento com os atos infracionais, como a violência ou risco de morte que podem existir nas atividades relacionadas ao tráfico de drogas ou roubo (Bortolozzi, 2014; Feffermann, 2017); o distanciamento da família, como forma de proteger seus familiares dos riscos existentes (Almeida, 2019); o afastamento da escola, tanto em razão da incompatibilidade de tempo com a jornada de trabalho desenvolvida na atividade do tráfico de drogas ou pela relação excludente do espaço escolar que não dialoga com a realidade desses jovens (Artes & Carvalho, 2010; Pessoa & Coimbra, 2016); e o cumprimento de uma medida socioeducativa, principalmente a de internação que priva o jovem do direito a liberdade e restringe seus direitos sociais (Feffermann, 2017). Ao refletirem sobre esses aspectos e entrarem em contato com outros elementos e atividades nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, o interesse pela mudança de vida vai tornando-se mais concreto, sendo incorporado no planejamento como um sentido pessoal de vida, o qual irá direcionar a efetivação do projeto de vida (Anjos & Duarte, 2016; Vigotski, 2006).

O desejo pela mudança de vida é apontado como algo do interesse desses jovens ainda quando estavam em cumprimento da medida socioeducativa, no entanto, além de incerto devido à falta das condições objetivas para tal ou da dependência dos recursos existentes nas instituições de privação de liberdade, que possuem limitações em termos de variedade de escolha ou cobertura para todos os jovens, há o receio por parte dos jovens das consequências relacionadas a sua segurança pessoal quando o envolvimento ocorreu com a dinâmica do tráfico de drogas. Os jovens apontaram que nos programas de egressos de MSEI a mudança de vida é facilitada pelo acompanhamento da equipe técnica, mas não como uma relação de

dependência e sim de maiores possibilidades de escolhas de acordo com seus interesses. A participação nos programas e a presença da equipe exerce a função de inserir novas possibilidades que incitem a capacidade de decisão dos jovens e desse modo a sua autonomia no processo de desenvolvimento psicológico (Abrantes & Bulhões, 2016; Costas & Ferreira, 2011).

Destaca-se que não basta a simples presença da equipe para que esse ganho psicológico ocorra, mas que essa desempenhe uma função mediadora entre as condições objetivas disponibilizadas e estabelecimento de uma relação qualitativa em que a linguagem possibilite a internalização das novas aquisições (Molon, 2003). Ressalta-se que a conquista da autonomia para os jovens possui restrições decorrentes do modo de organização, produção e reprodução da vida social no capitalismo que limita as suas escolhas e não possibilita o acesso igualitário aos bens produzidos socialmente (Leal & Mascagna, 2016).

Dentre os aspectos mais citados pelos jovens para a mudança de vida frente à trajetória de envolvimento com atos infracionais e as consequências decorrentes disso e para a construção de seu projeto de vida está a realização de uma formação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Essa centralidade existente nos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI e percebida pelos jovens faz com que estes atribuam um sentido sobre os programas como a de um curso profissionalizante em si, posto que às vezes essa é a principal ou única atividade realizada por eles nesses espaços. Sobre esse aspecto chama a atenção para a centralidade do trabalho e a importância da formação profissional enquanto atividade principal responsável por guiar o desenvolvimento da juventude, que assume um duplo caráter: responsável por direcionar a autonomia e criar situações de desenvolvimento que impulsionem ao futuro “sentimento de adultez” (Tolstij, 1989, citado por Leal & Mascagna, 2016) e a escolha por uma profissão que possibilita a construção de uma perspectiva de futuro

e de realização pessoal, e por outro lado, a realização dessa atividade se encontra limitada à necessidade de manutenção da sobrevivência em função do lugar que o trabalho ocupa na sociedade capitalista, tendo como consequência a inserção em formações profissionais que oferecem baixa qualificação educacional e técnica ou em postos de trabalho precarizados, ou que desvalorizam a força de trabalho (Abrantes & Bulhões, 2016).

Desse modo, o trabalho, seja como atividade produtiva ou de formação, tem uma função central na vida dos jovens e nas políticas voltadas para a juventude. Para os jovens que cumpriram medidas socioeducativas, o trabalho possui um sentido fundamental, pois esses jovens pertencem a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009). Em suas trajetórias de vida, verifica-se a vivência de trabalho precoce, como necessidade imediata de sobrevivência e a inserção em uma das piores formas de trabalho infantil, como o trabalho no tráfico de drogas, sendo responsabilizados com a aplicação de uma medida socioeducativa (Alberto et al., 2020; Bortolozzi, 2014; Carvalho, 2017). Nessa dinâmica, o afastamento da escola e a defasagem escolar, que dificultam ainda mais o ingresso em uma formação profissional, fazem com que os jovens atribuam ao acesso um sentido de oportunidade destinado a poucos, para se obter uma formação, inserção no mercado de trabalho, proteção social e garantia de alguns direitos, mobilidade social e possibilidade de efetivação de seus projetos de vida (Pessoa, 2017).

Apesar de considerar a centralidade do trabalho como fundamental para o desenvolvimento nesses programas, há que se observar a promoção das demais áreas além de constituírem como direitos dos jovens, podem exercer a função de atividade codeterminantes no desenvolvimento (Vigotski, 2006). Desse modo, o acesso aos demais direitos por meio das políticas sociais podem ampliar a aquisição a essas atividades por possibilitar a comunicação pessoal, o estabelecimento de outros relacionamentos com diferentes grupos e as relações de pertencimento que podem ser criadas (Anjos & Duarte, 2016).

As atividades de lazer, cultura e esporte foram citadas por apenas uma parte dos jovens, que as realizavam com um objetivo de se profissionalizar e fazer destas, uma atividade de trabalho, ou seja, essas áreas ocupavam o lugar de atividade principal em seus projetos de vida (Anjos & Duarte, 2016). Os demais falaram que essas atividades eram realizadas esporadicamente, pois se referiam a incompatibilidade de horários visto que estavam em formação profissional e utilizavam a maior parte do seu tempo para essa atividade, e em paralelo, a atividade de trabalho ou na escola, buscando a conclusão dos estudos. Dessa forma, é possível perceber que a atividade de trabalho, e as demais exigidas para essa inserção, exercem um predomínio que vai além da sua função mobilizadora do desenvolvimento e do projeto de vida, pois despende a maior parte do tempo dos jovens que necessitam vender sua força de trabalho em contexto explorador e os destituem do acesso aos demais direitos (Abrantes & Bulhões, 2016).

A promoção do eixo saúde foi apontado como utilizado pelos apenas quando havia uma demanda de urgência ou demandas específicas de saúde mental relacionado ao uso de drogas, não sendo mencionadas ações sistemáticas por parte dos programas. Compreende-se a importância do desenvolvimento de ações direcionadas para a atenção integral à saúde, como cumprimento de um direito fundamental para o desenvolvimento (Vilarins, 2014). Soma-se a isso a necessidade de que as ações em saúde contemplem a vivência da privação de liberdade, que dificultaram a acesso às atividades dominantes e codeterminates durante significativo período em suas trajetórias de vida, e as implicações no desenvolvimento da consciência e da autonomia dos jovens (Abrantes & Bulhões, 2016).

O aspecto da segurança foi trazido por alguns jovens participantes nos dois programas visitados, destacando-se a mediação da equipe em buscar outras políticas e programas que pudessem auxiliá-los a realizar a mudança de bairro ou cidade, fundamental para a garantia da sua proteção de vida ou da possibilidade de construir e efetivar seus projetos de vida, distante

do lugar onde se deu o envolvimento com os atos infracionais. Desse modo, a mediação para segurança no período pós medida socioeducativa vai além de garantir a proteção nos limites institucionais, mas como forma de garantir a integridade física e psicológica dos jovens, minimizando as restrições que possam envolver a convivência familiar e comunitária. Em relação à convivência familiar e comunitária, a garantia desse aspecto é atravessada pela dinâmica dos demais elementos acima discutidos, destacando-se dentre eles, a segurança que implica no afastamento do jovem do seu lugar de origem como forma de proteção de sua vida e dos seus familiares. Quando esse aspecto é acionado, os programas têm auxiliado na manutenção do contato familiar com os jovens, por meio de ligações telefônicas ou articulações que viabilizem viagens. Essas dimensões que caracterizam os eixos de atuação na política de socioeducação e nos programas, revelam a necessidade de observar as condições reais de vida do jovem e de que maneira tais situações vão necessitar de mais articulações relacionadas às atividades codeterminantes que exigem maiores ou menores estabelecimentos ou contato com as relações afetivas e sociais. O afastamento do núcleo familiar pode implicar na necessidade de inserção imediata em uma atividade produtiva, o que obriga os jovens a assumirem as responsabilidades da vida adulta, antecipando a autonomia (Leal & Mascagna, 2016).

Outro aspecto mencionado pelos jovens, relacionado às famílias trata das orientações e encaminhamentos às demais políticas sociais setoriais, principalmente as de assistência social, no que se refere ao acesso dos benefícios socioassistenciais, a de saúde, destacando-se o acesso aos equipamentos de saúde mental, e formação profissional e trabalho, incluindo aqui orientações para os pais, responsáveis, irmãos ou companheiras e companheiros das e dos jovens. Esses encaminhamentos mostram que, mesmo não sendo o público-alvo desses programas, a mediação dessas ações, observa o princípio da centralidade da família nas

políticas sociais, compreendendo a importância da família em sua função de proteção e socialização (Cronemberger & Teixeira, 2015) e a noção de que para garantir os direitos dos jovens se faz necessário garantir os direitos de sua família, posto que os jovens não se desenvolvem isoladamente. Sobre esse aspecto, considera-se aqui uma importante questão que atravessa a vida desses jovens em suas trajetórias de vida, que foi a necessidade de inserção precoce no trabalho para a sua manutenção e sobrevivência e de suas famílias, incluindo-se aqui a inserção no tráfico de drogas como atividade de trabalho e pelo qual foram responsabilizados com uma medida socioeducativa (Alberto et al., 2020). Desse modo, para que o projeto de vida dos jovens possa ser viabilizado, é necessário considerar as condições objetivas de vida dos jovens que contemplem as necessidades e possibilidades de desenvolvimento de seus familiares, sendo que para isso a mediação realizada para as demais políticas sociais setoriais constitui-se como fator que pode trazer contribuições para a melhoria das condições de vida dessa população, e consequentemente, podem ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos jovens, na medida em que estes podem dispensar maior tempo para a realização das atividades dominantes e codeterminantes (Abrantes & Bulhões, 2016).

A partir da oferta dessas condições objetivas e subjetivas, pode-se analisar as contribuições nos dois programas de acompanhamento aos egressos de MSEI para o auxílio na construção e efetivação dos projetos de vida dos jovens. Essas contribuições incidem na oportunização da elaboração de um projeto de vida, por meio do qual os jovens puderam construir um plano para suas vidas, de modo que não fosse determinado verticalmente pela instituição ou equipe. Na elaboração dos seus planos, foram consideradas a atividade principal como determinante social do desenvolvimento e outras atividades codeterminantes, fundamentais nesse período, apesar das limitações de algumas destas para alguns jovens. A possibilidade de construir planos e o acesso aos elementos materiais despertaram novos

interesses nos jovens, como o desejo de realizar outras formações profissionais ou um curso superior, entre outras aquisições relacionadas a realização pessoal, direcionando para a busca de novas atividades dominantes em relação ao planejamento da vida adulta (Leal & Mascagna, 2016; Vigotski, 2006; Pasqualini, 2016).

A construção do projeto de vida e a possibilidade de sua efetivação resultam em um processo de aprendizagem nesse período que tem implicações na reestruturação da consciência e na personalidade desses jovens. Os novos interesses e a qualidade das relações sociais ampliaram a capacidade de pensamento e posicionamento frente a realidade (Vigotski, 2006), tendo como conquista a construção da autonomia dos jovens. Ressalta-se que a autonomia possibilitada aos jovens acompanhados possui restrições por se caracterizar como uma política formatada na sociedade capitalista, que não possibilita a emancipação humana, limitando-se a aproximar-se da emancipação política por meio da inserção nas demais políticas sociais, e resultando em um processo individualizado, que não envolve as condições necessárias que possibilitem a emancipação coletiva, pois se restringem a ações pontuais e focalizadas em uma delimitada expressão da questão social (Montaño, 2015).

Apesar disso, considera-se que esse acesso, mesmo que promovam uma aquisição apenas parcial dos direitos sociais, se apresenta como fundamental para os jovens que tiveram em suas trajetórias de vida, graves violações de seus direitos e que enfrentam diversos obstáculos no período pós cumprimento da medida socioeducativa. Desse modo, a existência dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI constitui-se a partir do aspecto contraditório inerente na análise das políticas sociais, ao contemplar as conquistas no âmbito dos direitos, ao mesmo tempo, em que não promove a ruptura com os determinantes da questão social (Behring & Boschetti, 2011; Netto, 2011).

No caso dos jovens egressos de MSEI acompanhados, o aspecto contraditório se apresenta pelo fato desses programas se constituírem por sua natureza compensatória, ou seja,

de oferecer ou complementar aquilo que a política específica de socioeducação ou demais políticas sociais setoriais que deveriam ser estruturais, não promoveram (Souza et al., 2013), principalmente tratando-se da medida socioeducativa de internação, e as características e consequências relacionadas. Ao mesmo tempo, ao garantir o acesso aos direitos que foram negados durante a trajetória de vida, os programas possibilitam aquisições para alguns dos jovens acompanhados, ainda que limitadas no contexto do capitalismo, como profissionalização e trabalho, conclusão dos estudos, segurança pessoal e ganhos psicológicos ao nível da consciência. Essas aquisições foram proporcionadas aos jovens que mantém uma relação de pertencimento com os programas e para os quais foram construídos e efetivados os planos individuais de atendimento, por meio do acesso às políticas sociais. No entanto, reconhece-se que essas aquisições não são fornecidas a todos, demandando alterações no projeto de vida relacionados aos interesses dos jovens, de modo, que possam suprir as suas necessidades imediatas de sobrevivência e assim, adiar seus objetivos. Portanto, apesar das limitações estruturais desse modo de produção, a existência dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI se faz necessária, diante da permanência das medidas socioeducativas de internação, por promover além das necessidades dos jovens, processos emancipatórios, ainda que sejam no nível da emancipação política, ao assegurar os direitos sociais (Prates, 2016).

Ao fornecer essas condições, os programas de acompanhamento a egressos podem promover uma situação social de desenvolvimento em que são proporcionadas vivências qualificadas (Souza & Andrada, 2013) e diferenciadas no que se refere às vivências anteriores marcadas por violações de direitos e violências. A participação nesses programas oportunizou aos jovens a formação de novos interesses. Essa dinâmica entre o que é possibilitado objetivamente e o movimento de apropriação subjetiva, mobilizam os jovens na direção de uma autoconsciência de seus direitos, do significado da socioeducação, e da possibilidade de

planejamento de suas vidas em torno de um sentido de realização pessoal (Anjos & Duarte, 2016; Vigotski, 2006). Desse modo, pode-se analisar que os programas de acompanhamento a egressos de MSEI podem promover outro contexto de desenvolvimento ao possibilitar um conjunto de ações e oportunizar atividades significativas para os jovens que cumpriram a medida socioeducativa de internação, proporcionando novas vivências individuais e coletivas (Matias & Francischini, 2007) e ampliando as possibilidades de construção e efetivação dos projetos de vida dos jovens.

Nesse sentido, apesar da estrutura da sociedade capitalista que impede que as políticas, serviços e programas sociais atuem de forma a promover a emancipação humana ou o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos, os programas de acompanhamento aos egressos podem possibilitar o acesso a alguns direitos sociais, exercendo uma função compensatória, através da mediação com as políticas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados nesta tese permitiram analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação para a construção e efetivação do projeto de vida.

A partir da análise realizada, pode-se confirmar os pressupostos de que os programas de acompanhamento aos egressos de medidas socioeducativas de internação têm se baseado na perspectiva da prevenção ao risco e do controle à reincidência do ato infracional. Os dados analisados nos estudos mostraram que essa perspectiva tem se constituído como principal objetivo e norte dos programas, ficando o projeto de vida dos jovens em segundo plano ou como algo que será efetivado de modo a minimizar as possibilidades de envolvimento com os atos infracionais, após o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Compreende-se que a diminuição da reincidência pode ser um dos impactos que o programa pode atingir, mas que ao colocar como um dos objetivos principais, segue a lógica de uma perspectiva da ressocialização, ou seja, de que o jovem necessita da intervenção institucional correcional para reintegrar-se à sociedade, pois sofreu falhas no seu processo de socialização que o levaram a prática de atos infracionais.

Como consequência da ênfase nessa perspectiva, os dados apontam para a confirmação do pressuposto que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI não garantem a formação omnilateral do jovem, visando sua autonomia. As limitações impostas pela sociedade capitalista, que colocam aos jovens a necessidade imediata de sobrevivência limitam suas opções de desenvolvimento, impedindo que este ocorra de forma integral, mas apenas parcializado por meio do acesso as escassas formações profissionalizantes. Apesar de constituir-se como atividade dominante desse período, a maneira como a formação profissional é ofertada, com restrição de vagas e com a distribuição de cursos que não correspondem aos interesses dos jovens, não possibilita a autonomia destes.

Ademais, as atividades codeterminantes, fundamentais para o desenvolvimento omnilateral não são acessadas por todos os jovens em razão do tempo necessário que precisa ser disponibilizado para a realização da formação profissional ou da atividade de trabalho. Diante disso, a autonomia possibilitada é restringida, sendo ofertada, com limitações, a autonomia política, em que alguns direitos são fornecidos, mas não se possibilita a autonomia numa direção da emancipação humana. Nesse caso, participar de programações culturais, de lazer ou esporte, podem promovem tanto a ampliação e qualificação das relações sociais com outros jovens e grupos, como por seu potencial pedagógico possibilitar o acesso aos elementos produzidos socialmente e que desenvolvam o pensamento abstrato, mas que diante das condições objetivas de vida estão limitadas.

Os dados analisados permitiram confirmar o pressuposto de que a implementação dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de MSEI, vinculada à política de socioeducação, é insuficiente e não tem ocorrido de forma universal no formato de uma política de Estado, a partir do estabelecimento de um serviço de caráter continuado, com princípios, diretrizes e objetivos em âmbito nacional. As consequências dessa ausência implicam em objetivos e metodologias de intervenção diferenciados e contraditórios, em que alguns programas têm focalizado suas ações para atingir a diminuição da violência, enquanto outros possibilitam maior desenvolvimento para os jovens, pois tem como objetivo o desenvolvimento da sua autonomia. No entanto, essa discrepância revela a impermanência desses objetivos, que é ocupada por visões pessoais das experiências dos profissionais, o que implica na inconstância e fragilidade dos objetivos do acompanhamento.

A análise aqui realizada possibilitou confirmar o pressuposto que os programas de acompanhamento a egressos de MSEI têm funcionado a partir do caráter compensatório na política de socioeducação, pois as medidas socioeducativas não fornecem condições para a construção dos projetos de vida dos jovens. Desse modo, a sua implementação e manutenção

se justifica a partir das consequências produzidas na aplicação e execução da MSEI, ou seja, do modo de funcionamento e implicações que caracterizam a privação de liberdade e a extensão da privação dos demais direitos. Nesse sentido, os programas parecem operar na lógica de: é preciso primeiro privar direitos e só depois garanti-los. Ou seja, apesar de necessária, a implantação dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI não confronta a lógica que mantém o encarceramento da juventude. Apesar disso, considera-se que os programas auxiliam a transição dos jovens do período de privação de liberdade para o momento pós-medida, quando realizam o fluxo de atendimento, seguindo as etapas estabelecidas e através da mediação com as políticas sociais.

Os dados aqui analisados permitiram confirmar o pressuposto de que os programas de acompanhamento a egressos de MSEI, por não se guiarem por um caráter sancionatório, podem oportunizar contextos de desenvolvimento ao auxiliar na construção de projetos de vida a partir de uma perspectiva pedagógica. Ou seja, apesar do contexto em que são executados, suas falhas estruturais, falta de financiamento, os programas têm fornecido aos jovens, alguns direitos que foram negados em suas trajetórias de vida, oportunizando outro contexto de desenvolvimento a partir da mediação com as políticas sociais.

Assim, confirma-se a tese que, a implementação dos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativa, se caracteriza enquanto ações fragmentadas e compensatórias na política de socioeducação, não visando o desenvolvimento omnilateral do jovem, mas por exercer uma função mediadora e da articulação das políticas sociais, pode contribuir na garantia dos direitos sociais e fornecer algumas atividades para a efetivação dos projetos de vida dos jovens. Esses elementos são percebidos quando o acompanhamento é realizado a partir da construção de novos interesses e são oportunizadas as atividades principais e codeterminantes para a efetivação do projeto de vida, de modo que novas situações sociais de desenvolvimento são proporcionadas aos jovens, exercendo uma função

de contexto de desenvolvimento. Dentre estes, identificou-se que os programas de acompanhamento aos egressos de MSEI têm proporcionado o acesso aos direitos sociais, a permanência nas demais políticas públicas e a possibilidade de fornecer um contexto de proteção de vida que minimize as possibilidades da letalidade juvenil no período posterior ao cumprimento da medida socioeducativa. No entanto, identifica-se que, apesar de exercerem essa função para alguns jovens, tais garantias e a efetivação dos projetos de vida não ocorre para todos, sendo limitadas pelo contexto social, político e cultural em que são executados.

Espera-se que essa tese possa trazer contribuições para a política de socioeducação, sobretudo no que se refere especificamente à implementação e execução dos programas de acompanhamento aos egressos de MSEI, no que se refere à necessidade de construção de uma definição nacional, apresentando de que maneira a realização do seu fluxo de atendimento, as mediações com as políticas sociais e oferta das atividades dominantes e codeterminantes podem contribuir para o desenvolvimento dos jovens. Para isso, destaca-se a importância que os objetivos e diretrizes dos programas sejam fundamentados em uma perspectiva teórica que norteie a potencialização e realização dos projetos de vida a partir da compreensão dos aspectos promotores do desenvolvimento dos jovens.

Como limitações da tese, destaca-se que não foi possível realizar entrevistas com jovens em um dos programas analisados, inicialmente porque este se encontrava em fase de implementação e, posteriormente, devido à pandemia do Covid-19. Ressalta-se que a pesquisadora solicitou prorrogação de prazo e vigência da bolsa, de acordo Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020, a fim de realizar as entrevistas, no entanto, após a aprovação pelo Programa de Pós-graduação observou-se um agravamento da situação sanitária e aumento das restrições de atividades no Estado.

Aponta-se que os estudos foram realizados com programas de três estados brasileiros, que apresentaram diferenças em seus funcionamentos, o que reforça para a necessidade de

investigações futuras com os programas existentes nos demais estados, a fim de apresentar um panorama das condições de execução ao nível nacional, o que não foi possível devido às limitações de recursos destinados ao auxílio para a realização de pesquisas de campo.

Espera-se que os resultados analisados nesta tese possam ser debatidos pelas instituições que compõem a política de socioeducação e o Sistema de Garantia de Direitos, destacando-se os elementos relacionados à necessidade de fundamentar as diretrizes dos programas em uma perspectiva teórica voltada para o desenvolvimento da juventude e não em concepções que reafirmem uma individualização da responsabilização pela violência, como a diminuição da reincidência infracional, ressocialização ou reintegração social; e às contribuições referentes às boas práticas relacionadas à metodologia de atendimento das experiências dos programas consolidados nos estados e aos desafios da sua operacionalização, de modo que se possam estabelecer o funcionamento do acompanhamento pós-medida socioeducativa sem interrupções.

Neste debate, inclui-se a necessidade de discussão relacionada aos termos utilizados para a definição do acompanhamento dos programas. Atualmente, as normativas legais do ECA e Sinase referem-se ao termo egresso de medida socioeducativa, considerando o jovem que teve o seu processo extinto. No entanto, compreendemos que a utilização desse termo pode representar a estigmatização e reducionismo do jovem ao afirmar uma marca do cumprimento da medida socioeducativa. Paralelamente, o Conselho Nacional de Justiça vem adotando o termo “Pós-cumprimento de medida socioeducativa” para caracterizar os programas nos três cadernos publicados “Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade”. Contudo, apesar de representar um avanço em retirar a caracterização do termo para o jovem, essa terminologia não representa a realidade da execução dos programas existentes, considerando que estes tem ofertado o acompanhamento para aqueles jovens que

receberam a substituição da MSEI por uma medida em meio aberto, e, portanto, não tiveram o processo extinto. Da mesma forma, a publicação desses guias, embora representem avanços no que se refere a ausência de uma diretriz nacional para o acompanhamento, não possui caráter obrigatório ou correspondência a uma normativa ou orientação técnica, servindo apenas de orientação para a execuação a partir da análise do funcionamento dos programas existentes.

Pretende-se contribuir ainda com a discussão teórica na área da Psicologia Social do Desenvolvimento, com base na Psicologia Histórico-Cultural, por meio da divulgação dos resultados através da publicação de artigos, capítulos de livros e partipação em eventos científicos.

REFERÊNCIAS

Abramovay, M. & Castro, M. G. (2015). Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. *Cadernos Adenauer XVI*, 1, 13- 25. Recuperado de: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/203?mode=full

Abrantes, A. A. & Bulhões, L. (2016). Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In L. M Martins, A. A. Abrantes, & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico* (pp. 241-265). Campinas, SP: Autores Associados.

Alberto, M. F. P. (2007). As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua. *Laboreal*, 3(2), 8-21. Recuperado de: http://laboreal.up.pt/pt/articles/as-implicacoes-psicossociais-do-trabalho-precoce-dos-meninos-e-meninas-em-condicao-de-rua/

Alberto, M. F. P., Pessoa, M. C. B., Malaquias, T. A. P., & Costa, C. S. S. (2020). Trabalho infantil e ato infracional: análise histórico-cultural do desenvolvimento infantojuvenil. *Revista da SPAGESP*, 21(1), 127-142. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100010&lng=pt&tlng=pt

Alencar, V. (2014). Considerações acerca da lei do SINASE. In I. L. Paiva, C. Souza & D. B. Rodrigues (Orgs.). *Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo* (pp. 49-58). Natal, EDUFRN.

Almeida, H. C. D. (2019). *Interface entre o trabalho precoce e a prática de atos infracionais: uma análise de gênero.* Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Almeida, R. de O. & Nascimento, N. I. M. (2011). Políticas públicas de juventude: dilemas entre avanços e descontinuidades. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 4(7), 99–126. Recuperado de https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/936

Almeida, S. L. (2017). Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? In D. Oliveira (Org.). *A luta contra o racismo no Brasil*. (pp. 187-198). São Paulo: Edições Forum.

Agum, R., Riscado, P. & Menezes, M. (2015). Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão. *Revista Agenda Política*, 3 (2), 12-42. Recuperado de: http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67

Amorim, T. R. S. (2018). *A justiça restaurativa na política de socioeducação: concepções, crítica e possibilidades.* Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13452

Andrade, P. F. (2016). *A escola como direito e punição: o(a) adolescente em liberdade assistida.* Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. Recuperado de: http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47765

Anjos, R. E. & Duarte, N. (2016). A adolescência inicial: comnicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos. In L. M. Martins, A. A. Abrantes, M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 195- 219). Campinas: Autores Associados.

Antunes, R. L. C. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo,

Araújo, K. I. F. (2015). *"Escritores da liberdade": histórias reais de jovens que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto no município do Natal/RN.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, PB, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21084

Araújo, A. C. (2017). *Efeitos do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos em Natal-RN*. Dissertação de

Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, PB, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23679

Araujo, É. K. C. & Lohmeyer, A. M. S. (2017). Medida socioeducativa em meio aberto: desafios à execução na Política de Assistência Social. *II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais*, Florianopolis, SC, Brasil, 1-10. Recuperado de: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180179

Artes, A. C. A. & Carvalho, M. P. (2010). O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? *Cadernos Pagu* (34),41-74. Recuperado de: https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000100004

Assis, D. A. D. (2016). Incompletude institucional. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. *Caderno de Debates: Visitas institucionais à Fundação Casa* (pp. 18-23). São Paulo: CRP SP.

Baquero, R. V. A., Lemes, M. A. & Santos, E. A. (2011). Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação. *Educação*, 34 (3), 341-350. Recuperado de: Recuperado de https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/7618

Barbosa, M. C. & Resende, G. S. L. (2014). A política do egresso da medida socioeducativa de internação no município de Barra do Garças – MT. *Revista Panorâmica On-Line*. 16, 111–126. Recuperado de: http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/viewArticle/574

Barone, R. E. M., & Silva, A. M. (2015). Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, capacitação para o trabalho e inserção no mundo do trabalho: desafios no contexto de unidades de privação de liberdade. *Revista da Faculdade de Educação, 24* (2), 155-176. Recuperado de: https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3957

Barreiro, R. G. & Malfitano, A. P. S. (2014). Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para a juventude nos anos 2000. *Última Década*, 40, 133-157. Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19531682007

Behring, E. R. & Boschetti, I. (2011). *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.

Belga, S. M. M. F., Silva, K. L. & Sena, R. R. (2017). Concepções de programas de prevenção à violência e promoção da cultura de paz. *Caderno de saúde coletiva*, 25 (2), 177-182. DOI: https://doi.org/10.1590/1414-462X201700020215.

Beretta, R. C. S. (2010). *Um dos Desafios da Questão Social: Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Araraquara-SP*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, São Paulo. Recuperado de: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106124

Bisinoto, C. Oliva, O. B. Arraes, J. Galli, C. Y. Amorim, G. G. Stemler, L. A. S. (2015). Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20,(4), 575-585. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v20i4.28456

Bonalume, B. C. & Jacinto, A. G. (2019). Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. *Revista Katálysis*, 22 (1), 160-170. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p160

Bortolozzi, R. M. (2014). *O sentido do trabalho para jovens trabalhadores da economia da droga: exame retrospectivo*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Distrito Federal, DF, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.unb.br/handle/10482/17661

Brancaleon, B. B., Yamanaka, J. S., Castro, J. M., Cuoghi, K. G. & Paschoalotto, M. A. C. (2015). *Políticas públicas: conceitos básicos*. Universidade de São Paulo.

Braga, P. P., Romano, C. M., Silva, K. L. & Duarte, E. D. (2019). Utilização de software em análises de dados qualitativos: contribuições para resultados consistentes em investigações nas ciências da saúde. *Investigação Qualitativa em Saúde*, 950 – 955. Recuperado de: https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2168

Brum, L. S. P. (2012). *A percepção do adolescente/jovem em conflito com a lei acerca da medida socioeducativa de Internação: apresentação dos impactos da privação da liberdade sob a ótica dos jovens que passaram pelo Centro Socioeducativo de Juiz de Fora*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1728

Campos, H. R. & Cavalcante, C. P. (2014). O adolescente e o estatuto jurídico: transgressão e lei no Brasil. In I. L. Paiva, C. Souza & D. B. Rodrigues (Orgs.). *Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo* (pp. 33-48). Natal, EDUFRN.

Candau, V. M. (2007). Educação em direitos humanos: desafios atuais. In R. M. G. Silveira, et al. *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos* (pp. 399 - 412). João Pessoa: Editora Universitária.

Carbó, P. A. (2007). La formación reflexiva como competencia profesional. Condiciones psicosociales para una práctica reflexiva. el diario de campo como herramienta. *Revista de Enseñanza Universitaria*, 30, 7-18. Recuperado de: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3911094

Cardoso, E. S., Espinhosa, G. M. S. M. & Pedro, V. R. (2017). A política nacional de juventude e juventudes de favelas: no meio do caminho, um novo jeito de caminhar? *Revista Juventude e Políticas Públicas*, 1 (2), 72-82. DOI: https://doi.org/10.22477/rjpp.v1i2.77

Cardoso, A. C. & Oliveira, B. C. (2017). *A proposição da política de atendimento aos egressos de medidas socioeducativas e sua efetividade no município de Juiz de Fora:*

Uma análise do Programa Se Liga. Trabalho de Conclusão de Curso não publicado, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, Brasil.

Carvalho, S. J. K. (2017). *Trabalho infantil e medidas socioeducativas: desafios e perspectivas a partir da política de assistência social*. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179506

Chimin Junior, A. B., Lavoratti, C. Moreira, D., Schultz, E. S., Bach, F. R., Budny, G., Silva, L., Krainski, L. B., Angreves, M. B., Ribeiro, M. M. & Pacheco, M. (2008). Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema socioeducativo da região de Ponta Grossa – PR. *Revista Conexão UEPG*, 4 (1), 22-27. Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151722008

Conceição, W. L. & Onofre, E. M. C. (2013). Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 11 (2), 573-585. Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77329818009

Conselho Nacional do Ministério Público-CNPM. *(2013). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.

Conselho Nacional de Justiça. (2012). *Panorama Nacional da Execução das Medidas Socioeducativas de Internação.* Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Programa Justiça ao Jovem. Brasília – DF.

Coscioni, V., Farias, B. G., Garcia, A., Rosa, E. M. & Koller, S. H. (2018). O convívio de adolescentes em medida socioeducativa de internação com a equipe técnica. *Revista Psico*, 49(2), 137-147. DOI: http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2018.2.27890

Costa, A. C. G. (1991). *Por uma pedagogia da presença*. Brasília: Ministério da Ação Social.

Costa, A. C. G. (2001). *Presença educativa*. (2a ed.). São Paulo: Editora Salesiana.

Costa, C. (2015). Dimensões da medida socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 14 (1), 62- 73. DOI: https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.16858

Costa, A. P. M. & Goldani, J. M. (2017). As (im)possibilidades de concretização de princípios pedagógicos nas instituições de internação socioeducativa. *Revista da Faculdade de Direito.* 70, 79 – 112. DOI: https://doi.org/10.12818/P.0304-2340.2017v70p79

Costa, C. S. S. (2017). *Vivência e projeto de vida de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9109

Costa, D. C. R. (2019). *Até quando? o tempo por trás das grades: uma análise das estratégias dos adolescentes frente à indeterminação temporal da medida socioeducativa de internação.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de: http://hdl.handle.net/1843/30188

Costas, F. A. T. & Ferreira, L. S. (2011). Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista iberoamericana de educación*. 55, 205-223. DOI: https://doi.org/10.35362/rie550532

Cronemberger, I. H. G. M. & Teixeira, S. M. (2015). O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. *Pensando Famílias*, 19(2), 132-147. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200011&lng=pt&tlng=pt

Cunha, E. O. & Dazzani, M. V. M. (2018). O Que é Socioeducação? Uma Proposta de Delimitação Conceitual. *Revista Adolescência e Conflitualidade*, 17, 71-81. DOI: http://dx.doi.org/10.17921/2176-5626.n17p71-81

Cruz, F. H. P. (2019). *"Sem grade, portas!": a trajetória de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.* Trabalho de Conclusão de Curso não publicado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Dornelles, A. E., Reis, C. N. & Panozzo, V. M. (2016). Juventude latino-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção. *R. Katál.*, 19 (1), 81-90. Recuperado de: https://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00100009

Evangelista, D. O. (2008). *Barreiras da sobrevivência: angústia e dilemas de jovens infratores pós-institucionalização.* Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/13694

Francisco, J. C.; Groppo, L. A. (2016). Adolescência(s) e juventude(s): considerações a partir de uma coexistência legal. *Crítica Educativa*, 2 (2), 275-294. DOI: https://doi.org/10.22476/revcted.v2i2.81

Feffermann, M. (2017). O Jovem/ adolescente "trabalhador" do tráfico de drogas. In R. Figueiredo, M. Feffermann & R. Adorno (Orgs.). (pp. 155-182). *Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo*. São Paulo: Instituto de Saúde.

Ferrão, I. S., Santos, S. S., & Dias, A. C. G. (2016). Psicologia e práticas restaurativas na socioeducação: relato de experiência. *Psicologia: Ciência e Profissão,* 36(2): 354-363. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703000122014

Ferraz, A. L. (2013). *A reinserção social dos jovens egressos da fundação de atendimento socioeducativo no município de Osório/RS*. Dissertação do Mestrado não publicada, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

Ferreira, A. L, Silveira, M. F. G. & Peixoto, A. C. L. (2013). Promoção de cultura de paz e resiliência: um estudo de caso do projeto de extensão rede coque vive da UFPE. *Revista Reflexão & Ação*, 21(1),140-168. DOI: http://dx.doi.org/10.17058/rea.v21i1.3351

Freire, P. (2011a). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Freire, P. (2011b). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Freitas, L. M. & Barbosa, E. R. N. (2014). A contrarreforma neoliberal no Brasil, o terceiro setor e suas relações com as políticas públicas e sociais. *Serviço Social & Realidade*, 23 (2), 59-74. Recuperado de: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2478

Foppa, G. M. (2011). *Adolescente egresso da Fase: estudo de caso sobre o Programa RS socioeducativo.* Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4887

García, L. (1996). El metodo de Vygotski y su escuela se basa en la "actividade mediadora". *Revista Historia de la psicología.* 17 (3-4), 129-134. Recuperado de: https://www.revistahistoriapsicologia.es/archivo-all-issues/1996-vol-17-n%C3%BAm-3-4/

Gomes, G. R. (2013). *Práticas de socioeducação à luz da Justiça Restaurativa: potencialização de mudanças?* Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17004

Gomes, C. C. & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de Liberdade Assistida. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 19 (1), 47-58. Recuperado de: https://dx.doi.org/10.1590/1413-7372189590005

Gonçalves, A. S. & Guará, I. M. F. R. (2010). Redes de proteção social na comunidade. Por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede. In I. M. R. Guará. *Redes de proteção social.* (pp. 11-20). São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Gonçalves, C. G. & Almeida, D. E. (2019). Medida socioeducativa de internação: a importância do assistente social na equipe multiprofissional. *Caderno Humanidades em Perspectivas*,5 (3), 18-33. Recuperado de: https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/917

Gonçalves, M. G. M. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.

Gonçalves, R. T. (2015). Entre o mundão e a casa: a passagem pelo centro de atendimento socioeducativo ao adolescente – Fundação Casa e a aproximação aos códigos do sistema prisional. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, 1 (1), 1-25. DOI: https://doi.org/10.33027/2447-780X.2015.v1.n1.02.p3

Gonçalves, R. (2018). Quando a questão racial é o nó da questão social. *R. Katál*., 21 (3), 514-522. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514

Goulart, M. V. S. & Santos, N. I. S. (2014). Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, 50 (2), 127-136. Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93832099004

Groppo, L. A. (2015). Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13 (2), 567-579. DOI: https://doi.org/10.11600/1692715x.1321300514

Gualberto, J. G. (2011). *Educação escolar de adolescentes em contextos de privação de liberdade: um estudo de política educacional em escola de centro socioeducativo.* Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_GualbertoJG_1.pdf

Iamamoto, M. V. (2001). A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 (3), p. 9-32. Recuperado de:

http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-20180413124527670585O.pdf

Jimenez, L., & Frasseto, F. A. (2015). Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade, 27* (2), 404-414. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p404

Konzen, A. A. (2005). *Pertinência socioeducativa: reflexões sobre a natureza jurídica das medidas.* Porto Alegre: Livraria do advogado.

Konzen, A. A. (2015). *Parâmetros da Segurança no Atendimento Socioeducativo*. Escola Nacional de Socioeducação – ENS. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Krauskopf, D. (2003). Políticas de juventud en Centroamerica. San José (Costa Rica): *Primeira Década*, 8-25. Recuperado de: http://www.codajic.org/bibliografia/7

Lavinas, L., Manão, D., Garcia, E. H., Bittar, M., Bahia, M. & Bezerra, R. A. (2000). *Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4333#:~:text=TD%200748%20%2D%20Combinando%20Compensat%C3%B3rio%20e,das%20Pol%C3%ADticas%20Sociais%20no%20Brasil&text=Este%20artigo%20tem%20por%20finalidade,seu%20desenho%20e%20seus%20resultados

Leal, Z. F. R. G. & Mascagna, G. C. (2016). Adolescência: Trabalho, educação e formação omnilateral. In L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico – do nascimento à velhice*. (pp. 221-237). Campinas: Autores Associados.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990) Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm

Lei nº. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Lemos, F. C. S., Galindo, D., Reis Júnior, L. P., Moreira, M. M. & Borges, A. G. (2015). Análise Documental: Algumas Pistas de Pesquisa em Psicologia e História. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 20 (3), 461-469. Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145646012

Levantamento Anual Sinase 2014. (2017). Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Levantamento Anual Sinase 2017. (2019) Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Lopes, A. A. (2015). *O plano individual de atendimento (pia) na percepção da equipe técnica no Centro de internação provisória Carlos Santos da Comarca de Porto Alegre.* Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: https://bdm.unb.br/handle/10483/14708

Luedemann, C. S. A. (2002). Makarenko: vida e obra – a Pedagogia na revolução. São Paulo: Expressão Popular.

Magalhães, J. E. P. (2016). Políticas públicas de qualificação, trabalho e renda no governo Lula: Uma análise dos programas voltados para a juventude. *Trabalho Necessário*, 14 (24), 98-126. DOI: https://doi.org/10.22409/tn.14i24.p9612

Maia, A.M. (2017). O atendimento em grupo operativo no CRAS: relato de uma experiência. Vínculo - *Revista do NESME*, 14 (1), 1-8. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902017000100007&lng=pt&tlng=pt

Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil. (2015). Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República.

Margulis, M. & Urresti, M. (2008). La juventude es más que uma palavra. In M. Margulis (Org). *La juventude es más que uma palavra: ensaios sobre cultura y juventude* (pp. 13-30). Buenos Aires: Biblos.

Marinho, F. C. & Galinkin, A. L. (2017). A história das práticas diante do desvio social de jovens no Brasil: reflexões sobre o ideal de ressocialização. *Pesquisas e práticas psicossociais*, *12*(2), 280-297. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200004&lng=pt&tlng=pt

Martins, L. M. (2016). Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. In L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico – do nascimento à velhice.* (pp. 13 -34). Campinas: Autores Associados.

Matias, H. J. D. & Francischini, R. (2007). O que é contextualizar? A idéia de contexto como categoria integradora de uma metodologia de pesquisa em psicologia. *Resumo do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social.* Rio de Janiero: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado de:

http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/sessoes/1927_sessoes_resumo.htm

Medeiros, C. & Paiva, I. L. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 568-586. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200008&lng=pt&tlng=pt

Mendes, M. E. (2019). *A juventude com quem a lei entra em conflito e suas vivências na escola*. Trabalho de Conclusão de Curso não publicado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Mendonça, P. & Falcão, D. S. (2016). Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 21 (68), 42-60 DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v21n68.56484

Meneghetti, G. (2018). *Na mira do sistema penal: o processo de criminalização de adolescentes pobres, negros e moradores da periferia no âmbito do sistema penal catarinense*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189929

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento*: Pesquisa qualitativa em saúde. 14ªed. São Paulo: Hucitec.

Ministério do Desenvolvimento Social (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF. Volume 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*. Brasília: DF.

Mioto, R. C. T. (2002). O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. *Katálysis*, 5(1), 51-58. DOI: https://doi.org/10.1590/%25x

Miranda, A. A.B., Aguinsky, B. G., Costa, C., Avila, L. F., Silva, M. J. J. C. & Marques, S. M. M. (2014). Adolescentes em conflito com a lei e direitos humanos: desafios para implementação do SINASE. *Revista de Políticas Públicas*, 369-378. Recuperado em: Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273038

Miron, A. X. & Guareschi, N. M. F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 349-362. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014

Molon, S. I. (2003). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis. Editora Vozes.

Molon, S. I. (2008). Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio-histórica. *Informática na educação: Teoria & prática*. Porto Alegre, 11(1), 56-68. Recuperado de: https://doi.org/10.22456/1982-1654.7132

Montaño, C. (2015). A constituição da ideologia e dos projetos do "terceiro setor". In C. Montaño (Org). *O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor"*. (pp. 19-48). São Paulo: Cortez.

Montaño, C. (2016). Marxismo e transformação social: tendências e contratendências. In I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, F. C. Lima & K. Amorim (Orgs.). *Marx hoje: pesquisa e transformação social.* Vol 1. (pp. 101 -134). São Paulo: Outras Expressões.

Montero, M. (2006). Dos tecnicas auxiliares en la investigacion e intervencion comunitarias: Las anotaciones o diario de campo y el uso de documentos secundários. In M. Montero (Org.). *Hacer para transformar: El método de La psicologia comunitária* (pp. 301-321). Buenos Aires: Paidós.

Morais, J. B. T. & Ferreira, M. D. M. (2018). Medidas socioeducativas: a intervenção estatal na expressão da questão social da violência praticada por adolescentes. *Sociedade em debate*. 24(3), 79-96. Recuperado de https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1908

Moreira, R. B. R. & Custódio, A. V. (2019). O papel das políticas públicas na promoção de ações de sensibilização sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista jurídica direito & paz*. 2 (41), 123-144. DOI: https://doi.org/10.32713/rdp.v2i41

Mota, E. B. (2016). A socioeducação nos tempos de cólera. *Revista EPOS*, 7(2), 42-54. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2016000200004&lng=pt&tlng=pt.

Motti, A. (2015). A incompletude institucional na execução das medidas socioeducativas. In P. C. D. Paes; M. F. Adimari & R. P. Costa. (Orgs). *Socioeducação e intersetorialidade: - formação continuada de socioeducadores* (pp. 17-24). Campo Grande: Ed. UFMS.

Muniz, A. S. (2018). *Vulnerabilidade e protagonismo nas trajetórias de meninas que cometeram atos infracionais.* Trabalho de Conclusão de Curso não publicado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Nardi, F. L., Jahn, G. M. & Dell'Aglio, D. D. (2014). Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro. *Psicologia em Revista*, 20(1), 116-137. DOI – https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2014v20n1p116

Nardi, F.L., Dell'Aglio, D.D. (2014). Trajetória de adolescentes em conflito com a lei após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. *Psico*, 45 (4), 541-550. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.12978

Netto, J. P. (2011). *Capitalismo monopolista e serviço social* (8 ed.). São Paulo: Cortez.

Nodari, F., Soares, M. C., Wiedenhoft, G. C., & Oliveira, M. (2014). Contribuição do Maxqda e do NVivo para a Realização da Análise de Conteúdo. *XXXVIII Encontro da ANPAD*, 1-16. Recuperado de: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ929.pdf

Novaes, R. C. R., Cara, D. T., Silva, D. M. & Papa, F. C. (2006). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas.* São Paulo: Conselho Nacional de Juventude.

Oliveira, C. B. E., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim, G., & Souza, L. A. (2015). Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20 (4), 575-585. Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145780007

Oliveira, M. C. S. L. (2014). Da medida ao atendimento socioeducativo: implicações conceituais e éticas. In I. L. Paiva, C. Souza & D. B. Rodrigues (Orgs.). *Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo* (pp. 79-100). Natal, EDUFRN.

Oliveira, S. M. P. & Oliveira, N. H. D. (2016) A priorização da família na política de assistência social. *Anais do 4º Simpósio mineiro de assistentes sociais*. 1-15. Recuperado de: https://www.cress-mg.org.br/hotsites/4-simposio-mineiro-de-assistentes-sociais?mn=83

Pacto pela juventude (2018). *Mais Protagonismo, mais desenvolvimento: Pela consolidação das políticas públicas de juventude*. Brasília: Conjuve.

Paiva, I. L. & Oliveira, I. F. (2015). Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de direitos humanos. In A. Scisleski & N. Guareschi. (Orgs.). Juventude, marginalidade social e direitos humanos: *da psicologia as políticas públicas* (pp. 41-54). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Pasqualini, J. C. (2009). A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. *Psicologia em Estudo*, 14 (1), 31-40. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000100005

Pasqualini, J. C. (2016). A teoria histórico-cultural da periodização do desenvolvimento psíquico como expressão do método materialista dialético. In L. M Martins, A. A. Abrantes, & M. G. D. Facci. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico* (pp. 63-90). Campinas, SP: Autores Associados.

Paula, A. S., Carvalho, E. A., Croque, C. R. & Souza, K. R. (2017). Perfil sociográfico de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. *Sociedade em debate*, 23 (1),393 – 410. Recuperado de https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1424

Pessoa, M. C. B. (2017). *Política de formação profissional e contextos sociais: trajetórias e projetos de vida de jovens.* Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em psicologia social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9132

Pessoa, A. S. G., & Coimbra, R. M. (2016). O traficante não vai à escola: processos de escolarização de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas. *Revista Educação em Questão*, 54(42), 190-117. DOI: https://doi.org/10.21680/1981-1802.2016v54n42ID10958

Perez, A. M., Paiva, A. R., Campos, D. S. & Passos, R. G. (2018). Matricialidade sociofamiliar: tensões e contradições na assistência social brasileira. *Revista de políticas públicas*, 22, 1665-1682. Recuperado de: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9885

Prado, A. C. G. C. (2014*). O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais: como prossegue a história?* Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, Brasil. Recuperado de: http://hdl.handle.net/11449/123185

Pranis, K. (2010). *Processos circulares de construção de paz.* São Paulo, SP: Palas Athena.

Pinto, P. S. & Silva, R. A. S. (2014). In I. L. Paiva, C. Souza & D. B. Rodrigues (Orgs.). *Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo* (pp. 141-160). Natal, EDUFRN.

Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014. (2014). Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade Brasília: Presidência da República. Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html

Prates, J. (2016). O método e a teoria marxiana. In I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, F. C. Lima & K. Amorim (Orgs.). *Marx hoje: pesquisa e transformação social.* Vol 1. (pp. 71-100). São Paulo: Outras Expressões

Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. (2004). Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Recuperado de: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucao-cnas-no-145-de-15-de-outubro-de-2004

Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012). Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília. Recuperado de: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida

cotidiana. Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. Brasília. Recuperado de: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

Rodrigues, C. (2014). *A experiência do trabalho com grupos de adolescentes privados de liberdade em uma instituição socioeducativa*. Trabalho de conclusão de curso. De Especialização da Saúde do Adolescente da Faculdade de Medicina. Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de: http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9VUN28

Rolim, M., Braga, C & Winkelmann, F. (2017). POD RS Socioeducativo e a potência da prevenção terciária. *Revista Brasileira de Segurança Pública.* 11 (1), 148-162. Recuperado de: https://www.sumarios.org/artigo/pod-rs-socioeducativo-e-pot%C3%AAncia-da-preven%C3%A7%C3%A3o-terci%C3%A1ria

Rua, M. G. (2009). *Políticas públicas*. UFSC: Brasília.

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. São Leopoldo.1(1), 1-15. Recuperado de: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351

Santos, A. C. A. (2020). "Socioeducação": do ideal da educação social ao purgatório das vidas matáveis. *O Social em Questão,* 46, 187 – 202. Recuperado de: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=728&sid=61

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010

Secretaria de Direitos Humanos (2013). *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o Sinase.* Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/ Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos – SPGG/SDDTJDH (2018). *Avaliação de impacto*

do Programa de oportunidades e direitos (POD) socioeducativo. Relatório Técnico. Porto Alegre.

Sehn, S. A., Porta, D. D. & Siqueira, A.C. (2015). "Tocar a vida para frente": possibilidades de planos para o futuro de adolescentes que cometeram ato infracional. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, 12 (1), 28-34. DOI: https://doi.org/10.17921/2176-5626.n12

Severo, M. F. S. W. (2014). Estatuto da juventude no Brasil: avanços e retrocessos (2004-2013). *Juventude e Políticas Públicas*, 1(1). Recuperado de: https://revistasnj.mdh.gov.br/index.php/snj/article/view/MIRLENE%20SEVERO

Silva, D. O. (2019). *Para além dos muros: Sentidos produzidos na disciplina Projeto de Vida por jovens em privação de liberdade*. Trabalho de Conclusão de Curso não publicado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Silva, M. L. O. (2010). Violência e controle sócio penal contra adolescentes com práticas infracionais. *Revista Serviço Social & Saúde*. 9(9), 27-37. DOI: https://doi.org/10.20396/sss.v9i1.8634876

Silva, V. M. (2016). *Mortalidade dos egressos da Fase-RS: 2002-2012*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149958

Silva, E. B. F. (2017). *Trajetórias de acesso às políticas públicas: juventude e medidas socioeducativas*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. Recuperado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9068

Silva, A. C. S. & Alberto, M. F. (2019). Fios soltos da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão, 39,* 1-13. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358

Silva, A. K. & Hüning, S. M. (2013). O plano individual de atendimento como um analisador de políticas públicas no sistema socioeducativo. In L. R. Cruz, L. Rodrigues & N. M. F.

Guareschi (Orgs.). *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social* (pp. 149-160). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Silva, A. P. S. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2002). Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(3), 573-585. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000300012

Silva, C. R. & Lopes, R. E. (2009). Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 17, (2), 87-106. Recuperado de: http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100

Silva, R. S. & Silva, V. R. (2011). Política nacional de juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH,* 24 (63), 663-678. DOI: http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v24i63.19071

Silveira, K. S. S., J.C., Machado, J. G. Zappe & A. C. G. Dias. (2015). Projetos futuros de adolescentes privados de liberdade: implicações para o processo socioeducativo. *Revista Psicologia: Teoria e Prática,* 17 (2), 52-63. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000200004&lng=pt&tlng=pt

Siqueira, L. A. R. & Tavares, G. M. (2013). O menino que queria ser gente.... Um estudo da história de vida de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 13 (3), 1039-1067. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000300013&lng=pt&tlng=pt

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -Sinase (2006). *Secretaria Especial dos Direitos Humanos.* Brasília-DF: Conanda.

Souza, V. L. T. & Andrada, P. C. (2013). Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo. *Estudos de Psicologia*. Campinas, 30 (3), 355-365. Recuperado de: https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300005

Souza, C. Paiva, I. L. & Oliveira, I. F. (2013). Que política é essa? Um olhar sobre as políticas de juventude no Brasil. In I. L. Paiva, M. A. Bezerra, G. S. N. Silva & P. D. Nascimento (Orgs.). *Infância e juventude em contextos de vulnerabilidades e resistências.* (pp. 77-99). São Paulo: Zagodoni.

Souza, C. & Paiva, I. L. (2012). Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 353-360. Recuperado de: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300002

Teixeira, E. (2013). *Vigotski e o materialismo dialético: uma introdução aos fundamentos filosóficos da psicologia histórico-cultural*. Pato Branco: Fadep.

Teixeira, M. L. T. (2014). Plano Individual de Atendimento (PIA) – O presente e o futuro do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. In I. L. Paiva, C. Souza, D. B. Rodrigues (Orgs.). *Justiça Juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo.* (pp. 101-123). EDUFRN, Natal.

Teixeira, A. R., Oliveira, G. M., Guido, T. C., & Barone, R. E. M. (2016). Adolescente em Liberdade Assistida e inserção no mundo do trabalho: uma análise de ações socioeducativas no município de Osasco, SP. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 14*, 37-44. DOI: http://dx.doi.org/10.17921/2176-5626.%25n14p37-44

Tommasi, L. (2013). "Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político". *Política & Sociedade*, 12 (23), 11-34. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2013v12n23p11

Tommasi, L. (2014). Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens - Revista*

Internacional de História Política e Cultura Jurídica, 6 (2), 287-311. Recuperado de: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337330681005

Tosi, G. (2004). A universidade e a educação em Direitos Humanos. In G. Tosi, & M. F. P. Alberto (Orgs.). *Trabalho infanto-juvenil e Direitos Humanos*. (pp. 77-96). João Pessoa, PB: Editora Universitária.

Trancoso, A. E. R. & Oliveira, A. A. S. (2014). Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. Psicologia & Sociedade, 26(1), 137-147. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100015

Tonet, I. (2013). *Método científico*: *uma abordagem antológica.* São Paulo: Instituto Lukács.

Vieira, A. K. & Barros, V. A. (2017). A eficácia invertida nas medidas socioeducativas: reflexões pela desconstrução das práticas punitivas. In A. K. Vieira, J. H. Ferreira & L. R. André (Orgs.). *Direitos das crianças e dos adolescentes*. (pp. 154 -183). Belo Horizonte: EdUEMG.

Vicentin, M. C. G. (2016). Saúde mental no contexto de privação da liberdade. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Org.). *Caderno de debates: visitas institucionais à Fundação Casa* (pp. 24-29). São Paulo: CRP/SP. Recuperado de: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/12/frames/fr_politica.aspx

Vilarins, N. P. G. (2014). Adolescentes com transtorno mental em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19 (3), 891-898. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.13042013

Vygotsky, L. S. (1930/2004). *A transformação socialista do homem*. In Marxists Internet Archive. Recuperado de: http://marxists.anu.edu.au/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm

Vygotsky, L. S., Luria, A. R. & Leontiev, A. N. (1988). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. SP: Ícone.

Vygotsky, L.S (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski L.S (2006). *Obras escogidas*. IV. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones.

Vigotski, L.S (2007). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Zanella, A.V., Groff, A.R., Silva, D.O.B., Mattos, L.K., Furtado, J.R. & Assis, N. (2013). Jovens, juventude e políticas públicas: Produção acadêmica em periódicos científcos brasileiros (2002 a 2011). *Estudos de Psicologia*, 18(2), 327-333. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000200019

Zanella, M. N. (2011). *Bases teóricas da socioeducação: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei.* Dissertação de mestrado. Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, SP. Recuperado de: https://repositorio.pgsskroton.com//handle/123456789/3306

Zanella, M. N. (2018). Base teórico-metodológica da socioeducação. In A. S. Silva, et al., (Orgs.). *Cadernos de socioeducação: fundamentos da socioeducação* (pp. 105 – 116). Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos.

APÊNDICES

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES- CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL- PPGPS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
E-MAIL: cibele_sscosta@yahoo.com.br

PROTOCOLO – DOCUMENTOS DOS PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS DE MSEI

TIPO DE DOCUMENTO							
Programa	**Legislação**	**Edital**	**Normativas e orientações técnicas**	**Planos de atendimento socioeducativo**	**Instrumentais**	**Cartilhas; folders**	**Relatório de monitoramento e avaliação**
Programa 1	Leis (2009; 2013) e Decreto (2009)	Edital (2017)	Documento orientador de MSE de meio fechado (2014); Fluxograma de acompanhamento	Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2016-2025)	Planos Individuais de Atendimento (PIA); Termo de compromisso; Relatórios; Fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento	Cartilha informativa para a comunidade	Relatório de avaliação de impactos do programa (2018)
Programa 2	Regimento interno		Documento orientador do serviço de egresso	Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015-2024)	PIA; Relatórios; Fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento	Folders para os jovens	Relatório de auditoria operacional - Tribunal de contas (2013)
Programa 3			Documento orientador do serviço de egresso; Fluxograma de acompanhamento	Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015-2024)	PIA; Relatórios; Fichas cadastrais e de evolução do acompanhamento		

APÊNDICE II

Entrevista com jovens egressos de medidas socioeducativas

Pergunta chave:

> "*Me fale o que aconteceu com a sua vida desde que você passou a ser atendido nesta política.*

Questões norteadoras:

- Entrada e saída nos programas de acompanhamento ao egresso;
- Como tomou conhecimento do atendimento nessa política?
- O que a participação nesta política significa para o jovem;
- Atividades realizadas pelos jovens nessa política;
- Atendimentos oferecidos ao jovem e à família (saúde, educação, trabalho);
- Projeto de vida;
- Aspectos presentes no atendimento da política para a construção e efetivação do projeto de vida.

APÊNDICE III

Entrevista com profissionais e gestores dos programas de acompanhamento a jovens egresso de medidas socioeducativas

- Quais os critérios de inclusão e desligamento dos jovens nesta política?
    - Perfil (idade, escolaridade, MSE cumprida pelo jovem).

- Quem são os profissionais que compõem a equipe desta política?

- Quais concepções teórica/epistemológicas norteiam o atendimento da política para o jovem?

- Quais metodologias são utilizadas no atendimento aos jovens egressos nessa política?
- Que ações/ são desenvolvidas atendimento aos jovens egressos nessa política?
    - Ações com os jovens
    - Ações com as famílias
    - Que políticas sociais são articuladas?
        - Saúde
        - Educação
        - Profissionalização
        - Encaminhamento ao mercado de trabalho
        - Fornece algum auxílio/bolsa
        - Outra?
- Como foi o processo de implementação desta política?
    - Em que ano foi criada?
    - Como se caracteriza o atendimento ao egresso (serviço, programa, projeto).
    - Houve interrupções no atendimento?
    - Quem é responsável pela manutenção do atendimento (recursos)?
    - Quantas vagas são oferecidas (por ano/semestre)?
    - Como são realizados o monitoramento e avaliação do atendimento oferecido aos jovens?

APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES- CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL- PPGPS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
E-MAIL: cibele_sscosta@yahoo.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a)

A presente pesquisa versa sobre juventude e medidas socioeducativas e está sendo desenvolvida por Cibele Soares da Silva Costa, discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Drª Maria de Fatima Pereira Alberto.

O objetivo da pesquisa é analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas para a construção e efetivação do projeto de vida. Solicitamos a sua colaboração para a participação na entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e Psicologia e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que não são previstos riscos para a sua saúde ou de caráter vexatório na sua participação neste estudo, entretanto, respeitando-se os preceitos éticos, caso você venha a sentir alguma espécie de desconforto ou constrangimento ocasionado pela coleta de dados desta pesquisa, a mesma será imediatamente interrompida.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor, que deverão ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante convidado a participar da pesquisa, pela discente pesquisadora e pela pesquisadora responsável. Você receberá uma das vias e a outra ficará arquivada com os responsáveis pela pesquisa. Não é previsto que você tenha nenhuma despesa na participação nesta pesquisa ou em virtude da mesma, todavia, caso você venha a ter qualquer despesa em decorrência de sua contribuição neste estudo, será

plenamente ressarcido. Ressaltamos ainda que, no caso de eventuais danos acarretados pela participação no presente estudo, você será indenizado.

Antes de prosseguir, de acordo com o disposto na resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, no que diz respeito às pesquisas em ciências humanas e sociais que envolvem seres humanos, faz-se necessária a documentação de seu consentimento. Em caso de qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Cibele Soares da Silva Costa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa "**Contextos de desenvolvimento e projetos de vida de jovens nos programas de acompanhamento ao egresso de medidas socioeducativas"** e para publicação dos resultados, entendendo que minha identidade será mantida em sigilo. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

_____

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal

Atenciosamente,

_____

Assinatura da pesquisadora responsável

Para maiores informações sobre o presente estudo[5]:
Universidade Federal da Paraíba- UFPB
Centro de Ciências Humanas, letras e artes- CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social- PPGPS
Departamento de Psicologia, Campus I, Cidade Universitária, Cep: 58.051900
Telefone: (083) 988992738 E-mail: cibele_sscosta@yahoo.com.br

[5] Comitê de Ética UFPB:
Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900/
Telefone:(83) 3216 7791

APÊNDICE V

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES- CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL- PPGPS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
E-MAIL: cibele_sscosta@yahoo.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS RESPONSÁVEIS

Prezado (a)

A presente pesquisa versa sobre juventude e medidas socioeducativas e está sendo desenvolvida por Cibele Soares da Silva Costa, discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Drª Maria de Fatima Pereira Alberto.

O objetivo da pesquisa é analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas para a construção e efetivação do projeto de vida.

Solicitamos sua autorização para que o(a) jovem participe da entrevista e para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e Psicologia e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome do participante será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a saúde ou de caráter vexatório, entretanto, respeitando-se os preceitos éticos, caso o participante você venha a sentir alguma espécie de desconforto ou constrangimento ocasionado pela coleta de dados desta pesquisa, a mesma será imediatamente interrompida

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o participante não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso ele(a) decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Este documento foi elaborado em duas vias de igual teor, que deverão ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante

convidado a participar da pesquisa, pela discente pesquisadora e pela pesquisadora responsável. Você receberá uma das vias e a outra ficará arquivada com os responsáveis pela pesquisa. Não é previsto que você tenha nenhuma despesa na participação nesta pesquisa ou em virtude da mesma, todavia, caso você venha a ter qualquer despesa em decorrência de sua contribuição neste estudo, será plenamente ressarcido. Ressaltamos ainda que, no caso de eventuais danos acarretados pela participação no presente estudo, você será indenizado.

Antes de prosseguir, de acordo com o disposto na resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, no que diz respeito às pesquisas em ciências humanas e sociais que envolvem seres humanos, faz-se necessária a documentação de seu consentimento. Em caso de qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Cibele Soares da Silva Costa.

Diante do exposto, eu, _____, RG nº _____declaro que fui devidamente esclarecido(a) e entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do jovem pelo qual sou responsável, entendendo que sua identidade será mantida em sigilo _____e aceito que ele(a) participe da pesquisa "**Contextos de desenvolvimento e projetos de vida de jovens nos programas de acompanhamento ao egresso de medidas socioeducativas",** concordando com a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

_____

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal

Atenciosamente,

_____

Assinatura da pesquisadora responsável

Para maiores informações sobre o presente estudo[6]:
Universidade Federal da Paraíba- UFPB
Centro de Ciências Humanas, letras e artes- CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social- PPGPS
Departamento de Psicologia, Campus I, Cidade Universitária, Cep: 58.051900
Telefone: (083) 988992738 E-mail: cibele_sscosta@yahoo.com.br

[6] Comitê de Ética UFPB:
Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900/
Telefone:(83) 3216 7791

APÊNDICE VI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Prezado (a),

Esta pesquisa é sobre juventude e medidas socioeducativas e está sendo desenvolvida pela sendo desenvolvida por Cibele Soares da Silva Costa, discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Drª Maria de Fatima Pereira Alberto.

O objetivo da pesquisa é analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas para a construção e efetivação do projeto de vida. Solicitamos a sua colaboração para a participação na entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e Psicologia e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que não são previstos riscos para a sua saúde ou de caráter vexatório na sua participação neste estudo, entretanto, respeitando-se os preceitos éticos, caso você venha a sentir alguma espécie de desconforto ou constrangimento ocasionado pela coleta de dados desta pesquisa, a mesma será imediatamente interrompida.

Antes de prosseguir, de acordo com o disposto na resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, no que diz respeito às pesquisas em ciências humanas e sociais que envolvem seres humanos, faz-se necessária a documentação de seu assentimento. Em caso de qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Cibele Soares da Silva Costa.

Eu _____ aceito participar da pesquisa "**Contextos de desenvolvimento e projetos de vida de jovens nos programas de acompanhamento ao egresso de medidas socioeducativas**", que tem como objetivo *Analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas para a construção e efetivação do projeto de vida*. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer

momento, posso dizer “não” e desistir. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

_____

Assinatura do participante da pesquisa

Atenciosamente,

_____

Assinatura da pesquisadora responsável

Para maiores informações sobre o presente estudo[7]:
Universidade Federal da Paraíba- UFPB
Centro de Ciências Humanas, letras e artes- CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social- PPGPS
Departamento de Psicologia, Campus I, Cidade Universitária, Cep: 58.051900
Telefone: (083) 988992738 E-mail: cibele_sscosta@yahoo.com.br

[7] Comitê de Ética UFPB:
Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900/
Telefone:(83) 3216 7791

APÊNDICE VII

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

À Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac/Paraíba)

À Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça, Direitos Humanos

À Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac/Bahia)

A Universidade Federal da Paraíba assenta-se sobre uma tríplice função: ensino, pesquisa e extensão. Procurando atingir tais objetivos, o **Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência** tem desenvolvido pesquisas e intervenções relacionadas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Assim como tem estabelecido parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

A presente pesquisa tem como objetivo geral: Analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pelos programas de acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas para a construção e efetivação do projeto de vida. E como objetivos específicos: Identificar as concepções que norteiam o atendimento na política para jovens egressos de MSE; identificar os objetivos do atendimento ofertado na política para jovens egressos de MSE; Caracterizar o jovem atendido na política de egresso de MSE; Caracterizar as ações oferecidas nos programas de acompanhamento ao jovem egresso de MSE; Analisar a trajetória de acesso e permanência do jovem nos programas de acompanhamento ao egresso de medida socioeducativa e Analisar quais aspectos presentes nos programas de acompanhamento aos jovens egressos possibilitam o desenvolvimento e efetivação dos projetos de vida.

A implementação e manutenção de do atendimento ao jovem egresso se justifica em razão dos obstáculos que se apresentam na vida desses jovens após o cumprimento da medida socioeducativa. Tais dificuldades estão relacionadas ao acesso às políticas sociais, retorno a comunidade de origem e de inserção em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho. A presente pesquisa pretende contribuir com a compreensão da contribuição dos programas de acompanhamento ao jovem egresso de medidas para o desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens, assim como contribuir com o fortalecimento desta política considerando a perspectiva dos jovens atendidos e profissionais da área. Para a realização desta pesquisa pretende-se realizar entrevistas com jovens atendidos na política de egresso de MSE de meio fechado e com profissionais que compõem a equipe e gestores responsáveis pela execução desta política.

Na perspectiva de dar prosseguimento a esse trabalho, solicito ao (a) Senhor (a) Presidente (a) autorização para a realização da pesquisa intitulada "**Contextos de desenvolvimento e projetos de vida de jovens nos programas de acompanhamento ao egresso de medidas socioeducativas".**

Comprometo-me a realizar a devolução dos resultados da referida pesquisa para _____.

João Pessoa, ____ de _____ de _____.

Respeitosamente,

_____

Profa. Dra. Maria de Fatima Pereira Alberto (Orientadora)

_____

Cibele Soares da Silva Costa (Pesquisadora)

ANEXOS

ANEXO I

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO EGRESSO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Pesquisador: Cibele Soares da Silva Costa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87110418.9.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.675.198

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO EGRESSO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Pesquisador Responsável: Cibele Soares da Silva Costa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87110418.9.0000.5188

Submetido em: 09/05/2018

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social

Situação da Versão do Projeto: Aguardando parecer do colegiado

Localização atual da Versão do Projeto: UFPB - Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Objetivo da Pesquisa:

II – Objetivo Geral:

Analisar os contextos de desenvolvimento proporcionados pela política de atendimento aos jovens egressos de medidas socioeducativas de meio fechado para a construção e efetivação do projeto

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Continuação do Parecer: 2.675.198

de vida.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequadamente previstos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado e apresenta clareza nos objetivos pretendidos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com as resoluções vigentes.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto re-submetido para verificação de pendência. A recomendação foi levada em consideração pelo pesquisador, não apresentando mais nenhum óbice 'realização da sua coleta de dados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1102327.pdf	09/05/2018 08:46:22		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_TCLE.pdf	09/05/2018 08:45:36	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodeTese.doc	06/04/2018 13:54:25	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia.pdf	06/04/2018 13:28:49	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Continuação do Parecer: 2.675.198

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Certidao_do_Programa_de_Pos.pdf	05/04/2018 14:22:57	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_orientadora.pdf	05/04/2018 14:20:43	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	05/04/2018 14:15:11	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_dos_Responsaveis.pdf	31/03/2018 10:04:37	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_e_responsabilidade_pesquisador.pdf	31/03/2018 10:00:25	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_assentimento.pdf	31/03/2018 09:45:31	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Outros	Instrumentos_de_coleta_de_dados.pdf	31/03/2018 09:41:55	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	31/03/2018 09:37:03	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES_E_PESQUISA.pdf	31/03/2018 09:36:04	Cibele Soares da Silva Costa	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

JOAO PESSOA, 25 de Maio de 2018

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br